UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ALEXANDRE NOGUEIRA MARTINS

**Caminhos da criminalização da LGBTfobia:
racionalidade criminalizante, neoliberalismo e democratização**

Versão Corrigida

São Paulo
2020

ALEXANDRE NOGUEIRA MARTINS

**Caminhos da criminalização da LGBTfobia:
racionalidade criminalizante, neoliberalismo e democratização**

Versão Corrigida

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Laurindo Dias Minhoto

São Paulo

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M386c Martins, Alexandre Nogueira
 Caminhos da criminalização da LGBTfobia:
 racionalidade criminalizante, neoliberalismo e
 democratização / Alexandre Nogueira Martins ;
 orientador Laurindo Dias Minhoto. - São Paulo, 2020.
 268 f.

 Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
 Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
 Paulo. Departamento de Sociologia. Área de
 concentração: Sociologia.

 1. Neoliberalismo . 2. Punição. 3. Sexualidade. 4.
 Movimentos sociais. 5. Criminalização . I. Minhoto,
 Laurindo Dias, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Alexandre Nogueira Martins

Data da defesa: 19/11/2020

Nome do Prof. (a) orientador (a): Laurindo Dias Minhoto

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 18/01/2021

(Assinatura do (a) orientador (a))

MARTINS, Alexandre Nogueira. **Caminhos da criminalização da LGBTfobia:** racionalidade criminalizante, neoliberalismo e democratização. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Natália Corazza Padovani

Instituição: Unicamp

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Daniel Pereira Andrade

Instituição: FGV-SP

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. João Manuel de Oliveira

Instituição: UFSC

Julgamento: _____ Assinatura: _____

A todas as que constroem mundos para além das prisões deste.

À Maria do Carmo Nogueira (in memoriam), madrinha dos meus caminhos.

AGRADECIMENTOS

Costumo me emocionar lendo os agradecimentos de dissertações e teses. Deve ser porque esta seção nos lembra que tecer um texto como este é tarefa coletiva desdobrada no tempo – envolve tanto redes de interlocução entre pesquisadoras em diferentes grupos de pesquisa, congressos, seminários e disciplinas, quanto redes de afeto, cuidado e apoio mútuo. Sem essas relações e as pessoas que as compõem, este texto não poderia ter sido escrito – muito do que aqui lerão devo às trocas, às interlocuções e aos apoios com que pude contar em minha trajetória.

Agradeço, em primeiro lugar, ao Prof. Laurindo Dias Minhoto, meu orientador nesta pesquisa, por ter acreditado na potência do projeto que lhe apresentei. Obrigado por sua tão instigante disciplina A Prisão na Sociedade Moderna ter alterado meus rumos acadêmicos, por todas as interlocuções construídas desde então e por me ter permitido trilhar os caminhos deste texto.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por terem financiado, em diferentes momentos, esta pesquisa.

Agradeço ao Grupo Teoria dos sistemas e crítica da racionalidade neoliberal, o grupo de orientação do Laurindo, no qual tive instigantes trocas desde sua fundação. Em especial, agradeço imensamente à leitura atenta e aos comentários generosos no processo de elaboração deste texto, sobretudo a Eduardo Altheman, Helena Wilke, Pedro Camargos, Carolina Soares, Peter Smith, Felipe Pereira e Mariana Facciuli.

Agradeço igualmente aos debates tão profícuos em torno do neoliberalismo na Rede Interdisciplinar de Pesquisadores FFLCH-USP, em especial ao Prof. Nilton Ota pelas ricas interlocuções desde que cursei sua disciplina. Aos grupos que me permitiram me aprofundar em pesquisas críticas ao sistema de justiça criminal e em reflexões sobre as relações entre movimentos sociais e essas instituições – os saudosos NECrim da PUC-SP e o grupo Manoel Quirino, onde pude trocar com instigantes pesquisadoras e aprender tanto sobre criminologia. Agradeço em especial a Pedro Kesse e Adriana Gregorut.

Àquelas com quem pude pensar junto sobre raça, gênero, sexualidade e todas as suas imbricações: ao grupo NÓS-USP, Núcleo de Sociologia, Gênero & Sexualidade, em especial, a Jessica Melo, Iuri Cardoso e João Filipe Cruz – que as potências de construir uma sociologia além da cisheteronormatividade sigam gerando belos frutos. Às parcerias construídas com o

GEPÔ e o NUMAS, como o I Congresso de Estudos de Interseccionalidade nas Ciências Sociais da USP – que as novas gerações de cientistas sociais possam encontrar mais espaço para estas pesquisas, estes encontros e estas formulações interseccionais. Ao GIRA – Grupo Interdisciplinar de Raça e Política, com quem tanto aprendi sobre a potência anticolonial da construção coletiva político-teórica de mundos que não cabem neste que nos foi dado a conhecer.

Às companheiras da pós-graduação ao lado de quem nos dedicamos para a construção de uma pós-graduação menos desigual – em especial, a Ivo Soares, Mônica Moraes e João Filipe Cruz, meus companheiros de Representação Discente; e às companheiras da Frente Pró-cotas na Pós-graduação. Vida longa às lutas pela democratização e fortalecimento da universidade pública, gratuita, de qualidade.

Às professoras que foram imprescindíveis a estes caminhos. A Sylvia Garcia por ter acreditado em esboços de projeto desta pesquisa e por ter me incentivado vivamente a mergulhar nessas águas. A Bianca Freire-Medeiros, Márcia Lima e Murillo Marschner, por terem me acolhido na equipe de monitoria das disciplinas de Métodos e Técnicas em Pesquisa I e II e por serem inspiração da cabeça aos pés sobre o tipo de pesquisador e professor que se pode ser. A Maíra Machado e Marta Machado, pelas ricas trocas que tivemos desde que me abriram as portas do Núcleo de Estudos sobre o Crime e a Pena da FGV-SP. A Roberto Efrem Filho e Alessandra Teixeira pelos comentários em minha banca de qualificação que em muito contribuíram para os caminhos desta investigação.

A todas as trabalhadoras técnico-administrativas cujo trabalho possibilitou que esta dissertação fosse escrita e que passasse por todos os trâmites necessários até que pudesse ser lida, em especial a Georgina, Gustavo e Evania do PPGS.

A todas as ativistas entrevistadas nas mais diversas circunstâncias – sem terem doado seu tempo para esta pesquisa, não poderia tê-la escrito. Às que abriram arquivos e às que me enviaram documentos do ativismo LGBT brasileiro, as quais foram imprescindíveis para que eu pudesse tecer os fios do tempo desta dissertação.

A todas as ativistas LGBTs e abolicionistas penais com quem tanto sigo aprendendo sobre a potência de construir práticas coletivas por um mundo sem prisões – em especial, a Ananda Endo, Victor Serra, Augusto Malaman e Caia Coelho.

Às amigas sem as quais não teria sido possível construir esta pesquisa. Ao João Filipe Cruz, por eu aprender tanto sobre parceria acadêmica e apoio mútuo ao seu lado. A Iuri Cardoso, Tita Patriarca e Lux Lima, por todas as trocas e todos os apoios nos caminhos do mestrado e da vida. Ao Iago Rondello, meu colega de turma de outro programa, por termos

nos orientados e nos desorientados no meio das angústias e das doçuras dessa travessia. Às amizades que eu fiz durante o mestrado, pela sorte de poder trocar e aprender com pessoas que tanto admiro – em especial, a Andrea Azevedo, Bruna Ramachioti, Giovana Labigalini. À Carolina Soares e ao Pedro Camargos, pela potência abolicionista que construímos em conjunto na academia, na política e na vida, por uma parceria imprescindível – sem nossas partilhas não teria podido afirmar parte fundamental do que formulo neste texto.

Às minhas companheiras de casa durante a maior parte desta jornada – a Giordana Carvalho e Luiza Heyden. Obrigado por serem um mar de afetos, por juntos construirmos e reconstruirmos um lar nessa cidade, por tantos abraços e lágrimas partilhadas, por uma compreensão e um acolhimento tão profundos.

A tantos e tão valiosos amigos e amigas que a Sociais me deu – em especial, Biba, Bianca, Ligia, Rafa, Dogão, Bauru, Carol, obrigado pelo apoio e pela generosidade, por serem ombro para chorar e companhia para celebrar durante toda essa travessia. Às amigas que tanto apoio me deram de tantos jeitos lindos durante o tecer desta pesquisa – a Jax, Ana Clara, Mari, Marcel, Fernanda, Paulinha. Às amizades com quem partilho uma vida inteira, obrigado por seguirmos tão juntos mesmo distantes – a Laura, Lidia, Julia, Aninha e Flor. Às familiares que apoiaram os sonhos e os caminhos que venho trilhando, obrigado pelo tanto de afeto de vocês.

E, sobretudo, à minha mãe, Cida, e à minha irmã Marcela. Obrigado por apoiarem meus caminhos e por acreditarem tão verdadeiramente em mim. Obrigado pela compreensão com as ausências que se fizeram necessárias para que eu pudesse construir esta dissertação. Sem o suporte de vocês, sem nossos abraços, sem esses afetos, esta escrita não teria sido, de modo algum, possível. A admiração e o amor por vocês jamais caberiam nestas poucas linhas. Que sorte a nossa de termos uns aos outros!

*Ser bicha é ser enquadrado
no inciso C
do parágrafo terceiro
do artigo 24
da lei de segurança inter
nacional.*

*É ter medo à flor da pele,
é ter a língua ferida,
a boca rubra,
o beijo fácil,
o amor saindo pelos poros.*

*Ser bicha é um estado de espírito,
de choque, de sítio,
de graça.*

[...]

*(AUGUSTO, Paulo. Estatuto. **Falo**. 1978)*

RESUMO

MARTINS, A. N. **Caminhos da criminalização da LGBTfobia: racionalidade criminalizante, neoliberalismo e democratização**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2020.

Esta dissertação apresenta os caminhos das lutas em torno da criminalização da LGBTfobia no Brasil entre 1980 e 2019. Com o objetivo de compreender se e em que medida a emergência das lutas pela criminalização da LGBTfobia se vincularia a um giro punitivo neoliberal na relação do ativismo LGBT com o sistema penal, constrói-se uma genealogia da emergência da LGBTfobia como questão de crime e das disputas em jogo à luz dos processos históricos de democratização, neoliberalização e expansão da justiça criminal. Por meio de uma análise sociológica de discursos, analisam-se tanto documentos do movimento LGBT brasileiro, projetos de lei e ações judiciais quanto entrevistas semiestruturadas realizadas com ativistas LGBTs. Argumenta-se que, embora nos anos 1980 a criminalização emergisse como tática, em meados dos anos 2000, as lutas anti-LGBTfobia hegemônicas foram reenquadradas em quadros de crime e passaram a ser construídas como necessária, porém não exclusivamente, criminalizantes. As lutas pela criminalização, enquanto uma forma de mobilização do governo pelo crime “desde baixo” dentro do processo de redemocratização e neoliberalização da sociedade brasileira, foram produzidas dentro de um complexo jogo de táticas e discursos mobilizados por ativistas que teve como efeito o enraizamento de uma “racionalidade criminalizante” nos ativismos hegemônicos. Apresenta-se que, nesse processo histórico, estratégias anticriminalizantes e/ou anticarcerárias de combate à LGBTfobia se articularam e se contrapuseram de diferentes formas ao estatuto hegemonicamente conferido à estratégia de criminalização, tendo se configurado um *continuum* carcerário-abolicionista de múltiplas e ambivalentes formas de engajamento e recusa das racionalidades neoliberal e criminalizante nos caminhos de combate à LGBTfobia no Brasil.

Palavras-chave: giro punitivo; neoliberalismo; movimento LGBT; punição; LGBTfobia.

ABSTRACT

MARTINS, A. N. **The Path to the Criminalization of LGBTphobia: criminalizing rationality, neoliberalism and democratization.** Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2020.

This dissertation presents the path of the struggles for the criminalization of LGBTphobia in Brazil between 1980 and 2019. In order to understand whether and to what extent the emergence of struggles for the criminalization of LGBTphobia would be linked to a neoliberal punitive turn in the relationship of LGBT activism with the penal system, we build a genealogy of the emergence of LGBTphobia as a matter of crime and of the disputes at stake in the light of the historical processes of democratization, neoliberalization and the expansion of the criminal justice. Through a sociological discourse analysis, we analyse documents from the Brazilian LGBT movement, bills and lawsuits, as well as semi-structured interviews with LGBT activists. It is argued that, although the criminalization demand emerged as a tactic in the 1980s, in the mid-2000s, hegemonic anti-LGBTphobia struggles were reframed in crime frames and started to be constructed as necessary, but not exclusively, criminalizing. The struggles for criminalization, as a form of mobilizing governing through crime “from below” within the process of redemocratization and neoliberalization of Brazilian society, were produced within a complex set of tactics and discourses mobilized by activists that had the effect of rooting a “criminalizing rationality” in hegemonic activisms. It is demonstrated that, in this historical process, anti-criminal and/or anti-prison strategies to fight LGBTphobia were articulated and opposed in different ways to the hegemonic status conferred to the criminalization strategy, in a configuration of a prison-abolitionist continuum of multiple and ambivalent forms of engagement and refusal of neoliberal and criminalizing rationalities in the path of fighting against LGBTphobia in Brazil.

Keywords: punitive turn; neoliberalism; LGBT movement; punishment; LGBTphobia.

SUMÁRIO

13 de junho de 1980. Libertem nossas bichas! Libertem as travestis!	14
13 de junho de 2019. LGBTfobia é crime no Brasil.	15
INTRODUÇÃO: TEMPOS DE CRIMINALIZAÇÃO E DE CRÍTICA	16
Construção do problema	19
Notas metodológicas	23
Estrutura da dissertação	26
CAPÍTULO 01: GIRO PUNITIVO, NEOLIBERALISMO E A CRÍTICA ABOLICIONISTA TRANSVIADA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS	28
1. Criminalizar: uma questão sociológica	28
<i>1.1. Entre a guinada punitiva contemporânea e o neoliberalismo</i>	32
<i>1.2. Neoliberalização, governo pelo crime e democratização à brasileira</i>	41
2. Que os outros sejam o normal: sexualidade, gênero e dissidência	47
3. Encruzilhadas entre a punição e os estudos transviados	51
<i>3.1 Transenviadescendo a criminologia</i>	51
<i>3.2 Rumo a abolicionismos transviados</i>	59
4. Escrevendo a criminalização da LGBTfobia no Brasil	66
CAPÍTULO 02: ENTRE A QUESTÃO SEXUAL E A QUESTÃO CRIMINAL: A LGBTFOBIA NO BRASIL	72
1. Criminalizando dissidências sexuais e de gênero no Brasil	72
2. LGBTfobia por denegação: reenquadrando o cisheterossexismo	85
CAPÍTULO 03: CRIMINALIZADAS E (DES)CRIMINALIZANTES	95
1. “A lembrança de que a polícia prefere bater mais em negro, bicha e pobre”	98
2. “Uma Lei Áurea para os homossexuais tupiniquins”?: primeiros ensaios da criminalização	102
3. “Reivindicamos uma expressa proibição de discriminação por orientação sexual”: da democratização à neoliberalização	110
4. “Queremos criminalizar essas pessoas que não nos deixam entrar, que nos batem, nos espancam e muitas das vezes nos matam”	122
CAPÍTULO 04: QUADROS DE CRIME, QUADROS DE ABOLIÇÃO	131
1. “Homofobia tem cura: educação e criminalização”: o PLC 122 e as táticas no Legislativo	131
2. #CriminalizaSTF: da juridicização à judicialização	151
3. Quadros anticriminalizantes e anticarcerários: “A superação da homofobia não virá do direito penal”	164

4. “Por um Brasil que criminalize a violência contra LGBTs”: um giro punitivo neoliberal no movimento LGBT brasileiro?	177
CAPÍTULO 05: RACIONALIDADE CRIMINALIZANTE, NEOLIBERALISMO E DEMOCRACIA: ENTRE CRIMINALIZANTES E ABOLICIONISTAS	191
1. Uma racionalidade criminalizante	191
2. <i>Continuum</i> carcerário-abolicionista	199
2.1. <i>Ondas criminalizantes</i>	201
2.1.1. Quadros de crime	204
2.1.1.1. <i>Efeitos pedagógicos e instrumentais</i>	208
2.1.1.2. <i>Criminalizar, descriminalizar e democratizar</i>	210
2.2. <i>Ondas anticriminalizantes</i>	216
2.2.1. Quadros de anticriminalização	217
3. Neoliberalismo e a cidadania sexual neoliberal	223
4. Além da racionalidade criminalizante e dos direitos neoliberais	235
CONSIDERAÇÕES FINAIS	242
REFERÊNCIAS	248

13 de junho de 1980. Libertem nossas bichas! Libertem as travestis!

Sexta-feira. Fim de tarde. Diante do Theatro Municipal de São Paulo, reuniam-se algumas centenas de pessoas. Foram convocadas por grupos homossexuais, feministas, negros, estudantis e de prostitutas para um ato contra a “repressão generalizada sobre as bichas, lésbicas, travestis, prostitutas, negros e marginalizados em geral” (1º Encontro Paulista de Grupos Homossexuais, 1981). Contra as operações das polícias civil e militar no centro de São Paulo intensificadas desde maio pelo delegado José Wilson Richetti: a “Operação Rondão” ou “Operação Limpeza” visava expulsar esses frequentadores noturnos de certas áreas centrais, “limpando-as” de grupos marginalizados. Resistindo à violência policial, os grupos ativistas homossexuais superaram suas divergências internas para articular uma rede de alianças com outros grupos e convocar aquele ato público (Simões, 2018), ao qual compareceriam poucos grupos engajados nas lutas políticas “tradicionais” – “talvez os setores democráticos não tenham achado a causa suficientemente nobre [...] Compareceram sim as bichas rasgadas que pouco têm a perder além da vida” (Trevisan, 2000 [1980]: 506).

Esta era primeira passeata de grupos homossexuais em São Paulo. Seu trajeto pelo centro da cidade seguiu pela Avenida São João, indo até o edifício Século XX, na praça Júlio Mesquita, rumando ao Largo do Arouche, centro do gueto homossexual, e depois à Boca do Lixo, área de prostituição (MacRae, 2018: 291). Foram seguidos de perto pela polícia, mas não sofreram repressão policial – das poucas reações de agressão, a mais grave seria o arremesso de um pesado grampeador de papéis do alto de um edifício da Avenida São João (MacRae, 2018: 292). Entre as palavras de ordem, ecoavam “Amor, tesão, abaixo o camburão” e “Libertem nossas bichas! Libertem [as] travestis!”. Na “Carta aberta à população” assinada pelos grupos homossexuais, negros, feministas e estudantis presentes no ato, e entregue aos que passavam, podia se ler:

Hoje estamos dando uma resposta concreta a essa onda de violência desencadeada pelos responsáveis da segurança pública: Um secretário de Segurança, um diretor do Depto. de polícia e um delegado vêm aterrorizando prostitutas, homossexuais, travestis, negros e desempregados com prisões arbitrárias, espancando e até assassinando-os. [...] Por isso estamos aqui protestando contra a repressão policial e exigimos a imediata destituição do Sr. José Wilson Richetti, o responsável direto pela barbárie. Exigimos também a abertura de uma sindicância para apurar as responsabilidades.

Conclamamos toda a população a se juntar a nós e acabar de uma vez por todas com o terrorismo oficial. [...]

CONTRA A VIOLÊNCIA POLICIAL

CONTRA O DESEMPREGO

CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL E SEXUAL

PELO DIREITO DE IR E VIR

13 de junho de 2019. LGBTfobia é crime no Brasil.

Quinta-feira. Fim de tarde. Após quatro meses de julgamento em curso, o Supremo Tribunal Federal (STF) dava, enfim, seu veredito: por oito votos a três, a homofobia e a transfobia se tornaram crime no Brasil. Diversos grupos de ativistas LGBT, feministas, negros, estudantes e partidos políticos celebraram o resultado como um marco dos direitos LGBT no Brasil. O ativismo LGBT institucionalizado conquistava, enfim, por mais uma decisão judicial, a última demanda da tríade de reivindicações de direitos que havia sido construída como prioritária desde duas décadas antes: além do casamento e do direito à retificação de nome e gênero de pessoas trans e travestis, a partir de então a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero passava a ser crime.

Essa criminalização ocorreu após forte campanha de *advocacy* no STF com participação de diversos grupos ativistas. Em suas redes sociais, a Aliança Nacional LGBTI+ e a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), uma das autoras das ações judiciais que resultaram na criminalização da LGBTfobia, comemoraram essa vitória como uma conquista da igualdade, da diversidade e da democracia brasileira. Celebrava-se, naquele momento, uma vitória não só frente aos embates com os ativismos religiosos conservadores que também haviam feito intenso *advocacy* no STF contra um julgamento favorável àquelas ações, mas também frente às críticas de outros setores sociais: aqueles que viam como inconstitucional que a criminalização da LGBTfobia viesse pelas mãos do Judiciário e não do Legislativo e aqueles que se manifestavam publicamente contra a estratégia da criminalização como forma de combate à violência LGBTfóbica.

Fruto de alianças múltiplas, incluindo setores feministas e antirracistas que haviam lutado pela criminalização do racismo, da violência doméstica e do feminicídio, as lutas pela criminalização da LGBTfobia alcançaram, então, o marco legal pelo qual tanto batalharam. Razão de júbilo para a maior parte dos ativistas, caberia, enfim, ao sistema de justiça criminal reprimir aqueles que tivessem condutas discriminatórias baseadas na identidade de gênero ou na orientação sexual. Dentro das fileiras do movimento LGBT, todavia, nem todas as ativistas compareceram à festa que se celebrava naquele 13 de junho quando a LGBTfobia se tornou crime.

INTRODUÇÃO: TEMPOS DE CRIMINALIZAÇÃO E DE CRÍTICA

39 anos separam estes dois episódios do ativismo LGBT brasileiro: um marco das lutas contra o policiamento e contra a criminalização de dissidentes sexuais e de gênero¹, sobretudo de travestis, prostitutas, negras e pobres, e um marco das lutas pelo direito de criminalizar e policiar condutas discriminatórias e violentas contra LGBTs. De um lado, dissidentes sexuais e de gênero como pessoas criminalizadas², sujeitas às violências do sistema³ penal; de outro, como vítimas abarcadas em um tipo penal a lhes prometer que se movam os aparatos do sistema de justiça criminal contra quem lhes agrida. Que processos históricos tornaram possíveis a formação dessas distintas posições frente ao sistema penal? Como passaram essas dissidentes, criminalizadas, a serem criminalizadoras?

Tem se tornado usual contar esta história como se houvesse uma linha evolutiva, civilizacional e democratizante percorrida pelo ativismo LGBT em diferentes sociedades: em um primeiro momento, lutaram pela descriminalização (de direito ou de fato) das dissidências sexuais e de gênero para, em um segundo momento, batalharem pela criminalização dos sujeitos que as oprimem. Colonizando nosso imaginário, este modo de contar a história toma

¹ Afirmamos “dissidência sexual e de gênero” e “dissidentes sexuais e de gênero” em vez de “diversidade sexual e de gênero” por três razões. Em primeiro lugar, por se constituir como termo relacional, relativo a dispositivos de poder e normas de produção de sexualidade e gênero, em detrimento de “diversidade” que se remete a uma soma de identidades sexuais (normativas e não normativas). Deste modo, o emprego de “dissidentes” faz referência a processos em que certas práticas se constituem como dissidentes frente a determinadas normas – a luta das sexualidades dissidentes põe-se, assim, como luta contra a cisheteronormatividade. Em segundo lugar, a dissidência remete a um estado dinâmico, às múltiplas possibilidades de diferenças, não a um estado estático da diversidade. Desta forma, as sexualidades e os gêneros não são privados e estáveis, mas construções permeadas por mutações e redes de poder (Rubino, 2019). Em terceiro lugar, este termo permite apontar para os processos históricos de formação de contínuas resistências e pontos de fuga e de dinâmica tensão dissidência/normalização, em cuja trajetória termos como “*queer*” (e suas traduções “transviado” ou “kuir”) ou LGBT constituem momentos específicos, não universalizantes.

² Empregamos o feminino universal, como “as ativistas”, “as dissidentes sexuais” ou “as LGBTs” para referirmo-nos a pessoas de diferentes gêneros. Quando for empregado o masculino plural, será de modo intencional para marcar o gênero de determinado grupo social como predominantemente e/ou sócio historicamente masculino. Pretende-se, assim, explicitar e questionar desde a forma deste texto as normas de gênero que constituem os discursos sociológicos e que seguem, em geral, não nomeadas.

³ A partir deste ponto do texto, adotamos “sistema” em vez de “sistema” ao nos referirmos à justiça criminal, apropriando-nos da construção de Vergueiro (2015). Referindo-se a sistemas que produzem “‘hierarquias epistêmicas’ em que [...] perspectivas não cisgêneras são excluídas, minimizadas, ou silenciadas. A corruptela ‘sistema’ [...] têm o objetivo de enfatizar o caráter estrutural e institucional – ‘cistêmico’ – de perspectivas cis+sexistas, para além do paradigma individualizante do conceito de ‘transfobia’” (Vergueiro, 2015: 15). Por cisgênero, entende-se quem “se identificam com o gênero que lhes foi determinado socialmente, ou seja, as pessoas não-transgênero” (Jesus, 2014). A fim de destacar a cisgeneridade constitutiva desses sistemas, o emprego de “sistema” opera também em outras áreas do mundo social, como os sistemas acadêmicos, legais e de saúde (Vergueiro, 2015). Cumpre destacar que não só a cisheteronormatividade estrutura o sistema penal, mas também relações sociais raciais, de classe e heterossexistas, como argumentaremos no Capítulo 01 – destacamos, todavia, o aspecto cisheteronormativo de tal sistema por esta ser uma das facetas do sistema penal menos explicitada nas análises sociológicas hegemônicas.

como parte inescapável das lutas LGBTs as reivindicações pela criminalização da LGBTfobia⁴. Aposta-se nesta pesquisa, todavia, que perguntas sociológicas relevantes podem emergir se, em vez de pressupormos que LGBTs lutariam por demandas criminalizantes, buscarmos analisar como a LGBTfobia passou a ser enquadrada como uma questão de crime e quais disputas estiveram em jogo no processo de invenção e enraizamento desta estratégia⁵.

Entre esses dois 13 de junhos, não se formou um tempo homogêneo, linear e progressista que conduziu necessariamente da luta contra a violência estatal para a celebração da criminalização da violência LGBTfóbica. Adotando uma concepção benjaminiana de tempo e história (Benjamin, 1987), afirmamos, de saída, que não enquadrámos o 13 de junho de 2019 como coroação da marcha do progresso histórico e nem as décadas entre essas duas cenas como um tempo de “atraso” e “demora” de uma criminalização que *ainda* não vinha, de um progresso criminalizante e civilizatório que *ainda* não se realizava. Ao iniciar esta dissertação com tais reflexões, seguimos os apontamentos de Butler (2018: 152) sobre as relações entre políticas sexuais e o tempo histórico: “a maneira como os debates sobre política sexual são enquadrados já está impregnada do problema do tempo, e do progresso em particular, assim como de certas noções sobre o que significa desdobrar no tempo um futuro de liberdade”.

Os fios do tempo que ligam as duas cenas que abrem esta dissertação são tecidos por múltiplas disputas, tensões, ambiguidades, sobressaltos, continuidade e descontinuidades que unem e separam esses dois momentos. Como não eram inexoráveis, as demandas criminalizantes precisaram ser inventadas, espalhadas e enraizadas em processos que envolveram diversos embates, os quais são centrais para compreendermos como as lutas

⁴ Opta-se pelo emprego de LGBTfobia como termo guarda-chuva que abarca as múltiplas formas de violências e discriminações contra as pessoas não-heterossexuais e/ou não-cisgêneras para além das categorias “lesbofobia”, “homofobia”, “bifobia”, “transfobia” e “travestifobia” que este termo explicitamente abriga. No processo histórico dos ativismos de dissidentes sexuais e de gênero, transformaram-se continuamente os modos de nomear as violências contra as pessoas não-heterossexuais e/ou não-cisgêneras, desde “machismo”, “homofobismo” ou “homofobia” até “homo-lesbofobia”, “transfobia”, “LGBTfobia” ou “LGBTIfobia” – construções que emergem do *corpus* documental analisado nesta pesquisa. Nos estudos de gênero e sexualidade, outros conceitos foram cunhados para dar conta de operações e processos semelhantes, como “heterossexualidade compulsória”, “heterossexismo”, “heteronormatividade”, “cissexismo” ou “pensamento heterossexual”. Por ter se tornado hegemônico tanto na literatura brasileira quanto no ativismo de dissidentes sexuais e de gênero no Brasil, padroniza-se, neste texto, a nomenclatura “LGBTfobia”, atualização de “homofobia”, conforme definida na 3ª Conferência Nacional LGBT (2016).

⁵ Como estratégia, compreende-se uma “racionalidade empregada para atingirmos um objetivo” (Foucault, 1995: 247) que opera como “própria às relações de poder na medida em que estas constituem modos de ação sobre a ação possível, eventual, suposta dos outros” (Foucault, 1995: 248). Distingue-se, portanto, de “tática” enquanto uma prática conjuntural e de curto prazo que se atrela a uma determinada estratégia para atingir um objetivo.

LGBTs se tornaram criminalizantes. Para construirmos uma história dessa heterogeneidade e das disputas políticas internas ao ativismo LGBT, consideramo-lo constituído por ondas. Todavia não no sentido clássico empregado para classificar movimentos sociais – como compostos por grandes “ondas do mar”⁶, visto que tal metáfora implica em um modo de construção de narrativas sobre um movimento social que tende a desconsiderar dimensões fundamentais ao enquadrá-lo como um conjunto de episódios discretos separáveis e circunscrever a um período histórico determinadas pautas em voga, desconsiderando as linhas de continuidade e de aprendizagem comum ao longo do tempo (Hewitt, 2012: 665-666). Utilizaremos, em seu lugar, a metáfora das “ondas de rádio” (Hewitt, 2012: 668), a qual permite pensar como versões (frequências) de um mesmo movimento coexistiram num determinado período histórico, interferiram-se mutuamente e ressoaram ou ecoaram em outros tempos históricos e/ou territórios. Apostamos, assim, que uma onda não substitui a outra, mas que elas coexistem, sobrepõem-se e se cruzam (Hewitt, 2012: 669). Cada período histórico em que diferentes ondas coexistem não se apresenta como um avanço ou um atraso em relação ao momento anterior, mas como uma constelação específica a ser analisada nos seus embates e nas suas estratégias próprias.

Nestas quatro décadas às quais nos voltamos, profundas transformações se desenrolaram na sociedade brasileira: a construção de uma experiência de democracia ocorreu atrelada a diferentes processos de neoliberalização e de aprofundamento da violência punitiva estatal, cujas faces mais visíveis são as altas taxas de encarceramento e de letalidade policial que têm como alvo as populações pobres, negras e periféricas. Nesta constelação histórica em que estes três fenômenos se desenvolviam de modo articulado, à população LGBT coube habitar as ambivalências de simultânea disputa e conquista de direitos sexuais LGBT (ao nome, à família, à saúde) e de contínua criminalização das práticas eróticas e sexuais (Rubin, 1984) que seguiam construídas como dissidentes, com a reiterada criminalização de travestis e prostitutas (Serra, 2018).

Nestes tempos, o sistema penal, de diferentes formas, teve papel importante nas políticas formuladas pelo ativismo LGBT: além das críticas às suas perseguições – as quais engendraram mobilizações como a de 13 de junho de 1980 –, passou a se defender também que o sistema de justiça criminal pudesse ser empregado para proteger LGBTs e combater a violência LGBTfóbica – estratégia que culminaria no 13 de junho de 2019. De um lado,

⁶ A metáfora das ondas do mar é amplamente utilizada para se referir aos movimentos feministas – e suas quatro ondas – e para se analisar o movimento LGBT brasileiro como dividido em três ondas do mar, tal qual proposto por Facchini (2002).

enquanto *criminalizadas*, “enquadradas” pelas agências deste sistema, dissidentes sexuais e de gênero formularam demandas “negativas” (limitadoras) (Carvalho, 2012a) ao sistema de justiça criminal, contrapondo-se às formas históricas de criminalização e punição das dissidentes às normas sexuais e de gênero. Por outro, enquanto *criminalizadoras*, visando a acionar este sistema para “enquadrar” outras práticas e grupos, inventaram estratégias “positivas” (expansivas) frente à intervenção penal (Carvalho, 2012a) e, portanto, de ampliação ou deslocamento da moldura criminalizante. Tais pautas, todavia, não eram um consenso absoluto nas fileiras do ativismo. Enquanto algumas ondas construíram a violência LGBTfóbica como um problema de crime e projetaram soluções dentro de tais enquadramentos (Russel, 2017: 28), outras rejeitaram esta formulação e as estratégias a ela relacionadas. Nestes tempos históricos, emergiram, enfrentaram-se e, em certa medida, compuseram umas com as outras ondas criminalizantes e anticriminalizantes no ativismo LGBT brasileiro.

Nessas pautas e posições, criminalizadas e criminalizadoras, negativas e positivas, entrelaçaram-se múltiplos engajamentos de movimentos sociais para além do LGBT⁷, nos quais emergiram também tanto ondas criminalizantes quanto anticriminalizantes. Pretendemos, aqui, a partir do caso do movimento LGBT, compreender as ambiguidades das mobilizações contemporâneas de distintos movimentos sociais perante o sistema de justiça criminal, as quais marcaram, com efeito, a construção da cidadania e da democracia brasileira nestes tempos. Como, afinal, criminalizadas se tornaram criminalizantes e o sistema de justiça criminal pôde ser construído como tanto alvo de combate quanto instrumento essencial ao combate à violência?

Construção do problema

Esta pesquisa se constrói no cruzamento entre estudos sociológicos e criminológicos acerca da punição, estudos sobre o neoliberalismo e estudos de gênero e sexualidade, notadamente, transviados⁸. Nesta intersecção, costuramos diálogos e deslocamentos que

⁷ No movimento negro brasileiro, tem-se lutado tanto contra os processos de criminalização, encarceramento e assassinato em massa de jovens negros, quanto por pautas “positivas” frente ao sistema penal, como a defesa da Lei Caó (1989) e da Lei Paulo Paim (1997) que criminalizaram o racismo e a injúria racial. No movimento feminista, pautas “carcerárias” de aprovação da Lei do Feminicídio e dos dispositivos penais da Lei Maria da Penha convivem com a pauta “anticarcerária” de descriminalização de mulheres negras e pobres através da descriminalização do aborto.

⁸ As traduções possíveis do termo “*queer*” são tantas quanto as apropriações possíveis de serem feitas dos insultos locais às dissidentes sexuais e de gênero. “*Queer*”, na língua inglesa, configura termo tão local e nativo quanto os nossos viados, sapatões e travestis. Embora não haja uma tradução ideal e consensual, traduzimo-lo

partem tanto do reconhecimento da violência contra LGBTs como estruturante da sociedade brasileira contemporânea, apreendida a partir dos estudos de gênero e sexualidade, quanto do reconhecimento da violência e da seletividade estruturantes do sistema de justiça criminal, apreendidas de contribuições da Sociologia da Punição. Enraizados nesta encruzilhada, analisamos a formação e as implicações do vínculo histórico (e contingente) entre lutas contra LGBTfobia e estratégias criminalizantes, as lógicas e os desejos punitivos que teceram estas ligações e as lógicas e os desejos que se lhe contrapuseram.

Nos caminhos desta pesquisa, as perguntas, os objetos, os métodos e as teorias empregadas foram se movendo. Ao entrar no mestrado, pretendia estudar os discursos de um grupo ativista em São Paulo entre 2001 e 2014 a fim de compreender como, neste grupo, enraizou-se a pauta da criminalização da LGBTfobia. Ao longo de meu primeiro ano de pesquisa, transformei meu objeto para, então, acompanhar como emergiu o problema “LGBTfobia como crime” em documentos do ativismo LGBT hegemônico, não mais me restringindo ao ativismo paulistano ou àquele recorte temporal. Passei também a investigar com afincos os indícios de posições anticriminalizantes nos documentos que analisava, a fim de compreender os caminhos das críticas à criminalização da LGBTfobia nas fileiras do próprio ativismo. Conforme a pesquisa avançava, o material analisado se expandia em quantidade e em recorte temporal – revelava-se para mim que as pautas “positivas” frente ao direito penal não emergiram nos anos 2000, mas na década de 1980. Ao buscar traçar esta genealogia, escavei mais do que planejava ao começo. Em meados do meu segundo ano de mestrado, o julgamento favorável à criminalização da LGBTfobia no Brasil fez com que o escopo temporal novamente se ampliasse, desta vez, até 2019. Tais reconfigurações tiveram seus custos em relação ao projeto original que aprofundaria uma análise de caso em um grupo ativista, mas apostamos nos ganhos possíveis desta reelaboração: ao acompanhar a LGBTfobia como crime e a crítica a esta estratégia sem nos restringirmos a um único grupo, pôde-se construir um panorama das relações entre ondas do ativismo LGBT brasileiro e o

como “transviado”, seguindo proposta de Bento (2017) adotada também por Toitio (2016) e Lamounier (2018). Em primeiro lugar, por reconhecer que, mesmo com a visibilidade que os estudos “*queer*” vêm ganhando, tal termo permanece muito ligado a setores restritos da academia, não sendo compartilhado por movimentos sociais e por diversos setores da sociedade brasileira, de modo que “transviado” pode ser mais facilmente comunicável em nossa língua para além de nichos acadêmicos específicos. Em segundo lugar, o emprego de “transviado” busca resgatar o mínimo de rubor nas faces de quem lê este texto, ao se utilizar de um termo que se aproxima das categorias práticas de insulto no português. No contexto estadunidense, afinal, a apropriação acadêmica do termo “*queer*” gerava desconfortos ao se ler em textos acadêmicos um xingamento para bichas e sapatões – efeito que não se produz da mesma forma com o emprego do estrangeirismo “*queer*” em textos acadêmicos em português. Em terceiro lugar, “transviado” busca manter a ideia antinormativa do “*queer*”, que se refere não apenas às sexualidades e aos gêneros não normativos, mas às práticas e às existências construídas como dissidentes, abjetas, transviadas.

cistema de justiça criminal e da multiplicidade de discursos e estratégias em jogo neste processo histórico, perquirindo tanto as primeiras formulações da LGBTfobia como crime até a celebração da sua aprovação. Expandimos, ademais, os diálogos teóricos pretendidos, conforme avançava na leitura sobre a produção da criminologia transviada e do abolicionismo transviado que se voltaram a problemas semelhantes em sociedades do Norte global.

Na literatura transviada sobre movimentos LGBT, construiu-se um diagnóstico de que as lutas pela tipificação de crimes de ódio, pela criminalização da LGBTfobia, seriam elemento constitutivo de um giro punitivo neoliberal (Meyer, 2014) caracterizado pela transição da hegemonia de lutas por descriminalização para a prevalência de investimentos criminalizantes (Lamble, 2013). Neste processo, ativismos LGBTs apostariam no sistema criminal como forma de combate à violência enquanto se silenciariam sobre as políticas de criminalização que seguiriam tendo como alvo, por exemplo, prostitutas, travestis e pessoas trans (Meyer, 2014). Enraizados neste modo de abordar as transformações contemporâneas de ativismos LGBT, formulamos como problema desta pesquisa se e em que medida teria ocorrido um giro punitivo neoliberal no movimento LGBT brasileiro e tomamos como objeto, para tanto, os discursos que se constituíram em diferentes ondas deste ativismo em torno de pautas contra a criminalização de dissidentes sexuais e de gênero, de demandas criminalizantes e de críticas às estratégias de criminalização.

Dentre estas múltiplas interfaces entre reivindicações ativistas e sistema de justiça criminal, nosso fio condutor são as lutas em torno da criminalização da LGBTfobia. Propomos, com efeito, analisar o processo de formação dos discursos, das táticas e dos embates que constituíram a LGBTfobia como crime, a fim de compreender as continuidades e as rupturas postas em curso no processo de emergência e enraizamento da estratégia criminalizante. Como hipótese desta investigação, consideramos que a luta contra a LGBTfobia teria sido construída nos caminhos da hibridização da racionalidade neoliberal com as lógicas da democratização brasileira e do giro punitivo contemporâneo, os quais teriam impulsionado a criminalização como modo hegemônico de enquadrar as lutas LGBT, construindo e apresentando esta estratégia como o único caminho possível (*“there is no alternative”*)⁹ – o qual encontraria esparsas resistências de frequências anticarcerárias e

⁹ *“There is no alternative”*, slogan cunhado por Margaret Thatcher, aponta a não existência de alternativas fora da economia neoliberal, o que ressoaria no discurso de Fukuyama sobre o capitalismo neoliberal como o “fim da história”. De modo análogo, aludimos à possibilidade de a criminalização ter sido apresentada como uma alternativa incontornável, encobrindo outras histórias, discursos e lutas políticas.

anticriminalizantes. Argumenta-se que os ativismos LGBT, ao construírem a LGBTfobia como crime e as lutas anti-LGBTfobia como mobilizações criminalizantes, teriam agido dentro de um campo de condutas estabelecido tanto pelo governo pelo crime quanto pelo governo neoliberal e teriam, assim, produzido múltiplos tensionamentos e cumplicidades em um complexo jogo de táticas e discursos deste tabuleiro democrático-neoliberal-criminalizante.

Em nosso problema de pesquisa, deslocamos o foco convencionalmente dado pelas problemáticas construídas sobre a criminalização da LGBTfobia, que, em geral, voltam-se às “guerras sexuais” (Rubin, 1984) entre movimentos LGBTs e ativismos religiosos conservadores pelo *conteúdo* da lei penal, isto é, a LGBTfobia. Ao jogarmos luz sobre os embates em torno da *forma* de combate à LGBTfobia – a criminalização –, buscamos compreender como *esta* estratégia se tornou fundamental às batalhas que os ativismos LGBT hegemônicos travaram. Embora as “guerras sexuais” sejam importantes para a compreensão desses tempos, não são capazes de explicar por si como, em dado momento, tornou-se inescapável disputar se a LGBTfobia seria ou não crime. Ao problematizarmos, assim, os *caminhos* das lutas contra a LGBTfobia, desfazemos em nosso problema de pesquisa a usual metonímia que associa movimento LGBT e defesa da criminalização da LGBTfobia, de um lado; e crítica à criminalização e exterioridade ao ativismo, de outro – tanto os apoios quanto as críticas a esta estratégia serão investigadas a partir das fileiras deste movimento social.

Analizamos, ademais, o caso da criminalização da LGBTfobia como parte de um processo mais amplo de enquadramento de políticas sexuais como políticas carcerárias (Bernstein, 2012), o qual pode ser compreendido à luz das articulações construídas entre três processos que formaram os tempos históricos em que se disputava esta estratégia: a construção de uma cidadania sexual LGBT dentro de nosso processo de democratização; a neoliberalização (Peck, 2010) da sociedade brasileira; e a emergência de formas de governo pelo crime (Simon, 2007) articuladas à produção de um giro no modo de se punir no Brasil. Em diálogo com análises que veem “de cima” esta trajetória, pretendemos, a partir do objeto aqui delineado, observar estes processos desde a perspectiva daqueles que, “de baixo” (Gago, 2018a), engajaram-se em dinâmicas ao mesmo tempo democratizantes, neoliberalizantes e criminalizadoras. Pretende-se, por meio da análise das práticas de ativistas LGBTs, contribuir, também, para a compreensão das racionalidades que se forjaram nestes processos históricos mais amplos. Apostamos, portanto, que os caminhos da criminalização da LGBTfobia podem ser lidos não só como histórias dos múltiplos e ambíguos engajamentos

de movimentos sociais com o sistema penal, mas também como histórias que nos contam sobre os nossos processos de democracia, punição e neoliberalização.

Notas metodológicas

Para esta análise histórica da LGBTfobia como crime e das lutas e embates que formaram esta estratégia, construímos uma investigação eminentemente genealógica. Seguindo os passos de Foucault (1988: 262), partimos “de uma questão disposta no presente” e de um diagnóstico desse tempo histórico para nos voltarmos ao passado de modo a “usar a história como um meio de engajamento crítico com o presente” (Garland, 2014: 76). Por estes caminhos, pretendemos tornar inteligível como eventos como os que construímos na Cena 02 desta dissertação tornaram-se possíveis, traçando, nesta pesquisa, “o processo errático e descontínuo pelo qual o passado se tornou o presente: um trajeto descendente, amiúde aleatório, que sugere a contingência do presente e a abertura do futuro” (Garland, 2014: 84). Uma genealogia, assim, do modo como emergiu como estratégia a criminalização da LGBTfobia que não toma como questão “pensar historicamente o passado, mas, em vez disso, usar materiais históricos para repensar o presente” (Garland, 2014: 85).

Partindo, portanto, de um diagnóstico de presente para elaborarmos uma história da criminalização da LGBTfobia, não simplesmente tomamos “os termos contemporâneos desta relação como respostas inevitáveis de uma sociedade democrática” (Simon, 2007: 16), mas temos, assim como Simon (2007) em sua obra, uma pretensão “tanto crítica quanto descritiva”. Busca-se construir uma “crítica permanente de nosso ser histórico” (Foucault, 2000 [1984]: 345), a qual deve ser compreendida, fundamentalmente, enquanto uma atitude de crítica “do que somos [que] é simultaneamente [uma] análise histórica dos limites que nos são colocados e prova de sua ultrapassagem possível” (Foucault, 2000: 351). Na acepção adotada nesta pesquisa, a crítica “é genealógica em sua finalidade e arqueológica em seu método” (Foucault, 2000: 348) – por um lado, é arqueológica por “tratar tanto os discursos que articulam o que pensamos, dizemos e fazemos como os acontecimentos históricos”; por outro, é genealógica “no sentido de que ela não deduzirá da forma do que somos o que para nós é impossível fazer ou conhecer; mas ela deduzirá da contingência que nos fez ser o que somos a possibilidade de não mais ser, fazer ou pensar o que somos, fazemos ou pensamos” (idem, *ibidem*).

Ao se propor construir uma genealogia da emergência da LGBTfobia como problema de crime no ativismo LGBT brasileiro, pretende-se, em outras palavras, forjar uma

genealogia das ondas criminalizantes no ativismo LGBT brasileiro – isto é, daquelas que trilharam os caminhos do direito penal como estratégia de combate à LGBTfobia –, assim como das ondas anticriminalização – as que recusaram tal estratégia e construíram embates nos caminhos criminalizantes. Nesta genealogia, são investigadas as relações de poder que possibilitaram tais estratégias e as formas de subjetivação que lhes estão atreladas, visto que são imanentes formas de saber, relações de poder e modos de produção de sujeitos. Em tal esforço, não se busca “descobrir” uma “origem”, mas forjar uma análise das condições políticas, históricas e sociais nas quais emergiram determinados discursos e estratégias específicas, perquirindo “no que nos é apresentado como universal, necessário, obrigatório, qual é a parte do que é singular, contingente e fruto das imposições arbitrárias” (Foucault, 2000: 347).

Ademais, não se busca a emergência da LGBTfobia como problema de crime em alguns atores que teriam formulado esta estratégia e simplesmente a executado, mas se investiga como ela “emergiu historicamente, tomando formas particulares e encontrando obstáculos, condições e resistências específicos” (Dreyfus; Rabinow, 1995: 205). Na análise desta “estratégia sem estrategista”, considera-se que, embora “desejo e cálculo” estivessem envolvidos, seu “efeito global [...] escapou às intenções dos atores, assim como de todos” (idem, ibidem). Como afirmara Foucault a Dreyfus e Rabinow (1995: 206), “as pessoas sabem aquilo que elas fazem; frequentemente sabem porque fazem o que fazem; mas o que ignoram é o efeito produzido por aquilo que fazem”.

Na construção desta crítica genealógica “como pesquisa histórica através dos acontecimentos que nos levaram a nos constituir e a nos reconhecer como sujeitos do que fazemos, pensamos, dizemos” (Foucault, 2000: 347), o que se pretende é, centralmente, forjar uma “análise dos limites e a reflexão sobre eles” (idem, ibidem). Esta posição de crítica busca, tal qual Butler (2003: 228) em relação ao casamento civil igualitário, mais do que se render à exigência de uma posição favorável ou contrária, construir o que deveria ser uma exigência de qualquer reflexão crítica: “que se interrogue por que e como isso se transformou no problema”, a fim de que, ao pôr a criminalização como questão, seja possível compreender como o campo das lutas sexuais tem sido marcado e restringido pela aceitação desses termos (Butler, 2003: 228). Em vez de uma simples tomada de posição, “uma função crítica é julgar a própria ação de delimitação” do que se torna possível pensar, é um “questionamento de condições tidas como evidentes” (Butler, 2003: 229) e que pretende “transformar a crítica exercida sob a forma de limitação necessária em uma crítica prática sob a forma de ultrapassagem possível” (Foucault, 2000: 347).

As perguntas, por vezes incômodas, que este texto levanta ao questionar os investimentos punitivos transviados (Lamble, 2013), formulam-se não “acima” dos ativismos, mas em outra posição: a de uma análise sociológica cujas possibilidades se forjam também dentro das trincheiras, não fora delas. Esta pesquisa emerge como um produto também das disputas que analisa e dos engajamentos sociológicos, éticos e políticos que possibilitam sua realização¹⁰. Assim construída, tal análise pretende tornar inteligíveis os “dilemas que as trincheiras revelam” (Flauzina, 2016: 95) – o que resta ocultado ou inobservado pelas compreensões pretensamente “neutras” forjadas “acima” delas. Construímos, portanto, uma análise sociológica crítica que busca delinear como os tempos e as lutas criminalizantes se formaram, foram normalizados e passaram a delimitar os termos em torno dos quais forjamos nossos problemas, isto é, como aquilo que décadas atrás não teria sido possível de se imaginar tornou-se impossível de se pensar de outra forma.

Para esta genealogia, construímos um *corpus* documental composto pelos relatórios, atas, e outros registros escritos de todos os Encontros Nacionais do Movimento LGBT brasileiro (1979-2008); os anais das três Conferências Nacionais LGBT (2008-2016); as edições do jornal Boletim do Grupo Gay da Bahia (1981-1999); as ações judiciais pela criminalização da homotransfobia no STF, as sustentações orais e os votos dos ministros (2012-2019); manifestos, cartas, projetos, panfletos e outros documentos de organizações LGBTs acessadas em arquivos físicos ou online¹¹ (1980-2014); todas as iniciativas de projetos de lei federais e determinadas leis estaduais e municipais antidiscriminatórias (1984-2019); e textos, entrevistas e registros online de eventos de ativistas LGBTs anticriminalizantes e criminalizantes (2017-2019).

Além destes documentos levantados, realizamos entrevistas semiestruturadas (May, 2004) com ativistas centrais às ondas criminalizantes e anticriminalizantes do movimento LGBT com o objetivo de apreender as percepções dos atores sobre esses processos e as disputas que lhes foram constitutivas e de ter acesso a narrativas sobre determinados eventos para além dos seus registros escritos. Realizamos, ao fim, 14 entrevistas, a partir das quais,

¹⁰ Em cada tempo-espaço histórico, as produções intelectuais se inserem em disputas ético-políticas distintas. Nos anos 1970, Foucault se engajava nas lutas pela despenalização das práticas sexuais entre homens na França. No Brasil, enquanto, nos anos 1980, sociólogas e antropólogas foram convocadas à campanha de despatologização da homossexualidade; nos anos 2000 e 2010, diversas produções acadêmicas, ao analisar a violência contra dissidentes sexuais e de gênero, construíram posições em relação à criminalização da LGBTfobia.

¹¹ Referimo-nos ao acervo da APOGLBT e ao Acervo João Antônio Mascarenhas no Arquivo Edgard Leuenroth-Unicamp, além de acervos online da ABGLT e do Grupo Dignidade e de documentos cedidos por ativistas.

construímos um *continuum* de diferentes posições, discursos e estratégias frente ao problema da LGBTfobia como crime¹².

Para abordar os documentos que compõem nosso *corpus*, adotamos a análise sociológica de discursos (Keller, 2012) por este método pretender operar a proposta foucaultiana de análise de discurso em contornos eminentemente sociológicos, em conjunto com técnicas e procedimentos oriundos de diferentes âmbitos da Sociologia. Visando articular as materialidades de produção e circulação dos discursos com os processos de ordenação simbólica presentes neles pela análise de seus padrões de significado, classificações e estruturas narrativas (Keller, 2012), esta análise compreende, assim, tanto a infraestrutura de produção (contexto material e simbólico) e a estrutura formal e linguística-retórica dos documentos sobre os quais nos debruçamos, quanto uma análise interpretativa do conteúdo que possibilite delinear os discursos em jogo. Neste processo, não construímos a amostra de entrevistas e documentos a ser analisados por meio de uma amostragem probabilística, mas, tal qual na *grounded theory*, por uma amostragem teórica em que a constituição do *corpus* de pesquisa se delimita nas constantes idas e vindas do processo de formulação e reconfiguração de hipóteses e perguntas até que seja possível elaborar respostas consistentes ao problema sociológico levantado por esta pesquisa.

Estrutura da dissertação

Além desta Introdução, este texto se estrutura em cinco capítulos¹³. No primeiro, apresentamos o campo da Sociologia da Punição e o dos Estudos Transviados, reconstituindo

¹² A partir dos documentos analisados, planejamos entrevistas com ativistas centrais às ondas que apoiaram a criminalização – Entrevistas D, E, F; com ativistas com posições potencialmente mais ambíguas por estarem engajadas também em lutas por desencarceramento – Entrevistas A e B; e com ativistas que despontavam com posicionamentos anticriminalizantes – dentre os quais, logramos realizar a Entrevista G. A partir dessa entrevista, tentamos construir uma amostragem por bola de neve (Vinuto, 2014) das ondas anticriminalizantes. No entanto, as ativistas apontadas por G – as Entrevistadas H, I, J, K – apresentavam posicionamentos criminalizantes. Com essas ativistas também empregamos a técnica bola de neve, tendo, então, sido apontadas as possibilidades de posicionamentos anticriminalizantes com as Entrevistas L e N, ambas que, todavia, também apresentavam posições criminalizantes. Por outro caminho para mapearmos ativistas anticriminalizantes, entrevistamos C e N, que haviam se posicionado publicamente de modo contrário à criminalização durante o processo no STF. Com elas, a técnica de bola de neve não renderia novas entrevistas. Ao todo realizamos 14 entrevistas, com ativistas gays, lésbicas e bissexuais cisgêneros e travestis, de diferentes estados (BA, ES, MG, PE, PI, PR, RS, SP – ainda que a maior parte das entrevistas tenha sido com ativistas paulistas dentro desta “bola de neve”), pertencentes a organizações nacionais ou somente a organizações locais, de gerações distintas do ativismo e com posições e engajamentos diversos frente ao sistema de justiça criminal e à demanda criminalizante.

¹³ Nossa estrutura embasa-se em larga medida na obra abolicionista transviada *Queer (In)Justice: The Criminalization of LGBT People in the United States* de John L. Mogul, Andrea J. Ritchie e Kay Whitlock (2011), que analisa os processos de criminalização de dissidências sexuais e de gênero, as mobilizações em torno da tipificação de crimes de ódio e as articulações abolicionistas críticas a este processo nos EUA.

os debates em torno da guinada punitiva contemporânea e os diagnósticos sobre o neoliberalismo. Em seguida, apresentamos os campos de estudos fronteiriços entre essas áreas e nas quais nos situamos: as criminologias transviadas e os abolicionismos transviados.

Após armarmos nosso problema de pesquisa nos referenciais teóricos discutidos naquele capítulo, em nosso capítulo dois, reconstruímos um histórico de como no Brasil se forjaram relações entre o sistema de justiça criminal e as populações dissidentes sexuais e de gênero. Na segunda parte desse capítulo, refletimos, à luz deste histórico e dos estudos transviados, sobre o que está em jogo em lutas contra a LGBTfobia, apresentando possíveis compreensões teóricas sobre a violência LGBTfóbica.

Nos capítulos três e quatro, apresentamos, enfim, uma genealogia da criminalização da LGBTfobia enquanto estratégia do movimento LGBT brasileiro (as ondas criminalizantes), ao lado da trajetória das críticas à criminalização (as ondas anticarcerárias e/ou anticriminalizantes) e das lutas descriminalizantes (que miravam o sistema de justiça criminal como algoz de LGBTs, não como seu protetor). Nesses capítulos, investigamos como as distintas ondas dos ativismos LGBT ativamente se articularam e se moveram no tabuleiro neoliberal-democratizante-criminal em que suas lutas se forjaram. Tecendo os fios entre os dois 13 de junho, refletimos, ao final do capítulo quatro, sobre as possibilidades de considerarmos um giro punitivo neoliberal no ativismo LGBT brasileiro.

Após construirmos esta genealogia, voltamos, no capítulo cinco, ao nosso diagnóstico de presente, elaborando, então, a noção de “racionalidade criminalizante” como forma de tornar inteligível o processo de delimitação dos discursos e das estratégias em jogo no ativismo LGBT brasileiro. A partir desta noção, ordenamos, em seguida, as diferentes construções discursivas em torno da criminalização da LGBTfobia em um *continuum* carcerário-abolicionista, analisando seus principais elementos constitutivos. Refletimos, ao final, sobre as conexões entre democratização, neoliberalização e criminalização, apontando possíveis contribuições críticas sobre as possibilidades e os limites engendrados dentro deste jogo democrático-neoliberal-criminalizante.

CAPÍTULO 01: GIRO PUNITIVO, NEOLIBERALISMO E A CRÍTICA ABOLICIONISTA TRANSVIADA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Neste capítulo, apresentamos os marcos teóricos nos quais construímos nosso problema de pesquisa, delineado na Introdução. Por um lado, partimos da Sociologia da Punição e dos questionamentos contemporâneos deste campo sobre giro punitivo e neoliberalismo para expormos a hipótese do “giro punitivo neoliberal”. Por outro, a partir das produções socioantropológicas sobre gênero e sexualidade e dos estudos transviados, voltamo-nos à sexualidade, às lutas de dissidentes sexuais e de gênero e questionamos em que medida tal “giro” teria ocorrido nestes ativismos. Na intersecção destes campos, apresentamos produções que emergem nessas fronteiras, tanto a Criminologia Transviada quanto o abolicionismo transviado. Ao final deste percurso, debruçamo-nos sobre como a criminalização da LGBTfobia emergiu como problema de pesquisa no Brasil. Deste modo, a fim de que, nos próximos capítulos, adentremos na construção empírica desta pesquisa, explicitamos, aqui, os alicerces teóricos de nosso problema.

1. Criminalizar: uma questão sociológica

Enraizada na Sociologia da Punição, esta pesquisa analisa as práticas e as demandas punitivas dentro dos constrangimentos e possibilidades das estruturas sociais e de seus fundamentos históricos, culturais e políticos (Garland, 1991: 156). Distante de reflexões filosóficas, jurídicas ou morais, este campo sociológico não analisa a “punição” em abstrato, mas as práticas punitivas concretas e históricas (Rusche; Kirchheimer, 1939). Rompe-se, ademais, nesta área de estudos, o vínculo, suposto como necessário, entre crime e punição. Nem todo ato definido como crime engendra inevitavelmente uma punição, tampouco toda punição deriva da condenação de uma prática criminosa (Fassin, 2018). Ao não tomar como natural e necessária essa vinculação e recusar noções universalizantes destas categorias, problematizam-se os processos sociais que selecionam a criminalização de certas condutas e grupos sociais. Estão, com efeito, em disputa em qualquer formação social o significado e a forma do que se constrói como crime e do que se pune. Justamente nestes embates em torno da punição construímos nosso objeto – nas trincheiras da criminalização e da punição de discriminações e violências LGBTfóbicas.

Não só as práticas punitivas, mas as ideias que justificam a necessidade da punição e conferem estatuto central ao aprisionamento como resposta à violação de normas sociais têm sua própria história – são reiteradas desde o século XVIII por discursos que operam pela “racionalidade penal moderna” (Pires, 2001). Este modo de pensar funda-se em quatro elementos: o direito de punir é definido como obrigação de punir; as penas aflitivas ou de exclusão social são valorizadas; a pena privativa de liberdade é tomada como referência; e sanções alternativas são desvalorizadas (Garcia, 2013: 53). Essa racionalidade opera pela naturalização da identidade entre uma norma de comportamento e a prescrição de penas aflitivas em caso de violação da norma, em que a prisão é tomada como pena de referência e em que a quantidade de mal dessa sanção comunica o grau de compromisso assumido com o bem que se quer honrar (Pires, 2004). Por meio deste “sistema de pensamento” ou “formação discursiva” hegemônica (Garcia, 2013: 47), as razões de se punir atualizam-se em torno das “teorias clássicas da pena”: a retribuição (punir para retribuir o mal causado), a dissuasão (para prevenir que outros não tenham tal conduta), a reabilitação (para transformar aquele a que se pune) e a denunciação (para afirmar a norma social como válida). Tal racionalidade configura, com efeito, um obstáculo epistemológico (Pires, 2004) profundo para se pensar crime e punição – não só do ponto de vista do direito penal, mas também dos discursos produzidos por ativistas e por cientistas sociais. Pressupondo uma conexão natural entre crime e castigo, a racionalidade penal moderna escamoteia a lógica por ela engendrada: a redução do horizonte de possibilidades de como se lidar com conflitos e com violações a normas à aplicação de penas aflitivas contra infratores. No limite deste raciocínio, a própria sobrevivência da sociedade atrela-se à sobrevivência da prisão (Garcia, 2013: 61), como se não existisse forma de organizar a vida social que possa prescindir do cárcere.

Trata-se, todavia, de invenção ocidental recente a pena privativa de liberdade em estabelecimentos prisionais. Tornou-se central no aparato punitivo estatal justamente no momento de emergência do capitalismo industrial – por um lado, por proporcionar retribuição, no modelo da troca mercantil de equivalentes entre o dano causado ao corpo social e a pena imposta em termos de tempo (Pachukanis, 2017); por outro, por permitir aplicar um processo de disciplinamento e subordinação dos trabalhadores que falhassem em livremente se submeter à disciplina fabril (Melossi; Pavarini, 2006). Disciplinando as “classes perigosas” cujos ilegalismos ameaçavam depredar a propriedade burguesa, as tecnologias de poder disciplinares empregadas sobre estes corpos produziram efeitos para além da mera repressão: a prisão, com efeito, forjou a figura do “delinquente”, um sujeito específico com uma biografia coerente com seus “crimes” (aquele que viria a ser o objeto da

criminologia no século XIX) justamente no ponto em que o direito penal construía apenas o infrator – quem violou uma regra (Foucault, 1984).

Às práticas disciplinares clássicas da prisão do século XVIII (que individualizam, adestram e conformam os corpos) acoplam-se na operação das práticas punitivas outras modalidades de poder – como nas práticas soberanas e escravistas inerentes aos modos de se punir no Brasil colonial e imperial (Koerner, 2006). Enquanto no momento de emergência do capitalismo industrial, tecnologias de punir visavam disciplinar e treinar os corpos da classe trabalhadora – que deveriam se construir como “dóceis e úteis” –, no capitalismo de bem-estar social do século XX, o aspecto “social” da punição e das redes de vigilância passou a ser central, com corpos sendo supervisionados não mais apenas em prisões panópticas, mas em redes de liberdade condicional; no capitalismo neoliberal, por sua vez, novas tecnologias de controle se desenvolveram em torno do confinamento e do monitoramento daqueles considerados com alto risco de infração (Simon, 2013). Tais tecnologias, todavia, não simplesmente se sobrepuseram no tempo, mas se (re)produziram em múltiplos engates históricos.

As prisões e o sistema penal, constituídos por uma “gestão diferencial dos ilegalismos” (Foucault, 1984) que se apresenta como neutra e universal, fundam-se em uma seletividade intrínseca no que concerne a quais atos são criminalizados, a quais tipos penais têm sua violação punida e quais indivíduos são condenados. Este sistema opera por uma “lógica que distribui imunidade e criminalização” (Flauzina, 2006: 87), evitando a prisão a todo custo para uns e construindo-a como possibilidade para outros. Sustenta-se, todavia, pela “vital dissimulação da seletividade no sacrifício público de réus brancos bem sucedidos [o que visa] blindar o sistema de uma acusação categórica quanto à sua atuação discriminatória” (Flauzina, 2006: 90).

Raça e classe são, com efeito, categorias centrais de organização da punição na modernidade. Na sociedade brasileira, fundada sobre o genocídio indígena e a escravização de corpos negros, “vacionado para incriminar a qualquer custo, o terror racial negocia a liberdade de forma restritiva para quem, no dizer de Abdias do Nascimento, deve cumprir pena fundamentalmente pelo ‘delito de ser negro’” (Flauzina, 2017: 13). Aos jovens negros brasileiros, impõe-se a prisão ou a morte como pena, destino legitimado contemporaneamente pela construção, em termos de raça e classe, da figura do “traficante de drogas” como inimigo público a ser abatido (Zaccone, 2015). Nosso sistema penal

[...] traz em sua espinha dorsal todas as heranças do colonialismo. Não prescinde das intervenções corporais como ranço de um sistema penal privado de matriz

escravocrata e abraça com vigor a pauta do extermínio postulada desde os tempos imperiais [...] (Flauzina, 2006: 83).

Central também à organização da punição, as relações de gênero estruturam não só as prisões (generificadas em sua separação masculina/feminina) e as formas de se punir (às mulheres a imposição da violência doméstica como forma cotidiana de punição à não conformação a determinados papéis e normas sociais) (Davis, 2003), mas também o próprio processo de “invisibilização do feminino das equações punitivas” (Flauzina, 2016: 98). Ademais do contemporâneo aumento exponencial do encarceramento de mulheres negras (Alves, 2017), punem-se também as familiares e companheiras dos jovens negros encarcerados ao serem responsabilizadas pela manutenção econômica dos encarcerados e submetidas a constantes práticas de violência de gênero ao visitar seus familiares (Flauzina, 2016).

Outrossim, o monitoramento das fronteiras normativas de gênero e sexualidade e a punição de quem as ultrapassa organiza tanto o modo como cotidianamente se policia a conformação às normas de gênero e sexualidade quanto a experiência da sexualidade e do gênero dentro das instituições do sistema de justiça criminal (Mogul; Ritchie; Whitlock, 2011). Em uma ponta, o cárcere é institucionalmente definido por regimes normativos de sexualidade e gênero que segregam as pessoas por sexo, restringindo o direito à autodeterminação e livre expressão de gênero e sexualidade; e marcado por esforços “correcionais” de transformação do comportamento sexual e de gênero das encarceradas e pelo emprego reiterado da violência sexual para manutenção do controle (Lamble, 2011). Em outra, o policiamento das normas de gênero e sexualidade opera tanto como outra via de controle em termos de classe e raça quanto com seus papéis específicos, de naturalização das normas de gênero e sexualidade por meio de mecanismos de “polícia de gênero” e de polícia das construções dos corpos como “naturalmente” cisheterossexuais (Tomsen; Mason, 2001), perseguindo manifestações de sexualidades dissidentes e de não conformidade à cisnormatividade.

Em suma, classe (Rusche; Kirchheimer, 1939; Wacquant, 2010), raça (Flauzina, 2006; Davis, 2003), gênero (Davis, 2003; Sudbury, 2014) e sexualidade (Mogul et al., 2011; Lamble, 2011) têm sido estruturantes dos processos de criminalização e punição, em suas dimensões tanto formais quanto informais, públicas ou privadas, rotineiras ou excepcionais. Apontar esta matriz que organiza como, quem e o que se pune ilumina não só os limites de reformas judiciais e prisionais – as quais, afinal, constituem a história das prisões desde sua fundação (Foucault, 1984) –, mas também os desafios de se construir outras formas de se

lidar com violações a normas. Em uma síntese possível dessas múltiplas articulações, as criminalizações e punições sustentam-se em uma equação na qual

[...] a raça é o pressuposto da criminalização; o gênero diz da espécie das investidas de punição; e a sexualidade dos moldes da pena imposta. A classe, por óbvio, diz dos redutos onde se devem encontrar os seres concretos a serem processados por essa engenharia sofisticada de controle [...] (Flauzina, 2016: 98).

1.1. Entre a guinada punitiva contemporânea e o neoliberalismo

Nas últimas quatro décadas, observamos a emergência de uma inflexão no âmbito da punição em diversas sociedades, o que se tornou conhecido sociologicamente como “guinada punitiva contemporânea”, caracterizada não só pela expansão do aprisionamento, pela transformação do papel das prisões e por um crescente encarceramento de mulheres (Sudbury, 2014), mas também pelo espraiamento de novas técnicas de vigilância e controle social e por um novo papel do crime e da securitização nos governos contemporâneos. As transformações na área da punição, com efeito, transbordaram a justiça criminal, articulando-se a mudanças culturais e sociais dos modos de se conceber fenômenos ligados à criminalidade e à punição, o que remodelou tanto as formas de se produzir conhecimento quanto as lutas políticas contemporâneas. Nos EUA, configurou-se um “encarceramento em massa”, o qual se distingue do aprisionamento em outros tempos históricos por sua escala (maior prisionização que em qualquer outro período), sua aplicação por categorias (o que, no caso brasileiro, não constitui qualquer novidade) e a transformação da prisão em gestão de resíduos (Simon, 2007) que promete segurança por conter separadas as pessoas cuja propensão ao crime as tornaria intoleráveis riscos à sociedade. No Brasil, fenômeno semelhante se constituiu desde os anos 1990.

Para compreendermos algumas dessas transformações, apresentaremos, primeiro, reflexões sobre como, desde os anos 1970, diversas sociedades têm sido, em diferentes ritmos e trajetórias, neoliberalizadas. A partir deste diagnóstico, será possível adentrar as relações da guinada punitiva contemporânea com outros processos históricos em curso. Quanto ao neoliberalismo, destacam-se dois conjuntos de teses principais em torno dele. Por um lado, pode ser definido como um processo de “mercadorização” e um “regime de acumulação” (Andrade, 2019). Em obras marxistas, aparece, neste sentido, como uma nova fase de acumulação do capitalismo, caracterizada pelo fortalecimento do capital financeiro (Toitio, 2016: 29), pelo desmonte do Estado de bem-estar social (“*welfare state*”) e pela crescente redistribuição ascendente da riqueza, cuja hegemonia política e ideológica consolida-se desde os anos 1980 (Anderson, 1995). Como sistema de “acumulação por despossessão”,

possui quatro características fundamentais: a privatização e a mercadorização dos bens públicos, a financeirização, a gestão e a manipulação das crises e as redistribuições ascendentes de riqueza impulsionadas pelo Estado (Harvey, 2007).

Por outro lado, em lentes foucaultianas, aparece como um processo de “economicização”, isto é, “um sistema eficaz de normas que [opera], desde o início, em termos de práticas e comportamentos” cuja racionalidade “se caracteriza precisamente pela expansão e fortalecimento da ‘lógica de mercado’ fora da esfera mercantil” (Dardot; Laval, 2016c). Como uma governamentalidade, isto é, uma arte de conduzir condutas, tende a universalizar uma grade de inteligibilidade economicista de compreensão do mundo pela disseminação da “forma empresa” em todas as esferas da vida social (Foucault, 2010). Não se trata, portanto, apenas de um fenômeno político-econômico, mas sobretudo de “um projeto político que se empenha em criar uma realidade social que sugere já existir” (Lemke, 2001: 203).

Essas perspectivas podem ser articuladas de distintas formas para se abordar as transformações de sociedade contemporâneas – o que, em certa medida, tem sido expresso em análises de Brown (2015) e Dardot e Laval (2016a). Como sistema antropológico de produção de subjetividades conduzidas pela racionalidade do capitalismo contemporâneo (Dardot; Laval, 2016a: 17), o neoliberalismo se define, neste diapasão, pela generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. Distinto do governo liberal em que o indivíduo como *homo oeconomicus* era uma das faces dos sujeitos governados, no governo neoliberal, o indivíduo deve ser constantemente produzido como *homo oeconomicus* em toda as esferas da sua vida, não mais como aquele sujeito fundamentado em trocas econômicas, mas como sujeito voltado à concorrência e que se conduz como uma empresa em todos os âmbitos da vida. Como governamentalidade empresarial, o neoliberalismo apoia no governo de si (como uma empresa) seu governo dos outros (fundamentado na competitividade entre empresas), submetendo tanto as condutas individuais quanto o Estado à mesma lógica normativa (Dardot; Laval, 2016a).

Conforme tende a reduzir o ser humano em suas diversas dimensões ao *homo oeconomicus*, a racionalidade neoliberal propende a desdemocratizar as sociedades contemporâneas, desvanecendo a figura própria da política – o *homo politicus* – e esvaziando o sentido e as operações da democracia (Brown, 2015). Longe de ser pautada por igualdade e liberdade, uma democracia neoliberal funda-se na produção generalizada de desigualdade e competição e assemelha-se a uma máscara que iguala liberdade com o exercício ocasional de escolha entre alternativas (frequentemente indistinguíveis) em competição que põem em

sua própria sombra a (consensual) apoteose neoliberal do mercado (Comaroff; Comaroff, 2006). Sob ataque no neoliberalismo, não está apenas a democracia liberal de certas sociedades do Norte global (alicerçada também sob a não-universalidade e a não-liberdade), mas a democracia enquanto princípio político de que o povo deve governar a si mesmo e de que deve ser o comum e não uma parte ou um grande Outro o soberano político (Brown, 2008). Lutas que emergem como democráticas, neste sentido de democracia, contrapõem-se não só à racionalidade neoliberal, mas também àqueles poderes que organizam desigualdades e não-liberdades frente aos quais a democracia liberal e socialdemocracia sempre falharam em se contrapor: o capital e os poderes normativos não diretamente econômicos (Brown, 2008).

Os processos de neoliberalização podem ser observados tanto “de cima”, pela análise da reconfiguração das políticas estatais, quanto “de baixo”, perspectiva na qual o neoliberalismo se revela como racionalidade “posta em jogo pelas subjetividades e táticas da vida cotidiana – como uma variedade de modos de fazer, sentir e pensar que organizam os cálculos e os afetos da maquinaria social” (Gago, 2018a: 16). Enquanto, de cima para baixo, o neoliberalismo opera modificando o regime de acumulação global, de baixo para cima, é forjado pela “proliferação de modos de vida que reorganizam as noções de liberdade, cálculo e obediência, projetando uma nova racionalidade e afetividade coletiva” (Gago, 2018a: 17). Estes movimentos “de cima” e “de baixo” constantemente se reforçam, forjam pontos de apoio e constituem, em certa medida, condição e efeito um do outro. Resultantes destes processos de subjetivação e assujeitamento, as subjetividades produzidas nos moldes neoliberais, que radicalizam o paradoxo entre sujeição e subjetivação (por produzirem sujeição por meio da liberdade), deparam-se com a contígua radicalização da relação entre liberdade e segurança (Gago, 2018a). Conforme “toda a sociedade se torna empresa”, acentua-se a “gestão de uma crescente necessidade de liberdade-segurança” (Gago, 2018a: 233) – desde baixo e desde cima, a segurança desponta como problema central à dinâmica neoliberal empresarial de “gestão de si: de suas liberdades e de suas (in)seguranças” (idem, *ibidem*).

A gestão neoliberal da insegurança atrela-se justamente à guinada punitiva contemporânea – relação sobre a qual diversas teses foram forjadas na Sociologia da Punição. Deste conjunto, apresentaremos aquelas que, além de fundamentais neste campo, são imprescindíveis à formulação desta pesquisa. Ainda que se forjem como diagnósticos sobre as transformações no âmbito da punição nos Estados Unidos e no Reino Unido, estas teses

podem ser produtivas para pensarmos a experiência brasileira contemporânea na qual se constrói nosso problema de pesquisa.

Em diagnóstico clássico neste campo, Garland (2001) toma o aumento da criminalidade desde os anos 1970 e as experiências vividas em sociedades com altas taxas de crime como determinante na emergência do “complexo do crime da pós-modernidade”, caracterizado, dentre outros fatores, por grande investimento emocional no crime e pela centralidade das vítimas e da segurança nas políticas públicas. As políticas criminais contemporâneas responderiam a este complexo de modo ambivalente. Por um lado, emergiria uma “criminologia do eu” ou “da vida cotidiana”, alinhada a transformações neoliberais, que concebe como potencial criminoso qualquer indivíduo que aproveite oportunidades para cometer atividades ilegais, cuja prevenção ocorre pela gestão destas oportunidades a fim de moldar os comportamentos individuais. Por outro, vigoraria uma “criminologia do outro”, a qual, ao conceber os delinquentes como inimigos pertencentes a um grupo social e racial distinto de “nós”, as vítimas, justifica políticas que visem à sua neutralização (Garland, 2001: 184-186). Nesta perspectiva, o encarceramento em massa e as políticas criminalizantes repressivas seriam contraditórias com as políticas penais tipicamente neoliberais – da criminologia do eu.

Distante dessa aparente contradição, Nikolas Rose (2000) aponta uma “coerência estratégica” nas distintas táticas contemporâneas de controle que se constituem no governo de sujeitos éticos de liberdade – sujeitos neoliberais, governados pela liberdade. Em uma ponta, os cidadãos empreendedores de si, responsáveis por seus próprios atos, enredam-se em “circuitos de inclusão”, nos quais são continuamente monitorados e controlados em seus fluxos cotidianos, enquanto, na outra, aqueles continuamente construídos como anticiudadãos, os não incluíveis por não poderem se responsabilizar por si mesmos – a “*underclass*”, os marginalizados, os “criminosos” – são sujeitos às estratégias dos “circuitos de exclusão” e suas táticas de gestão de risco e suas técnicas psicológicas, as quais buscam “reciclar” os “problemas” destes indivíduos tomados como falhas éticas da condução de suas próprias existências. O criminoso, nesse diapasão, torna-se o indivíduo que falha em seu auto-controle, em aceitar suas responsabilidades éticas como membro dessa comunidade moral de sujeitos livres, sendo, portanto, submetido à gestão destinada aos anticiudadãos.

O fortalecimento do Estado penal sobre os anticiudadãos emerge como intrínseco ao projeto neoliberal no diagnóstico de Wacquant (2010), para quem, o “mais Estado” policial e penitenciário seria consequência do “menos Estado” social, o qual engendraria justamente o aumento generalizado da insegurança objetiva e subjetiva que pressionaria pelo Estado

penal. Com a diminuição do Estado social e o aumento da responsabilização individual, fortalece-se uma lógica repressiva de “guerra aos pobres” marcada pela hiperpunição contemporânea, imanente ao processo de constituição neoliberal. Nesta “gestão penal da miséria”, consolidam-se discursos de demonização de categorias sociais que ocupam as posições inferiores do espaço social, legitimando um Estado penal centauro, dócil com os de cima e autoritário e patriarcal com os despossuídos (Wacquant, 2010). Em tais condições, ciclos cada vez maiores de pobreza, criminalização, encarceramento e violência atingiriam não somente aqueles considerados das classes trabalhadoras mais marginalizadas e das populações não brancas, mas também, a partir de imbricações de gênero, raça e classe, as pessoas transviadas que não se conformem às cisheteronormas (Meyer, 2014).

Nesta pesquisa, tomamos o neoliberalismo e a guinada punitiva como processos mutuamente constitutivos – possuem, com efeito, certa “coerência estratégica” (Rose, 2000), ainda que não se possa transpor sem mediações para sociedades como a brasileira a tese de Wacquant de um “projeto neoliberal” (e carcerário) homogêneo. O diagnóstico de um “giro punitivo neoliberal”, fundamental tanto aos debates dentro do campo da Sociologia da Punição quanto a teses transviadas sobre as transformações de movimentos sociais LGBTs, é central à construção de nosso problema na medida em que partimos dele como uma hipótese para analisar a emergência dos problemas de crime no ativismo LGBT brasileiro. Buscaremos compreender, no entanto, tanto as “coerências estratégicas” que poderiam marcar um “giro punitivo neoliberal” no ativismo quanto as ambivalências e as nuances desses processos, de modo que tal investigação não se limita a uma mera verificação ou negação dessa tese incontornável na Sociologia da Punição contemporânea.

Seguimos, nesta pesquisa, um aspecto central do argumento de Wacquant e da tradição de Rusche e Kirchheimer: a dissociação entre o aumento das taxas de crime e o aumento dos processos de criminalização. O giro punitivo, assim, não se forja como resposta às taxas de crime, mas como produto de múltiplos processos contemporâneos por meio dos quais o crime, a criminalização e o encarceramento tornam-se centrais. Mesmo que se reconheça a percepção social do aumento de crimes, o que nos cabe investigar, tal qual Simon (2007), são os modos como politicamente se trabalhou para “redefinir políticas públicas como política criminal” (Simon, 2007: 36) e os efeitos de “o crime te[r] sido enquadrado como um, se não o, problema decisivo para o governo” (Simon, 2007: 13). Enquanto um “problema modelo para o governo [...] frequentemente é por meio do crime que outros problemas são reconhecidos, definidos e administrados” (Simon, 2007: 14). A tese deste criminológico estadunidense é, com efeito, central para o modo como analisamos nesta

pesquisa a guinada punitiva – nos termos da constituição de um “governo pelo crime”, isto é, de o crime se tornar “uma racionalidade governamental” (Simon, 2007: 16), engendrando “modos de pensar, conhecer e agir que tanto concebem quanto justificam estas práticas [criminais]” (Simon, 2007: 20).

[...] As formas de conhecimento por meio das quais o campo de ação é estruturado num sentido mais amplo, de acordo com Foucault, constituem um tipo de racionalidade de governo. Quando governamos pelo crime, fazemos o crime e as formas de conhecimento historicamente associadas com ele – direito criminal, narrativas populares de crime e criminologia – disponíveis fora de seus domínios disciplinares originais limitados como ferramentas poderosas pelas quais interpretar e enquadrar todas as formas de ação social como um problema para o governo [...] (Simon, 2007: 17).

A construção de problemas sociais como tal não visa à simples gestão das taxas de crime, mas a gerir problemas políticos como se fossem problemas de crime. Sob este modo de gestão, constitui-se o “projeto exílio” como solução a diferentes problemáticas, o qual promete produzir segurança enviando indivíduos de certas comunidades para o “exílio” (Simon, 2007). O encarceramento em massa emerge, nesta chave, como solução estável a políticas de distintos matizes (Simon, 2007: 159). Atrelado à economicização neoliberal, esta política torna-se, ainda, permeada pelo objetivo de construir prisões tão rapidamente e com custos tão baixos quanto possíveis (Simon, 2007: 153). Nesta lógica, a prisão promete “segurança” por meio de uma “gestão de resíduos” (daquilo que, descartado, não pode ser transformado ou reciclado) pelo exílio (via armazenamento) de indivíduos pertencentes aos agregados populacionais construídos como perigosos, isto é, pela promessa de incapacitar pelo maior tempo possível sujeitos ligados a perfis de alto risco de delinquência (Simon, 2007)¹⁴.

O “governo pelo crime”, todavia, não tem efeitos somente sobre os pobres e os racializados como não-brancos (alvos prioritários desta “gestão de resíduos”), tampouco é primariamente sobre repressão, mas se caracteriza por formas produtivas de condução de condutas com efeitos em múltiplos âmbitos sociais – por meio deste governo, o crime “ativamente remodela como o poder é exercido através de hierarquias de classe, raça, etnicidade e gênero [e sexualidade]” (Simon, 2007: 18). De diferentes formas, o crime regula o autogoverno daqueles que não são alvos da repressão criminal, mas “ávidos consumidores de ferramentas governamentais públicas e privadas contra o risco do crime” (Simon, 2007:

¹⁴ Como em todos os demais momentos de articulações históricas e contingentes entre práticas penais e suas respectivas racionalidades, aqueles grupos passíveis de serem criminalizáveis, puníveis e de terem penas aflitivas aplicadas sobre si foram sendo construídos como os “outros”. A novidade sob a razão neoliberal não está na constituição desse “outro” perigoso em termos estruturais de classe, raça, gênero, sexualidade, mas o modo atuarial de construção do “outro”. De modo análogo, a justiça atuarial e os cálculos de riscos já ocorriam na formação do *welfare*, mas tomaram outros contornos com a racionalidade neoliberal.

16). De modo “liberal”, opera em geral sobre a liberdade dos sujeitos, não contra ela. Constituem-se, assim, não só os “criminosos” como sujeitos do crime como racionalidade governamental, mas também as “vítimas de crime” – as quais são alçadas ao estatuto de “sujeitos representantes de nosso tempo” (Garland, 2001: 11-12). Como sujeito idealizado pela lei, a “vítima de crimes” se torna modelo para a representação de si mesmo dos “cidadãos” livres empreendedores.

[...] Classificar os cidadãos entre tipos de vítimas atuais ou potenciais permite um amplo reconhecimento da diversidade interna do enquadramento unificador do ‘medo do crime’ – enquanto nosso catálogo contemporâneo de ‘monstros’, que inclui agressores sexuais, membros de gangues, traficantes de drogas e reincidentes por crimes violentos, forma uma razão constantemente renovada para ação legislativa [...] (Simon, 2007: 77).

Tais faces de se “governar pelo crime” atrelam-se às transformações neoliberais. Com a racionalidade neoliberal, aqueles que são construídos como “criminosos”, “anticidadãos”, tomados como sujeitos moralmente diferentes do restante da sociedade (Bell, 2014), são justamente os que não logram estar à altura do ideal de cidadão responsável e autossuficiente. À população que apresenta riscos à competição neoliberal, sua eficiente gestão mediante coerção e exílio pelo sistema de justiça criminal; aos empreendedores vítimas de crimes, uma segurança eficiente. As estratégias punitivas, que em determinadas sociedades atrelavam-se a uma racionalidade do social centrada na reforma dos indivíduos punidos como principal objetivo da punição (Garland, 1983), reconfiguram-se tanto na demanda por um funcionamento eficiente e neoliberal das instituições penais quanto na construção do criminoso e do papel de sua punição. Não se busca, na punição neoliberal, nem a eliminação dos fenômenos criminais nem a reforma de “criminosos”, mas a gestão de populações construídas como descartáveis e a administração de “quantos delitos deveriam ser permitidos e quantos delinquentes deveriam não ser punidos” (Becker, 1968: 2). As garantias e limites liberais da racionalidade jurídica clássica, que pressupõem a ação individual que rompe alguma norma do contrato social, são postas em xeque com o avanço dessa racionalidade econômica sobre o sistema de justiça criminal, com a relativização das garantias e dos limites liberais frente ao poder punitivo estatal em expansão e com a esfera penal construída como domínio de intervenção legítima do Estado, nos termos de uma “penalidade neoliberal” (Harcourt, 2010).

Embora as características mais visíveis deste modo de governo impliquem em “práticas de punir, reprimir e confinar pessoas [...] [,] muito do trabalho de governar pelo crime envolve equipar e guiar sujeitos na busca socialmente valorizada de segurança e justiça” (Simon, 2007: 20). Desta forma, não se constrói somente “de cima para baixo” este

modo de governo – ainda que o Estado seja, de fato, central na constituição do crime como um problema de governo em detrimento de outros (como um governo pela educação, por exemplo); o crime também opera como “enquadramento horizontal” (Simon, 2007: 21) enraizado nos modos como grupos e instituições fora do Estado enquadram problemas sociais. Particularmente nesta dimensão de enquadramento do crime que se produz “de baixo para cima”, construímos nossas investigações sobre os ativismos LGBT brasileiros e a “guinada punitiva contemporânea”.

“Desde baixo”, movimentos sociais têm sido, de múltiplas formas, reconfigurados pelos processos de neoliberalização e pelas transformações no âmbito da violência e da punição tanto por estas racionalidades alterarem como se organizam tais lutas quanto por transformarem as oportunidades disponíveis no tabuleiro em que os ativismos se movimentam. As políticas neoliberais e criminais forjaram cambiantes alianças em linhas de gênero, raça e sexualidade (Duggan, 2012) em diferentes contextos sociais – tendo sido afins, no âmbito do gênero e da sexualidade, tanto de movimentos neoliberais antigay e antitrans ou a ativismos homonacionalistas neoliberais (Drucker, 2015), quanto das reconfigurações das demandas dos movimentos feministas (Fraser, 2009) e de dissidências sexuais e de gênero (Bourcier, 2017) em relação àquelas que eram apresentadas nas primeiras décadas destes ativismos.

O neoliberalismo, com efeito, rearticulou tanto os consensos quanto as violências nas relações de gênero, forjando um estado paradoxal e instável de reorganização da coerção, uma “*pax neoliberalia*” (Falquet, 2017: 22), composta, por um lado, por uma cara “sorridente” de criação de consenso – em que as estratégias neoliberais incitam as mulheres à participação política ao mesmo tempo em que cooptam e domesticam as forças críticas desses movimentos políticos – e, por outro, por sua cara coercitiva – de recrudescimento da violência contra as mulheres (Falquet, 2017: 9) e, de modo mais amplo, de redistribuição das chances de vida (Spade, 2015: 22). Se expandirmos este argumento para as dissidências sexuais e de gênero, podemos observar tanto a atualização neoliberal da violência e da criminalização de tais corpos quanto a “domesticação” de ativismos radicais que se voltam a desejar o desejo do Estado neoliberal penal como processos imanentes à reprodução do capitalismo neoliberal. Nesta pesquisa, debruçamo-nos justamente sobre sua face “sorridente”, de produção de consensos, buscando compreender em que medida forças propositivas críticas de movimentos de dissidências sexuais e de gênero ingressaram no consenso neoliberal e criminalizante no qual o combate à violência se apresenta não só por meio de soluções atreladas ao mercado em expansão, mas também por vias carcerárias:

[...] A resposta mais comum [à violência] é a reivindicação de criminalização e punição. Esse ‘feminismo carcerário’, como tem sido chamado, aceita como natural precisamente o que deve ser questionado: a suposição equivocada de que leis, a polícia e os tribunais mantêm autonomia suficiente em relação à estrutura de poder capitalista para contestar sua profunda tendência a gerar a violência de gênero. Na verdade, o sistema de justiça criminal atinge, de modo desproporcional, homens de grupos étnicos minoritários pobres e da classe trabalhadora, incluindo imigrantes, enquanto deixa seus colegas de colarinho branco livres para estuprar e espancar e também deixa que as mulheres recolham os destroços: percorrendo longas distâncias para visitar filhos e maridos encarcerados, sustentando sozinhas a família e lidando com as sequelas legais e burocráticas do aprisionamento [...] a resposta carcerária ignora a importância de alternativas para as sobreviventes [...] nessas condições, nenhuma feminista, mesmo com um mínimo de sensibilidade em relação à classe e à raça, endossa uma resposta carcerária à violência de gênero. (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019: 70).

É fundamental apontarmos que, nessa “*pax neoliberalia*”, complexificam-se as fronteiras entre tensionar e compor com os processos neoliberais e de hiperpunição. Por um lado, mesmo movimentos que se oponham às políticas econômicas neoliberais e ao modelo de família neoliberal – as quais estão no cerne das preocupações de Duggan (2012) e Fraser (2009) – podem, no entanto, estar organizados pela racionalidade neoliberal (Brown, 2015: 202; Toitio: 2016). Por outro lado, ainda que se posicionem contra o encarceramento em massa, ativismos feministas (Bernstein, 2007; Bumiller, 2008) e LGBTs (Spade, 2015; Meyer, 2014) podem reconfigurar suas políticas em termos carcerários e criminalizantes. Indivíduos, grupos e movimentos sociais que não são propriamente conservadores podem, assim, sem contradição a seus olhos, demandar uma maior severidade nas penas e se opor a qualquer abrandamento de penas ou à imposição de sanções alternativas (Pires, 2001).

Para analisar estes consensos dos tempos de encarceramento em massa, é incontornável a analítica de Elizabeth Bernstein (2007) sobre o “feminismo carcerário”, termo cunhado por esta socióloga para designar a “formação cultural e política em que as lutas por justiça e libertação de gerações [feministas] anteriores são reformuladas em termos carcerários” (Bernstein, 2012: 236), em outras palavras, a ascensão de políticas carcerárias dentro da segunda onda do feminismo (Bernstein, 2012: 235). Tecem diagnósticos semelhantes as obras de Beth Richie (2012) e Kristin Bumiller (2008) sobre as relações entre neoliberalismo e feminismo carcerário nos EUA, as quais apontam, de modo análogo a Angela Davis (2017), a urgência de “dize[r]mos não ao feminismo carcerário e sim ao feminismo abolicionista [penal]”. Nestes tempos criminalizantes, questionamos, em interlocução com estes diagnósticos e com as teóricas transviadas críticas aos ativismos carcerários (apresentadas na seção 3.2 deste capítulo), em que medida haveria um giro punitivo e neoliberal nesses ativismos.

Alicerçam, em suma, as lentes desta pesquisa, uma perspectiva “desde baixo” (Gago, 2018a) que toma, de um lado, o neoliberalismo como racionalidade (Dardot; Laval, 2016a) em tensão com a democracia (Brown, 2015) e, de outro, a “guinada punitiva contemporânea” como processo atrelado ao neoliberalismo e ao modo de “governo pelo crime” (Simon, 2007). Sob a hipótese do “giro punitivo neoliberal”, investigamos, a partir do modo como os movimentos LGBTs brasileiros construíram políticas criminalizantes, em que medida este processo tensionou e compôs com racionalidades neoliberais e criminalizantes na sociedade brasileira.

1.2. Neoliberalização, governo pelo crime e democratização à brasileira

Reflexões sobre a relevância de se pensar uma “guinada punitiva” ou um processo de “neoliberalização” no Brasil passam necessariamente por considerações acerca dos ritmos, mediações e “aclimatações” locais destes processos. As transformações brasileiras no âmbito da punição, nas últimas três décadas, não se forjaram em resposta à crise de um Estado de bem-estar social (Wacquant, 2010) e de sua correspondente forma de governo (Simon, 2007), mas durante nosso processo de redemocratização, com suas promessas e suas políticas de expansão de direitos. Por estas terras, foram justamente as décadas que se seguiram ao final da ditadura militar que viram a função punitiva do poder estatal se expandir drasticamente, atualizando formas tradicionais do poder de punir e engendrando estarrecedoras taxas de encarceramento (Sinhoretto et al., 2013) e de letalidade da atuação policial (Zaccone, 2015). Tal configuração pode, com efeito, caracterizar um “giro punitivo” construído nos termos dos nossos processos históricos.

Em nossa redemocratização, duas concepções coexistiram nas políticas criminais: uma visando à efetivação de direitos e garantias dos acusados e condenados e outra mais repressiva ligada à expansão das criminalizações e ao aumento do *quantum* punitivo de certas sanções (Campos, 2010). Enquanto, nos anos 1980, a percepção do preso como sujeito de direitos e políticas criminais visando à ressocialização estavam em decadência em outras partes do mundo, foi somente nesse breve momento que tais noções emergiram em certas legislações e políticas criminais brasileiras (Teixeira, 2006). Nos anos 1990, no entanto, tenderia a prevalecer uma racionalidade punitiva nas políticas de segurança pública promovidas por meio da exceção, com a prisão representada com a finalidade de incapacitação (Teixeira, 2006) e a perspectiva criminalizadora predominando enquanto prisma a partir do qual se pensam diversos conflitos sociais (Campos, 2010).

Nas ambiguidades constitutivas do processo de democratização, não somente essa concepção criminal mais repressiva contribuiu para a expansão da punição, mas também desempenhou papel importante a defesa dos direitos humanos e da reforma democrática e humanista das instituições penais. Constituiu-se, com efeito, um consenso cognitivo e político no polo “progressista” dessas concepções criminais em torno de constantes reformas do sistema penal, o que possibilitou a contínua expansão democrática e humanista da segurança pública, forjando o “tríptico segurança pública – democracia – direitos humanos” como forma de governo (Marques, 2018). Deste modo, os direitos e garantias democráticas não estiveram apenas no polo oposto da expansão carcerária, mas também sustentando formas de governo pelo crime que expandiram a segurança pública, os processos de criminalização e de produção seletiva de criminosos, por meio justamente dos signos da democracia e dos direitos humanos (Marques, 2018).

Como efeito desses processos, o sistema penal brasileiro nestas décadas de democratização e neoliberalização, tornou-se pedra angular do projeto de exclusão social e eliminação física dos construídos como anticomunismo, dando fôlego novo à criminalização e ao genocídio da população negra (Flauzina, 2006: 100). Com a “anuência do Judiciário [...] decisiva para a confirmação da cultura punitiva de caráter racista” (Flauzina, 2017: 15), as altas taxas de letalidade policial e de encarceramento de jovens negros seguiram atualizando a “intensa naturalização social do racismo, com o profundo desprezo à vida negra” (Flauzina, 2017: 14).

Nesta configuração histórica, embora altos níveis de violência tenham andado lado a lado com a democratização (Caldeira, 2003), as transformações punitivas não configuraram resposta ao aumento da violência como se fossem uma solução evidente à insuficiente punição e controle social (Caldeira, 2003). Como argumentamos, as transformações no âmbito da punição não se explicam como reação lógica ao aumento ou diminuição da violência e das condutas criminalizadas, de modo que, ainda que aspectos da distribuição da violência tenham se reconfigurado no processo redemocratizante, a guinada punitiva brasileira não deriva do aumento dessas violências, mas se constrói como produto de um complexo emaranhado de formas de governo que tiveram como efeito tornar centrais à nossa experiência democrática o crime, a segurança e a expansão da criminalização.

O crescimento da violência na experiência democrática contemporânea não constitui, ademais, qualquer “excepcionalismo” brasileiro. Nas últimas décadas, tanto ao Norte quanto ao Sul do mundo, a violência criminal, mais do que aumentar quantitativamente, ampliou sua relevância qualitativa: tornou-se um modo fundamental pelo qual se pensam os pesadelos

que assombram as nações, a serem lidados pela mobilização de “mais lei e ordem” (Comaroff; Comaroff, 2006). Ainda que no Sul global este processo emergja de modo mais dramaticamente visível devido à nossa história colonial e às instituições políticas herdadas desse processo, não é estranho que o giro punitivo brasileiro, assim como o estadunidense, ocorra em tempos “democráticos”: os mecanismos (violentos) de governo são, afinal, amplamente compartilhados entre democracias (neo)liberais e ditaduras – com efeito, diversos regimes que se forjaram após transições de ditaduras sustentam sob o álibi da democracia liberal modos criminalmente brutais de dominação (Comaroff; Comaroff, 2006: 2).

As políticas criminais contemporâneas tampouco emergem como mera atualização de um punitivismo cultural brasileiro. Embora a violência e a punição constituam as relações sociais nas sociedades colonizadas de modo distinto do Norte global, este traço não indica um “atraso cultural” latinoamefricano¹⁵, mas um padrão pós-colonial (Smith, 2016: 37) produto de uma multiplicidade de construções políticas e de processos punitivos historicamente situados. Outrossim, quando se considera que “o desejo de punição é ubíquo e inequívoco ignora[-se] a complexidade das atitudes culturais e os fatores situacionais e políticos que moldam sua expressão” (Beckett, 2000: 4). Ao não se partir do punitivismo como aspecto cultural explicativo da punição contemporânea, abrem-se possibilidades de compreensão das rupturas e das continuidades deste período punitivo e de mapeamento das linhas de fuga do que tem sido produzido como inescapável: criminalizações e punições em ascensão.

Certamente, as políticas criminais contemporâneas e seus efeitos não podem ser separados de nosso *continuum* histórico punitivo, que segue atualizando, desde a invasão colonial, formas de vigiar, controlar e punir brutalmente populações indígenas, negras, empobrecidas, dissidentes de gênero e sexualidade. Historicamente sua face contemporânea não se diferencia desta história de longa duração se não em termos lógicos, como um modo específico de fazer a gestão de nossos tempos históricos sedimentados¹⁶. O “giro punitivo”

¹⁵ Cunhado por Lélia Gonzalez (1988: 69) para propor um “olhar novo e criativo no enfoque da formação histórico-cultural do Brasil”, América Latina busca destacar nossa ascendência, mais ameríndia e ameíricana do que latina, uma “América Africana cuja latinidade, por inexistente, teve trocado o *t* pelo *d*”. Busca-se, com o emprego deste termo, deslocar e enriquecer os modos de se pensar as experiências dos povos dessas terras “ladinoamefricanas”. Em esforço semelhante de nomear nosso continente com referências para além do olhar europeu, outros estudos decoloniais têm empregado a designação *Abya Yala*, a qual se refere, na língua do povo Kuna, a nosso continente ladinoamefricano.

¹⁶ Esta formulação resulta, em grande medida, de interlocuções com o Prof. Dr. Nilton Ota e com outras pesquisadoras da Rede Interdisciplinar de Pesquisadores (FFLCH-USP), as quais foram imprescindíveis para se adotar nesta pesquisa tal enquadramento dos processos contemporâneos de punição no Brasil.

brasileiro, deste modo, configura-se dentro deste *continuum* como modo neoliberal de gestão forjado por meio da hibridização de distintas racionalidades políticas no âmbito da punição. Ao caracterizarmos, portanto, um “giro punitivo neoliberal” em nossas terras, referimo-nos não à formação de um processo idêntico ao estadunidense (Wacquant, 2010), mas à constituição de um giro lógico no modo de governar e constituir práticas, estratégias e subjetividades.

Ainda que as guinadas punitivas ao Norte e ao Sul tenham sido mutuamente influenciadas e reforçadas, tais processos foram marcados por hibridizações diversas em cada contexto e seguiram ritmos de modo algum lineares. Aglutinando distintos elementos, a neoliberalização em curso, para além do sistema de justiça criminal, transcorre como um processo indeterminado e contraditório de reestruturação regulatória (Peck, 2010: 7). Em cada sociedade, o neoliberalismo só pode existir de modo “impuro”, isto é, em híbridos forjados em cada processo de neoliberalização com seus respectivos aspectos “mutantes, adaptativos e contraditórios” (Peck, 2010: 7) e suas inescapáveis “torções e guinadas, contradições e compromissos” (Peck, 2010: xiii). Ao se destacar os aspectos processuais do neoliberalismo, bem como do giro punitivo, em detrimento de leituras estáticas e taxonômicas do fenômeno (Peck, 2010: 19), permite-se uma análise mais detida dos híbridos que se forjam de modo contraditório e heterogêneo entre as distintas racionalidades políticas em jogo no neoliberalismo e na guinada punitiva brasileira.

No Brasil, o espraiamento da racionalidade política neoliberal moldou, com efeito, não apenas as políticas econômicas que desde Collor continuamente expandem o poder das finanças (Paulani, 2006), mas sobretudo reorganizou a forma de governo de nossa redemocratização, constituindo os limites e as possibilidades das políticas e dos direitos sociais. É fundamental considerarmos que, além da neoliberal, uma racionalidade socialdemocrata, produto das mobilizações da redemocratização, compunha instituições políticas pós-1988 enquanto um modo de “governar a população segundo o modelo de uma cidadania política e social ativa, inspirada na própria movimentação popular durante a constituinte” e que visava, assim, a desfazer o antagonismo entre Estado e sociedade civil e construir “sujeitos políticos ativos e propositivos, que definem coletivamente seus direitos e que reivindicam a inclusão em um sistema político que deveria ser construído pela própria participação dele” (Andrade, 2019: 21). Entre o governo neoliberal que se implementava na política brasileira e a racionalidade socialdemocrata da Constituinte, não se forjou uma simples oposição, mas uma experiência democrática que foi construída fundamentalmente

dentro dos quadros neoliberais, na qual as políticas e os direitos sociais articularam-se em híbridos, a sua vez, neoliberais e socialdemocratas¹⁷.

[...] Não se trata de opor dois polos divergentes ou duas tendências antagonistas – políticas sociais ou neoliberais – mas de reunir suas formas de hibridização e de inserção em um espaço político contínuo. Um espaço que negligencia as fronteiras setoriais dos domínios de intervenção (saúde, cultura, assistência social, moradia, mercado de trabalho, etc.), que concentra todas as formas de captação de recursos e que funciona somente com essas condicionalidades [...] (Cabanès; Georges, 2014: 8).

Em diferentes composições históricas nas últimas três décadas (Andrade, 2019)¹⁸, as racionalidades próprias do neoliberalismo e do crime como modo de governo não foram excepcionais ou extrínsecas à nossa democracia; engendraram, com efeito, uma formação neoliberal-democrático-criminalizante que atravessou os diferentes governos deste período, ainda que, evidentemente, não tenham sido neoliberais, criminalizantes ou democráticos da mesma maneira¹⁹. Cumpre ressaltar que a conjunção de neoliberalismo, democracia e expansão de criminalizações não constitui exceção brasileira – na trajetória estadunidense, por exemplo, a “guerra ao crime” também emergiu com “tom profundamente democrático e liberal”²⁰ (Simon, 2007: 33). Menos que um ataque direto às instituições democráticas, a expansão punitiva e neoliberal tem em nossa trajetória furtivamente se utilizado da linguagem democrática da participação popular e da liberdade de escolha em eleições periódicas (entre opções palidamente distinguíveis dentro do mesmo quadro economicista neoliberal) de modo a esvaziar o que a democracia poderia significar.

Ao designarmos a formação social brasileira contemporânea como democratizante-neoliberal-criminalizante, assumimos que seu aspecto “democrático” se vincula à forma histórica específica de governo das populações produzido nas hibridizações entre racionalidade socialdemocrata (e seu modo próprio de governo por uma cidadania social), racionalidade neoliberal e criminalizante. Deste modo, distanciamo-nos de diagnósticos que

¹⁷ Introduzida em amplas partes da Carta Constitucional, a racionalidade socialdemocrata como “lógica normativa propunha expandir as esferas públicas, tornando o Estado permeável à sociedade civil [...] [e] procurava governar a população segundo o modo de uma cidadania política e social ativa” (Andrade, 2019: 20), a qual será delineada nos capítulos que se voltam às transformações históricas desse período.

¹⁸ Enquanto este autor tem proposto a análise dos híbridos entre racionalidade neoliberal, socialdemocrata e lógica de combate ao inimigo interno, nesta dissertação a análise se constrói em outra chave: frente ao objeto sobre o qual esta pesquisa se debruça, não seria uma racionalidade do inimigo, mas uma racionalidade criminalizante que opera de modo a expandir o sistema penal e o legitimar, como articularemos no capítulo 05.

¹⁹ De um lado, nosso argumento se distancia de diagnósticos como os de Sozzo (2017) que caracterizam como pós-neoliberais alguns dos governos brasileiros nos anos 2000. De outro, aproxima-se das reflexões sobre híbridos brasileiros construídas por Francisco de Oliveira (2003) em seu diagnóstico da formação brasileira e das suas possibilidades de desenvolvimento como um “ornitorrinco” composto por unidade de contrários.

²⁰ Ao mesmo tempo, essa forma de governo deformaria a democracia estadunidense ao transformar em prioridade a repressão penal – papel que supostamente seria o último recurso a ser empregado por um Estado democrático de direito contra seus cidadãos. Nos EUA, desde os anos 1960, todavia, em grande medida a criminalização e a repressão criminal se tornaram a primeira resposta (Simon, 2007: 14).

enquadrem essa formação ou esse processo histórico como de implementação de uma democracia em qualquer sentido forte – por um lado, a racionalidade neoliberal, ao compor com a socialdemocrata, limitou, subverteu e rebaixou seus horizontes de possibilidades, tendendo a esvaziar o político e as promessas democráticas (Brown, 2015); por outro lado, a própria racionalidade socialdemocrata e as promessas de uma democratização construída nesses termos seguiram falhando em se contrapor aos poderes normativos e econômicos (Brown, 2008) que desde a fundação desta sociedade limitam as possibilidades de sua democratização ampla.

Os movimentos sociais brasileiros e seus processos de transformação são fundamentais para a compreensão de como “de baixo” esses processos têm operado. Por um lado, o compartilhamento de gramáticas como representação, participação e cidadania indicam desde os anos 1990 confluências entre projetos neoliberais e as agendas dos movimentos sociais da redemocratização (Dagnino, 2004). Por outro, além de confluírem os termos das demandas políticas, as próprias formas de organização e os dispositivos de engajamento militante forjaram-se em híbridos neoliberais, com o espraiamento da forma ONG nesse mesmo período. Se tomarmos os movimentos LGBT como exemplo, a partir dos anos 1990, grupos ativistas constituíram-se como “organização ‘especializada’ em prestar ‘serviços sociais’ em defesa da diversidade sexual e de gênero”, sob o escrutínio contínuo de uma “análise econômica” de metas a serem cumpridas de modo eficiente (Toitio, 2016).

Nesses caminhos, ao mesmo tempo, de democratização e neoliberalização, os processos de cidadanização constroem-se de modos ambivalentes, tanto de cima para baixo quanto de baixo para cima. Uma de suas faces é uma cidadania pelo consumo “como forma de garantia da inclusão social” (Gago, 2018a: 250), a qual, da perspectiva do Estado, desponta como “*paliativo* ou *reparação* fornecida contra o neoliberalismo” (Gago, 2018a: 252); já a partir de baixo “a cidadania por consumo pode ser projetada como uma pragmática de conquistas ambivalente, e não como uma simples relação de vítimas que obtém uma reparação” (idem, ibidem). Outra face deste processo de cidadanização parece ser justamente sua construção por meio do acionamento de tecnologias do governo pelo crime, seja da perspectiva estatal que desde a Constituição atrela direitos sociais a criminalizações, seja do ponto de vista dos movimentos sociais que têm se mobilizado em torno de demandas criminalizantes.

“Desde baixo”, podemos mapear as formas pelas quais a aclimatação brasileira da guinada punitiva neoliberal tem sido forjada por todo um “campo de ambiguidade e de batalha”, assim como aponta Gago (2018a: 261) na sociedade argentina. Ao analisar esses

embates, desponta o fato de que nossa experiência democrática se caracteriza não apenas pela emergência do consenso cognitivo e político de expansão da punição, mas também pela formação de engajamentos críticos anticarcerários e antineoliberais. São, assim, processos co-constitutivos do complexo tabuleiro das lutas sociais da redemocratização brasileira tanto a neoliberalização e a crítica ao neoliberalismo como a hiperpunição e a emergência de sua crítica radical, assim como as múltiplas batalhas e alianças forjadas entre essas posições.

Nesta dissertação, partimos da hipótese de que o “giro punitivo neoliberal” caracterizaria não apenas um giro lógico e político “de cima”, mas também “de baixo para cima”, para analisar em que medida os caminhos de lutas democratizantes, como as dos ativismos LGBT, teriam se forjado em híbridos neoliberais e criminalizantes, os quais estariam em disputa com outras formações, como aquelas contrárias à criminalização, em complexos embates neste tabuleiro democrático-neoliberal-criminal. Como nosso objeto se desenha em torno do caso da constituição da LGBTfobia como questão de crime no ativismo LGBT brasileiro, cumpre abordarmos, enfim, as reflexões sociológicas sobre a sexualidade e os ativismos de dissidências sexuais e de gênero antes que adentremos na investigação empírica proposta.

2. Que os outros sejam o normal²¹: sexualidade, gênero e dissidência

“A chamada democracia liberal tem a perniciosa mania de parar na porta da fábrica. Nenhuma democracia pode parar aí, e nem na beirada da cama proibida.” (Daniel, 1983).

Assentada também nos estudos de gênero e sexualidade e nos estudos transviados, esta pesquisa toma sexualidade como um conjunto de normas e tecnologias historicamente constituídas em relações de poder que produzem determinados regimes de regulação social e de subjetivação (Foucault, 2015). Mais do que reprimir e policiar os desvios, estes dispositivos produzem a sexualidade e o gênero: nos processos violentos de socialização, que se escamoteiam como naturais, forjam-se sujeitos e identidades como homossexuais, bissexuais, heterossexuais, cisgêneros, trans, travestis. Quando se desfazem as concepções “naturalizantes” de sexo, gênero e sexualidade, essas dimensões podem emergir, então, como âmbitos inexoravelmente políticos (Rubin, 1984), dinâmicos e historicamente em disputa. Tal dimensão política, ademais, salta aos olhos nas “guerras sexuais” (Rubin, 1984)

²¹ Este é um trecho do poema “Yo Monstruo Mío” da ativista travesti argentina Susy Shock, nos seguintes versos: “Reinvindico: mi derecho a ser un monstruo / que otros sean lo Normal” – desde este mesmo verso oriunda o título do livro de Leandro Colling *Que os outros sejam o normal*.

contemporâneas em que estão diretamente na mira tanto os precários direitos e políticas sexuais (Weeks, 1998) forjados em nossa experiência democrático-neoliberal quanto os próprios estudos sobre sexualidade.

Ainda que o sexual e o erótico formem um âmbito próprio de estratificação de relações, práticas e subjetividades (Rubin, 1984), é necessário considerar que os processos de sexualização e de constituição de dispositivos de sexualidade estão inescapavelmente atrelados a processos de racialização (Rojas, 2017), a normas de gênero (Butler, 2015) e à reprodução social capitalista (Sears, 2016) – o próprio sujeito homossexual emerge justamente no despontar do capitalismo industrial (D’Emilio, 1983). Alicerçamo-nos, desta forma, em um modo interseccional de estudo da sexualidade e das lutas políticas no âmbito sexual, ambas construídas em uma complexa matriz interligada de opressões cisheterossexistas²², racistas e classistas (The Combahee River Collective, 1978).

Dentro da grande seara de estudos sobre sexualidade, enraizamo-nos num modo de constituir problemas neste campo²³ que, a partir dos anos 1990, passou a ser denominado como “transviado”²⁴, o qual se volta à sexualidade não como questão pertinente somente a determinadas minorias políticas (como em estudos sobre a homossexualidade), mas aos processos e às práticas sociais que produzem normativamente gênero e sexualidade e que, assim, “organizam a ‘sociedade’ como um todo ao sexualizar – heterossexualizar ou homossexualizar – corpos, desejos, atos, identidades, relações sociais, conhecimentos, culturas e instituições sociais” (Seidman, 1996: 13). Como um conjunto de teorias dos “anormais” e dos dissidentes (Preciado, 2011), os estudos “transviados” não se definem como “uma coisa”, mas como uma “analítica”, que busca deformar e subverter os processos de normalização.

“Transviado” não necessita ser sinônimo de “orientação sexual” ou “experiência sexual”, mas sim desafiar como a sexualidade é rotulada, regulada e controlada como “maldade”, “bondade”, “crime” ou “pecado”, e ao revelar as contingências históricas que permitem estas relações de poder, “transviado” como uma analítica pode ser também uma forma de compreender a regulação e o controle social da vida sexual. (Hoppe, 2018: 264).

²² Neste campo, forjam-se distintas analíticas sobre os processos violentos de produção e reprodução desta ordem social, como o pensamento heterossexual (Wittig, 1980), a matriz heterossexual (Butler, 2015) ou a heteronormatividade (Warner, 1993), das quais aqui adotaremos LGBTfobia e cisheterossexismo e as discutiremos no próximo capítulo – nesta seção apenas enunciamos questões a serem exploradas adiante.

²³ Esta forma de pensar a sexualidade encontra-se nos estudos brasileiros desde as pioneiras reflexões de Perlongher (2008) [1986] sobre os devires marginais das identidades e práticas sexuais.

²⁴ O uso analítico do termo “*queer*” foi empregado de modo pioneiro nas reflexões das feministas chicanas Gloria Anzaldúa e Cherrie Moraga nos anos 1980, as quais se debruçaram sobre a desnaturalização das identidades e das normatividades antes do desenvolvimento do campo de estudos transviados nos 1990, atrelado, sobretudo, à obra de Teresa de Lauretis e Judith Butler.

Embora esta analítica emergja no campo sexual, “transviado é por definição *o que estiver discordante do normal, o legítimo, o dominante. Não há nada em especial a que ele necessariamente se refira*” (Halperin, 1995: 62, em itálico no original). É justamente como uma análítica dos processos de normalização que os estudos transviados trazem potente contribuição para análises sociológicas que se proponham a romper com “a antiga tendência sociológica de partir desses sujeitos já constituídos em pesquisas que, ao invés de colocar em xeque forças sociais, terminavam por corroborá-las” (Miskolci, 2009: 173).

Em sentido análogo sobre o que seria propriamente “transviado”, indaga Cohen (1997: 458) se os indivíduos pertencentes aos grupos jovens e não brancos com “taxas de encarceramento desproporcionais” “não se encaixa[riam] na definição social de ‘transviado’ e descartável”. Transviadas, portanto, não seriam somente as dissidentes no âmbito sexual e de gênero, mas aquelas cujas práticas, relações sociais e existências se constroem relacionalmente como anormais e que, por tal razão, tornam-se passíveis de serem criminalizadas, punidas e exterminadas em nome da normalidade.

De modo interseccional, são analisadas as distintas construções da normalidade engendradas nesta matriz interligada de opressões (The Combahee River Collective, 1978), as quais constituem inclusive certas relações heterossexuais como não normativas, mas estigmatizadas, proibidas e reprimidas (Cohen, 1997), tais quais as relações interracialis e entre negros e indígenas latinoamericanos. Às analíticas críticas à cisheteronormatividade, são imprescindíveis os estudos “transviados não-brancos”²⁵ (“*queer of color*”) (Anzaldúa, 1987; Cohen, 1997) e do Sul global (Perra, 2014; Curiel, 2013), que se voltam às relações entre os processos de sexualização, colonização e racialização, bem como os estudos transviados materialistas e marxistas²⁶ (Sears, 2016; Ferguson, 2000) que se voltam aos distintos nós entre sexualidade e capitalismo neoliberal.

Frente às transformações das lutas sexuais em tempos neoliberais, potentes críticas transviadas emergiram no que tange à tendência de reificação identitária (Butler, 2015) e à propensão de assimilação ao modelo familiar cisheteronormativo representada pela demanda do casamento (Miskolci, 2007). Nas reflexões transviadas sobre o neoliberalismo,

²⁵ Adotamos a tradução de “*of color*” como “não-brancos”, apesar de suas limitações ao manter a centralidade do “branco” ao nomear outros sujeitos, como uma forma de apontar os processos de racialização que constituem, de modo relacional, o “branco” como se transparente fosse (Silva, 2007) e os seus “outros”, os “não-brancos”, como se fossem os únicos racializados, os únicos corpos afetáveis no mundo.

²⁶ Além de trabalhos clássicos que analisavam a sexualidade de uma perspectiva marxista, como “Capitalism and Gay Identity” de John D’Emilio (1983), outros estudos sobre a sexualidade consideram suas imbricações com classe mesmo sem adotar perspectiva marxista, como, por exemplo, na pioneira obra de Guimarães (2004 [1977]: 75), onde se analisava que “a ‘bicha’ é menosprezada não só pela sua identidade um tanto espalhafatosa quanto pela sua posição de classe”.

reaparecem, com efeito, aqueles dois modos de enquadrar este fenômeno apresentados na seção 1.1. Por um lado, como regime de acumulação e de mercadorização, o neoliberalismo engendra a mercantilização de subjetividades sexuais e de gênero – que intensamente passam a ser mediadas pelo consumo (Noyé, 2019) – por meio da reconfiguração dos “estilos de vida” dissidentes em um conjunto de bens e práticas à venda a serem consumidos de forma individual, o que constitui um “mercado rosa” [*“pink market”*] em torno das dimensões perceptíveis e mercantilizáveis de subjetividades LGBT (Sears, 2005). Por outro lado, como “economicização”, a lógica neoliberal penetra na relação que o indivíduo mantém com o seu corpo e com o seu desejo (Noyé, 2019: 155) e estimula a celebração empresarial das diversidades ao lado da conformação de subjetividades LGBTs aos moldes “*gay friendly*” respeitáveis e normalizáveis das cidadãs neoliberais (Bourcier, 2017).

Em chave semelhante, construíram-se críticas à emergência de um modelo “homonacionalista” (Puar, 2007) e “homonormativo” de integração às sociedades neoliberais, sendo a “homonormatividade” definida como “uma política que não contesta os pressupostos e as instituições heteronormativas dominantes, mas as apoia e as sustenta, enquanto promete a possibilidade de uma comunidade [*“constituency”*] gay desmobilizada e uma cultura gay privatizada e despolitizada ancorada na domesticidade e no consumo” (Duggan, 2012: 50). Como uma face da heteronormatividade, a homonormatividade neoliberal corrobora não só para a reafirmação de práticas de gênero e sexualidade heteronormativas, como a família, seus papéis de gênero e relações de parentesco tradicionais, mas também para a normalização do desejo de inclusão nas estruturas cisheteronormativas estatais – dentre elas, as polícias e as agências do sistema penal –, o que reforça a legitimidade de diversas instituições sociais e estatais ao lhes emprestar uma face ao mesmo tempo “diversa” e homonormativa.

Nas produções transviadas críticas ao neoliberalismo, sobretudo nos estudos transviados não-brancos e/ou materialistas, emergiram também críticas ao giro punitivo, à expansão do complexo industrial-prisional (Duggan, 2012) e às “novas formas de policiamento sexual [que] foram desenvolvidas como parte da vigilância intensificada do espaço ‘público’” (Sears, 2005: 103). Abordagens abolicionistas transviadas, às quais nos voltaremos na seção 3.2, emergem também nesses estudos, em dossiês paradigmáticos para este campo crítico que articula as mobilizações de dissidências sexuais e de gênero às lutas anticapitalistas e antineoliberais (Noyé, 2019), como no dossiê “Uma Nova Agenda Transviada” [*“A New Queer Agenda”*] da revista *The Scholar & Feminist Online* (2011-

2012)²⁷. Emergem, de múltiplas frentes, frente ao sistema de justiça criminal, estudos transviados comprometidos com “uma formação de conhecimento insurgente que resiste em vez de diversificar o capitalismo, o colonialismo e as guerras imperiais” (Haritaworn, 2014: 139) e visa “abolir em vez de diversificar sistemas assassinos de inclusão” (Haritaworn, 2014: 143). Alicerçados neste campo crítico, questionamos o processo por meio do qual se normalizou a estratégia de criminalização da LGBTfobia e as demandas criminalizantes no ativismo LGBT.

3. Encruzilhadas entre a punição e os estudos transviados

Entre os estudos sociológicos tanto da punição quanto da sexualidade, esta pesquisa se estabelece, enfim, numa encruzilhada compartilhada por diversos outros estudos nos quais nos apoiamos para esta investigação. Delinearemos, em linhas gerais, como emergiram, nas fronteiras dessas áreas de estudos, estes campos híbridos que são, com efeito, condição de possibilidade para nossa investigação: as criminologias e o abolicionismos transviados.

3.1 *Transenviadescendo a criminologia*

“Uma criminologia que inteiramente abarque e articule questões de sexualidade pode não ter necessidade alguma de separar palavras-chaves para estas questões, mas nós ainda não alcançamos este ponto no que diz respeito a mulheres, homens e pessoas não brancas, então essas ausências saltam aos olhos” (Groombridge, 1999: 538).

Embora as pesquisas criminológicas somente recentemente tenham sido influenciadas pelos estudos transviados, pode-se reconhecer que questões sexuais têm estado presentes na Criminologia e no campo de estudos sobre Sociedade e Crime ao menos de três formas. Nos primórdios da criminologia etiológica, privilegiava-se uma perspectiva positivista da sexualidade no esquadramento de corpos de delinquentes visando a combater e curar as existências dissidentes. Décadas mais tarde, com a teoria do rotulamento e a emergência da Criminologia Crítica, em outros termos se atualizaram formas de construir criminologicamente a normalidade cisheterossexual e o desvio homossexual. A partir dos

²⁷ Neste dossiê, constam os artigos “We Need to Dream a Bolder Dream: The Politics of Fear and Queer Struggles for Safe Communities” de Kay Whitlock; “This is What Pride Looks Like: Miss Major and the Violence, Poverty, and Incarceration of Low-Income Transgender Women” de Jessica Stern; e “Reclaiming Our Lineage: Organized Queer, Gender-Nonconforming, and Transgender Resistance to Police Violence” de Reina Gossett, Che Gossett, and A.J. Lewis. Nessa mesma revista, em dossiê transviado materialista anterior, “Toward a Vision of Social and Economic Justice” (2009), esta temática aparecia em “Queer Lockdown: Coming to Terms with the Ongoing Criminalization of LGBTQ Communities” de Ann Cammett.

anos 1990, a partir do encontro da Criminologia Crítica e da Sociologia com os estudos transviados, forjaram-se formas de se pesquisar a sexualidade, o crime e a punição que se aproximam do modo de se construir problemas nesta dissertação: nos marcos de criminologias transviadas.

Em linhas gerais, transpassando estes momentos históricos, as populações LGBT têm sido tratadas na criminologia a partir da “tese do desvio da homossexualidade” (Woods, 2014), a qual engloba dois elementos. Por um lado, há a centralidade do desvio, elemento predominante até os anos 1970, constituído não só nas criminologias positivistas, mas também em boa parte das criminologias do conflito; e marcado pela construção da homossexualidade (e outras “perversões” sexuais) como desviante frente à evidente “normalidade heterossexual” (Woods, 2014). Deste modo, nesta perspectiva, pretende-se fornecer explicações (biológicas ou sociológicas) da formação do grupo considerado desviante e não dos processos e das normas que constituem múltiplos grupos e subjetividades em termos sexuais. Por outro lado, em outros trabalhos e tradições criminológicas, sobretudo após os anos 1970, prevaleceu um outro elemento: a invisibilidade (Woods, 2014) ao não se nomear a sexualidade de quem se investiga. Quando não é marcada, torna-se pressuposta – em aceção cisheteronormativa, como se todos os criminalizados fossem cisheterossexuais (Groombridge, 1999: 534). Em diversos estudos sobre o crime e a punição, com efeito, esses elementos são co-constitutivos, o que pode ser resumido pela afirmação de Groombridge (1999: 543) de que “na criminologia em geral a sexualidade é normativamente heterossexual e frequentemente somente explicitamente possuída por jovens ou negros”.

No momento considerado como a invenção da criminologia, em fins do século XIX, este campo de saberes desempenhou, ao lado da sexologia e de outras ciências, papel determinante na construção do dispositivo da “sexualidade”, da catalogação dos “perversos sexuais” e da invenção de sujeitos como o “homossexual” – com a posterior constituição do sujeito “heterossexual”, esta recente invenção ocidental (Katz, 1996). Nascida atrelada aos saberes médicos, a criminologia foi responsável por dar vida à primeira figura moderna que acopla sexualidade dissidente e criminalidade: o “pederasta”, nascido em 1863 nas pesquisas de Lombroso com militares (Dennis, 2018). A pederastia, associada à “inversão sexual” seria uma das paixões mais terríveis que acometeriam os criminosos (Lombroso, 2006: 68). Reconhecíveis tanto pelas roupas femininas, pelo perfume excessivo, pelo modo de andar, pelo tamanho do pênis e dos testículos quanto pela extravagância e periculosidade de seus atos, os pederastas seriam uma espécie de criminosos mestres, frequentemente líderes de grupos delinquentes (Dennis, 2018: 15). As investigações de Lombroso, todavia,

constituíram-se não só em marcos homofóbicos, mas também homoeróticos – aspectos simultaneamente presentes na minúcia com a qual se operava o esquadramento dos corpos masculinos, como questiona Tomsen (1997) em seu seminal artigo “Seria Lombroso um Transviado? Criminologia, Justiça Criminal e o Imaginário Heterossexual” [*“Was Lombroso a Queer? Criminology, Criminal Justice and the Heterosexual Imaginary”*].

Sexualidade e criminalidade, desde então, constroem-se em termos de gênero. Frente a corpos forjados como masculinos, os criminólogos classificavam o “macho criminoso” (por vezes “pederasta”) como distinto do “macho normal”, e os sexólogos, os “machos invertidos” em relação àqueles que seriam “normais” (Groombridge, 1999). Frente aos corpos construídos como femininos, “tanto sexólogos quanto criminólogos encontravam pouca diferença entre mulheres normais e lésbicas e criminosas” (Groombridge, 1999: 534) – e, ao diferenciá-las, construía a criminalidade feminina como próxima à lesbianidade (Hart, 1994). Construídas também em termos raciais e de classe, estas concepções criminológicas, que tomam dissidentes sexuais e de gênero como pessoas inata e universalmente criminosas (Dennis, 2018: 8), tiveram grande influência no Brasil desde os fins do século XIX com a formação de vínculos entre criminalidade e práticas homoeróticas de pobres e negros tanto nas pesquisas de Nina Rodrigues e de seus discípulos quanto nas investigações policiais com homossexuais e travestis encarceradas nos anos 1970 e 1980, conforme apontaremos no Capítulo 02.

Em um momento posterior da trajetória da Criminologia, em finais da década de 1960, desenvolveram-se estudos na Sociologia do Desvio nos quais dissidentes sexuais e de gênero, assim como criminosos, foram tomados como “animais exóticos” a serem monitorados por sociólogos que cumpririam papel semelhante a “guardas de zoológico” (Groombridge, 1999: 535) em estudos sobre os diversos grupos “desviantes”. Estes conjuntos de “loucos, prostitutas e pervertidos” (*“nuts, sluts and perverts”*), ainda que criminalizados e encarcerados, eram considerados grupos distintos de outros “criminosos”, sendo a eles interdita sociologicamente a reivindicação de “presos políticos” (Groombridge, 1999: 535). Entretanto, desde o ativismo de liberação sexual dos anos 1960 até a criminologia transviada contemporânea, tem sido amplamente questionada a definição do “político” que marca as fronteiras entre “presos políticos” e “presos comuns” – em que medida não poderiam ser vistas, afinal, como “presas políticas” as travestis encarceradas, assim como todas as outras presas, se considerarmos como eminentemente políticos os processos que as selecionam, criminalizam-nas e as punem.

A partir daquela década, as perspectivas sociológicas e criminológicas sobre criminalidade e sexualidade oscilariam entre a invisibilidade e o desvio. Enquanto nas abordagens focalizadas na estrutura social – as teorias da anomia, da desorganização social e das subculturas – prevalecia a omissão frente à sexualidade; nas que se voltavam ao processo social, privilegiou-se a tese do desvio, com pontuais investigações sobre como os processos de socialização sustentavam a homossexualidade como um padrão desviante (Woods, 2014). Nas abordagens críticas da Criminologia, de um lado, as teorias do rotulamento enquadravam a (homo)sexualidade como desvio, de outro, as teorias do conflito social, as marxistas e as realistas de esquerda, omitiram-se das questões ligadas à sexualidade; dentro desta área crítica, mesmo nos estudos feministas e nos de masculinidades, negligenciou-se a população LGBT (Woods, 2014). No Brasil, quando a (homo)sexualidade aparecia em estudos sobre o cárcere nos anos 1970, era, sobretudo, por meio das lentes do desvio da “normalidade heterossexual”, como, por exemplo, no estudo de Ramalho (1979 *apud* Fry, 1982) das relações entre os detentos na Casa de Detenção de São Paulo, obra na qual emergem, ainda que por tais lentes, as identidades sexuais que circulavam entre os encarcerados, como aponta Fry (1982) em seu pioneiro trabalho sobre classificações de homossexuais masculinos no Brasil.

Inflexões ocorreram, contudo, em certas áreas da Criminologia nos anos 1990. Como reverberação do ativismo LGBT por direitos e contra a discriminação e a violência, gays e lésbicas foram adicionados em diferentes estudos à lista de vítimas de crimes (Groombridge, 1999). Abria-se, então, espaço para uma perspectiva que poderia ser denominada de “criminologia gay”, a qual, imersa em esforços para recodificar a homossexualidade como legal e a homofobia como desviante, corria o risco, todavia, de apenas inverter estes termos, sem problematizar o controle penal (Groombridge, 1999: 541). Das fileiras de Criminologias Críticas, emergiram, no entanto, outros projetos como efeito deste momento histórico. Jogando luz tanto sobre a heterossexualidade e a cisgeneridade quanto sobre os processos cisheterossexistas de formulação e aplicação do direito penal, despontaram propostas que visavam não apenas a adicionar a população LGBT à lista de vítimas do sistema de justiça criminal ou acrescentar “orientação sexual” e “identidade de gênero” como variáveis independentes de pesquisas sociológicas ou criminológicas, mas pretendiam questionar como o pensamento criminológico lidava com a questão sexual e os efeitos da cisheteronormatividade nos métodos e nas teorias criminológicas e sociológicas (Sorainen, 2003).

Ao final da década de 1990, sob o impacto da publicação de obras transviadas estadunidenses que reverberaram em diversas áreas acadêmicas, começaram a se configurar propostas de se repensar a Criminologia Crítica e seus objetos em direção a Criminologias Transviadas²⁸ (“*Queer Criminologies*”), que se contrapusessem tanto ao apagamento sistemático das experiências de dissidentes sexuais e de gênero quanto aos pressupostos cisheteronormativos não explicitados e supostos como universais na “tese do desvio” consolidada na Sociologia da Punição e na Criminologia Crítica. Segundo Matthew Ball (2016: 55), menções a “transenviadescer” a criminologia crítica ou a “tirar a criminologia do armário” foram aludidas por Messerschmidt (1997), Burke (1994) e Ferrel e Sander (1995: 318, *apud* Ball, 2016: 55) – estes apontavam a necessidade de “uma criminologia cultural que [pudesse] compreender [...] os processos contínuos de criminalização do modo de ser gay e lésbico”. Seminais neste campo são os artigos do australiano Stephen Tomsen (1997) “*Was Lombroso a Queer? Criminology, Criminal Justice and the Heterosexual Imaginary*” e do britânico Nic Groombridge (1999) “*Perverse criminologies: the closet of Doctor Lombroso*”. Este, ao questionar o quão transviado teriam sido os estudos lombrosianos, provoca-nos a pensar se a criminologia não teria sido sempre transviada. Na mesma linha destes autores, a finlandesa Antu Sorainen (2003), em *paper* apresentado na *Annual Conference of the European Society of Criminology*, sustentava a relevância de se transenviadescer a criminologia.

Tais estudos foram fundamentais para que Salo de Carvalho (2012a, 2012b, 2012c) propusesse uma “criminologia queer” brasileira, a qual se voltaria à compreensão da constituição científica das ciências criminais como homofóbica (2012a: 3). Para tanto, Carvalho (2012a) defendia a necessidade de a criminologia dedicar-se à compreensão da violência homofóbica em todas as suas dimensões com tanto afínco quanto outros criminólogos têm analisado a homossexualidade como delito ou desvio – em sua proposta, a homofobia estaria, assim, no centro de uma criminologia transviada.

Em fins da década de 2000, forjaram-se outras aproximações entre teorias transviadas e a Criminologia Crítica – firmando-se um espaço para que este campo de estudos fosse, enfim, consolidado. Em 2010, o dossiê “*Sexuality, Criminalization, and Social Control*” na revista *Social Justice – a Journal of Crime, Conflict and World Order*, organizado por Clare Sears, Andreana Clay, Jessica Fields e Alexis Martinez, apresentou artigos que, além de

²⁸ Em nossas terras, a expressão “criminologia queer” pode ser traduzida de várias formas, dentre as quais criminologia estranha ou criminologia bicha, como aponta Carvalho (2012c: 198). Optamos por manter “transviada” como tradução para “*queer*” devido às razões apontadas na Introdução.

analisar como as comunidades gays e lésbicas têm sido alvos do controle criminal, mostravam como as instituições legais que regulam as fronteiras da sexualidade normativa são também capazes de empregá-las para a construção de “um verniz de tolerância sexual e inclusão que mobiliza apoio público para a expansão da criminalização” (Sears, 2010: 5). No ano seguinte, um pioneiro painel sobre a população LGBT no encontro da *American Society of Criminology* – “O Papel da Identidade nas respostas de indivíduos LGBT à violência” – teria como corolário o livro *Handbook of LGBT Communities, Crime, and Justice* (2014) organizado por Dana Peterson e Vanessa R. Panfil. Naquele mesmo ano, pela primeira vez a Criminologia Transviada receberia atenção de fato da Criminologia Crítica (Buist; Lenning, 2016: 20-1), com a publicação na revista *Critical Criminology* (22, 1, março de 2014) do dossiê “*Queer/ing criminology: New Directions and Frameworks*”, organizada por Matthew Ball, Carrie Buist e Jordan Woods, com artigos de criminólogos transviados australianos, estadunidenses, britânicos e neozelandeses – tendo sido assinalada desde sua introdução a falta de contribuições do Sul Global. A partir de então, diversos trabalhos têm despontado neste campo, com a publicação de obras como *Criminology and Queer Theory – Dangerous Bedfellows?* de Matthew Ball (2016) na coleção *Critical Criminological Perspectives*; *Queer Criminology*, livro de Carrie Buist e Emily Lenning (2016) na coleção *New Directions in Critical Criminology*; *Queering Criminology*, coletânea organizada por Angela Dwyer, Matthew Ball e Thomas Crofts (2016); e o dossiê “Emerging Issues in Criminology and Criminal Justice for LGBTQIA People” em *Journal of Contemporary Criminal Justice* (2020), organizado por Ball e Henry Fradella.

Longe de se constituir como uma Escola, a Criminologia Transviada forma um campo com múltiplos projetos disputando abordagens, métodos e objetos. Por um lado, há um conjunto de criminologias transviadas que se definem como tal por englobarem em seus objetos de estudo a comunidade transviada ou a orientação sexual e a identidade de gênero de vítimas e agressores, considerando, assim, o transviado como definido por estas dimensões – como “algo” relativo à orientação sexual e à identidade de gênero (Ball, 2014). Tais estudos têm apontado a ausência de gênero e sexualidade nos debates criminológicos e têm produzido deslocamentos nos objetos tradicionais deste campo, pondo a necessidade de se construir enquadramentos que deem conta tanto da vitimização criminal de LGBTs (para além dos “crimes de ódio”) quanto das experiências de LGBTs no banco de réus – cuja escassez de investigações atrela-se tanto à negação da agência de LGBTs quanto à desconsideração das consequências da LGBTfobia nos contextos de justiça criminal, as quais podem moldar

práticas policiais discriminatórias, condicionar práticas delituosas para sobrevivência e influenciar os modos de determinação social da culpa criminal (Woods, 2014).

Por outro lado, há estudos que se afirmam criminológicos transviados por se embasarem nas teorias transviadas para compreender a criminalização de dissidências sexuais e de gênero, apontando a heteronormatividade, a cisgeneridade e o binarismo de gênero constitutivos da criminologia e do sistema de justiça criminal (Ball, 2014). Estas abordagens propõem “transenviadescer a criminologia” de modo a deslocar as metodologias e as epistemologias desse campo de estudos, por vezes por meio de um método desconstrucionista, desestabilizando as formas tradicionais de produção de conhecimento criminológico (Woods, 2014; Ball, 2016).

Ambas abordagens, todavia, apresentam riscos importantes, tanto de limitarem suas reflexões aos âmbitos de gênero e sexualidade, quanto de construírem formulações instrumentalizáveis por perspectivas criminológicas administrativas e etiológicas (Ball, 2014)²⁹. Constrói-se, enfim, uma terceira perspectiva crítica de criminologia transviada, a qual, distinta de abordagens que pensam o “transviado” como algo (uma comunidade ou um conjunto de teorias), toma-o como uma posição ou um fazer (“transenviadescer”) frente àquilo que se considera “normal” (Ball, 2014: 26). Não se atrela necessariamente, deste modo, à dissidência sexual e de gênero, mas a um modo de fazer que balança o que se considera natural e normal e que explora modos de se pesquisar a normalização. Em sua constitutiva desestabilização do normal, não incorre em afinidades com criminologias que contribuam para projetos administrativos de regulação e normalização (Ball, 2014). Ainda que as outras abordagens da criminologia transviada também balancem as bases epistemológicas, ontológicas e metodológicas deste campo, esta terceira perspectiva tem esta atitude como inerente ao seu projeto (Ball, 2014). Constitui-se, ademais, como uma abordagem crítica no sentido de que se propõe a analisar como se constroem e delimitam determinados problemas e os modos de pensá-los. Justamente nessa chave analítica, esta dissertação se aproxima da criminologia transviada – menos, portanto, por se voltar a sujeitos transviados e estar embasada em teorias transviadas, e mais por operar em analítica de crítica aos processos de normalização.

²⁹ Ademais, ainda que as criminologias transviadas tenham emergido a partir das criminologias críticas, formaram-se também outros trabalhos autointitulados criminológicos transviados (e que assim se definem por seu objeto ou por seu diálogo com teorias transviadas) que estão, com efeito, mais próximos de outros projetos criminológicos (não críticos) e apartados das críticas radicais ao sistema penal (Ball, 2014).

Salta aos olhos que majoritariamente a pesquisa criminológica que se denomina transviada constituiu-se em circuitos acadêmicos anglófonos e foi produzida por pesquisadores brancos, de classe média e do Norte global (Buist; Lenning, 2016: 111). Dentro da coletânea *The Palgrave Handbook of Criminology and the Global South* (Carrington et al, 2018), Ball e Dwyer (2018) propõem reflexões sobre esse aspecto do campo, em “Queer Criminology and the Global South: Setting Queer and Southern Criminologies into Dialogue”. Distanciamo-nos, no entanto, da abordagem dessas autoras por não compreendermos certas formas de engajamento com o sistema de justiça criminal como modos “do Norte” de se pensar crime e punição – os engajamentos criminalizantes de ativismos LGBT parecem-nos também “do Sul” quando olhamos o caso brasileiro. De modo análogo, resistências às políticas encarceradoras aparecem tanto ao Norte quanto ao Sul do mundo. Menos do que separar determinadas estratégias e problemas como sendo “do Norte” ou “do Sul” ou “do Sul do Norte”, cabe às criminologias transviadas do Sul deslocar aos nossos próprios termos as inquietações criminológicas transviadas. Neste sentido, partimos de nossas formações ladinoamefricanas para compreender como em nossas terras se constituíram diferentes engajamentos LGBTs em relação ao sistema de justiça criminal.

Como pensar desde os solos brasileiros uma criminologia transviada e trans-enviadescer tanto a Sociologia da Punição quanto a Criminologia Crítica? Dentre aquelas que explicitamente pensam nos termos de uma “criminologia transviada brasileira”, alguns projetos partem justamente dessas produções do Norte global (Carvalho, 2012a), enquanto outros aludem a formulações próprias brasileiras, como seria uma “criminologia travesti” (Serra, 2017). Num campo mais amplo de estudos que pensam a sexualidade e o sistema de justiça criminal brasileiro, o qual poderia ser considerado como “criminologia transviada brasileira” ainda que estas pesquisas não se autointitulem como tal, florescem investigações sobre como a LGBTfobia opera no Judiciário, como nos estudos sobre os processos judiciais e as denúncias de violências de Carrara e Vianna (2006) e Serra (2018). Proliferam-se pesquisas, ademais, acerca dos julgamentos de casos de LGBTfobia e as mobilizações e repercussões por eles engendrados (Efrem Filho, 2017; Sívori, 2011), assim como estudos sobre as vidas LGBTs em sistemas privativos de liberdade (Zamboni, 2017; Lamounier, 2018). Além dessas investigações sobre as distintas formas pelas quais as dissidentes sexuais e de gênero têm sido construídas em relação ao sistema de justiça criminal, pesquisas como esta que se voltam aos processos de normalização de relações frente ao sistema de justiça criminal constituem igualmente um campo criminológico transviado brasileiro.

Nesta área de estudos, aposta-se não só nas contribuições dos estudos transviados à Criminologia e à Sociologia, mas também naquilo que estes campos têm a oferecer aos estudos transviados (Sorainen, 2003). Esta dissertação, portanto, constitui-se nesta dupla aposta em torno da produtividade de se formular determinados problemas sociológicos a partir de contribuições oriundas tanto de pesquisas sociológicas e criminológicas acerca da punição quanto de estudos transviados.

3.2 Rumo a *abolicionismos transviados*

“Se, então, todas as políticas transviadas já estão se organizando em volta e implicadas na construção do confinamento global [“*global lockdown*”] e da guerra imperialista, a questão não é se uma práxis de descolonização e abolicionismo é pertinente às lutas transviadas, mas como e por que ela é” (Agathangelou; Bassichis; Spira, 2008: 139).

Dentro e para além das Criminologias Transviadas, constituíram-se estudos e práticas de pesquisadoras e ativistas LGBTs que formaram um modo específico de problematizar as relações entre a questão sexual e de gênero e a questão criminal: abordagens *abolicionistas transviadas*. Inexoravelmente posicionadas e engajadas em relação aos seus objetos de estudo, essa perspectiva destoa da posição adotada por criminólogas transviadas hegemônicas, como Buist e Lenning (2016), cuja agenda de pesquisa e de atuação política tem como horizonte a construção de reformas no sistema de justiça criminal a fim de que se torne “mais justo”. As abolicionistas transviadas adotam outra abordagem política e epistemológica: visando à abolição das prisões, das polícias e do sistema penal³⁰, constituem práticas e conhecimentos que problematizam tais instituições enquanto intrinsecamente reprodutoras de normas de sexualidade, gênero, raça e classe. Transformar este sistema, nesta perspectiva, vincula-se ao enfraquecimento das instituições penais e à constituição de outras

³⁰ O campo do abolicionismo transviado é composto por grupos, ativistas e teóricas com distintas propostas abolicionistas – das prisões, das polícias e/ou do sistema penal e das penas como um todo. Em geral, predominam neste campo as abolicionistas *penais* transviadas que recusam a punição como mediação e resposta a conflitos sociais em geral. Esta multiplicidade de abolicionismos constitui, com efeito, o movimento mais amplo do abolicionismo penal desde suas primeiras décadas e suas distintas raízes, tanto no movimento negro radical estadunidense nos anos 1960 (com Angela Davis, Assata Shakur e Ruth Gilmore sendo grandes expoentes) quanto nos ativismos de criminólogos e ativistas nórdicos (sendo os principais nomes Nils Christie, Thomas Mathiesen e Louk Hulsman). Cumpre notar que os abolicionismos enraizados nos movimentos antirracistas visam a construir uma “democracia da abolição” levando o projeto não concluído da abolição das instituições que reatualizam as sobrevidas da escravidão, como afirma Angela Davis (2005). Essas diferentes perspectivas revelam-se nos discursos abolicionistas brasileiros em relação à criminalização da LGBTfobia, os quais são analisados nos capítulos 04 e 05. Por compreender o campo acadêmico-político em que esta escrita ocorre e as distinções que se mostram relevantes nesta pesquisa, optamos por englobar essa multiplicidade de abolicionismos sob a expressão “abolicionismo transviado”, a qual abarca todo engajamento transviado que vise, ao menos, à abolição das prisões.

práticas de justiça que não caberiam nas reformas (sem fim) do cárcere – diagnostica-se, assim, a violência LGBTfóbica não como questão de algumas “maças podres”, mas uma violência sistêmica historicamente consistente e persistente que caracteriza o sistema criminal (Mogul et al, 2011). Como esta abordagem informa tanto o modo como construímos esta pesquisa quanto os discursos das ondas abolicionistas do ativismo LGBT que analisaremos nos capítulos 04 e 05, percorreremos, nesta seção, os marcos e as linhas gerais deste campo, sobretudo nos Estados Unidos, onde nas últimas décadas tem maior ressonância.

Se tomarmos o abolicionismo transviado como um conjunto de práticas políticas coletivas que em determinados contextos se tornam agendas de pesquisa, sua trajetória não se inicia no mundo acadêmico transviado dos anos 1990, mas nas rebeliões e nas lutas sexuais dos anos 1960 e 1970. Na história estadunidense do movimento de dissidências sexuais e de gênero, as raízes deste abolicionismo despontam tanto na rebelião de Stonewall contra a violência policial quanto no apoio público à libertação de pessoas encarceradas, demonstrado, por exemplo, em 28 de junho de 1970, quando a “Marcha do Dia de Liberação da Rua Christopher”, organizada um ano após a revolta de Stonewall, passou em frente à Casa de Detenção Feminina entoando “Libertem Nossas Irmãs! Nos Libertem!” (Kunzel, 2008). As conexões com as lutas das pessoas encarceradas constituíram, com efeito, pauta importante das mobilizações por liberação sexual nos anos 1970 (Kunzel, 2008). Desde Stonewall, os ativismos trans não-brancos têm se destacado como a principal força dissidente sexual e de gênero contra o sistema prisional, seja nas lutas antirracistas de Marsha P. Johnson, Sylvia Rivera e Miss Major³¹ seja nas organizações transviadas abolicionistas e antirracistas formadas desde aqueles anos, como *The George Jackson Brigade* (de 1975 a 1978 em Seattle)³².

Embora, desde os anos 1980, as transviadas encarceradas tenham sido apagadas das políticas do movimento homossexual hegemônico estadunidense (cisgênero, gay, branco, de classe média alta) como parte de suas estratégias homonormativas de respeitabilidade e “higienização” (Kunzel, 1980), múltiplos ativistas transviados não-brancos seguiram engajados no enfrentamento às violências do sistema de justiça criminal, tanto se

³¹ Para a trajetória de diferentes organizações de ativismos trans engajados em lutas antidiscriminatórias e anticarcerárias, cf. Shepard (2013).

³² Desta organização fizeram parte dois importantes ativistas transviados que atuaram em outras organizações abolicionistas nos anos subsequentes: Ed Mead e Bo Brown. Para a história dessas ativistas e desses ativismos, cf. *Queer Fire: The George Jackson Brigade, Men Against Sexism, and Gay Struggle Against Prison*, Untorelli Press, 2014.

organizando em coletivos abolicionistas, como *Critical Resistance* e *INCITE! Women of Color Against Violence*, quanto constituindo grupos transviados e trans abolicionistas, tais quais *FIERCE* (desde 2000), *Queers for Economic Justice* (de 2002 a 2014), *Black and Pink* (a partir de 2005), *Audre Lorde Project* (desde 1994) e *Sylvia Rivera Law Project* (desde 2002). Dentre grande parte das ativistas destas lutas com horizontes de justiça para além do sistema penal, são aspectos em comum tanto a experiência do cárcere e da violência dos “enquadros” policiais, afinal, são, em sua maioria, ativistas e teóricas trans não-brancas (sobretudo negras, latinas, indígenas), quanto seu engajamento em ativismos anticapitalistas, feministas e antirracistas.

O agrupamento de múltiplas práticas, teorias e estratégias políticas enquanto um campo de abolicionismo transviado não tem como objetivo constituir um ramo à parte do abolicionismo penal, mas permitir jogar luz sobre as contribuições que estes engajamentos trazem tanto para o abolicionismo quanto para os movimentos de dissidentes sexuais e de gênero. Este *corpus* acadêmico-teórico e ético-político visa, por um lado, constituir críticas abolicionistas às práticas políticas e de produção de conhecimento sobre gênero e sexualidade; por outro, transenviadescer as lutas abolicionistas, recusando, assim, um espaço marginal às experiências transviadas não-brancas ao trazer ao primeiro plano do abolicionismo as intersecções entre classe, sexualidade, raça e gênero, como argumenta Beth Richie (2013) em “*Queering Antiprison Work: African American Lesbians in the Juvenile Justice System*”. Em outras palavras, o que se pretende é pôr as lutas das dissidentes sexuais e de gênero em um quadro abolicionista e o abolicionismo em quadros transviados³³. É possível, inclusive, considerarmos certas afinidades eletivas constituídas historicamente entre práticas abolicionistas e políticas transviadas. Ambas são antiessencialistas e se contrapõem ao que é ideologicamente estabelecido como “normal” – é justamente a construção das prisões (e da cisheteronormatividade) como “normais” que torna difícil a imaginação de mundos (transviados) sem prisões (Davis, 2018). Longe de qualquer proposta reificadora de identidades e áreas acadêmicas e políticas, em coerência com estas perspectivas antiessencialistas, práticas e discursos são aqui apontados como abolicionistas transviados não tanto a partir da auto-identificação explícita de suas autoras como parte de

³³ Parafraseamos, aqui, Angela Davis (2018: 192) sobre o papel do feminismo abolicionista: “Situar o feminismo em um quadro abolicionista, e vice-versa – situar o abolicionismo em um quadro feminista”. A autora aproxima, ademais, ambos quadros – feministas e abolicionistas – ao afirmar que há “uma dimensão filosófica feminista nas teorias e nas práticas abolicionistas. O pessoal é político. Há uma profunda força relacional que liga as lutas contra as instituições e as lutas para reinventar nossa vida pessoal e nos remodelarmos” (Davis, 2018: 193).

tal “campo”, mas sobretudo pelos efeitos por eles produzidos na tessitura de um conjunto abolicionista de práticas políticas e de modos de produção de conhecimento cujos “sucessos, perdas e contradições” (Bassichis, Lee, Spade, 2015) fazem parte do complexo processo de invenção de formas transformadoras de produção de justiça (Dixon; Piepzna-Samarasinha, 2020).

Ainda que este campo se constitua desafiando, por um lado, as estratégias que não enquadram gênero e sexualidade como estruturantes da distribuição da violência e da punição e, por outro, as que formulam reformas democratizantes e diversificantes do sistema de justiça criminal, são múltiplos os problemas e objetos possíveis de serem engendrados nesta abordagem. Uma agenda de pesquisa abolicionista transviada inclui, por exemplo, as relações das polícias com a população LGBT, as práticas de policiamento de gênero e sexualidade, as múltiplas relações entre LGBTs e cárcere, as relações entre ativismos LGBT e o sistema de justiça criminal, os arquétipos e os mitos em torno da criminalidade transviada que moldam como LGBTs são percebidas pelo sistema penal e até mesmo a cisheteronormatividade dos modos de se produzir conhecimento sobre os processos de criminalização. Destacaremos, todavia, nesta seção, dois conjuntos de contribuições fundamentais que despontam neste campo: a crítica ao cárcere e à punição como LGBTfóbica e a crítica à criminalização da LGBTfobia.

Em uma ponta, sustentam-se fortes críticas à LGBTfobia constitutiva do sistema de justiça criminal, ressaltando-se que as dissidentes sexuais e de gênero não enfrentam estas criminalizações da mesma forma – raça, classe e gênero são fatores determinantes em como e quais LGBTs “suportam o peso da violência nas mãos do sistema legal criminal” (Mogul et al, 2011: 25). Diagnostica-se, ademais, que as violências constitutivas da experiência prisional resultam não de as pessoas presas serem mais sexistas ou LGBTfóbicas que as não-encarceradas, mas de as prisões, em sua institucionalidade fundamentalmente violenta e estruturada pelo binarismo de gênero, reforçarem e perpetuarem hierarquias sexuais e de gênero, gerando ambientes em que, conjugadas com diversas violações que se reproduzem sobre todos os corpos ali confinados, florescem violências específicas contra os transviados, como afirma tanto Lamble (2011) quanto Alexander Lee (2003), fundador da organização abolicionista transviada *Transgender, Gender Variant, and Intersex Justice Project* (TGIJP). A partir das experiências de pessoas trans encarceradas, constroem-se, neste campo, não só a possibilidade de iluminar o modo de operação das próprias prisões e a natureza da punição de modo mais amplo, mas também de apontar ao abolicionismo penal a urgência de que suas lutas englobem “a abolição do policiamento de gênero. [Afinal] esse processo revela a

violência epistêmica [...] inerente ao binarismo de gênero na sociedade como um todo” (Davis, 2018: 192).

Em outra ponta, este campo desafia os engajamentos LGBT que reforçam este sistema. Nesta vertente, têm sido produzidas críticas contundentes aos caminhos tomados pelos movimentos LGBT do Norte global que teriam passado a conceber segurança e liberdade nos termos da justiça criminal (Mogul et al., 2011). Com referenciais teóricos transviados não-brancos, distintas obras têm questionado como um ativismo que se voltava contra o controle de instituições penais sobre os corpos dissidentes teria adotado estratégias de constituição de um novo “outro” a ser criminalizado: os “LGBTfóbicos”. Negando a hipótese de que esse giro decorreria de as experiências de violência e controle penal sobre dissidentes sexuais e de gênero serem supostamente datadas da época da rebelião de Stonewall, as abolicionistas transviadas afirmam que o que teria se transformado seriam as formas de compreender essas violências e os modos como elas operam (Stanley, 2011a). Diagnosticam que, nas reconfigurações neoliberais, enquanto as LGBTs não-brancas, sobretudo trans e travestis, seguiram sendo criminalizáveis, as ondas mais proeminentes do movimento LGBT, que passaram a ser incluídas como cidadãs respeitáveis a serem protegidas pelas instituições penais, buscaram se afastar de qualquer ligação com a imagem das LGBTs criminalizáveis (Haritaworn, 2014). Tais análises dos caminhos dos ativismos LGBTs contrapõem-se, assim, à narrativa linear de progresso, assimilação e cooperação das dissidências sexuais e de gênero com as instituições do sistema penal (Stanley, 2011a).

Em diálogo com a Sociologia da Punição, forjou-se neste campo, a tese de um “giro punitivo neoliberal”³⁴ nos ativismos contemporâneos por direitos gays³⁵ (Meyer, 2014: 121), os quais teriam se constituído como “ativismos carcerários”³⁶ – assim caracterizados tanto pela centralidade dos engajamentos criminalizantes nas lutas por direitos quanto pelo silenciamento frente às políticas encarceradoras e criminalizantes contemporâneas que miram também dissidentes sexuais e de gênero, como o encarceramento de transviados não-brancos, as tentativas de criminalização de pessoas que vivem com HIV e a perseguição

³⁴ Cabe destacar que argumentos como de Lamble (2013) e Meyer (2014) não têm como foco a questão de se possíveis criminalizações de fato aumentariam o número de pessoas atrás das grades, dado que tais leis podem não ter efetividade quando em vigor. O que se questiona é como a estratégia de criminalização seria em si legitimadora do direito penal e das prisões em tempos de encarceramento em massa e como ela seria uma manifestação de uma nova lógica nos ativismos, de um “giro punitivo neoliberal”.

³⁵ Ao caracterizar tal giro nos direitos gays, não LGBTs, essas teóricas buscam evidenciar quem seriam as lideranças das lutas pelas legislações de crimes de ódio e quem seriam provavelmente os principais beneficiados por essas leis.

³⁶ Há, todavia, graus distintos de adesão a essas estratégias e racionalidades, tendo em vista que diversas ativistas trans, por exemplo, articulam em seus discursos tanto a denúncia dos processos de criminalização das pessoas trans quanto o apoio a legislações criminalizadoras (Meyer, 2014).

sistemática a trabalhadoras sexuais e pessoas trans (Meyer, 2014). Atrelado a este problema, tem se investigado também quais discursos e práticas se constituíram de modo crítico aos caminhos criminalizantes, isto é, que perspectivas anticarcerárias e antirriminalizantes foram forjadas. São estas problemáticas, com efeito, a base de nosso problema de pesquisa: investigar no movimento LGBT brasileiro tanto a hipótese de uma guinada punitiva neoliberal quanto a de constituição de práticas e discursos críticos a este processo.

Nos Estados Unidos, dois marcos foram fundamentais na formação de um *corpus* teórico crítico aos caminhos criminalizantes do ativismo LGBT: o momento de intensificação das mobilizações pela tipificação de “crimes de ódio homofóbicos” e o de sua aprovação. No primeiro destes momentos, no período imediato após o assassinato de Matthew Shepard em 1998, o movimento gay *mainstream* estadunidense hegemonicamente passou a se mobilizar em torno desta tipificação a nível federal³⁷. Segundo Whitlock (2012), em fins dos anos 1990, as principais oposições transviadas a estas mobilizações encontravam-se em práticas do grupo *Queer Watch*, que liderava o ativismo LGBT de oposição tanto à pena de morte quanto às legislações de crimes de ódio, e em artigos de opinião de Alexander Cockburn, como “Hate-Crimes Follies” (2001), e de Carolina Dyer (diretora de *Audre Lorde Project*), tal qual “Hate-Crimes Bill May Provide No ‘Victory’” – no qual ao mesmo tempo se reconhecia o aumento da violência anti-LGBT e se conclamava as comunidades transviadas à invenção de formas efetivas (não carcerárias) de redução da violência. Publicaram-se também o artigo de Dean Spade e Craig Willse (2000) “Confronting the limits of gay hate crime activism: a radical critique” e o relatório “In a Time of Broken Bones: A Call to Dialogue on Hate Violence and the Limitations of Hate Crimes Legislation” de Kay Whitlock (2001). Anos mais tarde, algumas organizações em Nova York – como as já citadas *Sylvia Rivera Law Project*, *Audre Lorde Project*, *Queers for Economic Justice* e *FIERCE* – passaram a publicamente desafiar o enquadramento de “crime de ódio”, assim como outras organizações, tais quais *Gender JUST* (Chicago) e *Transformative Justice Law Project* (Illinois), problematizaram as políticas de “*get tough on crime*” como incapazes de gerar segurança à comunidade transviada (Whitlock, 2012).

Em um segundo momento, frente aos intensos debates em torno da aprovação do “*Matthew Shepard and James Byrd Jr. Hate Crimes Prevention Act*” em 2009³⁸, emenda que

³⁷ Desde 1981, movimentos em torno da tipificação de crimes de ódio começaram impulsionados pelo *National Gay Task Force*, que culminaram em múltiplas aprovações de legislações estaduais de crimes de ódio, sem que se tivesse uma legislação federal naquele momento (Whitlock et al, 2011).

³⁸ Esta emenda ao *National Defense Authorization Act for 2010*, sancionado por Barack Obama em 28 de outubro de 2009, expandiu a lei federal de crimes de ódio de 1969 (que criminalizava a real ou percebida raça,

criminalizou a LGBTfobia nos EUA, publicaram-se as obras *Normal Life – Administrative Violence, Critical Trans Politics & The Limits of Law* de Dean Spade (2015 [2009])³⁹, fundador de *Sylvia Rivera Law Project* e que tem se voltado à constituição de políticas e teorias trans críticas; e *Queer (In)Justice: The Criminalization of LGBT People in the United States* de John L. Mogul, Andrea J. Ritchie e Kay Whitlock (2011), que reconstrói o histórico de criminalizações de dissidências sexuais e de gênero nos EUA e as relações dos ativismos LGBT e transviados estadunidenses com o sistema de justiça penal. Na mesma conjuntura histórica, despontou, em 2011, a coletânea *Captive Genders – Trans Embodiment and The Prison Industrial Complex*, organizada por Eric Stanley (engajado no coletivo *Gay Shame – a virus in the system*) e Nat Smith (membro do *TGIJP*). Tal coletânea conta com artigos, relatos e entrevistas que se debruçam sobre as relações entre o cárcere e os gêneros dissidentes, pondo no centro das lutas transviadas a abolição das prisões; e apresenta contribuições de múltiplas abolicionistas transviadas, dentre as quais Che Gossett e Reina Gossett. No ano seguinte, publicou-se a coletânea *Against Equality: Prisons Will Not Protect You*, organizada por Ryan Conrad (2012) e pelo coletivo *Against Equality*⁴⁰, o qual se propõe, em suas palavras, a resgatar o legado transviado radical que tem sido apagado pela agenda gay neoliberal, visando, assim, não só à liberação sexual, mas a uma reorientação radical política e econômica do mundo (Conrad et al, 2014: 5). Compõem esta coletânea artigos críticos às leis de crimes de ódio nos EUA e no Canadá, escritos por organizações como *Sylvia Rivera Law Project*, *Black and Pink*, *PolitiQ-queers solidaires*.

Para além dos EUA, forjaram-se múltiplas críticas aos “investimentos transviados” na criminalização da violência contra dissidentes sexuais e de gênero. Destacam-se tanto estudos que iluminam as conexões desses engajamentos com políticas de controle social imperialistas (Agathangelou; Bassichis; Spira, 2008) e necropolíticas, como analisadas na coletânea *Queer Necropolitics* (Haritaworn; Kuntsman; Posocco, 2014), quanto pesquisas

religião, etnicidade ou nacionalidade) para incluir crimes motivados pelo real ou percebido gênero, orientação sexual, identidade de gênero ou deficiência da vítima. Esta emenda previa, ademais, recursos federais (institucionais e financeiros) para forças de segurança locais na investigação e acusação de crimes de ódio (Reddy, 2011: 11). Sua aprovação é, com efeito, um momento significativo na “cultura política contemporânea definida por sua *liberdade com violência*” (Reddy, 2011: 2). Para uma análise da aprovação desta emenda e das políticas sexuais contemporâneas como emenda do racismo contemporâneo e do globalismo estadunidense, cf. Reddy (2011).

³⁹ Para uma compreensão mais ampla da obra de Dean Spade, além da produção acadêmica aqui citada, é imprescindível a produção audiovisual “*Impossibility Now*”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OU8D343qpdE>. Acesso em 29 de jan. de 2020.

⁴⁰ Há diversos coletivos ativistas cujos próprios nomes ironizam e se contrapõem às pautas neoliberais do movimento LGBT estadunidense – além de *Against Equality* (Contra a Igualdade) que questiona os termos das lutas transviadas para além da inclusão e da igualdade formal dos “mesmos direitos”, o já citado coletivo *Gay Shame* (Vergonha Gay) problematiza o orgulho e a mera visibilidade como nossas estratégias.

que apontam os limites do enquadramento da LGBTfobia como questão de “ódio” (Meyer, 2014; Haritaworn, 2014; Whitlock; Bronski, 2015) ou como violência oriunda de “desconhecidos perigosos” (Lamble, 2013). Em solos latinoamericanos, foram traduzidos e compilados diversos textos abolicionistas transviados na coletânea *Críticas sexuales a la razón punitiva: insumos para seguir imaginando una vida junt*s*, organizada por Cuello e Disalvo (2018).

Em nossas terras, forjaram-se discursos e práticas abolicionistas transviadas tanto em movimentos sociais, como analisaremos nos Capítulos 04 e 05, quanto em distintas obras acadêmicas que podem ser posicionadas neste campo. Por um lado, trabalhos como os de Serra (2017) e Patriarca (2019) se destacam como parte de uma produção acadêmica que, embora não se explicita como abolicionista transviada, problematiza as relações contemporâneas entre criminalização, travestilidade e prostituição em sentidos análogos ao campo abolicionista. Por outro, emergiram também aqui obras, como a de Lamounier (2018), de crítica à expansão da criminalização em marcos explicitamente abolicionistas transviados, embora tenha sido escassa a repercussão de tais engajamentos nas produções acadêmicas sobre a criminalização da LGBTfobia no Brasil, como buscamos demonstrar na próxima seção.

4. Escrevendo a criminalização da LGBTfobia no Brasil

Tanto criminólogas críticas e sociólogas da punição quanto sociólogas e antropólogas de gênero e sexualidade engajaram-se nas últimas décadas, em suas circulações entre academia, movimentos sociais e Estado, na problemática da criminalização da LGBTfobia, assumindo múltiplas posições frente a ela. Nas Ciências Sociais, embora alguns acadêmicos estivessem engajados nas lutas criminalizantes desde os anos 1990, foi a partir de 2006 que emergiram, em diversos estudos, referências à criminalização, em geral, construindo-a como necessária à proteção de LGBTs. No campo jurídico e criminológico, sobretudo a partir de 2011, apareceram artigos em torno deste problema, formando associações semelhantes. Justamente naqueles anos este tema adquiria grande relevância pública, como analisaremos no Capítulo 04. Voltamo-nos, aqui, aos discursos que despontaram em torno desta questão nos estudos sobre punição e direito penal e, em seguida, à forma como a criminalização se construiu em pesquisas sobre sexualidade e movimento LGBT nas Ciências Sociais.

No primeiro destes campos, emergiram trabalhos em torno tanto da legitimidade jurídica dessa pauta em termos jurídico-penais e constitucionais (Freire; Cardinali, 2012;

Masiero, 2013), quanto da crítica normativa às estratégias criminalizantes (Bazo, 2016; Karam, 2019). Ainda que recentes pesquisas tenham empregado análises empíricas, sobre o trâmite de um dos projetos de lei (Masiero, 2018) ou o julgamento das ações judiciais no STF (Silva, 2020), prevaleceram, nesta seara, reflexões eminentemente teórico-normativas acerca de se dever ou não criminalizar a LGBTfobia e pesquisas críticas que abordaram a questão prescindindo de quaisquer estudos empíricos. Em um dos artigos brasileiros mais emblemáticos sobre este tema, Salo de Carvalho (2012c) analisa normativamente esta demanda e seus possíveis efeitos. Mesmo reconhecendo a impossibilidade de que a criminalização reduza as violências, o autor argumenta em prol de seus efeitos simbólicos e da estratégia de nomeação do crime homofóbico como legítima e eficaz. Em posição distinta tanto da comum prescrição da criminalização como medida inexoravelmente necessária ao combate da LGBTfobia quanto do mero criticismo a esta demanda, este criminólogo pondera sobre os caminhos da criminalização⁴¹:

[...] o movimento LGBTs (sic) poderia superar esta lógica criminalizadora (vontade de punir), demonstrando aos demais movimentos sociais os riscos que a convocação do direito penal gera. E creio que seria possível abdicar do direito penal sem maiores danos às estratégias do movimento, sobretudo porque as políticas antidiscriminatórias não punitivas de reconhecimento dos direitos civis têm sido eficazes na nominação e na exposição do problema das violências homofóbicas em todas as suas dimensões (violências simbólica, institucional e interpessoal). Trata-se, porém, de uma exigência que talvez esteja para além das reais possibilidades político-criminais do movimento LGBTs (sic) neste momento histórico. Todavia, ao negar explicitamente qualquer vínculo com o sistema penal, o movimento LGTB (sic) estaria afirmando que a própria lógica punitiva é homofóbica, misógina e racista. Talvez esta fosse a estratégia efetivamente revolucionária em termos de ruptura com a cultura homofóbica. (Carvalho, 2012c: 209).

Na literatura dos estudos de gênero e sexualidade, a criminalização da LGBTfobia, embora tenha despontado em algumas obras, não se tornou objeto frequente de pesquisas conforme também constatado por Nunes (2018). Enquanto as disputas em torno de outras pautas prioritárias para movimentos LGBT repercutiram fortemente no debate acadêmico, como o casamento civil igualitário (Butler, 2003; Almeida, 2009; Miskolci, 2007) e o direito à autodeterminação de pessoas trans e travestis (Bento; Pelúcio, 2012), a criminalização da LGBTfobia não adquiriu estatuto semelhante, tendo seus dilemas, disputas e contradições permanecido como objeto pouco problematizado nessa literatura no Brasil.

⁴¹ Considerações semelhantes constituem as conclusões do estudo de Costa, Barreto, Teixeira (2015) sobre as impressões de ativistas LGBT em Aracaju sobre a criminalização da LGBTfobia. As autoras afirmam que se o ativismo se desvinculasse do direito penal “estaria agindo de maneira mais sagaz, vez que se pautaria na assunção de que a lógica punitivista, sendo historicamente racista, misógina e homofóbica, não seria instrumento capaz de promover inclusão a partir do reconhecimento de identidades” (Costa, Barreto, Teixeira, 2015: 13).

Quando este tópico aparece nas Ciências Sociais brasileiras, emerge, em geral, dentro de uma formação discursiva na qual se prescreve a “criminalização da homofobia” como conclusão “lógica” de pesquisas com distintos referenciais empíricos⁴²: que se voltam para a percepção da LGBTfobia na sociedade brasileira (Venturi, 2011), para a construção de políticas públicas de combate à LGBTfobia (Mello; Avelar; Brito, 2014; Ramos; Carrara, 2006) ou para os debates legislativos e os ativismos LGBT (Nunes, 2018; Gama, 2017). Deste modo, longe de uma apresentação neutra ou meramente descritiva das medidas penais, as autoras das Ciências Sociais se posicionavam frente a estas questões. Não se forjou neste campo, todavia, diferente dos estudos da Criminologia Crítica, uma arena de disputas em torno da construção da suposta necessidade da estratégia de criminalização, a qual se tornara pressuposta em grande parte dos estudos de gênero e sexualidade.

Em linhas gerais, naturalizaram-se os caminhos criminalizantes nos estudos sobre ativismo LGBT no Brasil, como se expressa, por exemplo, na afirmação de que um dilema intrínseco a este movimento seria “*demandar a criminalização da homofobia*, mas não a regulação da diversidade sexual” (Ramos; Carrara, 2006: 199, grifos nossos) – formulação que não abre, com efeito, linhas de fuga à criminalização. As medidas não-penais, ademais, foram, em geral, reiteradas como insuficientes – ao se afirmar, por exemplo, que o acúmulo de leis locais “de alcance limitado [...] *ainda não foi o bastante* para que o Congresso Nacional aprovasse e a Presidência da República sancionasse o Projeto de Lei n. 122/2006” (Mello et al., 2014). A “falta” da criminalização compôs, inclusive, um dos fatores explicativos do reconhecimento social da disseminação do preconceito anti-LGBT – a “inexistência de uma legislação a punir criminalmente atos homofóbicos ou transfóbicos [...] expressa o ainda baixo nível de autocritica social da heteronormatividade” (Venturi, 2011).

Outros trabalhos neste campo, embora não prescrevessem diretamente a criminalização, operaram uma presunção lógica que partia dos fundamentos normativos das lutas anti-LGBTfóbicas e os assumiam como inerentes também às formas criminalizantes destas lutas, as quais eram, assim, legitimadas. Esta operação ocorre explicitamente quando se discute a criminalização da LGBTfobia como justa partindo diretamente do critério normativo de que estas seriam lutas por paridade de participação nas interações sociais (Gama, 2017); ou implicitamente, quando os rumos do ativismo LGBT brasileiro são exaltados por terem se constituído em torno de lutas contra a homofobia – um “objetivo

⁴² Cabe pontuar que o discurso que constrói o direito penal como importante “recurso” de combate à LGBTfobia estava presente também na obra de Daniel Borrillo (2010), referência em diversos estudos sobre homofobia no Brasil, cujo conceito de “homofobia” será analisado no capítulo 02.

político mais unificador e menos hierarquizante do que o anterior [o casamento]” (Miskolci, 2011: 47) – sem se problematizar os caminhos destas lutas e o estatuto adquirido pela criminalização. Somente por meio desta elipse se torna possível concluir que a centralidade da luta contra a LGBTfobia tornaria “nosso movimento potencialmente mais ‘radical’” (idem, ibidem) e “mais próximos de uma reflexão *queer* do que de uma reflexão identitária” (Miskolci, 2011: 265). Nos estudos transviados brasileiros, em geral, enquanto foram largamente criticados os processos de normalização atrelados à demanda pelo casamento e à normalidade da família e do parentesco, não se produziram à mesma altura críticas à normalização engendrada pela demanda da criminalização que, afinal, normaliza justiça, segurança e proteção como sinônimos de nomeação de crime e de acionamento do sistema de justiça criminal.

Ademais, em análises empíricas das disputas em torno da criminalização da LGBTfobia, forjaram-se, em geral, relações metonímicas entre, por um lado, ativistas LGBTs favoráveis à criminalização e todo o movimento LGBT e, por outro, o ativismo religioso conservador e toda a oposição a esta demanda – metonímia que sustentava críticas, por vezes implícitas, à “falta” da criminalização como resultado das ações de “fundamentalistas” e “religiosos conservadores” (Gama, 2017; Pereira; Santos, 2015; Simões; Facchini, 2009). Em meados dos anos 2010, todavia, as disputas dentro do movimento LGBT em torno da criminalização da LGBTfobia seriam retratadas em determinados trabalhos que analisaram a 2ª Conferência Nacional LGBT (Aguião, 2014: 48; Toitio, 2016), o que complexificou tais metonímias outrora naturalizadas. Indo além da descrição desses embates, o trabalho de Toitio (2016) desnaturaliza, ademais, outros aspectos da estratégia criminalizante, problematizando

[...] Por que, afinal, a punição pelo encarceramento fora eleita símbolo do reconhecimento estatal da violência homofóbica? O que garantiria que as penas —alternativas— são menos eficazes e válidas do que as penas de encarceramento? As lutas por penas alternativas não poderiam constituir um caminho mais seguro para garantir a repreensão daqueles grupos e classes cujos recursos (materiais e simbólicos) lhes tornam mais “imune” às prisões? Para o movimento, lutar pela criminalização da homofobia e da transfobia, trazendo um debate sobre a necessidade de redução do Estado penal, não seria justamente procurar articular as lutas de sexualidade e de gênero com as lutas de classe e de raça? [...] (Toitio, 2016: 245).

Tais perguntas, em geral não formuladas em estudos sobre o movimento LGBT brasileiro, foram também levantadas em outros raros trabalhos brasileiros críticos aos engajamentos punitivos transviados que podem ser considerados, de fato, como abolicionistas transviados, mesmo que assim não se autointitulem. Ainda que escassas, estas contribuições, forjadas sobretudo em estudos de pesquisadoras trans brasileiras, como

Vergueiro (2015), Lamounier (2018) e Mombaça (2016), constituem interlocução fundamental deste trabalho e ponto de apoio para nossas reflexões.

Viviane Vergueiro (2015), ao conceber o sistema prisional como “uma instância de i+legalidade profundamente cisnormativa, espaço institucional de violência e colonização de diversidades” (Vergueiro, 2015: 147), aponta, em diálogo com Spade (2015), as “limitações sistêmicas” de “projetos de criminalização de violências específicas contra pessoas LGBT”. Levanta, ademais, o problema da invenção de outras respostas às violências “se nos propusermos uma recusa a fortalecermos um sistema prisional brutalizante” (Vergueiro, 2015: 149). Gab Lamounier (2018: 116-7), influenciada abertamente pela abordagem “abolicionista transviada”, critica “o esforço feito pelos movimentos LGBT sobre o desenvolvimento de novas práticas punitivas” e aponta a construção de “outros modos coletivos para o tratamento das violências homofóbicas, transfóbicas e de gênero que não apostem no investimento nas políticas punitivas”. Jota Mombaça (2016), por sua vez, ao construir uma reflexão crítica à violência para uma “redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência”, opõe-se às estratégias criminalizantes, reenquadrando, em diálogo aberto com as teorias anticoloniais, como pensamos violência, segurança e justiça.

[...] O estado, assim como as polícias, movem-se com e pelo desejo. Quando o movimento LGBT brasileiro luta pela criminalização da homofobia, ele está lutando, no limite, por esse desejo. O desejo de ser protegido pela polícia e neutralizado pelo estado não importa a que preço. Não se considera, por exemplo, a dimensão racista estruturante do sistema prisional, cujo maior alvo segue sendo as pessoas pretas e empobrecidas, inclusive aquelas cujas posições de gênero e sexualidade poderiam ser compreendidas no espectro LGBT. A aposta nessas estruturas normativas como fonte de conforto e segurança para as comunidades agrupadas em torno da sigla LGBT é um sinal evidente da falta de imaginação política interseccional desses ativismos, que estão limitados a lutar no interior do projeto de mundo do qual temos sido reiteradamente excluídas [...] (Mombaça, 2016).

Nesta pesquisa, buscamos trilhar algumas das veredas abertas pelas questões enunciadas por Mombaça (2016) sobre como LGBTs têm construído suas lutas políticas em horizontes criminalizantes. Por não naturalizarmos a criminalização e sua suposta necessidade nem adentrarmos em debates normativos sobre sua prescrição, o modo de se problematizar a criminalização da LGBTfobia nesta pesquisa distancia-se de grande parte do que vem sendo produzido em torno desta questão tanto no campo das Ciências Sociais quanto em searas jurídicas e criminológicas. Aproximamo-nos, todavia, tanto dos estudos críticos abolicionistas transviados apresentados neste capítulo quanto das pesquisas que se voltaram às transformações neoliberais no ativismo LGBT brasileiro, como Toitio (2016) e Irineu (2016). Em interlocução com as questões levantadas pelo abolicionismo transviado e pela crítica transviada ao neoliberalismo e alicerçado nos fundamentos teóricos da Sociologia da

Punição e dos estudos transviados, pretendemos nesta dissertação escrever de um modo específico a história da criminalização da LGBTfobia no Brasil, forjando uma genealogia dos caminhos trilhados pelos discursos e estratégias criminalizantes e dos que se lhe opuseram dentro dos ativismos LGBT.

CAPÍTULO 02: ENTRE A QUESTÃO SEXUAL E A QUESTÃO CRIMINAL: A LGBTFOBIA NO BRASIL

Tendo como base tanto a Sociologia da Punição – e a seletividade intrínseca aos processos punitivos – quanto os estudos transviados – e a produção violenta da normalização de gênero e sexualidade –, adentramos, neste capítulo, nas “políticas sexuais de criminalização” (Sears, 2010) postas em curso historicamente contra as dissidências sexuais e de gênero no Brasil. Apresentaremos as diferentes formas⁴³ como “os sistemas de justiça e legalidade brasileiros não somente ignoraram, mas ativamente participaram da criminalização, inferiorização e patologização das diversidades sexuais e de identidades de gênero através da história” (Vergueiro, 2015: 212). Como as práticas que criminalizam e punem dissidentes sexuais e de gênero não são artefatos de um período histórico “deixado para trás” – “seus ecos podem ser ouvidos através do sistema criminal legal contemporâneo” (Mogul et al., 2011: 33) –, é imprescindível compreender de que forma elas seguem constitutivas de nosso presente histórico. Busca-se, portanto, a partir da exposição de um panorama das relações historicamente tecidas entre a “questão sexual” e a “questão criminal”, situar as estratégias criminalizantes de nosso presente em uma perspectiva histórica de longo prazo a fim de que se possa compreender as implicações em jogo no acionamento deste sistema para combater as violências contra a população LGBT.

Em um segundo momento, apresentaremos como a LGBTfobia pode ser reenquadrada à luz desse percurso histórico e em diálogo com os estudos da punição e os estudos transviados. Para que a partir do próximo capítulo possamos analisar as formas como empiricamente se construíram estratégias de luta contra a LGBTfobia no Brasil, é incontornável que antes apresentemos uma crítica interseccional e sociológica à violência LGBTfóbica e à sua formação na sociedade brasileira, na qual tem operado como “LGBTfobia por denegação”, como argumentaremos adiante.

1. Criminalizando dissidências sexuais e de gênero no Brasil

“Não existem leis anti-homossexuais no Brasil, seja na Constituição, seja no Código Penal [...] Mas, quando quer mostrar serviço, a polícia realiza batidas e os diversificados representantes da ordem humilham os homossexuais, mais constantemente do que se pensa, em lugares públicos e privados. Cria-se razões indiretas (‘atentado ao pudor’, ‘vadiagem’ ou ‘consumo de drogas’) para deflagrar

⁴³ Nessas investigações históricas, não pressupomos a sexualidade e o gênero ou o crime e a punição como universais, mas como práticas que emergem historicamente imersas em determinadas relações de poder e saber e em determinadas problemáticas que atrelam de diferentes formas a “questão sexual” à “questão criminal”.

uma repressão que se deve ao autoritarismo básico da organização social brasileira e a um dos seus mais genuínos reflexos: o machismo” (Trevisan, 2000 [1986]: 56).

O policiamento, a criminalização e a punição de dissidentes sexuais e de gênero têm uma longa trajetória nessas terras conhecidas como Brasil⁴⁴. Embora uma investigação aprofundada desse tópico fuja ao escopo deste trabalho, pretende-se, nesta seção, tecer as linhas gerais das formas de controle e punição que forjaram a “questão sexual” como atrelada à “questão criminal” a fim de iluminar como a punição e a criminalização têm sido processos centrais para a reprodução de normas de gênero e sexualidade e para as batalhas travadas no âmbito sexual. Tanto a punição de corpos dissidentes quanto a invenção de resistências às normas (punitivas) de gênero e sexualidade andaram em par na história brasileira, na qual, à semelhança do processo histórico estadunidense investigado por Mogul et al. (2011),

[...] desde o primeiro ponto de contato com os colonizadores europeus – muito antes de identidades modernas gay, lésbica, bissexual, transgênero ou transviada serem formadas e vilipendiadas – povos indígenas, africanos escravizados e imigrantes, particularmente imigrantes não-brancos, foram sistematicamente policiados e punidos com base em suas sexualidades ou expressões de gênero reais ou projetadas como “desviantes”, como uma parte integrante da colonização, do genocídio e da escravidão. (Mogul et al., 2011: 33).

Se partirmos da invasão portuguesa destas terras, como um marco do início da imposição sobre as populações que aqui viviam de um mundo a ser ordenado à imagem e semelhança do Homem europeu e de suas normas de masculinidade e feminilidade (Lugones, 2007) por meio da aniquilação de outras relações, práticas sexuais e construções corporais que aqui existiam (Rojas, 2017), poderemos analisar como, de diversas formas, as relações (violentas e punitivas) que o colonialismo requer têm sido inerentemente racializadas, generificadas e sexualizadas (Smith, 2007). Além dos códigos penais, suas criminalizações e penas formais, a imposição de políticas de casamento, de obrigação de vestimentas, cortes de cabelo e nomes próprios compuseram este complexo processo de colonização e imposição de “sexualidade” e “gênero” europeus sobre outras sociedades e seus outros modos de vida (Fernandes, 2016). Tais construções coloniais tiveram como efeito, por exemplo, “a violenta supressão da fluidez de gênero de modo a facilitar o estabelecimento de relações hierárquicas entre dois gêneros rigidamente definidos e, por extensão, entre colonizador e colonizado” (Mogul et al, 2011: 36).

⁴⁴ Este trajeto tem como inspiração a trajetória de Ana Flauzina (2006) em sua dissertação de mestrado sobre o histórico genocídio da população negra pelo Estado brasileiro. Naquele texto, a autora segue a periodização de Nilo Batista de quatro sistemas penais brasileiros – o sistema colonial-mercantilista, o imperial-escravista, o republicano-positivista e o contemporâneo-neoliberal.

Nos primeiros séculos deste mundo colonial, a criminalização da sodomia operava como mecanismo legal de controle do que então fosse considerado como sexo dissidente. Definido como “pecado contra a natureza”, o crime de sodomia abarcava as práticas sexuais que não correspondessem ao propósito “natural” da procriação, as quais supostamente acarretariam em punições divinas a todo o povo, tal qual ocorrera em Sodoma (Pretes; Vianna, 2008). As “múltiplas possibilidades significantes” desta categoria permitiam que ela operasse de modo integrado com outros significantes como “negro” e “canibal” dentro do par binário do discurso colonial que divide o mundo entre selvagens e civilizados (Figari, 2007: 48). A categoria “sodomia”, dando “nome ao outro com o fim de definir-se melhor a si mesmo”, possibilitava domar os “selvagens” e, ao mesmo tempo, confirmar seu exterior constitutivo, a masculinidade hegemônica “naturalmente” própria do Ocidente (Rojas, 2017: 68).

Nas leis coloniais, foram criminalizadas as práticas de sodomia nos documentos de doação das capitanias hereditárias (1534)⁴⁵ e na “Lei sobre o pecado nefando de sodomia” (1571). Nesta, a “sodomia” aparecia como atributo de um comportamento “de fora” da Europa, dos “não civilizados”; apagando, assim, as práticas sodomitas das terras dos invasores e “ressignifica[ndo] os atos homoeróticos como uma qualidade negativa a mais dos selvagens e incivilizados habitantes dos ‘reinos e senhorios’, fossem africanos, americanos ou asiáticos” (Figari, 2007: 49). Projetavam-se nas populações indígenas os sexos dissidentes e os “pecados” sexuais como se lhes fosse intrínseco o desvio sexual. Nas três Ordenações que regeram nossa colonização⁴⁶, criminalizavam-se também tais práticas. As Ordenações Filipinas (1603-1830), além de tipificar a conduta de se vestir com trajes de gênero diverso ao atribuído socialmente, exceto se em festas ou em jogos (Jesus, 2019: 253), criminalizaram da seguinte forma o “pecado de sodomia”:

Toda a pessoa, de qualquer qualidade que seja, que *pecado de sodomia* (1) per qualquer maneira commetter, *seja queimado, e feito per fogo em pó* (2), *para que nunca de seu corpo e sepultura possa haver memoria*, e todos seus bens sejam confiscados para a Corôa de nossos Reinos, posto que tenha descendentes; pelo mesmo caso seus filhos e netos ficarão inhabiles (3) e infames, assi como os daquelles que commetem crime de Lesa Magestade.

⁴⁵ Por meio deles, o rei de Portugal conferia competência aos capitães-mores para condenar à morte sem necessidade de autorização da metrópole os acusados de quatro crimes: traição, heresia, fabricação de moeda falsa e a prática da sodomia (Trevisan, 2000: 111).

⁴⁶ As Ordenações Afonsinas (de 1447 a 1521) condenavam “os que cometem pecado de Sodomia” à morte por fogo “porque segundo a qualidade do pecado, assim deve gravemente ser punido”. As Ordenações Manuelinas (de 1522 a 1603) trataram do “crime de sodomia” agregando à fogueira a pena do confisco de todos os bens e de tornar infames e inábeis seus descendentes. A partir das Ordenações Manuelinas, o crime de sodomia e suas penas se estenderam também a mulheres, apesar de ter sido mais frequente na historiografia a perseguição aos homens acusados de sodomia.

E esta Lei queremos, que tambem se entenda, e haja lugar nas *mulheres* (1), que humas com as outras commettem *peccado contra natura* (2), e da maneira que temos dito nos homens. (Ordenações Filipinas. Livro 5, título XIII: dos que comettem pecado de sodomia, e com alimarias; grifos nossos).

Além das condenações pela Coroa Portuguesa, acusações e condenações por sodomia ocorriam por meio de tribunais eclesiásticos e se acentuavam nos períodos de visitas do Tribunal do Santo Ofício ao Brasil entre os séculos XVI e XVIII⁴⁷, nos quais o dispositivo da delação, marca do policiamento socialmente difuso da conformidade de gênero e sexualidade, tinha papel central – quem denunciasse as práticas de sodomia à Coroa receberia um terço das propriedades do acusado (Pretes; Vianna, 2008). Aquele cujas práticas sexuais fossem desviantes deveria ser interpelado, acusado e punido, não só por estes mecanismos oficiais, mas também por práticas difusas e cotidianas de um direito penal privado, constitutivas das relações entre senhores e cativos – base do sistema punitivo colonial (Flauzina, 2006).

As condenações formais por sodomia, com efeito, foram relativamente escassas nos séculos em que vigia essa legislação⁴⁸ – assemelhando-se à alta seletividade da aplicação destes estatutos também nos EUA, em que eram “utilizadas, como outros estatutos criminais, para reforçar estruturas de poder existentes de raça, classe e gênero” (Mogul et al, 2011: 62-63). Havia, ademais, um policiamento informal e mais difuso das normas de gênero e sexualidade e modos mais informais e “privatizados” de punição das práticas dissidentes, nos quais, ainda que pudesse desempenhar um papel, o direito penal e a ameaça de sua aplicação não constituía a principal forma de controle, sobretudo no que tange às práticas dissidentes de mulheres⁴⁹. Por meio de tais práticas, regulavam-se não somente o sexo dos indivíduos, mas o casamento, a raça, o trabalho, o parentesco, a educação – de tal modo que a manutenção

⁴⁷ “Os sodomitas, culpados pelo abominável pecado nefando, depois dos cristãos-novos, foram os que mais duramente penaram nas garras deste *monstrum terribilem*: das 4.419 denúncias registradas nos Repertórios do Nefando, na Torre do Tombo de Lisboa, aproximadamente 400 redundaram no encarceramento dos homossexuais acusados, e destes, trinta terminaram seus dias na fogueira” (Mott, 1992: 704).

⁴⁸ Do arquivo dos denunciados sodomitas-pecadores-criminosos, emergem alguns dos “corpos necessários de domar” (Rojas, 2017: 68), como Felipa de Souza, mulher que mantinha relações sexuais com outras mulheres no século XVI, e Xica Manicongo, reivindicada contemporaneamente como a primeira travesti alvo de processos penais nessas terras – africana do Congo sequestrada, escravizada, vendida a um sapateiro em Salvador e denunciada à Inquisição em 1591. Antes interpelada para que passasse a estar “vestida de homem” e tachada de “quimbanda, membro de uma quadrilha de feiticeiros sodomitas” (Quimbanda Dudu, 2005: 25), adotaria, então, como estratégia de sobrevivência, o estilo de vestimenta tradicional para os homens da época, escapando à pena capital (Jesus, 2019: 253).

⁴⁹ Como apontam Mogul et al (2011: 64-64) sobre a perseguição de mulheres sexualmente desviantes nas 13 colônias estadunidenses, ela tomava outros caminhos para além da sodomia, com mulheres brancas passando por “julgamentos e punição de ‘bruxas’ [que] frequentemente levantaram alegações de sexualidade desviante”, ao mesmo tempo em que “o policiamento e a punição de mulheres indígenas e escravizadas não requeria procedimentos legais formais, era simplesmente negócio colonial como de praxe”.

do sistema colonial deve ser pensada atrelada ao controle das sexualidades (Fernandes, 2016).

Nas letras da lei, as práticas de sodomia foram descriminalizadas nestas terras com o Código Penal de 1830 que, inspirado nas codificações napoleônicas, não fazia menção a tais práticas sexuais. Este novo sistema penal influenciado pelas ideias iluministas seguia, todavia, assentado em um direito penal privado escravista (Flauzina, 2006). Atualizando a formação social escravocrata, a polícia brasileira se forjou no século XIX de um modo que “mimetizou o esporão senhorial” (Minhoto, 2002: 65) e as práticas punitivas implementadas configuraram um “impossível panóptico tropical” (Koerner, 2006) em que as técnicas disciplinares se constituíam atreladas às soberanas: a disciplina era mantida com a constante ameaça de emprego da força física. Naquele sistema penal, puniam-se formalmente práticas dissidentes sexuais e de gênero por meio de outros dispositivos legais: sobretudo o artigo 280 do Código Penal, que penalizava qualquer ação ofensiva da “moral e bons costumes” em local público (Green, 2019 [1999]: 66). Aqueles interpelados por ofensa à moral e aos bons costumes, por vadiagem ou prostituição deveriam, ademais, pelo Código de Processo Criminal de 1832, assinar, perante o Juiz de Paz, um termo de bem viver. O dispositivo penal da vadiagem, somente incidentalmente aplicado sobre dissidentes sexuais e de gênero, operava de modo amplo na criminalização da liberdade negra, atribuindo aos negros somente os papéis de “escravos ou criminosos” (Flauzina, 2006: 58). Embora não houvesse uma perseguição sistemática às dissidências sexuais e de gênero como havia em relação aos negros, os limites em aberto sobre quais práticas seriam adequadas ao “bem viver” e à “moral e bons costumes” conferiam liberdade à polícia para definir o que seria “indecente” e operar práticas de extorsão com base na ameaça de detenção (Green, 2019: 67).

Fundamental ao nosso período imperial, o processo de invenção do Estado-nação brasileiro ocorria por meio da (re)produção da matriz colonial cisheterossexista (Curiel, 2013) – os Estados, afinal, não se constroem fora de tecnologias de gênero e de raça (McClintock, 2010). Formamo-nos, com efeito, como uma “*heteronación*” (Curiel, 2013), isto é, como uma nação cujo imaginário tem “como base fundamental regime da heterossexualidade, através da ideologia da diferença sexual, e esta, por sua vez, [tem suas bases] em instituições como a família, o parentesco e a nacionalidade” (Curiel, 2013: 56). Concebido como heterossexual, o contrato social desta heteronação supõe que viver juntos em sociedade implicaria em viver em cisheterossexualidade.

Esse imaginário se fortaleceria em fins do século XIX, quando, com a abolição da escravidão e o início da República, difundiram-se preocupações com a sexualidade e com a

família atreladas à necessidade de produção de uma nação de trabalhadores saudáveis (Fry, 1982), isto é, conformes às normas de gênero e sexualidade da época. À luz das concepções racistas de embranquecimento da população, as práticas sexuais e de gênero desviantes, conjunto que incluía, no limite, todas as práticas sexuais que não aquelas de um casamento monogâmico entre um homem e uma mulher brancos, passaram a ser, então, construídas como ameaças à nação brasileira e um risco à “degeneração” de um povo “saudável”, que “naturalmente” teria práticas “sexuais e de gênero” “saudáveis” e “normais” e que deveria ser “progressivamente” embranquecido.

Neste mesmo período, forjou-se uma inflexão nos modos de controle das práticas sexuais e de gênero dissidentes. Nos grandes centros urbanos europeus, sobre as “comunidades” que se formaram de indivíduos com práticas sexuais e de gênero dissidentes, a criminologia e a sexologia inventaram e catalogaram grupos de “pervertidos”, dentre os quais, o “sujeito homossexual”⁵⁰, enquanto um ser humano específico em que todos os aspectos de sua vida estariam enredados na verdade revelada por sua sexualidade (Foucault, 2015: 47-49). Enquanto o direito penal controlava condutas dissidentes sexuais e de gênero criminalizando as práticas de sodomia, a partir de então, a criminologia e os saberes médicos contribuiriam para um processo de subjetivação/sujeição destes sujeitos definidos por sua sexualidade.

No processo de “caça às sexualidades periféricas” (Foucault, 2015: 47), as práticas sexuais e de gênero não-cisheteronormativas passaram a ser perseguidas não mais apenas como infrações aos artigos penais de sodomia, mas também como indícios que revelariam sujeitos com maior propensão ao cometimento de outras práticas delituosas – o “criminoso” e o “pervertido” eram, afinal, tidos como espécies à parte da sociedade “normal”. Como vimos, neste momento, construíram-se os “pederastas” como criminosos nos estudos criminológicos positivistas (Dennis, 2018). Justamente destes grupos, “demonizados” por discursos religiosos cristãos, “criminalizados” pelo discurso criminológico e “patologizados” pelo discurso médico, despontou um incipiente ativismo homossexual europeu⁵¹, com destacado papel de sexólogos e reformadores sexuais, o qual se voltava à despenalização das

⁵⁰ Karl Maria Kertbeny cunhou o termo “homossexual” em 1869. Enquanto naquele período, inventou-se “homossexualismo” como uma patologia do instinto sexual, nas últimas décadas, tal termo tem sido contestado por ativistas homossexuais em favor de “homossexualidade”, que se refere a um dos estados da sexualidade humana, assim como a heterossexualidade, a bissexualidade ou a assexualidade (Prado; Machado, 2008).

⁵¹ Notadamente na Alemanha e na Inglaterra a partir da década de 1870, evidenciam-se constituições recíprocas entre sujeitos homossexuais, sexologia e ativismo político pela descriminalização da sodomia. Cumpre destacar que os ativismos contra a imposição destas leis penais, com efeito, não se restringiram àquele século, mas marcam a história recente e contemporânea europeia.

condutas homossexuais masculinas, criminalizadas enquanto práticas de sodomia em diversos Códigos Penais europeus naquele período (Simões; Facchini, 2009) – os quais, impostos sobre o mundo colonizado pelo imperialismo do século XIX, seriam base para a perseguição de sexualidades dissidentes mais de um século após a sua imposição.

Nesse momento em que “identidades transviadas substituíram os atos perversos individuais, o processo de criminalização da não conformidade de gênero e sexualidade foi facilitado pela construção de narrativas arquetípicas” (Mogul et al, 2011: 68) que se enraizavam em representações historicamente construídas em termos de raça, gênero e classe que tomavam os povos indígenas, a população negra e as classes populares como inerentemente desviantes e perigosas. Em nossas terras, essa articulação seria evidente na produção dos saberes criminológicos sobre dissidentes sexuais e de gênero por Nina Rodrigues e seus discípulos. Além de amplamente associarem a raça à degeneração e ao crime, construíram a prática de “pederastia” como indício também de periculosidade (Silva, 2017), o que influenciou médicos, que, nos anos 1880, faziam denúncias morais vagas desses comportamentos, a passarem a pesquisar as causas e os tratamentos dessas condutas. Nessa busca pela cura, tomavam os homossexuais como seres dotados de aspectos físicos, psicológicos e raciais distinguíveis (idem, ibidem). A partir de tal discurso criminológico, reprimiam-se, ademais, as condutas sexuais desviantes das pessoas presas – por supostamente ir de encontro à “recuperação” dos “criminosos”, o comportamento homossexual seria fortemente reprovado, como nos estudos de Pires de Almeida (1906). Como indício de homossexualidade, a efeminação, quando detectada nas classes subalternas, tornava-se objeto de médicos e juristas e de suas práticas punitivas, as quais, nunca estiveram desvinculadas de classe e raça.

Tal parece indicar dois tratamentos possíveis aos homossexuais masculinos no século XIX: por um lado, o cuidado dos médicos que em tudo restringem os amores fora de ordem desses indivíduos, chegando a extremos de vigiar as amizades que possam eventualmente manter, restringir as opções de casar-se ou manter-se celibatário e determinar que, em certos casos, sequer são material digno para que se reproduza a nação brasileira. Tal preocupação parece dirigida, sobretudo, aos que são oriundos ou pautados pela elite brasileira oitocentista. Por outro, para os que escapam a essa designação, sujeitos de “classes inferiores”, cabe a mão mais pesada do Estado, ocupada em punir a homossexualidade masculina mesmo não havendo previsão legal que autorize essa sanção de maneira direta (Silva, 2017: 422-3).

Na ausência de sanção legal em nosso Código Penal de 1890, acionavam-se quatro dispositivos para controlar condutas homoeróticas (Green, 2019: 67): seja sobre as relações entre adultos e menores (pelo artigo 266), sobre as práticas sexuais ou afetivas entre adultos no espaço público (pelo atentado público ao pudor do artigo 282), sobre as práticas de travestilidade (diretamente ilegais pelo artigo 379) ou, ainda, sobre quaisquer manifestações

públicas de homossexualidade (pelo artigo 399 da vadiagem)⁵². Impunham-se, assim, restrições legais “àqueles que se congregassem em espaços públicos no intuito de encontrar pessoas de seu mesmo sexo interessadas em relacionar-se eroticamente” (Green, 2019: 68). Cabe destacarmos que a criminalização da vadiagem no Brasil República operava como mecanismo fundamental do processo de sobrevivência da escravidão a reprimir e disciplinar os corpos negros pós-abolição (Flauzina, 2006). Corpos estes que podiam ser vistos como “heterossexuais, mas nunca heteronormativos”, dado que as sexualidades negras, tanto no período escravista quanto nas suas sobrevivências, foram construídas como selvagens, instáveis, não domesticadas (Ferguson, 2000: 423).

Naquele começo de século XX, com os processos de sujeição operando pela distinção “normal/anormal; trabalhador/vadio; sadio/doente” (Figari, 2007: 349), constituía-se, então, uma rede jurídica apta a seletivamente capturar os “anormais”, com base em noções vagas de moralidade e decência pública, na qual “a polícia ou um juiz tinha ampla liberdade para definir e punir, como ato impróprio ou indecente, comportamentos que não se adequassem às construções heterocêntricas” (Green, 2019: 67), condenando tais sujeitos às prisões ou aos manicômios.

Indivíduos de classes mais baixas e com tez mais escura eram mais vulneráveis à detenção por vadiagem e prostituição ou à acusação do atentado ao pudor do que os homossexuais de classe média. Estes sofriam uma forma diferente de controle social. Sem nenhuma cura médica em vista, famílias de classe média, quando confrontadas com um parente suspeito de ser um ‘invertido’, muitas vezes buscavam outra forma de assistência. Se os manicômios não podiam curar o comportamento homossexual de uma pessoa, podiam ao menos proporcionar um lugar para conter as propensões de seus entes queridos e controlar sua conduta. (Green, 2019: 230-231).

Não seriam, portanto, todas as dissidências sexuais e de gênero esquadrihadas da mesma forma nessas relações de poder. Na sua constitutiva seletividade, as malhas policiais capturavam e estudavam a fundo os corpos e as almas dos homossexuais de certa raça e de certa classe – nas engrenagens do sistema penal, afinal, a criminalização de brancos, em geral, relacionava-se à “falta de interiorização da disciplina fabril e à indisciplina política”,

⁵² O artigo 226 previa que “atentar contra o pudor de pessoa de um, ou de outro sexo, por meio de violência ou ameaças, com o fim de saciar paixões lascivas ou por depravação moral” com punição a reclusão em prisão celular por um a seis anos. O artigo 282 enquadrava o “atentado público ao pudor” como “ofender os bons costumes, com exhibições impudicas, atos ou gestos obscenos, atentatórios do pudor, praticados em lugar público ou frequentado pelo público, e que, sem ofensa à honestidade individual de pessoa, ultrajam e escandalizam a sociedade” tendo como prisão de um a seis meses a punição prevista. Práticas travestis se tornaram ilegais pelo artigo 379 “Do uso de nome suposto, títulos indevidos e outros disfarces” que proibia “disfarçar o sexo, tomando trajes impróprios ao seu e trazê-lo publicamente para enganar”, prevendo de quinta a sessenta dias de prisão. O artigo 399 definia a vadiagem como “deixar de exercitar profissão, ofício, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meio de subsistência e domicílio certo em que habite; prover a subsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes” com pena de quinze a trinta dias de cárcere.

enquanto a “periculosidade” nos negros estaria “estampada nos corpos, no potencial desarticulador que está gravado na [sua] imagem” (Flauzina, 2006: 70). O próprio diagnóstico médico da “inversão sexual” era uma questão social e politicamente posta – os “outros” “invertidos” eram vistos a partir de relações de raça e classe⁵³.

[...] a inversão é uma questão que se resolve socialmente. Tanto Freud como localmente alguns médicos-legistas falavam de uma sodomia vinculada ao gênio artístico e científico, ainda como perversão, mas distintiva dos ‘espíritos superiores’. Entretanto, são os ‘outros’ invertidos: os prostitutos, os ‘frescos’ da classe trabalhadora, os vadios e os criminosos que constituem verdadeiramente o alvo da perseguição policial, os sujeitos a que mais afetavam os efeitos discursivos e a violência interpelante. (Figari, 2007: 355).

Nos anos 1930, a produção de uma heteronormação de trabalhadores sadios operava também pela detenção em laboratórios de antropologia criminal de “delinquentes ‘homossexuais’ de uma certa classe social” como objeto de estudos sobre as causas biológicas e sociais da homossexualidade⁵⁴ (Fry, 1982: 101). Eram submetidos a práticas que os patologizavam e buscavam “curá-los”, a fim de, assim, “curar” o corpo da nação brasileira. Para “invertidos” das classes médias, prescrevia-se “um tratamento de eletrochoques durante seis semanas para corrigir esse comportamento” (Green, 2019, 183); para negros, indígenas e pobres, a detenção por longos períodos de tempo em manicômios judiciais, como seria o destino de Febrônio Índio do Brasil, enclausurado de 1927 ao fim de seus dias em 1984. Entre a criminalização e a patologização do “homossexualismo”, “homossexuais receberam [nos manicômios] entre outros tratamentos os de transplante de testículos ou ovários, insulinoaterapia, eletrochoque, lobotomia, castração, terapia da aversão” (Pretes; Vianna, 2008: 366).

Em fins dos anos 1930, os debates em torno do “tratamento” da homossexualidade chegariam à esfera criminal. Sob influência das concepções criminológicas positivistas hegemônicas, aventou-se a possibilidade de criminalização das práticas sodomitas no Código Penal de 1940⁵⁵ (Fry, 1982). Era objeto de divergência a forma desta tipificação: por um lado,

⁵³ Como nos indica a figura de Madame Satã no Rio de Janeiro dos anos 1930, negritude, dissidência sexual e de gênero e criminalidade eram, em diversos casos, reciprocamente constituídas nas práticas dos aparelhos de justiça criminal.

⁵⁴ A aplicação de técnicas antropométricas lombrosianas em 195 detidos pela polícia civil carioca a fim de provar a ligação entre desequilíbrio hormonal e homossexualidade premiaram Leonídio Ribeiro com o Prêmio Lombroso de Antropologia Criminal em 1933 (Green, 2019: 198).

⁵⁵ Em maio de 1938, entre os juristas responsáveis pelo novo código, emergiu a seguinte proposta de criminalização: o Artigo 258, que preveria, sob o cabeçalho “homo-sexualidade”, que “os atos libidinosos entre indivíduos do sexo masculino serão reprimidos, quando causarem escândalo público, impondo-se a ambos os participantes detenções de até um ano”. Tal artigo, entretanto, foi cortado na última lista de propostas para o Código Penal de 1940, sem que se saibam as razões desta decisão, visto que tais discussões não atingiram qualquer fórum público de debate – sendo uma hipótese plausível para tanto a de que os membros da comissão consideraram que “a existência de uma rede de restrições legal, social, moral e médica sobre a homossexualidade era adequada para lidar com esse ‘mal’ social” (Green, 2019: 230).

havia a defesa de confinamento, tratamento e cura de todos os homossexuais em um instituto específico para “pederastas”, em outras palavras, a reeducação em instituições próprias para eliminar essa “anormalidade”; por outro, houve propostas de tipificação penal e detenção de quem tivesse indícios de praticar “homossexualismo” (Green, 2019: 228), de forma que “a punição ocorreria de um modo geral e preventivamente, antes que se praticasse o crime [...] segundo tal raciocínio, ser homossexual significaria automaticamente ser criminoso” (Trevisan, 2000: 192).

Mesmo com a não aprovação de qualquer dispositivo criminalizante do “homossexualismo” no Código Penal de 1940 e com o “travestismo” não sendo mais infração penal, constituíram-se práticas no sistema judiciário brasileiro como se tais mecanismos tivessem sido introduzidos – agregavam-se “contra a prática homossexual vários sistemas de controle e repressão, tornando tênue a fronteira entre a intervenção jurídico-psiquiátrica e a ação da polícia” (Trevisan, 2000: 192). Este mesmo Código que, atrelado ao discurso da democracia racial, também operava uma assepsia completa da raça acoplava-se às influências do positivismo criminológico sobre a atuação das agências deste sistema para o controle e extermínio da população negra (Flauzina, 2006). Escamoteando as relações de classe, raça, gênero e sexualidade que lhe fundamentavam, o sistema penal seguiria operando, então, tendo como destinatário “preto, pobre e puta” (Flauzina, 2006: 41), as dissidentes desta heteronormação branca.

A partir dos anos 1950, a intensa urbanização e industrialização brasileira ensejariam as condições para a consolidação de espaços públicos e privados de sociabilidade homossexual nos grandes centros urbanos, onde havia tanto maiores possibilidades de vivências homossexuais quanto maior exposição ao controle policial e médico (Simões; Facchini, 2009: 65). Seguiu o controle social sobre as sexualidades dissidentes: tanto o controle privado – a família, os vizinhos, a escola – responsável por reproduzir os “padrões ‘normais’ sobre a sexualidade”, quanto o público, exercido pela polícia, que seguia detendo “bichas” por meio da figura da “vadiagem” (artigo 59 da Lei de Contravenções Penais de 1941), culminando em “prisão, corte do cabelo, golpes, limpeza da delegacia de polícia” (Figari, 2007: 372-373). Atualizavam-se, assim, os “enquadros” do controle policial que operava desde o começo do século XX.

Em fins dos anos 1960, em países como Argentina, Estados Unidos e França despontava um moderno movimento homossexual⁵⁶. Levantando-se contra o

⁵⁶ No Norte global, emergiram nas comunidades de dissidentes sexuais e de gênero dos grandes centros urbanos, nos anos 1940 e 1950, movimentos homofílicos, lutando pela aceitabilidade pública da homossexualidade e por

cisheterossexismo, é emblemática deste período a rebelião de Stonewall em 1969 e a posterior fundação de múltiplas organizações políticas de dissidentes sexuais e de gênero nos EUA, como o “*Gay Liberation Front*” (Prado; Machado, 2008). Em diversas sociedades, as lutas por liberação sexual que então emergiram foram marcadas por mobilizações contra o policiamento de sexualidades e gêneros dissidentes e contra a criminalização de condutas sexuais dissidentes pelos sistemas de justiça criminal. Nas décadas seguintes, diversos dispositivos legais (sejam as leis de sodomia nos EUA ou as leis francesas em defesa do “pudor”) seguiram sendo utilizados contra dissidentes sexuais e de gênero – não de modo global, mas empregados em casos taticamente úteis (Foucault, 2001 [1979]: 767). Era, portanto, central às primeiras décadas do ativismo homossexual em diversos países a descriminalização dessas condutas e, assim, a limitação do poder punitivo estatal sobre estas populações.

No Brasil, com a ditadura militar instaurada em 1964, reforçaram-se ideais de uma nação viril e políticas de defesa da “família” e da “moral e bons costumes”, com as quais se combatiam indivíduos subversivos como comunistas, homossexuais e outros “criminosos” e “degenerados”. Ao mesmo tempo, em meio aos anos mais duros da ditadura, expandiam-se os espaços públicos de sociabilidade homossexual e formava-se, no começo dos anos 1970, um “gueto gay” em centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo (Simões; Facchini, 2009). Embora boa parte destes estabelecimentos conseguisse manter a polícia em geral afastada por meio de propina⁵⁷ (Green, 2019: 408), sobre estes espaços, incidia importante repressão: tornaram-se mais frequentes batidas policiais e seus enquadros no centro do Rio de Janeiro e de São Paulo entre 1969 e 1972, além da censura a performances culturais dissidentes e de rondões policiais com detenções em massa. Governos estaduais e municipais, com efeito, “realizaram verdadeira caça a homossexuais e travestis no Brasil” (Vieira; Fraccaroli, 2018: 363).

sua descriminalização. Tais ativismos compreendiam a publicação de jornais e a formação de grupos e adotavam este nome em detrimento de “homossexual” como “uma tentativa de enfatizar mais o amor entre pessoas do mesmo sexo do que simplesmente os comportamentos sexuais” (Prado; Machado, 2008: 93). Em 1946, na Holanda, a COC – Centro de Cultura e Recreação, teria sido a primeira organização homofílica de que se tem registro, e que, inclusive, está até hoje em atividade; na Dinamarca e na Noruega, articularam-se grupos em 1948, enquanto nos EUA, emergiu em 1950 a *Mattachine Society* e, em 1955, a *The Daughters of Bilitis* (Prado; Machado, 2008). Nos anos 1960 e 1970, seria em grande parte rompendo com o modo de ativismo dessas organizações que se construiria o moderno movimento homossexual, então, pela liberação gay – pautando lutas contra opressão e não por aceitação em uma posição marginalizada.

⁵⁷ Subornar policiais para manter abertos estabelecimentos frequentados por dissidentes sexuais e de gênero não é, de modo algum, uma prática excepcionalmente brasileira. As relações entre subornos e ameaças de batidas policiais verificavam-se, por exemplo, ainda que de outro modo, nos espaços do gueto gay nova iorquino nos anos 1960 e na conjuntura que desaguaria na rebelião de Stonewall.

Nesta atualização das práticas de controle social sobre os corpos dissidentes, além da “defesa da moral e dos bons costumes”, a “vadiagem” e o “atentado ao pudor público” seguiram como justificativas para o controle da sexualidade, embasando inclusive novos estudos criminológicos positivistas, como aquele empreendido em São Paulo por Guido Fonseca entre 1976 e 1977, no qual 460 travestis detidas foram por ele esquadrinhadas (Ocanha, 2014). Atrelado ao dispositivo da “vadiagem”, a Portaria 390/1976 tornava obrigatório às travestis de São Paulo portar não só a identidade e a carteira de trabalho, mas também uma cópia delas a ser retida pela polícia, sendo a infração à comprovação de trabalho justificativa para a detenção (Vieira; Fraccaroli, 2018: 364).

Outra forma de perseguição a dissidentes sexuais e de gênero se daria no âmbito da imprensa por meio da perseguição criminal das representações positivas de homossexuais na mídia com base na Lei de Imprensa, em que “ofender a moral e aos bons costumes” poderia gerar pena de até um ano de prisão, e na Lei de Censura Prévia, cujo primeiro artigo determinava que “Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação” (Cruz-Lopes, 2020). A ditadura nos legaria, ademais, uma forma de criminalização direta da homossexualidade: o artigo 235 do Código Penal Militar de 1969, no capítulo “Dos crimes sexuais”, sob o título “Pederastia ou outro ato de libidinagem”, tipifica “Praticar, ou permitir o militar que com ele se pratique ato libidinoso, homossexual ou não, em lugar sujeito a administração militar”, com pena de detenção de seis meses a um ano; sujeitando, ademais, o militar condenado à declaração de indignidade para o oficialato (art. 100), impedindo-lhe, pois, promoção na carreira.

Com o processo de redemocratização nos anos 1980, formas de criminalização de dissidentes sexuais e de gênero seguiriam marcando a Nova República. Denúncias da atuação LGBTfóbica e, sobretudo, transfóbica das polícias e de diversas outras agências do sistema de justiça brasileiro marcariam as lutas de LGBTs nos tempos democráticos. Como analisaremos nos próximos capítulos, nas quatro décadas que separam as duas cenas que abrem esta dissertação, diversas foram as estratégias que emergiram em distintas ondas do ativismo LGBT brasileiro contra as formas de controle, criminalização e punição das dissidências sexuais nessas terras.

Em diversas sociedades ocidentais, sobretudo a partir dos anos 1980, lutas pela descriminalização das dissidências sexuais e de gênero, que demandavam seja a descriminalização da sodomia, seja a não aplicação cisheterossexista de dispositivos de

defesa do “pudor”, conquistaram mudanças legislativas⁵⁸ e, sobretudo, sociais e culturais em torno do controle sobre as dissidências sexuais e de gênero. Desse modo, em certos contextos, ser homossexual deixou de ser sinônimo de ser criminoso – o mesmo não ocorreria com outras dissidentes sexuais e de gênero. Em grande parte dessas sociedades, a descriminalização de fato da homossexualidade e a promoção de direitos sexuais LGBTs seria acompanhada, todavia, pela atualização de formas de controle sobre as sexualidades dissidentes, como apontam os estudos transviados que abordamos no capítulo anterior.

Nestas últimas quatro décadas, novos entrelaçamentos se formaram entre a questão sexual e a questão criminal. De um lado, emergiram políticas neoliberais de celebração de (certa) diversidade e (limitada) inclusão que permitiram que homossexuais mudassem de lugar: do estatuto de “homo criminoso sexual à vítima homossexual” (Bourcier, 2017: 36) a ser protegida pelo Estado. As próprias estratégias de ativistas se alterariam em relação às instituições estatais, buscando uma proteção a “ser assegurada pelos mesmos meios: o estado, a lei e a polícia” (Bourcier, 2017: 168). Ocorreria, assim, a passagem de determinadas LGBTs do banco dos réus (como alvo do sistema penal) para o banco das vítimas “legítimas” (sujeitos a serem protegidos por este sistema por meio da imposição de penas aflictivas a outros) e as próprias instituições de repressão penal passariam, portanto, a desempenhar um papel fundamental na proteção da “diversidade sexual”.

De outro lado, forjaram-se formas atuais de controle do Estado carcerário sobre o sexo (Hoppe, 2016), como as tentativas de criminalização da transmissão de HIV e a associação da travestilidade e da prostituição ao roubo e ao tráfico de drogas (Serra, 2018). Artigos do Código Penal, como o do “ato obsceno”, seguiram sendo mobilizados para levar a delegacias seja travestis pelo seu trottoir seja demonstrações de afeto em público entre pessoas de mesmo gênero. Quanto às travestis, reiteradamente construídas como “pessoas afeitas ao crime” em sentenças judiciais, como as do Tribunal de São Paulo, elas têm sido tomadas no sistema penal como sinônimo de prostituição, violência, periculosidade e agressividade, sendo, assim, construídas em um lugar de abjeção que faz com que, “quando capturadas pelo sistema de justiça criminal, sejam deslegitimadas e criminalizadas exatamente por ocuparem esses espaços [abjetos]” (Braga; Serra, 2018: 111). Salta aos olhos, ademais, que a violência policial contra dissidentes sexuais e de gênero, sobretudo não-brancas e pobres, “longe de desvanecer nos anais da história LGBT [...] está viva e bem

⁵⁸ Com efeito, adquiriram o mesmo estatuto legal as relações sexuais entre pessoas de mesmo sexo e entre pessoas de sexo distinto nos anos 1960 na Inglaterra, na década de 1980 na França e em Portugal, e nos anos 1990 na Alemanha. Nos EUA, apenas em 2003 se tornariam ilegais as legislações antissodomia.

[“*alive and well*”]” (Mogul et al., 2011: 124). Como afirma Vergueiro (2015), a polícia segue como

[...] o grande perpetrador de crimes – institucionais e não institucionais – contra nossas comunidades [travestis e trans] [...] entre a explícita “limpeza” policial das presenças travestis das ruas e os assassinatos indevidamente investigados, há ainda a negação das identidades e a exposição de privacidades [...] (Vergueiro, 2015: 149).

Nesta seção, com uma breve apresentação das formas como se atrelaram a “questão sexual” e a “questão criminal” na formação histórica da sociedade brasileira, delineamos os quadros gerais a partir dos quais, como analisaremos nos próximos capítulos, emergiram lutas LGBTs contra a violência policial e contra as práticas de criminalização de fato, como em 13 de junho de 1980. Se, como expusemos nesta seção, as formas brasileiras de criminalização e aniquilação de práticas não cisheteronormativas prescindem desde o século XIX de qualquer dispositivo legal de criminalização direta (à exceção do Código aplicado sobre os militares a partir de 1969), qual seria o lugar do sistema penal nas lutas de dissidentes sexuais e de gênero? Que lutas descriminalizantes se formariam? Como, a partir de embates contra a violência LGBTfóbica deste sistema, emergiriam demandas por se utilizar da punição criminal para combater LGBTfóbicos? E que críticas se apresentariam a estas estratégias?

2. LGBTfobia por denegação: reenquadrando o cisheterossexismo

Antes de construirmos uma genealogia das estratégias de luta contra a LGBTfobia e as formas como se relacionaram com o sistema penal, cumpre refletirmos sobre o que seria este fenômeno contra o qual as lutas LGBTs se voltam: a LGBTfobia. Debruçamo-nos, nesta seção, sobre construções analíticas acerca deste conceito que também opera como categoria êmica de nosso *corpus* documental, a fim de que possamos compreender, em linhas gerais, o que pode estar em jogo quando se luta contra a LGBTfobia.

Presente no ativismo homossexual brasileiro desde ao menos 1982⁵⁹, o termo “homofobia” corre em paralelo a “heterossexismo” desde os anos 1960 entre dissidências sexuais estadunidenses (Fone, 2000 *apud* Fernandes, 2012: 98), tendo se tornado objeto de

⁵⁹ Este uso do termo “homofobia” e da reivindicação da luta contra a “homofobia” como o modo de enquadrar os objetivos das lutas do GGB atrela-se à participação de um ativista desse grupo em uma Conferência nos EUA no começo dos anos 1980, indicando, assim, a circulação transnacional de categorias e estratégias entre ativismos de dissidências sexuais e de gênero. Tal característica será novamente ressaltada quando a homofobia passar a ser enquadrada como uma questão de crime, visto que tais quadros não são, de modo algum, exclusividade brasileira, mas estratégias produzidas em/entre distintas localidades.

estudos acadêmicos nos trabalhos de K. T. Smith (1971), cuja investigação não comprovou a hipótese de um tipo específico de personalidade “homofóbica” (Fernandes, 2012: 99), e de George Weinberg (1972), que classificou a “homofobia” como “temor de estar perto de homossexuais” (Colling; Nogueira, 2015: 175). Seriam, no entanto, duas produções sociológicas francesas as principais bases para reflexões de pesquisadores brasileiros (Fernandes, 2012; Colling; Nogueira, 2015) sobre este fenômeno. Por um lado, a obra de Welzer-Lang, na qual o “heterossexismo” aparece como a “promoção incessante, pelas instituições e/ou indivíduos, da superioridade da heterossexualidade e da subordinação simulada da homossexualidade [...] toma[ndo] como dado que todo mundo é heterossexual, salvo opinião em contrário” (Welzer-Lang, 2001: 467-8), enquanto a “homofobia” seria uma “discriminação contra as pessoas que mostram ou a quem se atribui algumas qualidades (ou defeitos) atribuídos ao outro gênero [...] engessa[ndo] as fronteiras do gênero” e contra aqueles que “não adotam ou são suspeitos de não adotar configurações sexuais naturais” (Welzer-Lang, 2001: 465; 468). Por outro lado, na obra de Borrillo (2010), o “heterossexismo” seria um processo de hierarquização das sexualidades em que a heterossexualidade é tomada como norma para avaliar todas as outras e a “homofobia” “uma hostilidade geral, psicológica e social contra aqueles e aquelas que, supostamente, sentem desejo ou têm práticas sexuais com indivíduos de seu próprio sexo [...] rejeita[ndo], igualmente, todos aqueles que não se conformam com o papel predeterminado para seu sexo biológico” (Borrillo, 2010: 34).

Deslocamo-nos do modo como esses autores conceitualizam homofobia por duas razões. De um lado, porque buscamos construir análises interseccionais que abarquem as imprescindíveis contribuições tanto daquilo que nos aponta o ativismo transviado quanto as teóricas transviadas não-brancas e do Sul global – o que se distancia, por exemplo, do modo como Borrillo (2010), mesmo ao tentar estabelecer as relações entre homofobia, racismo e classismo, hierarquiza a homofobia frente a outras formas de opressão, afirmando que “a homossexualidade permanece como a única discriminação inscrita formalmente na ordem jurídica”, porque supostamente “nenhuma outra ‘categoria’ da população é excluída da fruição dos direitos fundamentais em razão de sua filiação a uma raça, religião, origem étnica, sexo ou a qualquer outra designação arbitrária” (Borrillo, 2010: 40). De outro lado, pretendemos nos deslocar de modos de pensar a LGBTfobia que possam ser afins dos quadros neoliberais – possibilidade em aberto quando autores como Borrillo (2010) tomam a homofobia e outros modos de inferiorização como “formas de intolerância” que “se inspiram no fundo irracional comum de uma opinião particularmente orientada para a

desconfiança em relação aos outros” (Borrillo, 2010: 35). Nestes termos, estruturas sociais se tornam questão de “intolerância” (pressupondo a “tolerância” como horizonte normativo) e problema de “fundo irracional” (como se não fossem “racionais” as práticas LGBTfóbicas) – perspectiva que pode, em certa medida, coadunar com horizontes de celebração neoliberal (tolerante e racional) da diversidade sexual e de gênero, os quais, com efeito, constituem uma face particular de atualização de práticas LGBTfóbicas.

Exploramos, nesta seção, outros modos de se conceitualizar LGBTfobia, considerando que as violências e punições a LGBTs operam inescapavelmente em relações de raça, gênero e classe que se forjam como “reciprocidades constitutivas” (Efrem Filho, 2017) e que são as “condições reais de todas as nossas vidas aqui e agora” (Lorde, 2019: 139). Esta compreensão, que tem raízes nas declarações de lésbicas negras feministas anticapitalistas da Coletiva do Rio Combahee (1978), aposta nos ganhos analíticos de se considerar que “racismo, sexismo e homofobia são inseparáveis” (Lorde, 1984: 110) e articulados em uma matriz de opressões na qual a heteronormatividade pode ser pensada como conjunto de “práticas localizadas e instituições centralizadas que legitimam e privilegiam a heterossexualidade e as relações heterossexuais como fundamentais e ‘naturais’ dentro da sociedade” (Cohen, 1997: 440), apoiando e reforçando o racismo, o sexismo e a exploração de classe e, simultaneamente, constituindo diferentes posições e intersecções de marginalização (Cohen, 1997).

Embora naquelas décadas estas autoras pensassem em termos de “homofobia” para descrever a “crença na superioridade inerente de um padrão de amar e portanto seu direito à dominação” (Lorde, 1984: 45), desdobraram-se deste conceito outras noções a fim de dar conta de práticas sociais que operam de modo análogo, mas distinto da “homofobia” – tais qual a “lesbofobia” que organiza a violência contra lésbicas de modo distinto da que incide contra homens gays cisgêneros; a “bifobia” que opera atrelada ao “monossexismo” a forjar uma suposta “normalidade” na definição do desejo como atrelado a somente um gênero (Eisner, 2013); e a “transfobia”, a qual, pensada de forma análoga ao modo como Cohen (1997) conceitualiza a “heteronormatividade”, pode ser analisada como “cisnormatividade”: “uma série de forças socioculturais e institucionais que discursivamente produzem a cisgeneridade como ‘natural’” (Vergueiro, 2015: 68).

Nestas relações, a “heteronormatividade” e a “cisnormatividade” engendram não só formas específicas de estratificação social (Rubin, 1984), como podem constituir componente chave nos modos de distribuição econômica (Duggan, 2012: 82) – sendo notáveis tanto a centralidade em diversos ativismos das demandas contra discriminação no

trabalho quanto as interações entre empobrecimento e não-conformidade de gênero: se “pobreza e destituição podem acontecer a qualquer um – e quanto mais transviado você é, menores redes de segurança existem para te apoiar e te recuperar rápido das quedas[, então] ser transviado intensifica a pobreza” (Hollibaugh, 2001, n. p.). De forma mais ampla, a violência cisheterossexista opera de modo fundamental à reprodução social capitalista (Sears, 2017) atrelada à divisão sexual da reprodução e da produção social, a qual requer a reprodução do “gênero” normativo (masculino e feminino cisgênero) através de processos cotidianos que produzem de modo compulsório nas famílias (e para além delas) não só os gêneros e sexualidades fundamentais ao modo de se (re)produzir desta sociedade, como também a abjeção às sexualidades e aos gêneros que não deveriam se (re)produzir (Butler, 2016). Indispensável à reprodução da família normativa e à atribuição a certos corpos do fardo da reprodução social não-paga, “a regulação da sexualidade foi sistematicamente vinculada ao modo de produção adequado ao funcionamento da economia política” (Butler, 2016: 240), não sendo, assim,

[...] simplesmente uma questão de certas pessoas sofrendo uma falta de reconhecimento cultural por parte de outros, mas, antes, um modo específico de produção e troca sexual que atua para manter a estabilidade do gênero, a heterossexualidade do desejo e a naturalização da família. (Butler, 2016: 243).

Ao refletirmos sobre como se forjam as experiências de violência dentro deste modo de reprodução social, consideramos que elas são ainda mais complexas do que as especificações que o termo “LGBTfobia” busca conter e, em geral, não podem ser explicadas como simplesmente homofobia ou transfobia, afinal, raça, classe e gênero também lhes são co-constitutivas – são o “racismo e sexismo [que] tornam algumas formas de violência antigay possíveis” (Meyer, 2015: 3). Como argumentamos na seção anterior, as violências do sistema penal sobre estes corpos não se explicam isoladamente pelas lentes da LGBTfobia, mas também pelos papéis que as relações de raça e classe desempenham nos encontros de dissidentes sexuais e de gênero com agentes deste sistema (Meyer, 2015). Com efeito, embora nesta seção tratemos em termos gerais a “LGBTfobia” e a “violência antitransviada” (enquanto formas de violência contra dissidentes sexuais e de gênero), é fundamental destacarmos que não são universais nem os tipos de experiência nem os modos de percepção da violência (Stanley, 2011b; Meyer, 2015) e, tal qual Meyer (2015: 4), “a minha posição social, por exemplo, como um homem gay branco de classe média afeta o que encontro na minha vida” e, portanto, as experiências de violência que constituem, afinal, as possibilidades e os limites desta pesquisa e desta escrita.

As violências, não somente interpessoais (em relações íntimas ou entre desconhecidos), mas também institucionais, estatais⁶⁰ (por ação ou omissão) e internalizadas (que tantas vezes conduzem a suicídios), longe de serem excepcionais, tecem ordinariamente os fios diários das vidas (e mortes) transviadas (Lorde, 1984: 119) e constituem o “ser transviado” no mundo por meio da ameaça cotidiana “da negatividade da morte forçada e do limite da obliteração” (Stanley, 2011b: 1). Deste modo, a violência não se introduz após a formação de um sujeito como viado, sapatão ou travesti, antes forja a experiência transviada no mundo, assim produzida e legitimada pelo sistema legal que historicamente tem encarcerado e feito desaparecer pessoas não-brancas e transviadas (Stanley, 2011b). Este *continuum* de sistemática violência contra os corpos dissidentes sexuais e de gênero tem sido amplamente tratado como um conjunto de eventos isolados – “a violência antitransviada é escrita como uma prática ilegal, um evento aleatório e uma tragédia inesperada” – por meio de operações que visam a “desaparece[r] com a enormidade [dessa] violência”, privatizando-a e tomando-a como aleatória a fim de heterossexualizar “o corpo nacional e seu trauma” (Stanley, 2011b: 7). Apesar da sistematicidade com que se ceifam as vidas trans e travestis, cuja expectativa de vida se reduz a 35 anos, em um processo que pode ser caracterizado como genocídio (Jesus, 2014), e da incomensurabilidade da “dor de enterrar gerações daquelas que amamos e daquelas que nunca conhecemos” (Stanley, 2011b: 5), estes acontecimentos aparecem como se fossem algo fora desta (hetero)nação, não como parte de seu processo constitutivo, o qual buscamos delinear na seção anterior no que tange às perseguições construídas pelo sistema penal.

Por meio desta concepção fanoniana da violência (Fanon, 2005), pensamos as mortes e as “quase vidas” transviadas como forjadas pela “violência fundacional” que outorga a uns o espaço da humanidade e impõe a seus outros uma condição de “não humanidade” (Stanley, 2011b: 14) nesta estrutura colonial que é “produzida por, e não remediada através, da intervenção jurídica e de mobilizações estatais” (Stanley, 2011b: 15). Como expusemos, as práticas de violência contra dissidentes sexuais e de gênero fizeram parte do processo de colonização, racialização e “heterossexualização”⁶¹ (Rojas, 2017: 67) que produziu tanto os corpos racializados como não-brancos e, portanto, não-racionais e não-humanos enquanto

⁶⁰ Por “homofobia estatal”, não se compreende somente os homicídios cometidos por agentes do Estado ou as penas de morte formalmente sancionadas por um Estado, mas também as mortes decorrentes de outros processos em que o Estado deixa morrer ou faz morrer indiretamente, como na racializada e sexualizada epidemia de Aids contemporânea.

⁶¹ Distinta à tradição como a de Kantz (1996) que restringe a “heterossexualidade” a uma invenção ocidental de fins do século XIX, Rojas (2017) afirma que a construção de desejos e práticas sexuais no processo de colonização poderia ser lido como um processo de “heterossexualização”.

aqueles cujas práticas sexuais seriam irracionais, perversas, animalescas (Perra, 2014), quanto os que seriam *transviados* como continuamente “os espelhos refletindo o medo da tribo heterossexual: ser diferente, ser outro e portanto menos, portanto sub-humano, inumano, não-humano” (Anzaldúa, 1987: 18). Nestas inescapáveis construções do humano e de seus outros, construiu-se a “humanidade” como “naturalmente” heterossexual ao mesmo tempo em que incessantemente se escamotearam os processos violentos que forçaram o humano a se tornar o Homem heterossexual branco ocidental moderno como se fosse da natureza deste ser (Wynter, 2003: 326). Na atualização desse processo, seguem violentamente vigiadas as fronteiras que protegem e reproduzem a humanidade como natural e racionalmente cisheteronormativa – neste regime político da heterossexualidade (Wittig, 1980) e da segurança ontológica (Bento, 2014) da cisgeneridade, desafiada diretamente pelas lutas transfeministas que gestam outras possibilidades do humano.

Em interlocução com a crítica abolicionista transviada, os sistemas de justiça penal produtos deste mundo colonial podem ser analisados como espaços de (re)produção da LGBTfobia em práticas de criminalização e punição de dissidentes muito além da criminalização legal, afinal, agentes do Estado participam da (re)produção dessas violências de múltiplas formas: ao ignorar a violência diária contra pessoas transviadas; ao aplicar leis e políticas de forma seletivamente LGBTfóbica; ao policiar ou imputar penalidades mais duras contra pessoas transviadas; e ao se engajar diretamente em atos de violência, assédio, agressão sexual e discriminação contra pessoas LGBT (Lamble, 2011: 239). Desta perspectiva, os espaços de (re)produção da LGBTfobia emergem na história ocidental muito além dos campos de concentração nazistas que se apresentam em parte da literatura gay e lésbica como locais de “excepcional” violência⁶² – as abolicionistas transviadas, assim como as transviadas não-brancas e anticoloniais, apontam a produção da morte e da morte-em-vida das dissidências sexuais e de gênero como regra na história colonial/moderna, escrita, inclusive, em grande medida em espaços como as prisões e os manicômios, pelos quais seguem morrendo populações dissidentes sexuais e de gênero (Haritaworn, 2014: 180).

Legitimando as práticas violentas sobre estes corpos, figuras “mitológicas” de “criminosos transviados” (Dennis, 2018) e “arquétipos criminais transviados” (Mogul et al, 2011) têm naturalizado representações de dissidentes sexuais e de gênero como se fossem intrinsecamente instáveis mentalmente; enganadoras, desonestas; engajadas em ludibriar

⁶² Construídos hegemonicamente em discursos acadêmicos e de certas ondas de movimentos sociais (por exemplo, em declarações de Mascarenhas na Constituinte em 1987 ou em diversas edições do Boletim do GGB) como auge e exceção da violência contra os corpos marcados por um triângulo rosa.

inocentes heterossexuais; e como tendo a violência como parte constitutiva de seus desejos (Mogul et al, 2011) – em poucas palavras, como se as dissidentes sexuais e de gênero fossem suspeitas e perigosas, e com uma sexualidade supostamente mais explícita, explosiva e predatória (Hollibaugh, 2001). Tais construções informam os padrões sistemáticos de policiamento em termos de raça, classe, gênero e sexualidade e os modos socialmente enraizados de determinação de quem seria intrinsecamente inocente ou condenável, como nos indica o processo social que produz o sujeito travesti “atrelada à sua criminalização enquanto existência, à criminalização de sua efetiva e-ou pressuposta atividade econômica no mercado sexual, à sua sujeição ao extermínio” (Vergueiro, 2015: 148). Essas construções tornam perigosas, com efeito, as tentativas de se tecer existências dissidentes neste mundo saturado de punições cisheterossexistas.

Além das instituições e dos mecanismos formais de punição, são difundidas práticas de controle social informal sobre transviados, que, além de punidos em espaços públicos por construírem seus corpos contra a cisnormatividade ou expressarem afetividades e sexualidades não heteronormativas, encontram na família e no espaço doméstico também um ambiente de punição, o que pode ser analisado por meio da expansão do argumento de Davis (2003) sobre a violência doméstica como forma de punição sobre as mulheres. A homofobia poderia, assim, ser pensada também como “o medo de voltar para casa” e de ser rejeitada, de ser violentada (Anzaldúa, 1987). Em termos mais amplos, ademais, não só o modo de punir do sistema penal e das relações cotidianas opera seletivamente pela LGBTfobia, como a própria LGBTfobia pode ser pensada como uma forma de punição (Entrevista C). Em suma, é possível afirmar, sobre esta violência vivida de modo constante em certas posições desta matriz de opressões:

Não há nada de anômalo no modo como ela intervém na sociedade [...] é parte de um projeto de mundo, de uma política de extermínio e normalização [...] essas cartografias necropolíticas do terror nas quais somos capturadas são a condição mesma da segurança (privada, social e ontológica) da ínfima parcela de pessoas com status plenamente humano do mundo (Mombaça, 2016: 9).

As práticas e representações ordinárias constitutivas da reprodução violenta deste mundo são, todavia, continuamente escamoteadas e pensadas como não-existentis notadamente na formação social brasileira, na qual supostamente vigora uma “democracia sexual” (Bento, 2017), em que, sem qualquer discriminação legal contra dissidentes sexuais e de gênero, “a prática homossexual acabou se tornando frequentemente um caso de polícia”⁶³ (Trevisan, 2000: 22). Nesta constelação, os ativismos LGBT no Brasil, “na

⁶³ De modo análogo, a Entrevistada J afirma que “enquanto sujeitos políticos surgimos a partir da ideia da polícia [...] [como] problema social nas cidades no Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, nas grandes cidades,

ausência de um inimigo identificável e tangível” (Fry, 2018 [1989]: 11-13) “tiveram que lutar contra um preconceito relativamente difuso e escorregadio” (Fry, 1982: 105-6), em que “a dificuldade nesta identificação parece ocorrer devido [à] inerência dos preconceitos e [às] constantes afirmações sobre sua inexistência” (Câmara, 1993: 41).

Uma forma de buscar apreender a operação da LGBTfobia na sociedade brasileira tem sido nomeá-la de “sexismo cordial”⁶⁴ ou de “LGBTfobia cordial”⁶⁵, marca de “uma realidade social em que a convivência se dá não pelo reconhecimento das diferenças, mas pela negação das mesmas” (Bento, 2017: 304) e na qual existe a possibilidade de “convivência pacífica, à medida que o outro não ouse cruzar determinadas linhas e se contente com a ficção da igualdade legal” (Bento, 2017: 59), isto é, na medida em que LGBTs “não poluam os espaços públicos com demonstração de amor e desejo, por um lado, e que se mantenham no seu gênero, por outro” (idem, *ibidem*). A ausência de segregação legal atrelada à formação de um lugar social subalterno aos transviados constituiria desta perspectiva, “o *pinkwash* brasileiro [...] feito com as letras da lei”⁶⁶ (Bento, 2017: 53) – escamoteando, assim, sob o manto da igualdade legal a continuidade da violência e da subalternização.

Propomos aqui, todavia, outra forma de apreensão da LGBTfobia em nossa formação sociohistórica. Deslocando-nos de Sérgio Buarque de Hollanda para Lélia Gonzalez, partimos de outro marco: o “racismo por denegação”, que se constitui no Brasil como estratégia que, embora distinta do “racismo aberto”, visa ao mesmo objeto de exploração e opressão.

quando começaram a ter visibilidade nas ruas, as bichas em lugares de pegações, aí era um problema de polícia, moral” (Entrevista J).

⁶⁴ Expressão empregada por João Silvério Trevisan no IX EBGLT (1997).

⁶⁵ Embasada na noção de “cordialidade” de Sérgio Buarque de Hollanda, para quem este traço seria uma “ética de fundo emotivo” (Hollanda, 1995: 148) que nada teria a ver com “bondade”, mas com uma “cordialidade, estranha, por um lado, a todo formalismo e convencionalismo social, não abrange, por outro, apenas e obrigatoriamente, sentimentos positivos e de *concordia*. A inimizade bem pode ser tão *cordial* como a amizade, nisto que uma e outra nascem do *coração*, procedem, assim, da esfera do íntimo, do familiar, do privado” (Hollanda, 1995: 204-205). Esta concepção modulou-se na aplicação feita por Bento (2017) e Irineu (2016), que parecem ter aproximado “cordialidade” à “pacificidade” e “bondade”, ao afirmar que, ao juntar “dois termos que nasceram para viver separados (cordialidade & racismo; cordialidade & homofobia), tento compreender como é possível existir uma cultura política baseada na violência e na exclusão, ao mesmo tempo em que performatiza a cordialidade” (Bento, 2017: 304). Na acepção de Hollanda, a cordialidade poderia também ser inimizade e violência, desde que não fosse fria, mas conforme uma “ética de fundo emotivo”. Ao deslocarmos de Hollanda para Gonzalez nossa conceitualização, deslocamos também o foco da reprodução das hierarquias sociais: do “fundo emotivo” e da “vida privada” para explicitar os modos também “racional” e “públicos”, ainda que prescindindo de segregação ou discriminação formal legal, de reprodução da LGBTfobia.

⁶⁶ Tal termo, cunhado por Schulman (2011) ao se referir ao modo como Israel se utiliza de políticas LGBT para encobrir suas violações de direitos humanos contra as palestinas, tem sido utilizado por Irineu (2016) e Bento (2017) para analisar as formas como a retórica sobre políticas LGBT por vezes são utilizadas para encobrir violações de direitos humanos no Brasil.

[...] As sociedades que vieram a constituir a chamada América Latina foram as herdeiras históricas das ideologias de classificação social (racial e sexual) e das técnicas jurídico-administrativas das metrópoles ibéricas. Racialmente estratificadas, dispensaram formas abertas de segregação, uma vez que as hierarquias garantem a superioridade dos brancos enquanto grupo dominante [...] Por isso mesmo, a afirmação de que todos são iguais perante a lei assume um caráter nitidamente formalista em nossas sociedades. O racismo latinoamericano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas. (Gonzalez, 1988: 73).

A lógica das práticas socioculturais características das formações latinoamefricanas que Gonzalez (1988) cunhou como “racismo por denegação” nos pode abrir caminhos para pensar sobre como reciprocamente as práticas cisheterossexistas se constituem nestas mesmas sociedades. Nas palavras de Gonzalez, tal forma de racismo opera denegando nossa latinoamefricanidade, voltando-se “justamente contra aqueles que são o testemunho vivo da mesma (os negros), ao mesmo tempo que diz não o fazer ([afirmando uma] ‘democracia racial’ brasileira)” (1988: 69). Não se forjaria também violentamente uma “LGBTfobia por denegação” contra os sujeitos “anormais” que são o testemunho vivo de que esta sociedade não é toda branca cisheterossexual ao mesmo tempo em que se afirma como “democracia sexual”?

Se, nesta construção, o racismo, “convertido no grande tabu nacional, [...] [seria] adstrito aos casos excepcionais [e] percebido tão somente na esfera privada, afastando as elites de qualquer tipo de prestação de contas efetiva pelo usufruto de suas vantagens” (Flauzina, 2006: 39), não teria se articulado também na LGBTfobia uma lógica de denegação que oblitera tanto as violências cisheterossexistas que (re)produzem esta heteronação quanto a possibilidade de reparação de qualquer dívida? Com efeito, parece-nos possível pensar nosso cisheterossexismo, afinal, imbricado na formação racista e colonial brasileira, por esta lógica da denegação por meio da qual simultaneamente se negam e se reatualizam as violências contra as sexualidades e os gêneros que não cabem nas normas brancas cisheteronormativas.

As narrativas sobre nossa “democracia sexual” e racial (Bento, 2017) têm continuamente afirmado a não existência de estruturas racistas e LGBTfóbicas na sociedade brasileira, lançando mão tanto do fato da ausência de legislação diretamente discriminatória em nossas terras (o que nos distingue formalmente da história racial e sexual estadunidense, por exemplo) quanto das manifestações culturais brasileiras de “harmonia” entre raças e sexualidades (como supostamente seria o caso do carnaval ou das grandes paradas do orgulho LGBT). Distintas modalidades de “LGBTfobia por denegação” constroem-se, todavia, tanto em discursos públicos que desumanizam dissidências sexuais e de gênero ao mesmo tempo em que se negam como LGBTfóbicos; quanto nas práticas que reiteram uma imagem

brasileira no plano transnacional como um “paraíso sexual”, as quais, em nítido “*pinkwashing*” à brasileira (Irineu, 2016), não são perturbadas nem pelos nossos altos índices de assassinatos por LGBTfobia nem pelas políticas de extermínio e encarceramento das populações negras, indígenas e empobrecidas. A “LGBTfobia por denegação” se constitui, assim, pela contínua denegação do *continuum* de violências e punições cisheterossexistas que estruturam este “paraíso tropical” desde sua invasão colonial.

Múltiplas estratégias de ativismos LGBTs têm, há quatro décadas, buscado lançar luz a essas formas de violência denegadas. Mesmo sem uma criminalização pela letra da lei, como vimos, as operações do sistema de justiça criminal brasileiro encarregaram-se de fazer cumprir as normas sexuais e de gênero e de punir quem as transgredisse. Dissidências sexuais e de gênero, construídas de diferentes formas como questão de crime, forjariam, por sua vez, distintas mobilizações frente à “questão criminal”: tanto pela descriminalização destas práticas e destes sujeitos quanto pela tipificação penal dessa LGBTfobia denegada.

CAPÍTULO 03: CRIMINALIZADAS E (DES)CRIMINALIZANTES

Iniciamos, neste capítulo, uma análise dos caminhos das estratégias de luta contra a LGBTfobia que se forjaram nos ativismos LGBT brasileiros, buscando entrelaçar três fios que são constitutivos de nossa hipótese de um possível “giro punitivo neoliberal” neste movimento social: os modos como dissidentes sexuais e de gênero construíram estratégias “descriminalizantes”; as formas pelas quais se produziram demandas de “criminalização” da violência LGBTfóbica e os modos como se constituíram críticas a essas estratégias criminalizantes. Buscamos responder neste capítulo como se tornou possível que a violência anti-LGBT passasse a ser reivindicada como crime, construindo, assim, no centro desta investigação, uma genealogia da LGBTfobia como questão de crime, em torno da qual amarraremos a exposição e análise das estratégias descriminalizantes e anticriminalizantes.

O combate à LGBTfobia tem como um de seus elementos constitutivos a nomeação dessas violências. Tais lutas se inserem, assim, em disputas sociais sobre o que seria “violento” e em processos que dependem de significados construídos historicamente (Debert; Gregori, 2008) que deem nome às dores vividas e as enquadrem como violentas (Sarti, 2011). Embora, desde antes do início do movimento LGBT, práticas transviadas buscassem nomear e contrapor-se à violência ordinária constitutiva das experiências e dos corpos transviados no mundo (Stanley, 2011b), as mobilizações engendradas pelos ativismos LGBT foram fundamentais ao processo histórico de nomeação da denegada LGBTfobia na sociedade brasileira. Para tal, articularam-se como recursos fundamentais dessas narrativas as imagens de brutalidade das cenas de violência contra LGBTs (Efrem Filho, 2016) e dossiês e estatísticas de assassinatos de homossexuais enquanto “mártires” desta violência histórica (construídos desde 1980 pelo Grupo Gay da Bahia (GGB)). Nas lutas por tornar inteligíveis essas experiências, a “homofobia” e a “transfobia” passaram a constituir “chave explicativa” para significar a violência e disputar o estatuto de “vítima”, iluminando as relações de gênero e sexualidade que ensejam a possibilidade dessas mortes e, em determinados contextos, impedem a “inteligibilidade da vida” (Efrem Filho, 2017).

Neste processo de nomear a violência, diferentes estratégias de combate se articularam. Desde os anos 1980, o direito tem sido mobilizado por distintos movimentos sociais para nomear determinados atos como violentos e para construir formas de combatê-los, tendo sido central a aposta política feita na justiça criminal como “modo privilegiado de combate à violência” (Debert; Gregori, 2008: 165). A fim de analisarmos esta articulação, é

fundamental marcarmos a distinção analítica entre os processos de significação da violência e do crime:

Crime implica a tipificação de abusos, a definição das circunstâncias envolvidas nos conflitos e a resolução destes no plano jurídico. Violência, termo aberto aos contenciosos teóricos e às disputas de significado, implica o reconhecimento social (não apenas legal) de que certos atos constituem abuso, o que exige decifrar dinâmicas conflitivas que supõem processos interativos atravessados por posições de poder desiguais entre os envolvidos. As violências evocam uma dimensão relacional que, segundo Foucault, estão longe de serem resolvidas pela esfera jurídica, pois tal instância, mesmo tendo como objetivo a justiça para todos, cria, produz e reproduz desigualdades. (Debert; Gregori, 2008: 176).

Dentre as diferentes maneiras de se construir a “LGBTfobia” como um problema e as diversas respostas possíveis de serem articuladas, a subsunção do processo de significação da violência LGBTfóbica ao de nomeação e tipificação como crime constitui apenas um dos quadros possíveis de formulação de política anti-LGBTfobia, no qual nomear a violência torna-se significá-la como crime. A violência, todavia, excede o que pode ser considerado como crime, o qual opera, aliás, uma forma de privatização da violência antitransviada e de negação de sua banalidade em nossa sociedade (Stanley, 2011b). A nomeação como crime, ademais, não significa, em si, o combate à violência, como apreende-se de debates sobre a criminalização da violência doméstica – “apenas enunciar a violência como crime e exigir sua punição não pode ser tomado como sinônimo de reconhecimento social da violação de direitos humanos” (Sinhoretto; Tonche, 2019: 226).

“Enquadrar” a violência LGBTfóbica como “crime” constitui “uma determinada maneira de organizar e apresentar uma ação [que] leva a uma conclusão interpretativa acerca da própria ação” (Butler, 2018 [2009]: 23). Essas “diferentes maneiras de esculpir seletivamente a experiência” (Butler, 2018: 47) não só reduzem a realidade de um modo específico, como são fundamentais ao “*animus* perpetuamente produzido dessa realidade material”, neste caso, do sistema de justiça criminal. Os quadros, afinal, têm efeitos também nas “condições que dão suporte” à materialidade dos fenômenos – “os enquadramentos de guerra [ou de crime] são parte do que constitui a materialidade da guerra [ou do crime]” (Butler, 2018: 44). Sem qualquer natureza ontológica, o crime – e seus efeitos no encarceramento e na precarização das condições de vida de determinados grupos – somente existe dentro de enquadramentos de criminalização. “Quadros de crimes” operam, em suma, como uma forma de conhecer e identificar a violência LGBTfóbica que engendra modos de organizar as ações e as condições que dão suporte à vida tanto das que apontam certos atos como criminosos quanto daqueles criminalizáveis e passíveis de ter suas condições de vida enormemente precarizadas a partir dessa interpelação.

Assim como nos embates em torno dos “quadros de guerra”, as disputas para “ampliar” os “quadros de crime” a fim de que abarquem a violência LGBTfóbica têm também como efeito alterar o enquadramento do próprio debate em torno da liberdade sexual (Butler, 2018: 47-8). É necessário, deste modo, compreender tanto o enquadramento da violência LGBTfóbica como “crime” quanto o enquadramento da política LGBT como uma política pela “criminalização” e pela “punição criminal”. Coerente com a Sociologia da Punição, não buscamos explicação para os caminhos criminalizantes em alterações da distribuição da violência sobre LGBTs, como se um suposto recrudescimento de atos violentos pudesse nos dizer sobre as armas que foram forjadas para combatê-lo. Além das dificuldades de se evidenciar um aumento desse tipo de violência⁶⁷, mesmo que se comprovasse seu crescimento irrefutável, seria necessário investigar se e como a resposta punitiva se configura. Por não partimos da tese de que a impunidade explicaria o aumento da violência e de que a punição diminuiria a incidência de determinados atos, não deduzimos que, por serem ameaçadas pela LGBTfobia e por terem vivido o “aumento desses crimes”, LGBTs teriam passado a demandar a sua punição por meio do encarceramento – não é a experiência da violência que gera por si só a demanda criminalizante.

Em busca de compreender estes processos, cumpre salientar que esta própria pesquisa enquadra e recorta as ondas de ativismos de dissidências sexuais e de gênero. Analisamos aquelas que elegeram como um dos elementos principais de suas mobilizações as lutas contra a LGBTfobia – compreendida ou não em quadros como “discriminação”, “preconceito”, “ódio” ou “crime” – em estratégias criminalizantes, descriminalizantes e/ou anticriminalizantes. Quanto às ondas criminalizantes, embora estes ativismos estejam imersos simultaneamente em engajamentos por direitos sexuais (sobretudo no Legislativo e no Judiciário) e por políticas públicas sexuais (no Executivo) em diferentes áreas (como trabalho, educação, segurança pública, saúde, cultura), investigaremos somente as lutas por

⁶⁷ Ao se utilizar taxas de violência, por exemplo, LGBTfóbicas, é preciso lidar com as dificuldades de mensuração e de estabelecimento de parâmetros a partir dos quais determinada alteração estatística indicaria uma elevação da ocorrência desses atos, sendo imprescindível ponderar a subnotificação (contemporânea e de tempos históricos anteriores) e que as alterações nas taxas podem ser produto de um aumento das denúncias de determinados atos antes não denunciados. Tomando os levantamentos produzidos pelo Grupo Gay da Bahia entre 1981 e 2018, o aumento do número de assassinatos de pessoas LGBT notificados diariamente na imprensa pode indicar não uma maior ocorrência desses atos (ou que viveríamos em uma sociedade mais LGBTfóbica do que em 1981), mas uma intensidade maior de denúncias e notificações derivada de mudanças na percepção social do que seria considerado aceitável, violento ou criminoso – hipótese plausível quando consideramos os processos de mudança de convenções e de sensibilidades sobretudo no campo de gênero e sexualidade (Facchini; Ferreira, 2016). Estas estatísticas, ademais, tendem a construir a violência em termos estritamente interindividuais, sendo necessário se pensar a violência, como argumentamos no capítulo anterior, além de um conjunto de atos que rompem o cotidiano, como aquilo que compõe sistematicamente a tessitura das vidas – dimensão não mensurável por tais taxas.

reformas legais antidiscriminatórias que construíram a discriminação ou preconceito por orientação sexual ou identidade de gênero como uma questão de crime, sendo analisada somente incidentalmente sua articulação ou contraposição a reformas legais antidiscriminatórias não penais e a outras medidas antidiscriminatórias.

Conforme exposto na Introdução, não analisaremos as disputas em torno do enquadramento da “LGBTfobia” entre ativismos religiosos conservadores e LGBT criminalizantes, mas os embates acerca do emprego dos “quadros de crime” sobre a LGBTfobia. Ademais, destacamos que, como ondas de rádio coexistem a cada período histórico, quadros pró ou anticriminalização e quadros descriminalizantes podem ser reproduzidos em distintas práticas e engajamentos frente ao sistema carcerário a cada momento histórico. Quadros de crime operam, assim, em diversas articulações com quadros descriminalizantes, não em uma evolução histórica que iria da defesa linear da descriminalização de dissidentes à criminalização de LGBTfóbicos. Neste capítulo e no próximo, buscaremos escavar em documentos e entrevistas quais papéis estes quadros de crime passaram a ter dentro dos discursos e das estratégias em jogo nos tempos entre 13 de junho de 1980 e de 2019.

Frente às narrativas construídas pela literatura acadêmica sobre o momento de invenção no movimento LGBT das lutas pela criminalização – “desde o início de sua organização” e “desde 1995” nos debates legislativos (Quinalha, 2019), desde o imediato pós-Constituinte (Gama, 2017) ou desde 1998 (Santos, 2018: 189) –, articulamos uma genealogia distinta, a qual não pretende tomar a “LGBTfobia como crime” como universal ao ativismo, mas compreender este discurso dentro de disputas políticas e estratégicas específicas. Não igualamos o começo do movimento e a articulação pela criminalização não só por sua anacronia, mas principalmente por não tomarmos como sinônimos ativismos LGBT, demandas por direitos e reivindicações criminais.

1. “A lembrança de que a polícia prefere bater mais em negro, bicha e pobre”⁶⁸

Os ativismos LGBTs brasileiros se forjaram, com efeito, imbricados em lutas e demandas frente às formas de criminalização e policiamento das dissidências sexuais e de gênero – foi durante a ditadura civil-militar que as primeiras organizações emergiram. Em

⁶⁸ Trecho de um texto do Adé Dudu (1980), primeiro grupo homossexual negro formado em 1980 em Salvador (BA).

defesa dos espaços de sociabilidade e de suas formas de vida perseguidas e vigiadas, nos anos 1960, gays, lésbicas e travestis tentaram forjar mobilizações políticas que terminaram frustradas pela polícia: seja formar uma organização em Belo Horizonte, organizar uma manifestação pelos “direitos civis da boneca brasileira” em Brasília ou preparar congressos de dissidentes sexuais e de gênero em Minas Gerais, Niterói e Caruaru (Cruz, 2015: 51). Como consolidado na literatura brasileira, somente na São Paulo de 1978⁶⁹ emergiria um incipiente ativismo homossexual brasileiro com a fundação tanto do Somos Grupo de Afirmação Homossexual quanto do jornal *Lampião da Esquina* (Simões; Facchini: 2009). Nesses grupos, as lutas contra a associação entre homossexualidade e criminalidade tiveram papel fundamental. De um lado, em 1978, o grupo de homossexuais que viria a se constituir como Somos, então Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais, enviou uma carta ao sindicato dos jornalistas criticando o discurso midiático que sustentava a imagem do “homossexual-criminoso-traficante-corruptor e, como se tudo isso não bastasse, doente, e doente que não quer sarar” (MacRae, 2018: 173). De outro, lutaram contra a perseguição criminal os editores do jornal *Lampião da Esquina* – processados em 1978, com base na Lei de Imprensa sob acusação de “propagação homossexual”, eles seguiram na mira de relatórios do governo federal até 1983, ainda que o inquérito tivesse se encerrado cinco anos antes (Cruz-Lopes, 2020).

Naquele período, as lutas contra as violências do sistema de justiça criminal tinham especial destaque, como vimos na Cena 01 desta dissertação: o protesto de rua em 1980 contra a violência policial e contra o delegado Wilson Richetti, comandante da Operação Rondão no centro de São Paulo, a qual, em seu ápice, detinha em uma noite mais de 700 homossexuais, travestis e prostitutas. Contra esses rondões, foram empregadas duas táticas principais: o ato de 13 de junho de 1980 e a convocação de Richetti à Assembleia Legislativa para prestar esclarecimentos (MacRae, 2018: 289). Tais mobilizações lograram arrefecer em certa medida as perseguições. As rondas, todavia, não acabariam: em novembro daquele ano, um manifesto de grupos ativistas denunciaria que os guetos homossexuais paulistanos se viram “novamente às voltas com a ação violenta da polícia”, que prendia em uma semana cerca de 500 pessoas, desta vez, com foco em mulheres lésbicas detidas declaradamente por

⁶⁹ Adota-se aqui a convenção da literatura hegemônica sobre o movimento LGBT no Brasil de que o ano de 1978 marcaria o início deste movimento – com a fundação em São Paulo do grupo Somos e do jornal *Lampião da Esquina*, primeiro jornal brasileiro a pautar positiva e politicamente a homossexualidade, que circularia de 1978 a 1981 (Simões; Facchini, 2009). Destaca-se neste período, inclusive, um evento que seria conhecido como o Stonewall brasileiro: a rebelião em 1983 contra a discriminação de lésbicas no Ferro’s Bar em São Paulo (Simões; Facchini, 2009).

serem “sapatão”. Em outras cidades brasileiras, era prática comum do ativismo homossexual resistir às perseguições policiais e, em geral, não recorrer à polícia para combater as violências sofridas socialmente, tendo em vista, como afirmou o primeiro grupo homossexual negro brasileiro:

O medo de enfrentar o riso irônico e sádico dos policiais, as insinuações de que o homossexual é o culpado e tem mais é que se fuder. A lembrança de que a polícia, ela mesma é violenta e que bate, mata, espanca os mais oprimidos. *A lembrança de que a polícia prefere bater mais em negro, bicha e pobre.* A lembrança de que em muitos lugares (como aqui em Salvador) a polícia prende travestis e manda lavar a delegacia, deixando-[as] pres[as] ilegalmente durante dias. (Adé Dudu, 1980, grifos nossos).

Naqueles primeiros anos, circulavam entre esses ativistas homossexuais críticas ao cárcere e às violências sobre as pessoas encarceradas. Como exemplo desta circulação, destacamos que o jornal *Lampião da Esquina*, além de denunciar a situação das “presas comuns” e as arbitrariedades e violências policiais contra os negros, onde afirmava que “se revelava uma grande proximidade entre as dificuldades encontradas por eles e pelos homossexuais” (MacRae, 2018: 147), posicionava-se contra a proposta de oficialização da prisão cautelar e apontava a hipocrisia classista da campanha pela anistia à presa política (geralmente de classe média) que não dava atenção à situação da presa comum (geralmente das classes mais baixas) sujeita aos mesmos maus tratos e injustiças (idem, ibidem). Quando a partir de 1979 se organizaram os primeiros encontros nacionais do ativismo homossexual brasileiro, a questão prisional esteve presente. No Encontro de Homossexuais Militantes organizado pelo *Lampião da Esquina* em 1979, o *Beijo Livre* (Brasília/DF) trouxe a questão carcerária para as discussões, apresentando seu trabalho junto a homossexuais nas prisões de Brasília (*Lampião da Esquina*, 1980). No I Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO) em 1980⁷⁰, teve lugar um debate sobre “Homossexualismo no presídio”, em que se discutiu que “a repressão sexual não atinge só os homossexuais [...] a sociedade só permite o sexo para os chamados ‘sãos’. Aos problemáticos socialmente é negado o prazer”. Daquela discussão, registraram-se as seguintes notas: “Presídio – instituição de uma sociedade repressiva. Não resolve nada. A solução a longo prazo seria a extinção do presídio. A solução seria uma reforma social profunda [...] e uma verificação dos valores sociais morais”.

Além dos presídios e das polícias, nos primeiros anos de militância, esteve no centro dos debates o papel punitivo das práticas médico-psiquiátricas, tendo se constituído forte

⁷⁰ Ao final da genealogia construída nestes capítulos, na seção 4 do Capítulo 04, há uma tabela que sintetiza e sistematiza como em cada um dos encontros nacionais entre 1980 e 2016 emergiram frente ao sistema penal tanto “positivas” quanto “negativas”, assim como reivindicações que não se voltavam ao sistema penal.

campanha pela despatologização⁷¹ da homossexualidade no Brasil. Como afirmaram no I EGHO e no I EBHO, a patologização operava como dispositivo fundamental de grande parte das práticas discriminatórias legais e extra-legais. Nessa campanha despatologizante, os estudos socioantropológicos sobre sexualidade desempenharam importante papel – em momento no qual se operava uma inversão (Fassin, 2003) na produção científica sobre transviados no Brasil⁷²: das causas destes comportamentos para as formas como viviam tais grupos e os processos que constituíam reações sociais a eles.

Naquele período, todavia, despontavam não só quadros “descriminalizantes” e de limitação do direito penal, mas também, entre algumas lideranças do ativismo, as primeiras mobilizações por direitos e por criminalizações. Nessa primeira década do movimento LGBT brasileiro, as “lutas por direitos” e, dentre elas, a luta pela criminalização como se direito fosse, encontraram-se em articulação e em tensão com lutas por “liberação sexual” que visavam não a direitos iguais, mas a dismantelar a sociedade heterossexista. Os anos 1980 viram as construções discursivas de identidades homossexuais como sujeitos liberais de direitos sobrepujarem ideias de homossexuais como sujeitos revolucionários (Dehesa, 2015: 250) em meio a um processo em que movimentos sociais que se constituíram como sujeitos políticos da redemocratização brasileira transformaram o horizonte de expectativas de suas lutas para os termos jurídicos⁷³ (Ota, 2018). Em meados dos anos 1980, a “juridicização” das

⁷¹ Desde o I Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO) em 1980, uma das bandeiras centrais do movimento foi a alteração do código 302.0 da OMS e do INAMPS, de modo a abolir a classificação da homossexualidade como desvio ou transtorno sexual (MacRae, 2018: 269). Com forte campanha liderada pelo GGB, logrou-se que, em 9 de fevereiro de 1985, o Conselho Federal de Medicina decidisse que a homossexualidade não era doença e que, portanto, restaria sem efeito, no território nacional, o Código 302.0. Em 1999, o Conselho Federal de Psicologia por meio da Resolução 001/99 proibiria os tratamentos psicológicos de “cura” da homossexualidade. Nesta seara, seguem contemporâneas as mobilizações contra projetos de cura gay nos anos 2010 (Gama, 2017) e as denúncias de internamento compulsório de dissidentes sexuais e de gênero em clínicas de “tratamento” em que são submetidas a torturas físicas e psicológicas para que se reconduzam à “natureza” cisheterossexual. Em outro ritmo, a despatologização das identidades de gênero não cisgêneras daria passos importantes em 2017, com a alteração do Código Internacional de Doenças, e, em 2018, com uma decisão do STF restringindo o controle dos saberes médicos e psiquiátricos sobre o processo de determinação do gênero dos indivíduos ao reconhecer (formalmente) a autonomia para declarar seus nomes e gêneros.

⁷² Destacam-se, em 1960, o trabalho pioneiro de Fábio Barbosa da Silva, orientado por Florestan Fernandes, sobre homossexualidade em São Paulo; e, em 1977, a dissertação de Carmen Dora Guimarães “O homossexual visto por entendidos”, orientada por Gilberto Velho. Nesta guinada epistemológica, as Ciências Sociais teriam importante papel a cumprir nas lutas travadas no campo sexual: cientistas sociais inseriram-se tanto nas lutas jurídicas pela despatologização da homossexualidade nos anos 1980 quanto pela despatologização da transexualidade nos anos 2000 – assim como na criminalização da LGBTfobia nos anos 2000 e 2010, como já argumentamos.

⁷³ Distanciamo-nos parcialmente da tipologia de Rafael de la Dehesa (2015) acerca das duas ondas (do mar) de ativismo legislativo do movimento LGBT brasileiro, dado que nosso critério de distinção de ondas (de rádio) é sua relação com as estratégias criminalizantes. Na tipologia de Dehesa (2015), a primeira onda de ativismo legislativo em torno da não discriminação iria de 1987 ao início dos anos 1990, quando grupos homossexuais buscavam aprovar dispositivos de não discriminação na Constituição Federal, em Constituições Estaduais ou em Leis Orgânicas de Municípios. Uma segunda onda teria início ao final dos anos 1990, pressionando por uma

lutas das dissidências sexuais e de gênero, isto é, o processo de enquadrar e reduzir os horizontes de reivindicações “contra a homofobia” a termos jurídicos de demandas por “direitos”, estaria vinculada em grande medida à luta contra a epidemia de Aids, cujo início no Brasil data de 1983 e que seria fundamental para a construção de uma plataforma de direitos sexuais a se consolidar no começo dos anos 2000 (Carrara; Vianna, 2008).

Ao analisarmos estas décadas de “lutas por direitos”, pretendemos acompanhar não um processo de mera “perda” do horizonte da “liberação sexual” dos anos 1970, mas de constituição de outros modos do fazer político do ativismo LGBT, nos quais os quadros criminalizantes, descriminalizantes e anticriminalizantes tiveram estatutos diversos a cada período histórico. Conforme expomos nas próximas seções, esta “forma jurídica” que emergiria nas demandas ativistas dos anos 1980 seguiria predominante em distintos movimentos sociais durante e após a Constituinte, nos quais progressivamente engajar-se politicamente passaria a ser fazer a “boa gestão” de direitos (Ota, 2018) ou reivindicar direitos “ainda” não garantidos, como no caso das demandas antidiscriminação LGBTfóbica – processo que, em fins dos anos 2000, culminaria na “judicialização” dessas demandas, construídas politicamente em termos judicializáveis (Cardinali, 2018) e levadas ao Judiciário para serem legitimadas.

2. “Uma Lei Áurea para os homossexuais tupiniquins”?⁷⁴: primeiros ensaios da criminalização

No início dos anos 1980, delinearam-se três modos de enquadrar as lutas por direitos antidiscriminatórios, os quais serão reconstruídos a partir dos Encontros do Movimento Homossexual Brasileiro e dos manifestos e cartas de dois ativistas homossexuais centrais para as ondas de lutas por direitos nesse período – Luiz Mott (GGB) e João Antônio Mascarenhas (GGB e Triângulo Rosa). As primeiras destas demandas jurídicas antidiscriminatórias foram as jurídico-constitucionais sem sanções penais. Em 1979, no Encontro de Homossexuais Militantes, propôs-se uma campanha pela inclusão da proibição de discriminação por “opção sexual”⁷⁵ no mesmo capítulo da Constituição de 1967 em que

legislação “aplicável” por meio da aprovação de leis e regulamentos que estipulassem sanções em casos de discriminação (Dehesa, 2015).

⁷⁴ Em 6 de fevereiro de 1985, em carta para Luiz Mott, Mascarenhas afirmava que “o Projeto França Teixeira, se aprovado, constituirá a Lei Áurea para os homossexuais tupiniquins”.

⁷⁵ No pré-encontro, debatia-se em termos de discriminação por “sexo”, enquanto no I EGHO aprovou-se por “opção sexual” (MacRae, 2018: 260). Naqueles anos, utilizava-se também “discriminação sexual”. A partir de 1986, consolidou-se em frequências nacionais do movimento, encabeçadaa pelo Triângulo Rosa (RJ) e pelo

se proibia a discriminação por “sexo”. Em 1980, no I EBHO, aprovou-se uma comissão que deveria estudar medidas para viabilizar “a alteração da Constituição Brasileira no que diz respeito à opção sexual, incluindo esse termo nos direitos individuais do cidadão” assim como a “apuração, até as últimas consequências, de todos os fatos discriminatórios e arbitrários contra homossexuais, quando levados à delegacia”. Naqueles primeiros encontros, não se formulava o combate à violência como luta por uma tipificação penal.

Os enquadramentos em termos criminais emergiram, nos anos subsequentes, por dois caminhos. Por um lado, estratégias criminalizantes de acréscimo do termo “orientação sexual” ao rol das contravenções penais da Lei Afonso Arinos (Lei 1390 de 3 de julho de 1951), primeira lei penal antidiscriminatória no direito brasileiro, que criminalizava práticas racistas, sobretudo, segregatórias, de impedimento de acesso a diversos estabelecimentos. Este seria o caso da “Plataforma Política do Mov. Homossexual Brasileiro – Reivindicações do MHB a fim de serem debatidas e defendidas em Assembleias – Sugestões de Luiz Mott, do Grupo Gay da Bahia” (novembro de 1981), na qual se demandava “Denúncia e Punição de toda forma de discriminação sexual”⁷⁶ – afirmando “*Queremos uma ‘lei Afonso Arinos’ que nos proteja contra a discriminação sexual*”. Comparava-se a situação dos homossexuais às das mulheres e às dos negros: segundo esta plataforma, ainda que oficialmente não houvesse racismo no Brasil (sendo punível com multa pela Lei Afonso Arinos) e mulheres e homossexuais tivessem oficialmente os mesmos direitos que os homens, na prática esses grupos seriam “discriminados e preteridos nos empregos, barrados em certos ambientes” – daí a necessidade de legislação antidiscriminatória para “que tenhamos o mesmo acesso a todos os lugares, empregos, cargos, etc, que os cidadãos heterossexuais”. Com efeito, as formas de criminalização do racismo – a Lei Afonso Arinos, a Constituição de 1988, que tornaria o racismo crime inafiançável e imprescritível e as Lei Caó (1989) e Paim (1997), que criminalizaram, além das práticas segregatórias, insultos e discursos discriminatórios –,

GGB (BA) e posteriormente abraçada pela maior parte das frequências do movimento, o conceito de “orientação sexual” em vez de “opção sexual”, propondo-se, então, a proibição da discriminação por “orientação sexual” (Câmara, 1993). Nos anos 2000, passou-se a se demandar a não discriminação não só por “orientação sexual” (relativa à homossexualidade, bissexualidade e heterossexualidade), mas também por “identidade de gênero” (referente à travestilidade, à transgeneridade, à cisgeneridade e à não binariedade de gênero), cuja distinção era reivindicada pelos movimentos organizados de pessoas trans e travestis desde meados dos anos 1990.

⁷⁶ No mesmo documento, reivindicava-se, em primeiro lugar, a despatologização da homossexualidade, em seguida a punição da discriminação e, então, as seguintes demandas: que somente a legítima defesa da vida pudesse ser condição de absolvição (não a legítima defesa da honra), a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo, a legalização de cirurgias transexuais, a legalização da prostituição, contra as prisões arbitrárias de homossexuais e contra os tratamentos compulsórios de cura aos homossexuais. Cabe observar que nas décadas seguintes algumas dessas reivindicações se consolidaram no discurso das ondas hegemônicas enquanto outras perderam espaço em meio às transformações que ocorreram.

foram paradigmáticas para a formulação de demandas por direitos antidiscriminatórios LGBTs: a partir dos anos 1990, as reivindicações pela não discriminação nos termos da Afonso Arinos dariam lugar à criminalização nos termos da Lei Caó.

Por outro lado, estratégias criminalizantes desvinculadas das leis de racismo apoiavam-se em formulações de ativismos homossexuais transnacionais seja para propor a adição da “discriminação por orientação sexual” no Código Penal seja para demandar uma lei antidiscriminatória específica. Em março de 1982, João Antonio Mascarenhas escreveria na carta “Apontamentos iniciais para sugerir aos grupos gueis a apresentação de reivindicações aos políticos brasileiros” uma lista de demandas, dentre as quais, ao lado de reivindicações descriminalizantes⁷⁷, constava: “A. Solicitar ao Legislativo – A.1 – Incluir no Código Penal Brasileiro um artigo como o art. 135a do Código Penal Norueguês; A.2 – Idem, idem, art. 349a do C. Penal Norueguês”. Em sua viagem a Oslo em maio de 1981, entrara em contato com o movimento homossexual norueguês (*Det Norke Forbundet av 1948* – A Liga Norueguesa de 1948)⁷⁸, que havia acrescentado em seu Código Penal dispositivos que criminalizavam ofensas, discursos persecutórios e práticas segregatórias em relação à orientação homossexual⁷⁹. Em nova carta, “Reivindicações dos Homossexuais Brasileiros”, Mascarenhas reiteraria essa demanda, frisando sua urgência para se garantir a segurança no emprego e frente à polícia: “Proibir a discriminação por motivo de orientação sexual e estilo de vida, principalmente na Constituição Federal, Código Penal (+) e Lei de Imprensa”.

Essas distintas formas de enquadramentos penais articularam-se naquela década às campanhas por direitos na Constituição e à luta pela despatologização. Em 1982, o GGB iniciaria um abaixo-assinado articulando despatologização, estratégia constitucional e punição implicitamente criminal:

Nós, abaixo assinados, manifestamo-nos pela extinção imediata do parágrafo 302.0 do Código de Saúde, do INAMPS, que classifica o homossexualismo como ‘desvio

⁷⁷ Dentre os apontamentos desta carta de 4 de março de 1982, enviada ao GGB, a ativistas de Recife, ao SOMOS (SP) e ao Grupo Outra Coisa (SP), constavam a despatologização e mudanças no Código Penal em relação à legítima defesa, à maioridade sexual, ao atentado ao pudor e à ofensa à moral e aos bons costumes – dispositivos que, como analisamos no capítulo anterior, eram aplicados de modo a criminalizar as existências dissidentes sexuais e de gênero.

⁷⁸ Esta campanha norueguesa começou em junho de 1974, dois anos após a revogação do artigo que tornava ilegal contatos sexuais entre homens. Em 8 de abril de 1985, Mascarenhas afirmaria em carta a Kim Friele, do *Forbundet av 1948*/Oslo, que, desde sua volta da viagem à Noruega em 1981, havia plantado sementes no Brasil que estavam dando frutos no sentido de um projeto de lei de proteção do “povo gay brasileiro” que se inspirava nos artigos aprovados no Código Penal Norueguês.

⁷⁹ Nesta carta, apresentou-se o conteúdo dos “Artigos incluídos no Código Penal Norueguês em abril de 1981: Art. 135 a – Será imposta multa ou pena de até dois anos de prisão aos que publicamente ameacem, insultarem ou demonstrarem ódio, perseguirem ou desprezarem uma pessoa ou grupo de pessoas por motivo de orientação homossexual ou modo de vida; Art. 349 a – Será imposta multa ou pena de até seis meses de prisão àqueles que, em atividades profissionais ou similares, recusarem a pessoa ou grupo de pessoas a venda de mercadorias ou fornecimento de oportunidades por motivo de orientação homossexual ou modo de vida”.

e transtorno sexual'. Consideramos, também, que a Constituição Federal deve garantir a livre opção sexual dos cidadãos, condenando a discriminação sexual da mesma forma como pune a discriminação racial.

Dois anos mais tarde, a “Carta Aberta dos Homossexuais aos Brasileiros” aprovada no II EBHO afirmaria que “na luta pela construção de um Brasil mais democrático, justo, igualitário, libertário e alegre (gay)”, seria necessário conclamar o Estado tanto a fazer “cumprir a Constituição” frente ao “intolerável e anticonstitucional” cenário de discriminação quanto a aprovar “uma lei que garanta a livre opção e expressão sexual dos cidadãos, punindo a discriminação sexual da mesma forma como deve punir a discriminação racial”⁸⁰. Naquele mesmo encontro, denunciavam-se as instituições de controle penal tanto pela promoção direta da violência quanto pela omissão frente às agressões, além de ter sido denunciada a discriminação interna às polícias e às Forças Armadas.

Em 1984, despontava também a primeira formulação de um projeto de lei de criminalização da discriminação por orientação sexual. Em julho daquele ano, o GGB recebeu carta do deputado França Teixeira (PDS/BA) afirmando que, ademais de seu apoio à despatologização, estaria interessado em preparar um Projeto de Lei a ser apresentado na Câmara Federal contra a discriminação aos homossexuais⁸¹ (Boletim do GGB, 1985), solicitando que lhe fosse enviado um pré-projeto com as demandas das ativistas. A partir da interlocução entre Luiz Mott e João Antônio Mascarenhas⁸², este formulou, em 29 de julho, “Projeto de lei contra a discriminação por orientação sexual – Ideias a serem apresentadas, em Salvador, pelo Luiz Mott, ao Dep. Fed. França Teixeira (PDS/BA)”, tendo escrito, ainda, duas outras versões do projeto e sua justificação. O deputado acolheria parte das reivindicações em sua versão do anteprojeto de lei enviada ao GGB em janeiro de 1985 com pretensões de apresentá-la em plenário em março. Essas distintas versões visavam à tipificação da discriminação por “sexo, orientação sexual ou estilo de vida” (abarcando mulheres e homossexuais), criminalizando práticas segregatórias (em estabelecimentos de ensino ou em serviços), condutas discriminatórias na família ou no trabalho e insultos ou discursos de ridicularização. Sublinhava-se, em sua versão final, que tais condutas seriam crime, com pena de dois a cinco anos de reclusão e multa, não contravenção penal, como na Lei Afonso Arinos e sua pena de prisão de 15 dias a três meses ou de três meses a um ano.

⁸⁰ Além dessa estratégia (a segunda a ser apresentada), havia a despatologização (como primeira) e uma educação que apresente a homossexualidade como comportamento normal e legítimo (em terceiro lugar).

⁸¹ Em carta a Robert Howes (ativista gay de Londres), em 21 de fevereiro de 1985, Mascarenhas caracterizava tal iniciativa, de deputado eleito no “partido mais direitista do Brasil”, como um indício de que “o Brasil é um país deliciosamente surrealista”.

⁸² Até o início de 1985, quando organizaria o Triângulo Rosa, Mascarenhas era membro do GGB.

Na justificação elaborada em 2 de fevereiro de 1985, argumentavam que a igualdade proclamada na Constituição⁸³ “não é suficiente para coibir todos os preconceitos existentes em relação a vários segmentos da sociedade brasileira, que, por isso, se veem injustamente discriminados” – para coibi-los, seria necessário este projeto penal. Ressaltava-se, ademais, “a ligação entre discriminação e ditadura”, associando a redemocratização em curso em 1985 à esperança de direitos para dissidentes:

[...] ainda hoje, em algumas ditaduras, tanto de esquerda quanto de direita, sofram vicissitudes várias, que vão de detenção ilegal, por tempo indeterminado, a critério exclusivo da Polícia, à internação em hospitais psiquiátricos ou em ‘campos de reeducação’ (leia-se: campos de trabalhos forçados). [...] Só em um Estado totalitário poder-se-ia admitir que esse tentasse penalizar alguém pelo modo de falar, vestir e caminhar. No clima de liberdade em que hoje vivemos, nesta Nova República, que faz renascer tantas esperanças [...] A democracia consiste na aceitação da diversidade.

Das articulações em torno desse projeto, desdobrou-se a organização do próprio Triângulo Rosa, no início de 1985, com “o principal objetivo de lutar pela aprovação do Projeto França Teixeira”. “Como boas bichas ladinas”, Mascarenhas e Mott encaminharam-no a políticos de distintas posições político-ideológicas, buscando, inclusive, o apoio do recém-eleito Tancredo Neves – argumentaram que, caso a sancionasse, “passar[ia] à História como o autor da segunda Lei Áurea, a da proibição legal de discriminação de dois segmentos sociais oprimidos, o das mulheres e o dos homossexuais”. Estabeleciam, assim, paralelos entre o lugar social da população negra e o de homossexuais e mulheres e o papel da lei na transformação dessas posições⁸⁴. Ao mesmo tempo, por não contar em suas fileiras com ativistas homossexuais inseridos nas arenas jurídicas, procuravam assessoria de juristas e advogados com conhecimento de técnica legislativa e direito penal⁸⁵. Esta articulação lhes seria fundamental a fim de que quaisquer projetos que fossem apresentados “[saíssem] tão perfeitos quanto possível, para que tenham melhor acolhimento na Câmara dos Deputados” e não fossem rechaçados pela sua forma – “se a Câmara de Deputados resolver ‘bombardear’

⁸³ Propunha-se a seguinte redação: “A Constituição Federal [de 1967], em seu art. 153 parágrafo 1, dispõe que ‘todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas. Será punido pela lei o preconceito de raça’”.

⁸⁴ Em uma leitura a contrapelo, a Lei Áurea como metáfora poderia iluminar que, assim como tal lei não libertara nossa sociedade do racismo, o marco legal antidiscriminatório contra mulheres e dissidentes sexuais e de gênero também não cumpriria tal papel. O que se aludia, nesse discurso, todavia, era a possibilidade de libertação dos negros e a dos homossexuais por meio de marcos legais a partir de um balanço histórico positivo dos efeitos da Lei Áurea – o que se distanciava em ampla medida do modo como o Movimento Negro Unificado enquadrava naquela década o centenário da abolição, como um processo de “falsa abolição” no qual se produziram diversas formas de sobrevivência de relações escravocratas na sociedade brasileira.

⁸⁵ Buscando auxílio jurídico, Mascarenhas escreveu a Josephat Marinho, Thylmar Graça, Eduardo Mota, Antonio Carlos Elizalde Osório, Zulaie Cobra Ribeiro, Roberto Lyra Filho e Arthur Lavigne, assim como solicitou a diversos políticos indicações de bacharéis em direito para auxiliarem naquele processo. Além do mundo jurídico, intelectuais das Ciências Sociais foram acionadas, como Maria Luiza Heilborn.

as nossas pretensões, ela deve, ao menos, tomar essa atitude de peito aberto, pronunciando-se publicamente sobre o conteúdo”.

Justamente na aproximação com juristas, nesse momento de “juridicização”, ocorreram os primeiros contatos com os quadros críticos ao emprego do direito penal. Em fevereiro de 1985, impactaria Mascarenhas a tese “Minorias e democratização” de Nilo Batista, apresentada na X Conferência Nacional da OAB em outubro de 1984⁸⁶, na qual, voltando-se aos direitos de negros, indígenas, mulheres, presos e homossexuais, tecia críticas à Lei Afonso Arinos. Afirmava que, além de ineficaz, teria se tornado “autêntica lei contra os porteiros” a ser aplicada em casos excepcionais “se e quando invocada pelas ‘vítimas’ que menos necessitam dela” – já que “a grande massa negra discriminada e excluída não conhece a lei” ou “não dispõe concretamente de peso político individual (*cidadania*) que convença a polícia a empreg[á-la]” (Batista, 1984: 234). Sua ineficácia seria efeito não da quantidade de tempo de reclusão prevista, mas de seu caráter penal, instrumento que não se mostrava o mais adequado “ou sequer temível para os destinatários desse conjunto de normas”, que, afinal, não eram os suspeitos de sempre do direito penal: jovens negros pobres. Recomendava, assim, “um sistema de interdições e multas pesadas” e que “as sanções deveriam ser concebidas predominantemente como sanções administrativas, aplicáveis quando da imediata ‘autuação’”, evitando a lentidão judiciária. Frente aos projetos que visavam a aumentar o *quantum* punitivo da Lei Afonso Arinos para o combate ao racismo, afirmava que o apoio da OAB aos mecanismos de redução de desigualdades deveria ter em vista que seria “inteiramente ilusório [...] o empenho de equacionar e resolver os graves problemas de discriminação racial no Brasil através de uma lei penal” (idem, *ibidem*)⁸⁷.

Em 23 de fevereiro, após ter compartilhado este texto com ativistas homossexuais e juristas, Mascarenhas escreveu a Nilo Batista, agradecendo pela tese e enviando cópia do anteprojeto da Lei França Teixeira a fim de que fosse analisado por Batista. Demonstrava, ademais, sua percepção das críticas articuladas pelo criminólogo:

⁸⁶ Não foram de mão única as influências entre juristas e ativistas. Naquela tese, Batista agradeceu às contribuições de entrevistas com Peter Fry e Herbert Daniel (dois homossexuais ativistas no Rio de Janeiro). Como fruto de tal interlocução, o jurista propôs apoio da OAB à campanha contra a patologização da homossexualidade “menos pelo hoje proclamado equívoco científico de tal posicionamento, do que, principalmente, porque ele fornece um substrato para o acionamento de mecanismos discriminadores” – resolução que não seria aprovada naquele Encontro.

⁸⁷ Coerente a tais argumentos, posicionava-se contra os projetos de lei que visavam a criar a contravenção de discriminação sexual (contra mulheres), assim como décadas mais tarde se posicionaria contrariamente aos aspectos punitivos da Lei Maria da Penha (Batista, 2007). Essas críticas não seriam consensuais no mundo jurídico e não foram seguidas pelo grupo que debateu a tese de Batista naquela Conferência, na qual se aprovaria que “a criminalização da discriminação de raça, cor, sexo, é fundamental para o fortalecimento da cidadania dos grupos oprimidos na trajetória da democratização” (Batista, 1984: 242).

Essa crítica de V. Sa. calou fundo em todos nós, do Grupo Gay da Bahia, pois passamos a rezear que, apesar de bem-intencionada, a iniciativa patrocinada pelo Deputado França Teixeira venha, no fundo, a padecer do mesmo vício da Lei Afonso Arinos, por todos considerada pouco eficaz. Assim, tomamos a liberdade de consultá-lo sobre se poderia ajudar-nos a dar ao anexo anteprojeto de lei uma redação capaz de assegurar real proteção aos homossexuais.

Em resposta, em 27 de fevereiro, Nilo Batista considerou o anteprojeto de lei “bastante imperfeito” por quatro razões: a falta de aderência a padrões de clareza e objetividade na constituição dos tipos penais; sua grande abrangência, recomendando que se redigisse um projeto voltado às “formas insuportáveis de discriminação” (propondo, assim, uma limitação em torno de quais condutas deveriam ser objeto do direito); a necessidade de compatibilização com o novo sistema penal (após a reforma da Parte Geral do Código Penal em 1984); e a falta de sentido nas “graves penas propostas” (de prisão de até cinco anos por atos de discriminação). Como presidente da OAB/RJ, admitia, no entanto, não ter tempo de contribuir mais com o projeto, cujo abandono recomendava em prol de outro. Em sua tréplica, em 1º de março, Mascarenhas, além de agradecer pelas observações, reforçou, por meio de notícias de imprensa, a grave situação em que “não só o preconceito campeia livremente como chegam até a pregar abertamente o genocídio dos homossexuais”.

Impactando os rumos daquele projeto, essas cartas levaram Mascarenhas a sugerir o retardamento da apresentação do projeto França Teixeira e seu desmembramento em projetos menores e específicos. O contato com críticas ao emprego do direito penal não repercutiu, no entanto, em um abandono de estratégias criminalizantes. Em diálogo com outros juristas, Mascarenhas procurou, então, por um lado, provar a factibilidade de se enquadrar condutas como “demonstrações de menosprezo e de ódio” a homossexuais, apresentando exemplos da aplicação dos dispositivos penais noruegueses que teriam inspirado sua redação do projeto⁸⁸. Por outro, frente às dificuldades de tipificação como crime, articulou táticas relativas à Lei Afonso Arinos, notadamente em torno do PL 9/1983 que agregaria os termos “estado civil” e “sexo” àquela legislação – tendo solicitado a França Teixeira, em 19 de março de 1985, que propusesse a inclusão de “orientação sexual” quando tal projeto chegasse à Câmara. Com a aprovação daquele projeto, sem tal acréscimo, como Lei 7437/85, Mascarenhas escreveu,

⁸⁸ Em texto de Mascarenhas em 6 de junho de 1985, “Noruega: Proibido Odiar”, escrito para fornecer evidências a juristas brasileiros tanto da existência quanto da aplicabilidade daquela legislação alhures, detalhavam-se dois daqueles casos. Em maio de 1981, um salão quisera anular o contrato feito com o grupo homossexual *Forbundet* para a celebração de aniversário do grupo após descoberto que aquele evento seria uma festa de homossexuais, mas desistira de tal anulação ao ter sido ameaçado de processo com base no Art. 135a por a gerência estar “menosprezando os homossexuais e demonstrando-lhe ódio”. Anos mais tarde, Hans Bratterud, líder da Igreja Pentecostal na Noruega, por ter se dirigido em uma rádio, em 3 de julho de 1983, em oração contra “os espíritos homossexuais demoníacos” e pedindo a Deus para expurgar homossexuais de posições influentes, tornou-se o primeiro caso levado ao Judiciário norueguês por violação de tal artigo – tendo o réu sido condenado em dezembro de 1984.

em 20 de dezembro de 1985, ao seu autor, o senador Nelson Carneiro, solicitando a apresentação de projeto de lei que incluísse “orientação sexual entre as contravenções penais”. Seguiu, assim, recomendações apresentadas por Luis Roberto Barroso e Nilo Batista em 12 de maio: enfocar a alteração daquela lei em vez de reivindicar a inclusão da expressão “orientação sexual” na futura Constituição Federal. Outros juristas dariam conselho distinto, como um advogado do GAJOP (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares) que, em agosto de 1985, recomendou, no lugar do projeto França Teixeira, a proposição à Assembleia Nacional Constituinte de um dispositivo antidiscriminatório prevendo que “a discriminação será punida por lei penal, sem embargo de responsabilidade civil”, de modo a abrir caminho para reformas em leis menores após a Constituinte. Esse era um caminho inverso da tática aventada por Mascarenhas no começo daquele ano em carta a Sávio Regueira, na qual defendia a necessidade de “‘suar a camisa’ para vê-lo [o Projeto França Teixeira] aprovado (como prelúdio ao ‘ataque’ que pretendemos desfechar junto aos Constituintes)”.

O Projeto França Teixeira seria, enfim, abandonado em dezembro de 1985. Após meses buscando revesti-lo dos “requisitos jurídicos mínimos exigidos” e encontrando dificuldades por juristas e políticos não quererem “dar de bandeja” suas contribuições a um projeto que favoreceria tal deputado, o Triângulo Rosa anunciou em carta: “lamentamos vermo-nos obrigados a dissociarmo-nos dele, para não sermos prejudicados. Está mais do que claro que, enquanto o projeto levar o nome daquele político, outras pessoas não se disporão a ajudar-nos”. Divulgavam, então, um documento intitulado “Legislação Protetora dos Direitos Homossexuais (Reivindicações Triângulo Rosa)”, a partir do qual pretendiam que ativistas homossexuais procurassem outras parlamentares para apresentar estas demandas. Suas reivindicações congregavam tanto a criação de crimes em razão de discriminação por orientação sexual ou estilo de vida e a adição de um dispositivo antidiscriminatório na Constituição quanto medidas de descriminalização. Demandavam a previsão da não admissibilidade da “legítima defesa da honra” – tática utilizada contra homossexuais vítimas de assassinatos para absolvição dos que alegassem tal subterfúgio⁸⁹ “machista, herança da moral cristã”. Buscavam, ademais, que não fossem mais considerados atentado ao pudor, à moral e aos bons costumes “o procedimento daqueles que, para a prática de atos sexuais, procurarem lugares escuros e/ou de pouco movimento, bem como o interior

⁸⁹ Não pretendemos aqui sinalizar que uma condenação nesses processos criminais ensejaria justiça, mas que a aceitação desses assassinatos como forma de manutenção da honra dos cisheterossexuais aponta qual o estatuto das vítimas transviadas e da operação da LGBTfobia no sistema criminal.

de veículos automotores”, assim como “manifestações de carinho tal qual praticam em público casais heterossexuais, não devem ser considerados atos delituosos, em se tratando de pessoas do mesmo sexo”. Dessas reivindicações, a que se firmaria no ano seguinte como principal estratégia das lutas por “direitos” seria a via constitucional – em larga medida, pelas condições abertas pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

O momento de redemocratização em curso não era sinônimo de não criminalização de dissidências sexuais e de gênero, como apontam as demandas descriminalizantes presentes naquele conjunto de reivindicações. Com efeito, até fins dos anos 1990, ativistas reivindicariam centralmente a alteração dos artigos do Código Penal referentes ao atentado ao pudor, à vadiagem, à prostituição e à maioridade sexual com base nos quais policiais realizavam o controle social e punitivo sobre demonstrações públicas de afetos, sexualidades e gêneros dissidentes. Com a proposição dessas alterações, pretendia-se, como afirma a Lista de Reivindicações do Triângulo Rosa em 1985, que “os policiais não [mais encontrassem] base para a maioria das chantagens que fazem com os homossexuais”.

Seguiam naqueles primeiros anos de democracia, operações de detenção massiva de dissidentes sexuais e de gênero, tendo como foco, principalmente, travestis e prostitutas, como seria o caso da Operação Pudor, desencadeada por Nilo Batista em 1986 quando secretário da Polícia Civil do Rio de Janeiro, a qual prendia prostitutas e travestis no Centro e na Zona Sul da cidade por “atentado ao pudor”, como denunciado pelo grupo Atobá (RJ). Conforme a Entrevistada B, cenário semelhante ocorria em Salvador com travestis se organizando contra a constante violência policial que sofriam. Na São Paulo de 1987, ao lado da “vadiagem”, da “moral e bons costumes” e do “ultraje ao pudor”, dispositivos penais que há tempos operavam nas seletivas engrenagens de detenção de dissidentes sexuais e de gênero, o “contágio venéreo” e a “falsidade ideológica”, em meio à epidemia de HIV/Aids, foram também mobilizados para a detenção de travestis e pessoas trans, como nos revelam as resistências travestis à Operação Tarântula (Cavalcanti et al, 2018).

3. “Reivindicamos uma expressa proibição de discriminação por orientação sexual”⁹⁰: da democratização à neoliberalização

A partir de 1986, os grupos que lideravam as lutas por “direitos”, o Triângulo Rosa e o GGB, voltaram-se à Assembleia Nacional Constituinte com a demanda de inclusão da

⁹⁰ Trecho de discurso de Mascarenhas em 29 de abril de 1987 na Assembleia Nacional Constituinte.

expressa proibição de discriminação por “orientação sexual” na Constituição Federal⁹¹ (Câmara, 1993). Como efeito dessas mobilizações, João Antônio Mascarenhas tornou-se a primeira pessoa declaradamente homossexual a se pronunciar no Congresso Nacional. Em seu discurso, afirmava a militância homossexual como voltada a “exclusivamente combater a discriminação por questão de sexo [e orientação sexual]”, operando essa inversão fundamental da questão homossexual (Fassin, 2003) ao deslocar o problema político do âmbito das causas da (homo)sexualidade para o das práticas de discriminação. Para coibi-las, caberia à Constituição, não a leis ordinárias, conter a não discriminação por sexo, gênero e orientação sexual. Mobilizando legislações nórdicas, estadunidenses e canadenses, a relevância deste dispositivo legal seria descrita nos seguintes termos:

Não temos a ingenuidade de imaginar que [...] de uma penada, a discriminação desapareça. [...] O que queremos com isso é fazer com que o oprimido se sinta juridicamente habilitado a lutar pelo respeito dos seus direitos, nem mais, nem menos. (Câmara, 1993: 244).

Embora não propusesse sanções penais, o sistema de justiça criminal compunha o que Mascarenha enuncia em suas falas, as quais denunciavam como o discurso midiático destacava a sexualidade de acusados de crimes somente quando fossem dissidentes, tal qual na manchete “homossexual furta imagens sacras”, o que reforçava “uma vinculação pretensamente automática entre a homossexualidade e o submundo, especialmente com a prostituição e o tráfico de drogas”. Ao buscar dissociar a homossexualidade das ideias de crime, pecado ou doença (Câmara, 1993: 102), transpunha qualquer referência à criminalidade às travestis, “que em muitos casos são [prostitutas] e acabam se envolvendo com pequenos furtos ou drogas” (Câmara, 1993: 84). Ao distinguir homossexuais ordinários e travestis, afirmando que “esta aproximação atrapalharia o ‘movimento homossexual’”, legitimava a criminalização de travestis e reforçava os limites de quem poderia ser “incluído” como parte do “sexo legal” (Rubin, 1984) e quem deveria seguir criminalizada. Emergia ademais em seu discurso a reificação de sujeitos criminosos quando se referia àqueles capazes de cometer contra homossexuais condutas já criminalizadas, como assassinatos ou extorsões, construindo-os como seres “delinquentes” – afirmava, assim, que um assassino de homossexuais “não se especializa em assassinar somente homossexuais, é um delinquente que a sociedade adquiriu e que fica solto”. O deslocamento do enquadramento de “criminosos” para longe dos homossexuais não implicava, portanto, em um questionamento

⁹¹ Mascarenhas levou à Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias e à Subcomissão dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher a seguinte proposta de acréscimo na Constituição de 1967 no Título II – Da Declaração de Direitos, Capítulo IV – Dos Direitos e Garantias Individuais, artigo 153, parágrafo 1º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, *orientação sexual*, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas. Será punido pela lei o preconceito de raça”.

da própria construção de um “outro criminoso” nem em uma aliança entre os homossexuais “respeitáveis” e as travestis prostitutas.

Naquele momento, ondas do movimento negro e do feminista levaram também suas demandas à Assembleia Nacional Constituinte⁹², dentre as quais, visavam à aprovação de mecanismos penais antidiscriminatórios. No movimento negro, não seria novidade tal mobilização: à Constituinte de 1946, apresentou-se a demanda de que o racismo se tornasse “crime de lesa-pátria” (Masiero, 2018). Não tendo então se tornado crime, o racismo seria tratado como contravenção penal a partir da Afonso Arinos (1951), lei que seria criticada por ondas do movimento negro tanto pelo rol de condutas que criminalizava quanto por criar contravenções penais e não crimes (Masiero, 2018). À época da Constituinte de 1988, mulheres e negros, então contemplados na Afonso Arinos, afirmavam que ela não seria suficiente para combater a discriminação: seria necessário que se tornasse crime, vitória que somente o movimento negro teria naquele momento (Masiero, 2018). No texto que seria aprovado em 1988, discriminações de raça ou gênero deveriam ser enfrentadas não só pelo direito penal, mas também, como distinguiu Masiero (2018), pela afirmação de direitos sociais e culturais, como a não discriminação no trabalho e a promoção cultural, além de a proibição dessas discriminações constituir princípio geral do ordenamento. Teria outro destino, no entanto, a demanda apresentada pelo ativismo homossexual quanto à expressa proibição de discriminação por orientação sexual no rol dos princípios gerais.

Entre idas e vindas de anteprojeto⁹³ e substitutivos em subcomissões⁹⁴, comissões, comissão de sistematização e plenário⁹⁵, as propostas de expressa proibição de discriminação

⁹² Cumpre pontuar que, desde 1891, as Constituições preveem igualdade; desde a de 1946, veda-se a discriminação. Na Constituição de 1967, havia um mandado de punição do racismo: “o preconceito de raça será punido por lei”.

⁹³ Ademais da reivindicação apresentada por Mascarenhas, Paulo Paim (PT) apresentou outra proposta de dispositivo constitucional antidiscriminatório, proibindo a diferença de salário por trabalho igual, de critério de admissão e promoção “por motivo de raça, cor, sexo, [...] orientação sexual” (Gama, 2017: 107).

⁹⁴ Em 1987, apesar de não ter sido assim proposto por Mascarenhas, aprovou-se na Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias uma proposta de redação de parte do Texto Constitucional que tornaria a discriminação por orientação sexual, assim como outras, um “crime inafiançável”.

⁹⁵ Disputas entre constituintes favoráveis e contrários à inclusão da não discriminação por orientação sexual foram travadas nos textos de sistematização e nos relatórios das comissões, por meio da apresentação de emendas e destaques, nos seguintes âmbitos: primeiro no relatório da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias (onde em 29 de abril de 1987 Mascarenhas havia apresentado sua proposta), depois na Comissão da Ordem Social (da qual aquela comissão era uma subcomissão); assim como na Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais (que contou com a participação de Mascarenhas em 30 de abril de 1987) e na sua comissão maior – a Comissão dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher; posteriormente, na Comissão de Sistematização nas três versões de projetos de sistematização apresentados; por fim, em 28 de janeiro de 1988, na votação em Plenário da emenda apresentada por José Genoíno (PT) referente à inclusão de “orientação sexual” no artigo 3º da atual Constituição Federal, ocasião na qual 130 constituintes votaram a favor, 317, contra, 14 se abstiveram e 98 se ausentaram. Em todo aquele processo, articularam-se discursos religiosos conservadores e estratégias de deslegitimação social das pautas de

por orientação sexual acabaram sendo derrotadas em janeiro de 1988. Esta Carta Constitucional, fruto da participação de diversos movimentos sociais, ainda que deixasse os homossexuais “órfãos”, apresentava em amplas partes uma racionalidade socialdemocrata que seria importante na “forma de governo da população durante a República Nova [...] mesmo que as diretrizes socialdemocratas não [fossem] plenamente realizadas, elas ainda assim efetivamente construíram instituições, definiram práticas de políticas públicas e desenharam um horizonte de ordem política” (Andrade, 2019: 21). Os princípios gerais antidiscriminatórios da Constituição seriam, então, articulados em muitas disputas no Judiciário e no Legislativo, em planos estaduais e federais (Carrara; Vianna, 2008), em mobilizações pela implementação de direitos que tanto consolidaram o “jurídico” e os direitos humanos e sociais no horizonte de diversos ativismos quanto concretizaram essa racionalidade política na reconstrução do Estado (Andrade, 2019: 22). Nos anos seguintes, intensas discussões e propostas de direitos sexuais em níveis estaduais e municipais (Sívori, 2011) levariam à inclusão, entre 1988 e 1991, de dispositivos que proibiam a discriminação por orientação sexual em duas Constituições Estaduais⁹⁶ e em 71 Leis Orgânicas de Municípios, como Salvador, São Paulo⁹⁷ e Rio de Janeiro (Câmara, 1993).

Tais leis infraconstitucionais constituiriam, ao lado de legislações transnacionais, fundamentos para a campanha legislativa seguinte, conforme aprovada no VI EBHO (1992): a apresentação de emendas à Constituição. Naquele ano, rearticulou-se o Triângulo Rosa, desativado desde 1988, com a pretensão de unificar as reivindicações do movimento homossexual brasileiro em torno de uma campanha na Revisão Constitucional de 1993⁹⁸. O grupo atrelava, então, a alteração constitucional à criminalização: “urge propiciar base para posterior criminalização de atitudes de desprezo, ódio e violência em relação aos cidadãos homossexuais”, conferindo à lei o papel de ajudar “a enfraquecer o preconceito social e, além disso, dar oportunidade aos lesados de exigir respeito aos seus direitos”. Afirmava o

homossexuais com interessantes linhas de continuidade e descontinuidade com os discursos em torno da criminalização da LGBTfobia nos anos 2000, conforme analisado por Maria Clara Gama (2017).

⁹⁶ Enquanto, em 1991, apenas a Constituição de Mato Grosso (1989) e de Sergipe (1989) apresentavam tal dispositivo; nos anos 2000, também a Constituição de Alagoas (2001), Distrito Federal (1993), Pará (2007) e Santa Catarina (2002) contariam com a proibição de discriminação por orientação sexual.

⁹⁷ Na Lei Orgânica de São Paulo, consta: “Art. 2º - A organização do Município observará os seguintes princípios e diretrizes: VIII - a garantia de acesso, a todos, de modo justo e igual, sem distinção de origem, raça, sexo, *orientação sexual*, cor, idade, condição econômica, religião, ou qualquer outra discriminação, aos bens, serviços, e condições de vida indispensáveis a uma existência digna” (grifos nossos).

⁹⁸ Em 26 de Junho de 1992, o Triângulo Rosa lançou campanha aos companheiros do Movimento de Defesa dos Direitos dos Homossexuais, enviando carta a diversos ativistas afirmando a importância da revisão, dado que “durante ela, os assuntos serão aprovados, ou rejeitados, por maioria simples, enquanto que, em período normal, a Constituição só pode ser emendada por maioria qualificada, isto é, 3/5 dos 584 parlamentares eleitos, e em quatro votações, algo extremamente difícil de obter-se. Reparem bem.”

Triângulo Rosa em 1992 que, em cenário no qual os “bons costumes” e o “atentado ao pudor” não permitiam que “entre quatro paredes, sem violência, dois adultos, do mesmo sexo, [pudessem] fazer o que entenderem, sem que, por isso, [fossem] privados dos direitos assegurados em lei a qualquer cidadão [...] continuar no emprego, na residência e com os filhos” dependia da “boa vontade dos patrões, dos locadores, dos outros cônjuges”, não do exercício de um direito – em nome do qual se reivindicava a alteração da Constituição.

Na Revisão Constitucional⁹⁹, três deputados encaminharam emendas afins às pautas do movimento – Roberto Freire (PPS), Sidney de Miguel (PV) e Fabio Feldmann (PSDB) (Santos, 2011), tendo este proposto tanto o acréscimo da “orientação sexual” entre os princípios constitucionais antidiscriminatórios (artigo 3º)¹⁰⁰ quanto a proibição de discriminação por orientação sexual no âmbito do trabalho (artigo 7º)¹⁰¹. Derrotados em fevereiro de 1994 por maioria ainda maior do que em 1988, a estratégia constitucional perderia a centralidade no ativismo homossexual nos anos seguintes, embora permanecesse no repertório das ondas nacionais hegemônicas a apresentação de Propostas de Emendas à Constituição nas legislaturas subsequentes, visando, em geral, a alterar os mesmos dispositivos constitucionais que em 1993¹⁰².

A Constituição impactou, ademais, outros caminhos do ativismo: ao tornar o racismo crime inafiançável e imprescritível, fortaleceu a articulação dos quadros de crime no horizonte de determinadas lideranças. No ano seguinte, a Lei Caó tipificou o crime de racismo com, em geral, as mesmas condutas contidas na Lei Afonso Arinos que já eram criticadas por não combaterem as práticas pelas quais o racismo opera na sociedade brasileira. Tais dispositivos seriam centrais para as reivindicações criminalizantes que despontariam, ainda que em segundo plano, em ondas de ativismo homossexual e lésbico nos anos 1990 e que ganhariam maior força ao final daquela década, em contexto no qual se aprovaria a Lei Paim (Lei 9459/97), a qual, a partir de críticas da baixa efetividade da criminalização do racismo em 1989 expandia as condutas criminalizadas para abarcar os

⁹⁹ No VII EBLHO (1993), aprovou-se que o Movimento Homossexual Brasileiro não mais apoiaria a campanha na Revisão Constitucional, seguindo linha defendida pelo Partido dos Trabalhadores de se abster de participar daquele processo. Grupos já engajados na campanha, como o Grupo Dignidade, o Triângulo Rosa e o GGB, no entanto, seguiram na luta pela aprovação das emendas apresentadas.

¹⁰⁰ “Art 3º – Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

¹⁰¹ “Art. 7º – São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XXX – proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil”.

¹⁰² Na Câmara, a PEC 139/1995 de Marta Suplicy (PT), a PEC 67/1999 de Marcos Rolim (PT), a PEC 32/2003 e a PEC 66/2003 de Maria do Rosário (PT) e a PEC 392/2005 de Paulo Pimenta (PT); no Senado, a PEC 110/2011 (alterando o art. 7º) e a PEC 111/2011 (referente ao art. 3º), ambas de Marta Suplicy (PT).

discursos discriminatórios e tipificar a injúria racial. Em diálogo com a recém-aprovada Constituição, certas ondas ativistas questionavam desde 1989 por que não seria crime também a discriminação por orientação sexual.

Enquanto os negros, índios, mulheres, judeus, protestantes, todos têm seus direitos garantidos, nós, *homossexuais* ainda somos humilhados, expulsos de casa e do trabalho, apedrejados, *presos sem motivo*, assassinados impunemente. *Que sociedade é essa que considera o racismo crime inafiançável e não faz nada contra o cruel preconceito e discriminação desumana que pesa contra lésbicas e gays?* Como podemos declarar que ‘todos são iguais perante as leis’, se ninguém protesta e todos aceitam tanta violência, discriminação e ignorância contra mais de 10% de nossa população que tem orientação homossexual? (Boletim do GGB, 1989, grifos nossos).

Embora presentes, os quadros de crime não seriam centrais às mobilizações ensejadas nos Encontros Nacionais daqueles anos. No III EBHO (1989), demandava-se “que sejam punidos criminalmente a divulgação de matérias, obras, notícias ou congêneres que incitem o ódio, a segregação ou o preconceito”. Enquanto do IV Encontro (1990) não constam indícios de debates em torno do sistema de justiça criminal, no V (1991), propôs-se pressionar por leis que punissem a discriminação aos soropositivos, além de se celebrar a aprovação de dispositivos legais municipais e estaduais e se reivindicar medidas contra a impunidade de assassinos de homossexuais¹⁰³. No VI EBHO (1992), no entanto, críticas à insuficiência da responsabilidade civil das leis alcançadas em níveis estaduais e municipais construíam a necessidade de equiparação da discriminação por orientação sexual ao crime de racismo¹⁰⁴ e da criação de Delegacias dos Oprimidos a fim de “erradicar a discriminação e a violência contra os homossexuais”. Tal caracterização de leis antidiscriminatórias como ineficazes e insuficientes por não tornarem as condutas “crimes” ecoava as críticas de setores do movimento negro à Lei Afonso Arinos e suas lutas pela criminalização do racismo.

Naqueles Encontros Nacionais, seguiam as denúncias de operações policiais como verdadeiras “caças” a homossexuais e travestis, com seus enquadros culminando em espancamentos ou, ainda, em assassinatos (VI EBHO, VII EBLHO). Mesmo sem lei penal que diretamente lhes criminalizasse, homossexuais e travestis eram tratados como se suas

¹⁰³ Naquele encontro, aprovou-se uma carta de “Reivindicações Básicas do Movimento Homossexual Brasileiro ao Governador Eleito de Pernambuco”, na qual, além de se demandar a inclusão da “orientação sexual” em leis pernambucanas, propunha “Que o Ministério Público seja implacável na punição dos culpados por crimes contra homossexuais. Que os assassinos desta espécie de crime não se beneficiem de apelos morais capazes de diminuir-lhes a pena. Que os processos sejam agilizados e a lei cumprida, sem impunidade para os assassinos de homossexuais” (V EBHO, 1991).

¹⁰⁴ “Para os que infringem a proibição de discriminação por orientação sexual, existe apenas a possibilidade de se pleitear indenizações por ‘perdas e danos’ decorrente da responsabilidade civil, tentando-se a nível de projeto de lei, a equiparação da discriminação por orientação sexual ao crime de racismo. Sugeriu-se que se pleiteasse, junto aos canais competentes a criação de ‘Delegacias dos Oprimidos’, como já existem as ‘Delegacias da Mulher’, com a finalidade de erradicar a discriminação e a violência contra os homossexuais e demais grupos discriminados” (VI EBHO, 1992).

existências fossem criminosas. A sistematicidade dessa violência elevava a polícia à representante da homofobia (VII EBLHO), sendo a criminalização e punição de dissidentes sexuais e de gênero tão enraizadas nas práticas policiais que o GGB enviaria carta em 1992 a policiais civis e militares afirmando que “todo policial deve saber que nenhuma Lei proíbe a homossexualidade” e que “insultar, agredir ou prender alguém simplesmente por que (sic) é bicha, travesti ou sapatão, é grave desrespeito à Constituição Federal” (Boletim do GGB, 1992). Seguiam também certas articulações de ativismos de dissidentes sexuais e de gênero com a população encarcerada, tendo sido registrado no VII EBLHO (1993) o contato de coletivos de lésbicas feministas de São Paulo com lésbicas encarceradas.

Denunciavam-se nestes Encontros não só a violência física, mas também as chantagens e extorsões frente à possibilidade de detenção ou de revelação pública da sexualidade, as quais, tão antigas quanto os dispositivos coloniais de delação, eram práticas cotidianas não só das polícias (III EBHO; VI EBHO), mas também do policiamento informal das fronteiras de gênero e sexualidade cujas ameaças violentas não poderiam ser denunciadas àqueles pagos pelo Estado para supostamente coibir chantagens e violências. No VI EBHO, denunciava-se também a discriminação dentro das instituições militares – embora questionassem a contradição em “tentar validar a homossexualidade em instituições que por sua própria ideologia já tem como base o sexismo”, defendiam “tentar conscientizar as pessoas que ingressam nas forças armadas de que elas devem procurar não ser discriminadas” e, para tanto, “criar material para essas pessoas” e “apoiar casos públicos de discriminação de homossexuais nas forças armadas”. Naquele mesmo encontro, indicou-se pressionar a Anistia Internacional para que agisse frente às “prisões arbitrárias” de homossexuais, assim como “seguir o exemplo dos E.U.A. – Lesbian & Gay Task Force – e outras entidades parecidas, em como se defender contra a violência” (VI EBHO, 1992). É preciso destacar que esta organização estadunidense, cujos passos deveriam ser seguidos no combate à violência, liderava naqueles anos campanhas antiviolaência por meio da tipificação dos “crimes de ódio” nos EUA (Mogul et al, 2011) – subsumindo violência a crime.

Projetos de lei antidiscriminatórios seguiriam no horizonte das mesmas lideranças que os havia proposto nos anos 1980. Em 1992, Mascarenhas entrou em contato com o deputado Sidney de Miguel (PV) visando à apresentação de um projeto de lei que incluísse demandas presentes desde o Projeto França Teixeira¹⁰⁵, tanto “positivas” quanto “negativas” frente ao

¹⁰⁵ Naquela carta de 1992, Mascarenhas defendia um projeto que: “1 – Explicita que a legítima defesa, no Código Penal Brasileiro, se refere exclusivamente à conservação da VIDA, quando exposta a grave e iminente perigo, impossibilitando, portanto, a alegação da bárbara, machista e estapafúrdia ‘legítima defesa da HONRA’,

cistema penal. Sugeriu, em outra carta, a expansão da tipificação penal do racismo para outras formas de discriminação por meio da apresentação de “um projeto de lei considerando crime (não simples contravenção), e inafiançável, a discriminação por preconceito de raça, cor, sexo, *orientação sexual* ou de estado civil, com penas de reclusão para os infratores”, considerando “particularmente justo” o inciso constitucional que prevê como inafiançável e imprescritível o crime de racismo. Nesse mesmo sentido, o GGB afirmaria que “a discriminação anti-gay é uma forma de racismo” (Boletim do GGB, 1992) e destacaria o compromisso da candidata a deputada Maria Del Carmen em apoiar “a aprovação de um dispositivo que ‘penalize a discriminação por orientação sexual com o mesmo rigor que o crime de racismo’” (Boletim do GGB, 1992).

Para além da construção de um paralelo com o crime de racismo, emergiram outras táticas de engajamentos criminalizantes em torno das reformas do Código Penal. Em 1993, frente a debates da 1ª Subcomissão de Reforma da Parte Especial do Código Penal¹⁰⁶, incidiram duas intervenções do movimento homossexual: por um lado, uma carta do grupo Dignidade, em consonância com as deliberações do I ERSO, propondo incluir no artigo 25 do Código Penal as palavras “da vida” após “legítima defesa”, de modo que não fossem mais absolvidos os que matassem homossexuais “em defesa da honra”; por outro, uma proposta de tipificação de condutas discriminatórias por distintas razões, dentre as quais, “orientação sexual”¹⁰⁷ – com a previsão de, “sem excluir a pena privativa de liberdade, estender a aplicação das penas restritivas de direitos a punições superiores a um ano”.

No mesmo ano, estabeleceu-se, no VII EBLHO, a saúde e a violência como as bandeiras comuns do movimento, que deveria, além de denunciar a violência impune de inquéritos que não resultavam em denúncias, ter “algum tipo de atuação em relação ao código

atualmente aceita pelos nossos tribunais, com a consequente absolvição de grande número de homicidas; 2 – proteja os homossexuais no trabalho (contratação, permanência, promoção), em estabelecimentos de ensino, na utilização de serviços; 3 – puna os insultos, a chantagem e a ridicularização pelos meios de comunicação social; 4 – determine que a orientação sexual não constitui motivo para a inabilitação à custódia dos filhos, nem interfere no direito de visita à (da) prole. As questões acima constam do documento anexo [Legislação Reivindicações 1985]”.

¹⁰⁶ Em 1992, o Ministro de Justiça, Maurício Corrêa, pela Portaria 581, constituiu comissões de juristas para a elaboração do Anteprojeto de Lei de Reforma da Parte Especial do Código Penal. Trabalhando até 1994, elas elaboraram um esboço final conhecido como Esboço de 1994 ou Esboço Ministro Evandro Lins em homenagem ao Presidente da Comissão, o qual foi base para a redação do Anteprojeto da Parte Especial do Código Penal (1998) por outra comissão. Nessas duas oportunidades de comissões em torno da Parte Especial do Código Penal – em 1994 e em 1998 – articularam-se ativistas homossexuais com suas demandas.

¹⁰⁷ Propunha-se, em tal documento, criar os seguintes tipos penais no “Título: Crimes Contra a Pessoa – Capítulo: Dos Crimes Contra a Igualdade”: discriminação, discriminação por difamação e injúria, práticas de atos violentos ou lesivos à integridade física ou mental por discriminação, difusão de ideias de discriminação, discriminação no atendimento em estabelecimento público e privado, discriminação nas forças armadas e outras corporações, discriminação no mercado de trabalho, discriminação na educação, discriminação no convívio social, discriminação na moradia, discriminação no atendimento de serviços sociais e de saúde.

civil e penal”. Se seriam tais elaborações limitadoras ou expansivas, caberia aos encontros seguintes delinear. No Encontro Nacional de 1995 em que se fundou a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT), a demanda por atuação junto à revisão do Código Penal e por “leis que garantam a livre orientação sexual tipificando como crime inafiançável a homofobia” era acompanhada de estratégias não criminalizantes¹⁰⁸, como políticas de educação, o contrato de união civil, a luta contra a epidemia de HIV/Aids e práticas de combate à violência para além do direito, como cursos de autodefesa. Naquele mesmo Encontro, seguiam críticas ao sistema de justiça criminal: um ativista do Grupo de Resistência Asa Branca apontava a polícia como representante da homofobia (VIII EBGLT, 1995). No ano seguinte, um programa comum formulado no “Fórum Brasileiro de Gays e Lésbicas na Política” por oito pré-candidatos LGBTs à vereança continha como primeiro ponto “apresentar projetos de lei que proibam a discriminação baseada na orientação sexual, punindo os infratores com o mesmo rigor do crime racial” (Giacomini, 1996). No IX EBGLT (1997), reforçou-se a articulação entre educação e punição, presente em vários encontros anteriores, como na demanda por “fazer uma educação sexual nas escolas e nos guetos bem como a prevenção e punição dos agressores de homossexuais (através da imprensa em geral)”. Como seguia na pauta do ativismo a reforma da legislação penal, a ABGLT pressionaria, em 1999, a Secretaria de Direitos Humanos e o Ministério da Justiça pela inclusão de medidas antidiscriminatórias no Código Penal (Santos, 2018).

Naquele período, os quadros de crime foram articulados, ademais, na participação de ativistas LGBTs nas Conferências Nacionais de Direitos Humanos (CNDH). Tanto na I quanto na II CNDH (1996 e 1997), propôs-se a inclusão de “orientação sexual” nos artigos 3º e 7º da Constituição Federal, assim como medidas educativas, de prevenção e proteção e a coleta de informações em relação à violência anti-LGBT. Em 1998, o Grupo Gay de Alagoas e a ABGLT aprovaram na III CNDH uma moção de apoio à proposta de emendas¹⁰⁹

¹⁰⁸ O combate à violência aparecia nos Encontros e nos Boletins do GGB nos anos 1990 de três formas: criminalização e o combate à impunidade (“competem ao poder público prender e castigar exemplarmente os assassinos”), práticas comunitárias de autodefesa e autocuidado (“competem aos gays tomarem mais cuidado para evitar situações perigosas”) e políticas educativas (“competem aos educadores de todos os níveis ensinarem nas escolas e nos meios de comunicação, que a homossexualidade não é crime, que os gays merecem o mesmo respeito que os demais cidadãos”) (Boletim do GGB, 1990).

¹⁰⁹ “Com o advento da oportuna e necessária reforma do arcaico e combalido Código Penal, nada mais oportuno do que *tipificar como crime contra a cidadania*, qualquer tipo de discriminação, proibição, restrição ou preconceito em razão da *livre orientação sexual das pessoas*. [...] Por tudo isso é que apresentamos as seguintes sugestões à Comissão Revisora do Anteprojeto do Código Penal: - Emenda aditiva ao artigo 392 do supramencionado anteprojeto: Art. 392. Negar, impedir ou dificultar, por motivo de discriminação ou preconceito de raça, etnia, cor, sexo, orientação sexual, condição física ou social, religião ou origem, o livre exercício de direito ou garantia fundamental assegurados na Constituição [...]; - Emenda aditiva ao artigo 393 do aludido anteprojeto: Art. 393. Praticar, induzir, incitar a discriminação ou preconceito de religião, sexo,

no anteprojeto de reforma do Código Penal Brasileiro “tipificando como crime contra a cidadania a discriminação por orientação sexual” enquanto “passo fundamental na consolidação dos direitos humanos dos cidadãos homossexuais no Brasil”. Fruto dessas participações, o I e o II Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) apontariam, respectivamente, a necessidade de legislação proibindo a discriminação por orientação sexual por meio de emenda constitucional ou outro tipo ou pelo “aperfeiçoamento da legislação penal”¹¹⁰.

Os anos 1990 foram marcados pela emergência de Conferências de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) e pela consolidação do neoliberalismo no plano nacional e transnacional, em que a ascensão da gramática dos “direitos humanos” e, dentre eles, dos “direitos sexuais”, andava junto a horizontes neoliberais e à domesticação e neoliberalização de movimentos sociais radicais nesse processo de participação política promovido pela ONU (Federici, 2019). Em solos brasileiros, “confluências perversas” marcariam, naquele período, as “hibridizações” entre a racionalidade socialdemocrata e a neoliberal nas práticas dos próprios movimentos sociais da redemocratização, dentre os quais o movimento LGBT.

Parte considerável dos próprios sujeitos políticos da redemocratização se reconfiguraram hibridizando-se com a lógica neoliberal [...] houve uma convergência em torno de ONGs e entidades sociais que concorrem por recursos escassos advindos de programas governamentais ou da “responsabilidade civil” das empresas. É assim que da lógica da reivindicação de direitos se passou para uma de captação de recursos (Andrade, 2019: 25).

A transferência de responsabilidades estatais para ONGs que deveriam colaborar com o Estado, a redefinição da “cidadania” em “uma visão individualista vinculada à integração no mercado” e a reconfiguração de políticas sociais como ações focalizadas, “remediando de maneira localizada e pontual as situações de extrema gravidade e urgência”, articulavam reduções e limitações do que seria próprio da política e da democracia na lógica socialdemocrata (Andrade, 2019: 25). No caso do movimento LGBT, a implementação de

orientação sexual, raça, cor, etnia, condição física ou social ou origem; - Emenda aditiva ao artigo 394 do citado anteprojeto: Art. 394. Organizar ou tentar associação, ou dela participar, com o fim de pregar a discriminação ou o preconceito de raça, etnia, cor, sexo, orientação sexual, condição física ou social, religião ou origem, que afete a estabilidade democrática ou a cidadania”.

¹¹⁰ Em 1996, no I PNDH, havia a meta de, no curto prazo, “propor legislação proibindo todo tipo de discriminação, com base em origem, raça, etnia, sexo, idade, credo religioso, convicção política ou *orientação sexual*, e revogando normas discriminatórias na legislação infraconstitucional, de forma a reforçar e consolidar a proibição de práticas discriminatórias existente na legislação constitucional”. No II PNDH (2002), no segundo governo FHC, a criminalização é aludida no item n. 116 - “Propor o aperfeiçoamento da legislação penal no que se refere à discriminação e à violência motivadas por orientação sexual”, assim como refere-se à proposta de emenda constitucional “114. Propor emenda à Constituição Federal para incluir a garantia do direito à livre orientação sexual e a proibição da discriminação por orientação sexual” e à pauta negativa em relação ao Código Penal Militar “117. Excluir o termo pederastia do Código Penal Militar”.

políticas de combate à Aids foram fundamentais para a construção da lógica de “captação de recursos” e de “gestão” de “populações-alvo”, a “profissionalização” de ativistas e a reconfiguração das formas de se organizar ao modelo ONG (Toitio, 2016). Tais formas de engajamento reconfiguravam a cidadania em discursos de autonomia individual, responsabilidade pessoal e autoajuda (Dehesa, 2015: 340), “enquadrando os indivíduos em populações-alvo como consumidores livres para eleger práticas sexuais em um mercado de ideais e informação” (Toitio, 2016: 97). Os recursos obtidos graças a esses projetos tinham efeitos indiretos em outras áreas do ativismo que excediam a formulação e execução desses projetos (Dehesa, 2015: 340), constituindo formas de “neoliberalismo desde baixo” (Gago, 2018a) em que pragmaticamente se articulavam recursos e lógicas próprias deste governo neoliberal a fim de produzir, frente à epidemia, formas de sobrevivência e vida.

Na segunda metade dos anos 1990, outras transformações importantes ocorreram também nesses ativismos, com a consolidação de distintas identidades e dos encontros nacionais de diferentes redes de grupos ativistas – como o Seminário Nacional de Lésbicas em 1996 e a organização de ativismos trans e travestis a partir do Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que Atuam na Luta contra a Aids em 1993 –; a adoção de políticas de visibilidade maciça, a emergência de paradas do orgulho (Simões; Facchini, 2009) e distintas aproximações e tensões com o mercado GLS¹¹¹ (França, 2007) que se expandia, assim como em outras sociedades neoliberais, como parte da formação de um “mercado rosa” (“*pink market*”) voltado a LGBTs como nicho de mercado (Sears, 2005). Nesta “integração” de fins dos anos 1990 em que se constituía uma “aceitação pública” de *certas* homossexualidades, determinadas dissidentes sexuais e de gênero passavam a ser “aceitas” e não mais “criminalizadas” como antes, enquanto outras seguiam às margens deste processo. Certas ondas ativistas criticavam essas aproximações com o Estado e com o mercado, marcando posição crítica à política produzida nas ondas mais institucionalizadas, como aponta Trevisan (2000 [1997]: 513).

Quando a sociedade vai nos integrar? No dia em que formos suficientemente integráveis. E, repito: pagando um preço. Pense em quanto vai ser preciso dar em troca. Exercite sua imaginação: faça uma lista. No final, você verá que o Paraíso Social tem cara de papai-mamãe – que poderá ser papai-papai ou mamãe-mamãe. Mas sempre se exigirá que a gente se coloque no nosso lugar, quer dizer, o lugar à margem que a sociedade nos ofereceu, sobretudo quando delimita nosso espaço. Porque lá é o lugar dos transgressores que somos, gostemos ou não. Portanto, será preferível continuar criando Vida nessas inóspitas margens.

¹¹¹ Com a sigla GLS representando gays, lésbicas e simpatizantes, o mercado GLS constituiu-se de uma pluralidade de iniciativas comerciais que abarcava desde o circuito de casas noturnas até “o estabelecimento de uma mídia segmentada, festivais de cinema, agências de turismo, livrarias, canal a cabo, inúmeros *sites*, lojas de roupas, e até mesmo, *pet shops*” (França, 2007: 291).

Nesses primeiros tempos de “inclusão” neoliberal e democrática, as lutas descriminalizantes permaneciam centrais sobretudo nas resistências travestis – sua auto-organização se fortalecia naquele período em resposta à violência policial nos espaços de prostituição (Carvalho; Carrara, 2015). Em Salvador, o GGB demandava a “libertação imediata de todas as pessoas confinadas nas prisões e hospitais mentais por serem travestis ou transexuais” (Boletim do GGB, 1995). Na segunda metade dos anos 1990, era, ademais, estratégia importante para diferentes grupos ativistas a conscientização de dissidentes sexuais e de gênero de que suas práticas e existências não seriam crime. Grupos como o GGB, a Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo (APOGLBT-SP) e o Arco-Íris (RJ) produziram panfletos para a comunidade de dissidentes sexuais e de gênero afirmando que “é legal ser homossexual”, como também constaria em um guia nacional de campanha de combate à epidemia de HIV/Aids produzido justamente por ativistas homossexuais (Brasil, 1996; Brasil, 2002), no qual se lia:

- 1) Não existe no Brasil nenhuma lei que criminalize a homossexualidade. É legal ser homossexual. Nem o Código Penal nem a Constituição Federal proíbem o amor entre pessoas do mesmo sexo, maiores de 18 anos. Portanto, no caso de ameaças, discriminação ou prisão pelo fato de ser gay, lésbica, travesti, transexual ou bissexual, considera-se como abuso de poder e crime contra o direito de cidadania.
- 2) Ninguém pode ser detido se não praticou crime ou delito. Ser homossexual não é crime. Só pode ser preso quem for surpreendido cometendo um crime em flagrante ou por ordem de um juiz. Desmunhecar, travestir-se, namorar com pessoa do mesmo sexo em local público, ir para hotel com outro homossexual – nada disto é crime e ninguém pode ser ameaçado ou preso por praticar tais atos. [...] A prostituição, seja de mulheres ou de homens, não é considerada crime no Brasil.

Naquele momento, nos corredores do Congresso, ativistas LGBT concentravam-se, todavia, em demandas distantes ao direito penal. O casamento despontava como a principal pauta. Tal demanda que se consolidava em diversos ativismos LGBT ocidentais naquele período tornou-se símbolo típico do desejo de integração à cidadania neoliberal e de assimilação à família nuclear sancionada pelo Estado, tendo sido criticada em diversos estudos transviados (Halberstam, 2012; Miskolci, 2007). Em 1995, após os debates na Conferência da ILGA e em encontros anteriores (Santos, 2011), ativistas apresentaram com a deputada Marta Suplicy (PT) o PL 1151/95 de União Civil entre pessoas de mesmo sexo e sua aprovação tornou-se prioritária nas ondas mais institucionalizadas e “profissionalizadas” do ativismo LGBT. Atribuindo um papel semelhante ao que antes caberia às estratégias constitucionalistas e criminalizantes, os debates sobre este projeto na Câmara em 1996 atrelavam o direito à união civil ao reconhecimento da “existência dos homossexuais enquanto sujeitos de direitos” e ao combate “ao preconceito e [à] discriminação dos homossexuais na medida em que daria respaldo legal a esta população” (Santos, 2011: 129).

Sem nunca ter sido votada em plenário¹¹², essa demanda perderia espaço nos anos 2000 à gramática da “luta contra a homofobia”, que se tornaria a principal palavra de ordem do movimento LGBT brasileiro (Fernandes, 2012) tanto na construção de políticas públicas quanto nos caminhos criminalizantes.

4. “Queremos criminalizar essas pessoas que não nos deixam entrar, que nos batem, nos espancam e muitas das vezes nos matam”

Os quadros de criminalização da violência e discriminação por orientação sexual, articulados por lideranças homossexuais nos anos 1980, foram, após o racismo ter se tornado crime na Constituição de 1988, reapresentados e consolidados nos grupos LGBTs com atuação nos Encontros Nacionais nos anos 1990 ao mesmo tempo em que as formas de organização e os horizontes de lutas LGBTs se transformavam em hibridizações entre racionalidade neoliberal e socialdemocrata, nas quais era por meio de convergências com a forma neoliberal que se disputavam direitos e políticas sociais. Em fins dos anos 1990, os quadros de crime ganhavam novo fôlego. Para tanto, foram fatores importantes a aprovação da Lei 9459/1997, que acrescia à Lei Caó as expressões “etnia, religião ou procedência nacional”, aproximando-a de uma Lei Geral Penal Antidiscriminatória (Rios, 2013); o fracasso dos processos de reforma do Código Penal dos anos 1990, aos quais se apresentaram diversas reivindicações criminalizantes¹¹³; e a mobilização dos quadros de crime como resposta ao medo derivado dos ataques de grupos de extermínio, em geral neonazistas, contra negros, nordestinos e homossexuais em especial em São Paulo de fins dos anos 1990. Em tal constelação, apresentou-se o PL 1904/1999 pelas mãos do Deputado Nilmário Miranda (PT) visando acrescentar “orientação sexual” ao artigo 1º da Lei Caó (Lei 7716/1989), a qual prevê penas privativas de liberdade que podem variar de um a cinco anos.

Esse projeto resultou do Seminário “Direitos Humanos e Cidadania Homossexual” organizado pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) da Câmara dos Deputados em 21 de

¹¹² Encaminhado para votação em sua versão de substitutivo como Parceria Civil Registrada, foi retirado duas vezes da pauta por Marta Suplicy com receio de sua rejeição em plenário, dado que era utilizado como “moeda de troca” entre deputados religiosos conservadores e o governo federal (Santos, 2011) e não era prioritário para grande parte da esquerda – o Partido dos Trabalhadores em 1997, por exemplo, liberara seus deputados para votar “de acordo com suas consciências” (Trevisan, 2000: 161).

¹¹³ Como fruto dessas tentativas de criminalização por meio de incidência sobre as comissões de reformas do Código Penal, consta no PL 6764/2002, apresentado por uma comissão constituída em 2000 para reformar o Código Penal, uma proposta de introdução da conduta de discriminação por orientação sexual como um dos “Crimes contra o Estado Democrático de Direito”.

setembro de 1999, cujos debates entre ativistas LGBTs¹¹⁴, deputados e juristas produziram uma Carta de Brasília com propostas de ações nos três poderes¹¹⁵. Ao discutir o combate à discriminação, prevalecia naquele Seminário tanto a estratégia de uma educação sem preconceitos e de promoção de políticas públicas quanto a “tipificação do crime de ódio”, a qual seria a “grande bandeira” no combate à “violência social [...] mais geral, à violência policial e à violência judiciária” (Brasil, 1999). O desejo de “criminalizar essas pessoas que não nos deixam entrar, que nos batem, nos espancam e muitas das vezes nos matam”, como afirmaria Midori, uma ativista da ANTRA, seria contestado por um procurador, Aurélio Virgílio Rios, para quem tal lei penal seria desnecessária frente ao art. 3º da Constituição e aos tipos penais existentes. Contra-argumentava-se, no entanto, que dispositivos constitucionais, embora importantes, não seriam suficientes – seria necessário um tipo penal nos moldes do racismo que concedesse cidadania a travestis, lésbicas e homossexuais. Essa proposta tornou-se, no X EBGLT (2001), um dos projetos de lei prioritários ao movimento, ao lado da PEC 67/1999, do projeto da Parceria Civil Registrada e do PL 70/1995 de mudança de registro e sexo para as pessoas transexuais¹¹⁶. Com parecer favorável de seu relator em 2001, seria, no entanto, arquivado no início da legislatura seguinte em 2003.

Naquele Seminário de 1999, a defesa da tipificação penal acompanhava o reconhecimento de grande homofobia na Justiça e a reivindicação de mecanismos para impedir interpretações homofóbicas de juízes e para educar policiais, de modo que a orientação sexual deixasse de ser um dos fatores julgados em processos penais em que se acusavam dissidentes sexuais e de gênero. Denunciava-se, ademais, as formas como as forças policiais perseguiram a não-conformidade de gênero e as práticas sexuais dissidentes para além dos antigos dispositivos penais, como “ultraje ao pudor”, que não eram mais

¹¹⁴ Participaram daquele Seminário os seguintes grupos de ativistas LGBT: Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis, Fórum Paulista de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros, Grupo Corsa, Associação de Travestis e Liberados-RJ, Grupo Gay da Bahia e Núcleo de Gays e Lésbicas do PT.

¹¹⁵ Propunham ações no Judiciário (de combate à impunidade), no Executivo (de políticas públicas de combate à violência e promoção de direitos humanos dessa população) e no Legislativo (que a CDH protocolasse urgência para a aprovação do projeto de Parceria Civil Registrada, que a CDH apoiasse a PEC de Marcos Rolim e o PL de mudança de sexo de Marcos Coimbra, que ela apresentasse um projeto de lei ordinária visando à tipificação penal da prática de discriminação por orientação sexual, e que apresentasse emendas a fim de visar orçamento às políticas públicas para os direitos humanos de homossexuais).

¹¹⁶ A centralidade da defesa dessa pauta não era linear nos anos subsequentes nos grupos que participaram daquele Seminário. Em livro do GGB em 1999, constam “Propostas da Secretaria de Direitos Humanos da ABGLT”, onde está ausente a criminalização em medidas de curto, médio ou longo prazo; em 29 de fevereiro de 2000, ao dar um depoimento representando o GGB e a ABGLT numa audiência pública no Congresso Nacional, Marcelo Cerqueira (GGB) propôs medidas de segurança pública de curto, médio e longo prazo, incluindo as alterações da Constituição, sem mencionar o projeto de Nilmário Miranda. Seu discurso, no entanto, reforçava a comparação com o racismo ao almejar que se “investiguem, julguem e punam os crimes sexuais com o mesmo rigor com que têm tratado os crimes de racismo”.

denunciados naqueles eventos como centrais às táticas policiais. Naquele momento, essa repressão não deixava de ser sistemática e seguiam se reinventando táticas de resistência nessa seara, como, por exemplo, mover um *habeas corpus* preventivo contra detenções de travestis em Salvador (Boletim do GGB, 1999). Travestis eram ordinariamente forjadas como delinquentes, então, por furto ou tráfico de drogas, como denunciado naquele Seminário por uma ativista travesti que, após ter sido detida, ouviu de um policial:

“Nós não podemos incriminá-la por você estar andando de mulher, nós não podemos incriminá-la por você fazer prostituição, nós a incriminamos por direitos. Vocês são assaltantes. Vocês são traficantes. Vocês são assassinas.” Então eles forjam isso [tráfico de drogas] e nos prendem. Então, eu acho que [esta] seja a forma que o Governo esteja usando para tirar [as] travestis da rua (Brasil, 1999).

Naquele mesmo ano, as estatísticas de violência produzidas pelo GGB foram sistematizadas e divulgadas no livro “Violação dos Direitos Humanos e Assassinatos de Homossexuais no Brasil”, no qual a polícia figurava como “a categoria socio-profissional mais envolvida com o assassinato de homossexuais” (Mott, 1997). Tal obra apontava também o papel dessa instituição em outras formas de violência: as transviadas tenderiam a não apresentar denúncias nas delegacias com medo de se depararem não apenas com atitudes omissivas, mas com novas agressões: “quando vítimas de violência, somos tratados como réus pelo simples fato de sermos ‘viados, [travestis] e sapatões’” (GGB, 1999). Denunciava-se neste texto também como os tribunais decidiam em casos de homossexuais vítimas de agressões ou assassinatos, cujos efeitos seriam tanto de legitimar como lícita a violência contra homossexuais e travestis quanto de inverter quem seria a “vítima” em diversos julgamentos.

Menos de seis meses após aquele Seminário, ocorreu em São Paulo, em 6 de fevereiro de 2000, um caso de LGBTfobia que se tornaria o de maior repercussão na história brasileira: o assassinato de Edson Nêris da Silva, que, ao andar pela Praça da República, de mãos dadas com outro homem, foi brutalmente assassinado por um grupo de *skinheads* neonazistas (Sívori, 2013). Nas décadas anteriores, assassinatos de outros dissidentes sexuais tiveram grande repercussão, dentre os quais se destacaram o caso de Luís Antônio Martinez Corrêa que, em 1987, desencadeou resistências contra as perseguições e o extermínio de homossexuais nos primeiros tempos da epidemia de HIV, e o assassinato do vereador bissexual Renildo José dos Santos em Coqueiro Seco (AL) em 1993, que engendrou múltiplas lutas por justiça. A tragédia de Edson Nêris, por sua vez, estimularia o enquadramento dos assassinatos de LGBTs como “crimes de ódio”¹¹⁷, engendrando debates sobre a penalização dessas formas

¹¹⁷ Em diferentes sociedades ocidentais, os quadros de “crimes de ódio” se consolidaram em ativismos LGBTs hegemônicos em momentos históricos distintos. Na Alemanha, Haritaworn (2014: 121) afirma que a ideia de

de violência (Sívori, 2013) e contribuindo para “lapidar, com mais precisão, no interior das associações, o conceito de homofobia” – como afirmaria a então vice-presidente da Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo (França, 2008). Aos quadros de luta contra a impunidade (isto é, pela investigação, acusação e punição dos responsáveis pelos homicídios) mobilizados há décadas em torno de assassinatos como os de Corrêa e Santos, agregou-se, então, como parte das demandas por justiça após aquele assassinato, a reivindicação da criminalização, ou seja, a demanda pela criação de um tipo penal específico referente a condutas discriminatórias ou de ódio por motivo de orientação sexual ou identidade de gênero.

O julgamento de acusados de terem assassinado Edson Nêris configurou importante “marco” nas ondas criminalizantes: pela primeira vez, um caso foi caracterizado por um promotor como “crime de ódio” e, no texto da sentença, foi enfatizado o direito de “dois homossexuais andarem de mãos dadas nas ruas”, assim como a igualdade independente da “orientação sexual” (Carrara, 2010: 138). Ao se condenarem dois dos dezoito acusados a 21 anos de prisão, em 13 de fevereiro de 2001, familiares da vítima e ativistas LGBT celebraram este tratamento “rigoroso” por ser “exemplar” e “evitar que eles continuem agindo dessa maneira” (Izidoro, 2001). Familiares daqueles condenados afirmaram, por sua vez, que apenas os pobres daquele grupo de *skinheads* seriam encarcerados (“por que filho de juiz queima índio e deixa a cadeia? Não existe Justiça para pobre?”) e apresentaram receio pelos riscos de que aqueles criminalizados morressem dentro da cadeia (Izidoro, 2001). Como as falas desses diferentes familiares nos revelam, naquele julgamento, central ao ativismo LGBT do período, não se configurava apenas uma disputa pela caracterização estatal da homofobia e pelas definições de quais vidas são passíveis de serem valorizadas pelo Estado, mas também um processo de reafirmação da punição dos puníveis e da criminalização dos criminalizáveis (Efrem Filho, 2017) – ambivalência que seria central às críticas mobilizadas por ondas anticriminalizantes na década seguinte.

As mobilizações que começaram com vigílias em memória de Edson Nêris (Santos, 2007) produziram efeitos diversos. Por um lado, levaram a mobilizações por uma lei estadual antidiscriminatória (aprovada em 2001), à criação do Grupo de Repressão e Análise aos Delitos de Intolerância da Polícia Civil (2001), ao projeto da Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (instalada em 2006) e a um projeto de lei nacional antidiscriminatório (proposto em 2001 por Iara Bernardi). Por outro, ensejaram táticas que passavam ao largo do

que a violência homofóbica seria um feito de indivíduos que odeiam LGBTs dataria de final dos anos 2000; em terras brasileiras, seria o começo dos anos 2000 central para tal construção.

cistema penal e do enquadramento do caso como um “crime de ódio” – grupos anarcopunks e antifascistas mobilizar-se-iam anualmente em ações de memória, como no Fevereiro AntiFascista, evento que relembra a morte de Edson Nérís como resultado de ações neonazistas e denuncia publicamente casos de racismo, machismo e LGBTfobia.

Um dos efeitos das mobilizações daquele período, a Lei Estadual 10948/01¹¹⁸ de São Paulo, que estabelece a punição a “toda manifestação atentatória ou discriminatória contra cidadão homossexual, bissexual ou transgênero”, faz parte de ondas de ativismo que lutaram por leis que estipulassem sanções não-penais¹¹⁹ (advertências, multas e suspensão de alvarás de funcionamento) aos atos de discriminação e violência por razão de orientação sexual e identidade de gênero – como incentivado desde o IX EBGLT (1997). Não se tratava propriamente de uma inovação as leis com sanções administrativas a práticas discriminatórias – em 1985, o PL 237/85 da vereadora Irede Cardoso (PT)¹²⁰ em São Paulo previa a cassação de alvarás de funcionamento de estabelecimentos comerciais com práticas não-isonômicas. Os anos 2000, todavia, período marcado pelo crescimento de uma cidadania mediada pelo acesso aos espaços de consumo, impulsionaram demandas pelo direito de frequentar e demonstrar afeto de modo igualitário nesses locais, engendrando medidas que “pun[issem] estabelecimentos comerciais que discriminem homossexuais” (XI EBGLT, 2003). Além das práticas discriminatórias, algumas leis como a paulista¹²¹ passaram a sancionar ações violentas, constrangedoras, intimidatórias ou vexatórias que proibissem a livre expressão e manifestação de afetividade. Os projetos de lei estaduais¹²² e municipais

¹¹⁸ Esse projeto reproduz em parte outras iniciativas discutidas naquele momento como a Lei 9789/2000 de Juiz de Fora (MG) e o projeto de lei que Moema Gramacho teria apresentado na Bahia em 1999 (Entrevista D). Naquele mesmo período, aprovaram-se leis municipais semelhantes em Porto Alegre (1995), Rio de Janeiro (1996), Salvador (1996) e Belo Horizonte (2001).

¹¹⁹ Como não compete a Câmaras de Vereadores ou Assembleias Legislativas a criação de novos tipos penais, grande parte das mobilizações por sanções administrativas em fins dos anos 1990 e nos anos 2000 atrelavam-se também a mobilizações nacionais por sanções penais.

¹²⁰ Afirmava essa vereadora, na justificativa daquele projeto, que “negros, índios, homossexuais, religiosos, são constantemente discriminados, em clara afronta ao tratamento isonômico determinado em nossa Constituição, sem que contundentes providências normativas possam ser tomadas. A presente propositiva tem exatamente por objetivo contribuir para a solução deste problema. Visa a aplicação de penalidade administrativa (cassação da licença de funcionamento) para aqueles estabelecimentos que vieram a praticar atos incompatíveis com o artigo 153, 1º, da Constituição Federal”. Essa mesma vereadora, em aliança com os movimentos homossexuais, apontava, em seus materiais de campanha em 1986, que uma bandeira dos grupos homossexuais seria a inserção na Constituição “de um item que criminalize a discriminação contra a livre orientação sexual de cada cidadão e cidadã”.

¹²¹ Essa lei considera como atos de discriminação tanto os atos segregatórios quanto os de coação, ameaça ou violência e pune quaisquer pessoas jurídicas que promovam, permitam ou concorram para a discriminação de pessoas em virtude de sua orientação sexual.

¹²² Como a Lei 2615/2000 do DF, a Lei 3406/2000 do RJ, a Lei 14170/2002 de MG, a Lei 8444/2006 do MA, a Lei 3517/2005 do MS e a Lei 7309/2003 da PB (a qual pela Lei 10895/2017 deve estar informada em placas afixadas em todos os estabelecimentos comerciais daquele estado).

desse período passaram a conter, ademais, a diferenciação entre “orientação sexual” e “identidade de gênero” – efeito das lutas e disputas dos movimentos trans e travesti que se organizaram nacionalmente em meados dos anos 1990 reivindicando diferenciações que antes restavam subsumidas em categorias como “orientação sexual” e “homossexuais”.

Nos mesmos moldes do projeto de sanções administrativas que se tornaria a Lei 10948/01 do Estado de São Paulo, a deputada federal Iara Bernardi (PT)¹²³ apresentou, em 07 de agosto de 2001, o PL 5003/01, que se converteria no Projeto de Criminalização da Homofobia. Em sua primeira versão, longe da esfera penal, propunha impor sanções administrativas¹²⁴ a pessoas jurídicas com condutas discriminatórias. Desarquivado na nova legislatura em 2003, recebeu parecer favorável de seu relator Aloysio Nunes (PSDB), mas seu trâmite somente se intensificou em 2005 nas mãos de seu novo relator, Luciano Zica (PT). Em 2003, Bernardi apresentara o PL 0005/2003 de criminalização da discriminação por orientação sexual visando a alterar a Lei de Racismo nos mesmos moldes do Projeto Nilmário Miranda. Tal projeto seria apensado àquele apresentado em 2001 e caberia a Luciano Zica e a seus assessores construir uma proposta que congregasse tanto esses quanto outros projetos que pretendiam enfrentar a discriminação por orientação sexual. No Substitutivo ao PL 5003/01 apresentado em 2005, optou-se pela via penal para se combater a discriminação, em detrimento dos caminhos do direito administrativo – a partir de então, táticas de sanções administrativas em âmbito nacional não mais seriam apresentadas pelas ondas ativistas hegemônicas.

Aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em agosto de 2005, esse Substitutivo¹²⁵ visava, de fato, à Criminalização da Homofobia, ao propor definir, então, os *crimes* resultantes de discriminação ou preconceito de “gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero”, acrescentando tais motivações à Lei de Racismo não somente no seu artigo 1º (como no Projeto Nilmário Miranda), mas também em seu artigo

¹²³ A deputada havia assumido o gabinete que antes era de Marta Suplicy e trabalhava com seus antigos assessores que eram próximos das pautas LGBT (Nunes, 2018: 78).

¹²⁴ Inabilitação para contratos com órgãos da administração pública, acesso a créditos concedidos pelo poder público, isenções, remissões ou outros benefícios de natureza tributária.

¹²⁵ Apensavam-se ao PL 5003/01 o PL 0005/2003 de Iara Bernardi (PT), o PL 3143/2004 de Laura Carneiro (PFL) e o PL 2770/2004 de Eduardo Valverde (PT). Recusavam-se o apensamento do PL 0381/2003, por ser de temática diversa, e do PL 4243/2004 de Edson Duarte por pretender tornar inafiançáveis os crimes da Lei 7716/89, o que seria um agravamento de penas – “algo que não nos parece, do ponto de vista da doutrina penal, como medida eficaz no combate aos delitos. Mais do que agravar penas, precisamos da eficácia no cumprimento das penas já existentes” (Brasil, 2005).

20º, no dispositivo de “injúria qualificada” do Código Penal¹²⁶ e em artigo da CLT¹²⁷. Pretendia-se, assim, a criminalização tanto de práticas segregatórias (artigo 1º da Lei de Racismo) e de discriminações no âmbito do trabalho (CLT) quanto de discursos de ódio e insultos (art. 20 da Lei de Racismo e Código Penal), apoiando-se inclusive em diretrizes criminalizantes de programas construídos pelo Poder Executivo – o II PNDH no período FHC e o Programa Brasil Sem Homofobia no governo Lula.

Para que este projeto se tornasse central na agenda do ativismo por direitos, teve papel fundamental a reunião da ABGLT em 2004 que criou o Aliadas – projeto de *advocacy* para aprovação de leis e para obtenção de recursos de implementação do Brasil Sem Homofobia. Optou-se, então, por priorizar o PL 5003/01¹²⁸ como carro-chefe do ativismo legislativo LGBT em detrimento tanto do casamento quanto de outras pautas, enquanto uma aposta tática de que o tema da violência teria maior facilidade de aprovação. Essa caracterização se dava, por um lado, pelas dificuldades em aprovar o projeto de união civil e sua defasagem frente às decisões judiciais (Santos, 2011); por outro, seguindo o argumento de que “falar que vai bater na bichinha ninguém quer, se todo mundo é contra a violência, então ninguém vai ser contra o projeto que é contra os criminosos” (Entrevista D). Embora, naquele momento, fosse uma decisão tática frente àquela conjuntura, a aposta criminalizante seguiria central na década seguinte ainda que a hipótese da facilidade de sua aprovação tenha se mostrado politicamente equivocada.

Essas mesmas ondas do ativismo, organizadas em modelo ONG e cada vez mais adotando a forma de ação por *advocacy*, pressionaram o primeiro governo Lula por políticas públicas para a população LGBT no XI EBGLT (2003). Naquele encontro, seguiria presente a denúncia do sistema penal, com uma ativista afirmando que “o controle ilegal aos homossexuais e [às] travestis não se constitui [como] constrangimento ilegal, mas procedimento regular”. No ano seguinte, apresentou-se o “Brasil Sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual” (2004), o qual, dentre diversas medidas de combate à LGBTfobia,

¹²⁶ Art. 140. Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro. Pena – detenção, de um a seis meses, ou multa. § 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência: Pena: reclusão de um a três anos e multa.

¹²⁷ Acréscimo do seguinte parágrafo no artigo 5º da Consolidação das Leis do Trabalho (decreto-Lei 5452 de 1943): “Fica proibida a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso à relação de emprego, ou sua manutenção, por motivo de sexo, *orientação sexual e identidade de gênero*, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar ou idade, ressalvadas, neste caso, as hipóteses de proteção ao menor previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal”.

¹²⁸ Configura, com efeito, guinada em relação aos debates no XI EBGLT do ano anterior, no qual foram centrais a pressão por políticas públicas e pela aprovação da Parceria Civil Registrada.

apresentava a “criminalização da discriminação fundada em orientação sexual, por meio de emenda à Lei 7.716/1989” e a “tipificação dos crimes de ódio como delitos autônomos no Código Penal, Processual Penal e Civil” (Brasil, 2004)¹²⁹, assim como medidas não penais, tal qual a criação de Centros de Referência em Direitos Humanos e Cidadania Homossexual, nos quais LGBTs poderiam buscar assistência jurídica, psicológica e social. A pressão pela implementação do Brasil Sem Homofobia assim como pela aprovação da Criminalização da Homofobia e da União Civil deram o tom de um ato político em frente ao Congresso Nacional durante o XI EBGLT (2005), no qual também se debatia a insuficiência da denominação “homofobia” frente às distinguíveis “homofobia, transfobia, lesbofobia e bifobia”¹³⁰. Naquele período, não só foi a parcela “mais ‘profissionalizada’ e ‘colaboracionista’ que teve força e legitimidade política” para participar da construção dessas primeiras políticas sociais LGBT para além da saúde (Toitio, 2016: 107), mas também foi entre essas ondas hegemônicas, em que a criminalização se firmava como estratégia desde os anos 1990, em que se forjou um franco consenso em torno de sua necessidade: dentro das redes e grupos hegemônicos do ativismo, como a ABGLT e o Setorial LGBT do PT, não se formavam embates sobre a pertinência dos enquadramentos criminalizantes (Entrevista D).

Apresentando-o como passo “fundamental para garantir a cidadania plena para todos os brasileiros e brasileiras independente de sua orientação sexual” (Projeto Aliadas, 2006), ativistas LGBTs pressionaram fortemente pela aprovação do PL 5003/01. Em 23 de novembro de 2006, em articulação entre Projeto Aliadas, a Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual (2003)¹³¹, o governo e a oposição, com recurso inclusive de requerimento de urgência de Rodrigo Maia (PFL/RJ), o Substitutivo do PL 5003/01 foi aprovado na

¹²⁹ No Programa, previa-se o apoio aos seguintes projetos de lei então em tramitação no Congresso Nacional: “Apoio da regulamentação da Parceria Civil Registrada entre pessoas do mesmo sexo, projeto de lei nº 1151/95 (de autoria da ex-deputada Marta Suplicy); regulamentação da lei de redesignação de sexo e mudança de registro civil para a/o (s) transexuais (de autoria do Deputado José Coimbra); tipificação de crimes motivados pela homofobia (de autoria do Deputado Nilmário Miranda); excluir a expressão pederastia do Código Penal Militar (do Deputado Alceste Madeira)”. Ademais, previa-se “Apoiar e articular as proposições no Parlamento Brasileiro que proíbam a discriminação decorrente de orientação sexual e promovam os direitos de homossexuais”, de acordo com o Relatório do Comitê Nacional para a Preparação da Participação Brasileira na III Conferência Mundial das Nações Unidas Contra o Racismo e a Intolerância Correlata e com as resoluções do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, as quais reconheciam “resistências por parte dos agentes de segurança pública e de autoridades policiais em razão de preconceito” quando LGBTs buscavam acionar o Poder Judiciário e atrelava-as também “à ausência da figura penal da discriminação por orientação sexual no sistema jurídico”.

¹³⁰ A utilização de termos para além de “homofobia” não era, em si, uma novidade: no VII EBGLT, por exemplo, empregava-se “lesbo-homofobia”. Cabe pontuar que os projetos de lei nunca contiveram no texto da lei proposta palavras como “homofobia” ou “transfobia”, mas, em geral, “discriminação ou preconceito por razão de orientação sexual ou identidade de gênero”.

¹³¹ Essa frente tinha como deputados centrais Luciano Zica e Iara Bernardi, tendo como prioridade, a partir de 2004, a aprovação do projeto da criminalização seguindo as diretrizes da ABGLT (Entrevista D).

Câmara dos Deputados. Naquele mesmo ano, outras legislações fundamentais ao tabuleiro democrático-neoliberal-criminalizante foram aprovadas: a Lei de Drogas – que teria então papel fundamental no exponencial aumento do encarceramento em massa brasileiro – e a Lei Maria da Penha¹³², que congregava medidas preventivas e de proteção à criminalização dos agressores de mulheres: uma vitória dos investimentos feministas criminalizantes que se formulavam desde os anos 1990 e que em 2001 já haviam logrado criminalizar o assédio sexual (Masiero, 2018). Quanto mais se espalhavam vitórias criminalizantes de outros movimentos sociais, mais as ondas hegemônicas do ativismo LGBT tendiam a argumentar pela necessidade de que a população LGBT tivesse “seu” tipo penal, afinal, mulheres e negros haviam conseguido os “seus”. As próximas batalhas em torno da criminalização da LGBTfobia se dariam, então, em torno do Senado Federal, em um momento histórico em que emergiriam diferentes embates entre as apostas criminalizantes e as críticas à criminalização.

¹³² Ao prever que seus dispositivos abarquem casos de violência doméstica contra mulheres “independente da orientação sexual”, essa segue como a única lei aprovada em nosso Congresso Nacional em que consta expressamente o termo “orientação sexual”. Apesar de já ter sido aplicada para casos de pessoas trans, tal lei não é exceção à regra de que a legislação brasileira não versa sobre os direitos trans.

CAPÍTULO 04: QUADROS DE CRIME, QUADROS DE ABOLIÇÃO

Aprovado na Câmara dos Deputados, o projeto que chegou em 2006 no Senado Federal passou a ser denominado de Projeto de Lei da Câmara (PLC) 122/06. Em seu trâmite naquela Casa Legislativa, emergiram as primeiras ações e narrativas articuladas de oposição à proposta (Nunes, 2018: 86) – tanto de ativismos religiosos conservadores quanto de estratégias antirriminalizantes e anticarcerárias dentro e além dos ativismos LGBT. Tornada controvérsia pública, a disputa em torno da demanda de criminalização contribuiu, então, para popularizar o termo homofobia, o qual não fazia parte da gramática daquelas que não pesquisavam ou militavam em torno dessa pauta (Pelúcio, 2011: 122).

Reconstituiremos, neste capítulo, as cenas que se seguiram neste processo histórico, dentro e fora das arenas legislativas e judiciais, no qual não apenas a violência contra LGBTs passou a ser enquadrada como crime, mas a política LGBT se enraizou como uma política pela criminalização. Após investigarmos as táticas construídas na esfera legislativa entre 2007 e 2019, apresentaremos como o processo de judicialização culminou na celebração da criminalização da LGBTfobia na Cena 02 desta dissertação. Em seguida, construiremos o percurso dos quadros antirriminalizantes no ativismo LGBT a fim de que, a partir de uma compreensão dos processos de emergência de estratégias criminalizantes e de suas contestações, seja possível retornar, na última seção deste capítulo, à hipótese de um “giro punitivo neoliberal” no movimento LGBT brasileiro.

1. “Homofobia tem cura: educação e criminalização”¹³³: o PLC 122 e as táticas no Legislativo

A partir de 2007, as disputas públicas em torno do PLC 122 o tornaram uma controvérsia que em muito extravasava os corredores do Senado Federal e as táticas ativistas para sua aprovação¹³⁴: delineavam-se também trincheiras nas formas de saber que legitimavam ou questionavam a criminalização no âmbito acadêmico e jurídico. Não só despontava, naqueles anos, grande parte dos trabalhos nas Ciências Sociais que prescrevia a

¹³³ Lema da III Marcha Nacional contra a Homofobia (2012).

¹³⁴ A ABGLT realizava então uma intensa campanha “visando mobilizar a opinião a favor da aprovação da lei”, construindo diversas formas de ação coletiva: “uma e-campanha [de envio de mensagens a todas as senadoras], um abaixo-assinado, um manifesto individual, mobilização da comunidade GLBT, mobilização de organizações parceiras no Brasil e de entidades internacionais de direitos humanos, para se manifestarem junto aos senadores”, além da mobilização de “manifesto de artistas e intelectuais” e da realização de visitas sistemáticas às senadoras (ABGLT, 2007).

criminalização como recurso de combate à LGBTfobia, conforme apontado no Capítulo 01, mas diversos juristas e cientistas sociais se engajavam no debate público em torno da defesa e da crítica a este projeto, como revelam as páginas do jornal Folha de São Paulo de agosto de 2007.

No dia dezenove daquele mês, o ministro do STF Marco Aurélio Mello¹³⁵ publicou o artigo de opinião “A igualdade é colorida”, no qual se posicionava sobre a criminalização por meio da seguinte indagação: “Se a discriminação racial e a de gênero já são crimes, por que não a homofobia?” (Mello, 2007)¹³⁶. Tal texto seria elogiado três dias depois por uma carta de Luiz Mott, fundador do GGB e professor de Antropologia da UFBA, publicada no mesmo jornal. Em 21 de agosto, Marcos Nobre, professor de Filosofia da Unicamp, publicou a coluna “Homofobia e responsabilização”, no qual questionou a aparente ausência naquele debate da “possibilidade de que a criminalização e o endurecimento da legislação não sejam os melhores caminhos para assegurar direitos e alcançar o reconhecimento social para minorias discriminadas e excluídas” e destacou que importantes conquistas de movimentos sociais vieram “não da criminalização de condutas discriminatórias, mas da sua força de mobilização social, política, cultural” (Nobre, 2007). Argumentava que “a luta dos movimentos de minorias é também uma luta para tornar supérfluos tanto o crime como o castigo” e que seriam possíveis processos legais “que não tenham como objetivo e centro a pena. Processos em que o réu seja obrigado a se confrontar de maneira radical com a diferença que não aceita. Que tenha a oportunidade de aprender a respeitá-la de outra maneira que não a da exclusão do convívio social” (Nobre, 2007).

Coroando esse debate, em 25 de agosto, pesquisadoras do campo do direito responderam na seção Tendências/Debates à pergunta “O Senado deve aprovar projeto que prevê a criminalização de condutas homofóbicas?”. De um lado, Marta Machado e José Rodrigo Rodriguez (2007) indagaram: “criar crimes e penas [é a] melhor maneira de lutar por igualdade, inclusão e cidadania? É a melhor forma de lutar por uma sociedade sem preconceitos nem discriminação? Achemos que não”. Argumentavam ser possível reprovar atos discriminatórios a partir de medidas de reparação (não apenas financeira), ou de processos de justiça restaurativa, desde que o centro do debate não estivesse nas penas –

¹³⁵ No julgamento da ADO 26 e do MI 4733 em 2019, o mesmo ministro mobilizaria tal artigo de opinião para afirmar que seria favorável à proteção penal para essa população, embora votasse contra o pleito levado ao STF.

¹³⁶ O ministro defendia que LGBTs “pagam impostos, votam, sujeitam-se a normas legais, mas, ainda assim, são vítimas de preconceitos, discriminações, insultos e chacotas” e configurava a LGBTfobia de maneira excepcional e surpreendente face à “tradição de tolerância dos brasileiros quanto à diversidade cultural e religiosa” – atualizando, em larga medida, a operação da LGBTfobia por denegação ao negar a tradição de perseguição, violação e punição de dissidentes sexuais e de gênero.

questionavam, sobretudo, os limites da tradução “da luta de um movimento social [...] para a língua da pena, excludente e limitadora de direitos de liberdade” (Machado; Rodriguez, 2007). De outro lado, Roger Raupp Rios, então juiz federal, afirmava que, na luta pela liberdade, seria necessária a legislação antidiscriminatória, por seu papel repressivo e preventivo, como um dos instrumentos mais importantes ao lado de medidas educativas e de oportunidades de participação política e de acesso a políticas públicas. Atrelando, assim como Marco Aurélio, a sanção penal à cidadania dessa população, sustentava que “deixar a homofobia fora da lista de discriminações que a lei penal sanciona é atentar gravemente contra a democracia, a liberdade e a dignidade humanas, relegando um sem-número de cidadãos a uma cidadania de segunda classe” (Rios, 2007).

No Senado, as disputas se construía em duas frentes principais nas reuniões e audiências públicas que ocorriam na Comissão de Direitos Humanos (CDH) e, posteriormente, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) pelas quais tramitava o PLC 122 sob relatoria da senadora Fátima Cleide (PT) entre 2007 e 2009. Por um lado, ativistas e senadoras pela criminalização enfrentavam ativistas e senadoras religiosas conservadoras que denegavam a homofobia como um problema social e caracterizavam o projeto como “mordça gay”¹³⁷, antidemocrático e contra as liberdades individuais por ser uma iniciativa que criminalizaria “discursos”. Essa oposição reconstruía, por vezes, a associação da homossexualidade a práticas criminosas, pecaminosas e patológicas (Gama, 2017). Frente aos fortes ataques LGBTfóbicos contra ativistas LGBTs criminalizantes, construía-se argumentos nas ondas hegemônicas do ativismo sobre a necessidade da criminalização dos “discursos de ódio” contra o “fundamentalismo religioso”, que se opunha não só à tipificação penal da LGBTfobia, mas a qualquer reivindicação levantada por dissidentes da família cisheteronormativa. Por outro lado, emergiam, em menor proporção, embates entre defensores e críticos das penas previstas no projeto em moldes semelhantes aos das páginas da Folha de São Paulo. Certas juristas, pesquisadoras e ativistas LGBT, afirmando a homofobia como problema social, negavam, todavia, aquelas penas e, por sua interlocução com reflexões criminológicas críticas sobre os limites do direito penal, divergiam das ondas criminalizantes.

Fátima Cleide, ao se tornar relatora do PLC 122, pretendia insistir na aprovação do projeto tal como viera da Câmara. Frente a essas duas disputas, optou por outra tática: formular um novo Substitutivo que desse conta dos impasses gerados no Senado. Citando o

¹³⁷ Para maior compreensão desses embates que extrapolam o objeto desta dissertação, cf. Gama (2017).

artigo de Marco Aurélio, embasava seu substitutivo em alguns pressupostos, como a ampliação do “rol dos beneficiários” (acrescendo “origem, condição de pessoa idosa ou com deficiência” ao lado de “orientação sexual, identidade de gênero, gênero e sexo” na ampliação da Lei de Racismo) e a “intervenção mínima para um direito penal eficaz” – o qual sustentava nos seguintes termos:

[...] na contramão das correntes conservadoras que pregam um direito penal máximo, um Estado Penal, sustentamos a ideia de que o direito penal, por ser o mais gravoso meio de controle social, deve ser usado sempre em último caso (ultima ratio) e visando tão somente ao interesse social. Nesse sentido, as condutas a serem criminalizadas devem ser apenas aquelas tidas como fundamentais. Ademais, os tipos penais (verbos que definem condutas) devem ser fechados e objetivos [...] (Brasil, 2009).

Esta versão do PLC 122, segundo ativistas criminalizantes, seria “fruto dos três anos de embate com os abolicionistas penais” que teriam “[limpado] a gordura” punitiva do projeto, mantendo como base a Lei 7716/89, mas construindo “uma redação mais técnica” em torno da discriminação por “orientação sexual e identidade de gênero” (Entrevista D). Frisava em sua justificativa que “não cria[va] novos tipos penais: apenas estend[ia] os tipos já existentes” da Lei de Racismo e da injúria qualificada (não mais alterando a CLT como na versão anterior). Aprovada em 14 de outubro de 2009 na CAS, voltou a tramitar na CDH, onde seria arquivada ao final daquela Legislatura.

Neste período de segundo governo Lula, aprofundava-se o enraizamento da criminalização como principal demanda legislativa do ativismo LGBT hegemônico, por vezes ao lado da união civil e da retificação de nome de pessoas trans, como apontam os debates da 1ª Conferência Nacional LGBT “Direitos Humanos e Políticas Públicas: o Caminho para Garantir a Cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais” (2008)¹³⁸. Na abertura daquele evento, o presidente da ABGLT, após demandar políticas públicas, um Estatuto GLBT e o casamento civil, declarou para o presidente da República¹³⁹: “Nós colocamos nas suas mãos o nosso futuro para a questão da discriminação” – e reivindicou, ao final, a criminalização:

E para finalizar o que nós queremos? Presidente Lula, nós precisamos da sua forma carinhosa, sentimental, emocional que você nos ajude a aprovar a criminalização da homofobia. [...] se não for o senhor não vai ser ninguém. O senhor sofreu na pele o preconceito, a discriminação que olha, 98% dos GLBT dessa plateia já sofreram. Nós

¹³⁸ Neste mesmo ano, ocorreu o XIII EBGLT em Porto Alegre, a cujos anais não logramos ter acesso, mesmo após contato com os organizadores desta edição.

¹³⁹ Na abertura daquela Conferência, Lula posicionou-se contra a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, atrelando o direito do cidadão a não ser discriminado ao seu dever como pagador de impostos - “ninguém pergunta a opção sexual de vocês quando vão pagar Imposto de Renda, ninguém pergunta quando vai pagar qualquer tributo neste País. Por que discriminar na hora em que vocês, livremente, escolhem o que querem fazer com o seu corpo?”. Frente ao pedido feito pela ABGLT, responderia que “no que depender do apoio do governo, no que depender do apoio do Poder Executivo e dos Ministros, nós iremos trabalhar para que o Congresso Nacional aprove o que precisar aprovar neste país” (Brasil, 2008).

precisamos do senhor ajudar com a base aliada a votar a criminalização da homofobia. Nós fazemos acordo com todo mundo. Conversamos com evangélico, católico, pessoal das religiões africanas. A gente faz qualquer negócio. Mas, nós queremos a aprovação da lei que criminaliza a homofobia. Esse é o nosso pedido, Presidente Lula! (Brasil, 2008).

Além dessa enfática demanda pela criminalização, naquela Conferência, apareciam também críticas aos quadros do sistema penal sobre as dissidências sexuais e de gênero, os quais não eram, todavia, denunciados de modo tão amplo quanto nos encontros da década anterior. Essa mudança pode indicar tanto um processo de “integração” de mais parcelas da população LGBT em detrimento de grande parte que permanecia criminalizada de fato, quanto um descentramento das críticas a instituições repressivas nas estratégias LGBT produzidas dentro dos moldes de participação política daquele período. Tais críticas seguiam presentes, todavia, nas denúncias de ativistas trans e travestis: as perseguições à travestilidade e à prostituição por meio da sua associação à “criminalidade” permaneciam centrais à reprodução da transfobia. Como afirma a Entrevistada A, tal discurso se reproduzia também dentro das fileiras do ativismo: “lá na 1ª Conferência em 2008 [...] naquela época ainda os gays não tinham essa percepção de direito das travestis, muitos deles foram criados entendendo travestis como criminosas, reproduzindo muita violência contra a gente”.

A fim de se compreender os discursos em jogo naquele evento, é necessário analisarmos como se reconfiguravam as políticas LGBTs no governo Lula – período no qual a homofobia e as políticas públicas de combate à violência haviam ganho a centralidade antes conferida às políticas de saúde e ao processo de “SIDAdanização” no qual era por meio das políticas de combate ao HIV/Aids que LGBTs se tornavam sujeitos (Pelúcio, 2007). De um lado, as políticas de direitos humanos postas em curso, as quais desde o período FHC englobavam direitos sexuais, implicaram em uma participação brasileira ativa no plano transnacional em prol de direitos LGBTs, como se destaca do papel fundamental da delegação brasileira na elaboração dos “Princípios de Yogyakarta para Aplicação de Direitos Humanos à Orientação Sexual e Identidade de Gênero” (2006), nos quais constavam recomendações tanto “negativas” quanto “positivas” frente ao sistema penal¹⁴⁰. De outro,

¹⁴⁰ Como pautas “negativas”, há no Princípio 6 - Direito à Privacidade, as diretrizes de “Revogar todas as leis que criminalizam a atividade sexual consensual entre pessoas do mesmo sexo que já atingiram a idade do consentimento e assegurar que a mesma idade do consentimento se aplique à atividade sexual entre pessoas do mesmo sexo e de diferentes sexos” e “Assegurar que os dispositivos criminais e outros dispositivos legais de aplicação geral não sejam aplicados de facto para criminalizar a atividade sexual consensual entre pessoas do mesmo sexo que tenham a idade do consentimento”. Constam, ademais, o Princípio 7 - Direito de Não Sofrer Privação Arbitrária da Liberdade; o Princípio 8 - Direito a um Julgamento Justo; o Princípio 9 - Direito a Tratamento Humano durante a Detenção; e o Princípio 10 - Direito de Não Sofrer Tortura e Tratamento ou Castigo Cruel, Desumano e Degradante. Como pautas “positivas”, no Princípio 1 - Direito ao Gozo Universal dos Direitos Humanos, há a diretriz de que os Estados deverão “emendar qualquer legislação, inclusive a criminal, para garantir sua coerência com o gozo universal de todos os direitos humanos” e, segundo o Princípio 5 - Direito à Segurança Pessoal, deverão tomar as “medidas policiais e outras medidas necessárias para prevenir

forjava-se internamente um modelo de “cidadania LGBT” alicerçado em participação social e gestão de políticas públicas em torno da fórmula do “tripé da cidadania”: a implementação de conselhos, coordenadorias e planos de políticas públicas (Aguião, 2014) – como o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2009) formulado a partir de demandas trazidas à Conferência de 2008. Além dessa fórmula construída no governo federal e reivindicada por ativistas LGBTs em níveis estaduais e municipais, era central às demandas feitas à administração pública a implementação de Centros de Referência de Combate à Homofobia (Aguião, 2014).

De modo geral, as políticas públicas formuladas dentro desse modelo de cidadania não eram “focalizadas em apenas um ‘público-alvo’ [como nos anos 1990] [...] pois estavam voltadas para combater o preconceito e a violência LGBTfóbica como um todo e concorrer para a mudança da visão hegemônica sobre sexualidade e gênero” (Toitio, 2016: 163). Naquele novo híbrido entre racionalidade social e neoliberal, transformaram-se as formas de participação social e de engajamento entre os ativismos LGBT hegemônicos e o governo federal – consolidaram-se a profissionalização e burocratização de determinados grupos em disputa por recursos governamentais e a centralidade da estratégia de *advocacy* (Toitio, 2016). Em tais moldes, engendrava-se uma participação política que se aproximava a uma “colaboração vigilante” e a uma hipervalorização dos caminhos institucionais, o que levaria, inclusive, ao fim dos Encontros Nacionais, nos quais as discussões, com maior autonomia ao governo, não se resumiam à factibilidade de demandas a serem encaminhadas ao Estado (Toitio, 2016). Nas Conferências, a participação era limitada pela pressão pela apresentação de reivindicações que se enquadrassem à lógica de políticas “factíveis” de “gestão” e “mitigação” dos problemas sociais por serem estas as com “maior possibilidade de se fortalecerem frente à expansão hegemônica do neoliberalismo” (Toitio, 2016: 158).

Naquele período, as ondas hegemônicas do ativismo LGBT pressionavam não apenas pela aprovação do PLC 122, mas também pela implementação de outras demandas no âmbito da segurança pública: políticas contra a impunidade de policiais e civis com condutas discriminatórias, medidas de conscientização de agentes do sistema penal e de prevenção à violência¹⁴¹. Nos registros dos eventos desse período, não se encontravam mais discursos

e proteger as pessoas de todas as formas de violência e assédio relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero”, além de adotar “as medidas legislativas necessárias para impor penalidades criminais adequadas à violência, ameaças de violência, incitação à violência e assédio associado”.

¹⁴¹ Esse quadro operava tanto nas diretrizes de “Justiça e Segurança Pública” aprovadas na 1ª Conferência e no I Seminário Nacional de Segurança Pública e Combate à Homofobia em abril de 2007, em que se demandou por “maior punição no caso de violências homofóbicas” e pelo “acompanhamento e a punição justa contra policiais que agridem e abusam da autoridade contra LGBTs” (Pereira; Santos, 2015: 209), quanto no Plano

sobre a LGBTfobia como estruturante das polícias ou das delegacias, mas demandas por sua reforma e democratização por meio de políticas públicas de promoção de direitos humanos¹⁴². Passava-se, então, de uma agenda eminentemente “negativa”, de crítica às instituições penais, para uma “positiva”, de reforma dessas instituições. A implementação de políticas públicas LGBT ocorria, todavia, dentro dos recursos e das prioridades neoliberais, tornando-se largamente inconsistente na escala e no alcance pretendido – no geral, “cartilhas e cursos de poucas horas e para poucas pessoas [foram] tomados como evidência da efetivação de uma ação que pretend[ia] lidar com problemas estruturais e endêmicos, [...] como a ‘homofobia de Estado’” (Mello et al., 2014: 317). Destaca-se que essa negligência, mais uma face da contínua e denegada LGBTfobia de Estado, ocorria frente a propostas de segurança pública formuladas nos termos “factíveis” a este híbrido social, neoliberal e criminal: pretendiam operar reformas a fim de punir agressores, tornar mais eficiente a punição ou corrigir falhas das instituições de segurança.

É fundamental considerarmos, ademais, que, de modo geral, o modelo de cidadania formado pelas políticas sociais e econômicas dos governos Lula se forjava em híbridos entre racionalidades socialdemocrata e neoliberal, os quais, característicos de diversos programas desses governos, construíam uma forma de inclusão que operava mais na seara do consumo que dos serviços públicos (Andrade, 2019: 31). No que tange às políticas para a população LGBT, Mello et al (2014: 315) afirmam que “nunca se teve tanto e o que [havia era] praticamente nada”, visto que, embora fossem mais do que jamais existira no enfrentamento

Nacional LGBT de 2009, o qual, consolidando propostas da 1ª Conferência Nacional, apontava a legislação penal ao lado de propostas de segurança pública voltadas a transformar a relação de agentes do sistema de justiça com a população LGBT. No Plano, constava a proposta de “implementação de lei que encaminhe infratores de cunho homofóbico para cursos de direitos humanos, fóruns LGBT e prestação de serviço em organizações públicas e privadas de defesa dos direitos LGBT; [...] propor mudanças na legislação penal para atender políticas de segurança específicas para LGBTs” (Pereira; Santos, 2015: 212-3) – além de múltiplas outras pautas de segurança pública ligadas à formação de policiais e à prevenção, como na 1ª Conferência apareciam, nesse âmbito, debates sobre delegacias especializadas LGBT (Entrevista G). Naquele Plano, previam-se medidas legislativas de *quantum* punitivos distintos: tanto “mobilizar parlamentares para assegurar a votação da PEC 4914/2009 e do PL 122/2006, que tramitam no Congresso, e dispõem, respectivamente, sobre a união estável entre pessoas do mesmo sexo e sobre a criminalização da homofobia”, quanto “instituir um Projeto de Lei no qual a aplicação das penas alternativas para crimes de menor potencial ofensivo que envolvam homofobia sejam frequentar cursos de direitos humanos e fóruns de discussão LGBT além de prestar serviços às instituições públicas e privadas de defesa dos direitos LGBT”. Nas duas versões do III Plano Nacional de Direitos Humanos (em 2009 e 2010), foram formuladas também políticas de prevenção, não constando em seu texto diretrizes criminalizantes da LGBTfobia, provavelmente como fruto das disputas com os ativismos religiosos conservadores. Visando às reformas das polícias e delegacias, em 2010, ativistas formularam, ademais, em articulação com o governo federal uma cartilha de “Como a Segurança Pública deve tratar a população LGBT” (Entrevista A).

¹⁴² Essas reformas, como cursos de direitos humanos para policiais, eram implementadas em programas de políticas públicas desde fins dos anos 1990 e começo dos anos 2000. O que aqui correlacionamos não é a emergência dessas propostas, mas a centralidade que lhes passa a ser conferida *vis à vis* o deslocamento de críticas abertas às polícias como fundadas em sexismo e homofobia.

brasileiro à LGBTfobia, eram precárias as políticas de combate à violência LGBTfóbica. Os efeitos da implementação dessas políticas e das formas de engajamento desse período podem, portanto, ser analisadas dentro das ambiguidades constitutivas que marcaram outras políticas sociais daquele governo, segundo Andrade (2019: 29):

Essa constelação de políticas sociais [...] a despeito de seus traços liminares, precários, provisórios e ambíguos, acabou produzindo uma reunião de benefícios entrecruzados que melhorou de fato a condição de vida das populações mais pobres no Brasil (Rizek, 2018) [e de grande parte da população LGBT]. Deu assim a sua parcela de contribuição para a ascensão das classes trabalhadoras [e, dentre elas, das dissidentes sexuais e de gênero], mas igualdade para a sua inclusão segundo o modelo neoliberal.

Sem Lula ter atendido à demanda que lhe fora feita na 1ª Conferência LGBT de “faz[er] qualquer negócio” pela aprovação do PLC 122, as mobilizações pela criminalização seguiram em alta e ganharam grande fôlego em 2010 ao enquadrar novos casos de violência de ampla repercussão como exemplos da necessidade de aprovação do PLC 122. O assassinato precedido de tortura do adolescente de 14 anos Alexandre Ivo e as agressões com lâmpadas fluorescentes em jovens homossexuais na Avenida Paulista (São Paulo, SP), episódios que adquiriram grande visibilidade naquele momento, seguiam um padrão dos casos que foram centrais às campanhas pela aprovação de criminalizações em outros países – uma vítima exemplar, homem cisgênero gay jovem soronegativo, em geral branco e de classe média, atacado no espaço público por um grupo de algozes sem relações pessoais com essa vítima e que professava manifesto ódio contra LGBTs¹⁴³. Nos anos 2010, período em que havia maior debate público sobre a LGBTfobia e estava mais enraizada socialmente a demanda pela criminalização dessa violência, casos distintos desse perfil foram mobilizados pelas ondas criminalizantes, como exemplos da necessidade de criminalização, como o assassinato da travesti Laura Vermont em 2015, da lésbica negra Luana Barbosa dos Reis em 2016 – assassinadas pela polícia militar – e da travesti Dandara dos Santos em 2017 – nome que seria sugerido para nomear projeto de lei no Senado.

No tripé de demandas legislativas daqueles anos, criminalização, casamento e identidade de gênero – em grande parte semelhante à agenda do ativismo LGBT estadunidense hegemônico (Spade; Willse, 2000: 41)¹⁴⁴ –, a criminalização tendia a estar à frente das demais. Como uma ativista travesti entrevistada narra sobre as pautas priorizadas

¹⁴³ Seguem esse padrão o caso de Matthew Sheppard nos EUA (1998) e o de Daniel Zamudio (2012) no Chile – ambos, citados nas sustentações orais no STF em 2019, nomearam as leis que criminalizaram a LGBTfobia em seus respectivos países.

¹⁴⁴ Naquele país, ao lado do casamento e das legislações de crimes de ódio, a inclusão de pessoas LGBTs nas Forças Armadas também era uma das principais demandas do ativismo LGBT hegemônico entre os anos 1990 e o final dos anos 2000.

no ativismo: “a população T se não esteve a reboque, esteve sempre muito de uma forma acompanhando mais um pouco atrás, não ao lado” (Entrevista B). Nas Marchas Nacionais contra a Homofobia, que foram organizadas anualmente entre 2010 e 2013, a centralidade da criminalização se evidenciava: seus manifestos posicionavam, em geral, a tipificação penal no topo das reivindicações formuladas por esses protestos que mobilizavam ativistas LGBTs de diversas cidades brasileiras para marchar em Brasília. No manifesto da I Marcha, havia, ademais, junto a tal demanda uma aberta crítica à LGBTfobia das “Secretarias de Justiça, Segurança Pública, Direitos Humanos e Guardas-Municipais” por não terem “uma política permanente de respeito ao público vulnerável LGBT”, além de estarem “agredindo nossa comunidade, não apurando os crimes de homicídios e latrocínios contra LGBT e nem prendendo seguranças particulares que espancam e expulsam LGBT de festas, shoppings, e comércio em geral” (ABGLT, 2010).

Articulavam-se naquele período disputas locais, estaduais e nacionais para a aprovação de direitos LGBTs, como se depreende do Manifesto da II Marcha (2011) onde se exigia tanto a criminalização a nível nacional quanto “Leis Estaduais e Municipais de proteção a pessoas LGBT contra a discriminação, coerção e violência sofrida por nossa população”¹⁴⁵. Fora das arenas legislativas federais, nos anos 2000 e 2010, foram conquistadas medidas antidiscriminatórias e de garantia ao nome social muitas vezes por “gambiarras legais” (Bento, 2014) que resultaram de disputas estado a estado, município a município, secretaria a secretaria, como nos narraram em entrevista ativistas de diferentes municípios brasileiros que ativamente participaram de tais processos. Esses distintos níveis de embate se articulavam: tanto as disputas pela criminalização no Congresso Nacional difundiam um discurso sobre a importância de leis antidiscriminatórias que podia ser mobilizado em níveis locais quanto a aprovação de leis estaduais e municipais se tornava um modo de pressionar o próprio Congresso a aprovar a criminalização. A ABGLT incentivava as ONGs a ela filiadas a lutar por leis em níveis estaduais e municipais de modo a “acumular forças e dar visibilidade” (Toitio, 2016: 249). Como resultado de articulações com a ABGLT e além dela, entre 2000 e 2010, aprovou-se 80% de toda a legislação antidiscriminatória estadual e municipal existente até então (Mello et al., 2014). Tais legislações, todavia, seguiam sendo criticadas nas ondas criminalizantes por “não pegar” e, assim, não combaterem de modo eficiente a LGBTfobia – exceção concedida por alguns ativistas paulistas à lei antidiscriminação deste estado (Lei 10948/2001) (Entrevista D).

¹⁴⁵ Como no direito brasileiro somente no âmbito federal é possível alterar as leis penais, os projetos de lei estaduais e municipais apresentados eram fora da esfera penal e, portanto, não criminalizariam a LGBTfobia.

Quanto ao PLC 122, seu trâmite tomaria novos rumos em 2011 quando não foram reeleitas as senadoras que até então centralmente o haviam apoiado, como a sua então relatora Fátima Cleide. Coube, então, à recém-eleita senadora Marta Suplicy (PT) desarquivá-lo e disputar a sua aprovação¹⁴⁶ dentro de marcos já construídos pela campanha de Dilma Rousseff em 2010. Obrigada a se posicionar frente à criminalização, a candidata lançara em 15 de outubro daquele ano, uma Carta Aberta ao Povo de Deus, na qual afirmava que “com relação ao PLC 122, caso aprovado no Senado, onde tramita atualmente, será sancionado em meu futuro governo nos artigos que não violem a liberdade de crença, culto e expressão e demais garantias constitucionais individuais existentes no Brasil”. Indicava-se, então, o papel que a LGBTfobia como crime teria em seus governos – seria uma “moeda de troca” entre movimentos LGBT criminalizantes e ativismos religiosos conservadores.

No primeiro ano de governo Dilma, as controvérsias públicas entre o reacionarismo sexual e o ativismo LGBT extrapolaram em muito a arena da criminalização, com diferentes trincheiras estabelecidas a partir do veto da presidenta ao kit anti-homofobia nas escolas e do julgamento no STF da união estável entre pessoas de mesmo sexo. Mesmo naquela conjuntura, a criminalização não perdeu seu lugar central. Naquele momento de intensificação da polarização em torno de direitos LGBTs e, notadamente, em torno dessa pauta, a ABGLT, junto a Marta Suplicy (PT), que reorganizara com o deputado Jean Wyllys (PSOL) a Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT, articulou em interlocução com senadores conservadores um substitutivo ao PLC122, denominado então como PL Alexandre Ivo. Essa versão restringia o escopo daquela de Fátima Cleide ao acrescentar ao artigo 20 da Lei de Racismo sua não aplicação “à manifestação pacífica de pensamento decorrente de atos de fé, fundada na liberdade de consciência e de crença” (Brasil, 2011), o que limitaria o alcance de toda a Lei 7716/89.

Frente às polêmicas geradas por tal proposta, em julho daquele ano, a ABGLT apresentou para debate entre ativistas um novo texto de substitutivo, que propunha uma lei específica dos “crimes resultantes de preconceito de sexo, orientação sexual ou identidade de gênero”. Além de seguir com a exclusão dos discursos religiosos, configurava uma iniciativa apartada da Lei de Racismo e que não pretendia tipificar as mesmas condutas daquela legislação – o que seria criticado pelo jurista Raupp Rios como uma “desvalorização da proteção jurídica da homofobia” ao tratá-la “de modo apartado à lei geral antidiscriminatória”

¹⁴⁶ A senadora também apresentaria propostas de emenda constitucional visando à expressa proibição de discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero nos artigos 3º e 7º da Constituição Federal.

(Rios, 2011). Em Carta à Frente Mista Parlamentar pela Cidadania LGBT, em julho de 2011, a Frente Paulista Contra a Homofobia argumentava:

[...] só é possível apoiar um projeto de lei que criminalize a conduta de praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito por orientação sexual e identidade de gênero, sem o que não seria possível garantir a todas as LGBTs direitos elementares garantidos aos demais cidadãos, como: demonstração pública de afeto, pleno acesso à educação e ao trabalho e tratamento igualitário nas relações comerciais e de consumo. Queremos salientar que embora alguns desses direitos pareçam banais até para muitas lésbicas e gays, eles são negados diariamente a travestis e transexuais, o que torna imperativa a sua garantia legal. Além disso, é muito grave que a discriminação às LGBTs seja classificada como inferior a outras, como aquelas contra negros, grupos étnicos, grupos religiosos e estrangeiros, pois *não se hierarquizam opressões*, portanto, todas elas devem ser criminalizadas de forma idêntica.

Em dezembro daquele ano, Marta Suplicy apresentou novo substitutivo, seguindo as linhas gerais do projeto disponibilizado em julho, mas aumentando seu *quantum* punitivo ao visar tipificar um rol maior de condutas e aumentar o tempo de cárcere previsto¹⁴⁷. Aquela era a primeira formulação do PLC 122/06 que visava a incriminar atos de violência física – embora relatos de agressões físicas tenham sido mobilizados nas justificativas das diversas versões daquele projeto, essas condutas não eram incriminadas na Lei de Racismo e nas propostas que se restringiam a alterá-la. Apesar das negociações com senadoras conservadoras, três dias após ser apresentada, Suplicy decidiu retirá-la da pauta da CDH por falta de apoio. Na mesma audiência, Marinor Brito (PSOL) apresentou voto em separado, posicionando-se contrariamente à criação dos novos tipos penais e a favor de penas alternativas.

Duas semanas mais tarde, a 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT “Por um país livre da pobreza e da discriminação: Promovendo a Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais” foi marcada por críticas tanto ao governo Dilma e suas alianças com o ativismo religioso conservador quanto ao substitutivo proposto por Suplicy e pela ABGLT, no que tangia às concessões feitas às lideranças religiosas conservadoras, cujos próprios discursos não seriam criminalizados naquela versão do PLC 122. Com o rechaço de amplos setores do movimento LGBT a exceções na tipificação dos discursos de ódio, a ABGLT aceitou voltar ao debate nos termos do projeto de Fátima Cleide – como sinaliza a seguinte moção aprovada naquela Conferência:

Nós delegadas e delegados reunidos da II Conferência Nacional LGBT, recomendamos ao poder legislativo federal que qualquer texto que venha a criminalizar a homofobia seja feito nas mesmas bases da criminalização efetivada

¹⁴⁷ Nesse substitutivo, além dos crimes de discriminação no mercado de trabalho, nas relações de consumo, na prestação de serviço público e de indução à violência, todos com pena de um a três anos de cárcere, prevê-se que a motivação por preconceito de sexo, orientação sexual ou identidade de gênero constasse nos artigos 61, 121, 129, 140 e 286 do Código Penal, aumentando um terço da pena da lesão corporal, maus-tratos e incitação ao crime.

na atual Lei de racismo (Lei Federal 7716/89), em especial a conduta de praticar, induzir e incitar o preconceito, a discriminação e/ou a violência por orientação sexual e/ou identidade de gênero. (Brasil, 2011).

Nas diretrizes do eixo “Sistemas de justiça, segurança pública e combate à violência” aprovadas naquele evento, a criminalização figurou junto ao fortalecimento do Dia Nacional de Combate à Homofobia, à produção de dados sobre a violência, à capacitação de agentes estatais e à promoção de políticas às LGBTs privadas de liberdade. Além dessas pautas “positivas” ao sistema penal, ativistas trans e travestis voltaram a afirmar que assassinatos e condutas “criminosas” contra pessoas LGBT eram práticas também de agentes do Estado, sendo denunciada a perseguição a travestis e prostitutas. Outra forma de discriminação das forças de repressão também voltou a ser indicada: a que ocorre dentro das próprias fileiras militares. Apresentou-se um levantamento dos processos militares de criminalização da “pederastia” – até então 51 processos chegaram ao Supremo Tribunal Militar enquadrando oficiais no artigo 235 do Código Penal Militar.

Meses após aquela Conferência, Paulo Paim (PT) se tornou o novo relator do PLC 122, prometendo voltá-lo aos caminhos de Fátima Cleide. Em abril de 2013, no entanto, foi apresentada uma nova proposta após Maria do Rosário (Secretaria dos Direitos Humanos – SDH), levar ao Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD-LGBT) uma sugestão de substitutivo que deslocava o debate da Lei de Racismo para tipos penais próprios, em consequência de pressão de setores do Movimento Negro para que a criminalização da homofobia ocorresse em peça legislativa à parte. O Conselho construiu, então, uma proposta própria de substitutivo, marcada também pelo contato que algumas ativistas tiveram em viagem à Suécia, em fevereiro daquele ano, com as leis de crimes de ódio daquele país (Entrevista I). Enviado às senadoras Ana Rita e Paulo Paim, seu conteúdo influenciou em partes o substitutivo apresentado pelo relator em novembro de 2013. A proposta, apoiada pelo *advocacy* do CNCD-LGBT e pela SDH (Entrevista I), visava punir os “crimes de discriminação ou preconceito resultantes de ódio e intolerância” não só por “gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero”, mas também por “condição de pessoa idosa ou com deficiência”, além de seguir “resguardando o respeito devido aos espaços e eventos religiosos”. Essa nova versão seguia embasada na Lei de Racismo “para que ninguém dissesse que tínhamos feito uma Lei especial para a orientação sexual” e, em sua justificativa, agradecia “o movimento negro por ter aceitado o debate e entendido esse ponto de vista” (Brasil, 2013a).

Pressionando para sua aprovação, ondas criminalizantes recolheram em fins de 2013 assinaturas de artistas e intelectuais no “Manifesto por um Brasil sem Preconceito – Pela aprovação do PLC 122/2006”, o qual caracterizava o Brasil como “o país da diversidade” e construía a aprovação do projeto como “avanço para a garantia de direitos e afirmação da cidadania plena de todas as pessoas”, conclamando ao fim do “atraso” no tempo da criminalização, afinal, “o Brasil não pode esperar” (CNCD/LGBT, 2013). Naquele momento, constituía-se no Senado uma nova articulação contra esse projeto por meio da tática de anexação ao Projeto de Reforma do Código Penal (PLS 236/2012). Paim apresentou, então, um segundo substitutivo restringindo o PLC 122 à alteração da Lei 7716/89, não mais ao tipo de injúria qualificada do Código Penal. Seus esforços, no entanto, não foram suficientes para impedir a aprovação, em 17 de dezembro de 2013, do Requerimento 1443/2013 de Eduardo Lopes (PRB), que levaria à tramitação em conjunto desses projetos. Esse apensamento, ao qual votaram favoravelmente tanto parte das senadoras pró-criminalização quanto as contrárias ao projeto em si, emergia também de articulação mobilizada pelo governo Dilma Rousseff, o qual, visando às eleições do ano seguinte, pretendia bloquear as discussões em torno do projeto no Senado com o menor custo político tanto para as senadoras que o apoiavam quanto para aquelas que se lhe opunham (Nunes, 2018: 120)¹⁴⁸.

A LGBTfobia como crime aparecia, então, uma vez mais dentro de debates pela Reforma do Código Penal – dessa vez, ali posta contra os planos de ativistas LGBT criminalizantes. Durante o ano de 2014, as senadoras Ana Rita (PT), Marta Suplicy (PT) e Randolfe Rodrigues (PSOL) apresentaram emendas ao PLS 236/2012 visando a “incorporar o conteúdo do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 122, de 2006 [...] bem como sua adoção como agravante genérica e causa de aumento de pena em diversos delitos” (Brasil, 2014). Tais propostas, no entanto, foram rejeitadas por recomendação do relator Vital do Rêgo (PSB) em 16 de dezembro de 2014, o qual, propondo o desapensamento do PLC 122/2006 para ser discutido separadamente, afirmava seguir, naquele momento, as instruções da Nota Informativa n 2.478 de 2014, elaborada por consultor legislativo do Senado. Tal documento apontava, dentre outros argumentos, ser polêmico em diversos países o uso do Direito Penal para criminalizar discurso de ódio e se referenciava, para tanto, em obra abolicionista transviada de Haritaworn (2011). Frente a tal recomendação, a ABGLT lançou, no dia

¹⁴⁸ Por meio da ministra Ideli Salvatti, o governo federal articulou para que a votação do PLC 122, em alguma versão de consenso entre senadoras religiosas conservadoras e senadoras pró-criminalização, ocorresse somente após as eleições de 2014, tendo em vista que lideranças como Magno Malta (PR) ameaçavam romper aliança com o PT caso o projeto não fosse rejeitado ou adiado.

seguinte, nota em defesa das emendas apresentadas pelas senadoras e conclamou o envio de mensagens a parlamentares para se manifestar “em favor da inclusão da criminalização da homofobia na reforma do Código Penal”.

Ainda que se tenha impedido tal desapensamento, o PLC 122 terminou arquivado, em 26 de dezembro de 2014, ao final da legislatura¹⁴⁹, encerrando, dessa forma, o trâmite desse projeto que fora central às ondas hegemônicas do ativismo LGBT brasileiro. Em 2014, havia sido apresentado um novo projeto de criminalização que entraria para a agenda legislativa das ondas criminalizantes. Apresentado por Maria do Rosário (PT), em interlocução com o CNCD/LGBT e com contornos próximos ao substitutivo formulado pelo Conselho em 2013, tratava-se de um projeto de tipificação de crimes de ódio, não estritamente da homofobia, formulado após “muitas discussões sobre o tipo de penas, até quantos anos de prisão, se ia ser hediondo ou não” (Entrevista I). Tinha como tática tornar embaraçoso que deputadas se posicionassem contra uma proposição que criminalizasse os crimes de ódio contra diversos grupos sociais (Entrevista I) – quem se oporia afinal ao encarceramento dos que pratiquem tais atos? Defendido pela ABGLT desde seu V Congresso Nacional (2014), esse projeto, o PL 7582/2014, tornou-se bandeira nacional do movimento por deliberação da 3ª Conferência Nacional LGBT (2016), em detrimento de outras táticas para a criminalização da LGBTfobia que se aventavam naquele momento de apagar das luzes do governo Dilma, como o desarquivamento do PLC 122 ou a aprovação do Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero¹⁵⁰ (Entrevista I).

Em abril de 2016, na 3ª Conferência Nacional “Por um Brasil que criminalize a violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais”, aprovou-se também a luta pela inclusão das expressões “orientação sexual” e “identidade de gênero” no artigo 140 do Código Penal como qualificadoras de homicídio. Pautou-se, ademais, a aplicação da Lei Maria da Penha e da Lei do Feminicídio, aprovada no ano anterior, para mulheres transexuais e travestis – esses marcos legais do movimento feminista, desde sua aprovação, foram mobilizados pelas ondas LGBT criminalizantes para apontar a necessidade não só de uma aplicação não lesbofóbica, bifóbica ou transfóbica daqueles dispositivos, mas também de que as LGBTs tivessem “sua lei penal”. Naquele mesmo encontro, padronizou-se o termo

¹⁴⁹ Conforme o artigo 332 do Regimento Interno do Senado, “será automaticamente arquivada a proposição que se encontre em tramitação há duas legislaturas”. Por ter tramitado naquela Casa na legislatura de 2007 a 2010 e naquela entre 2011 e 2014, o PLC 122 foi arquivado ao final desta segunda legislatura.

¹⁵⁰ A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) recebeu a Sugestão nº 61, de 2017, patrocinada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e apresentada pela Comissão da Diversidade Sexual e Gênero da OAB, pela Aliança Nacional LGBTI e por iniciativa popular, acompanhada de 100 mil assinaturas, que propunha instituir o Estatuto da Diversidade Sexual e Gênero.

“LGBTfobia” como unificador das expressões “homofobia, lesbofobia, bifobia, transfobia” (Entrevista K). As diretrizes de políticas de segurança pública seguiram as linhas das Conferências anteriores, visando ao combate à impunidade, à formação de policiais e ao acompanhamento de pessoas LGBTs vítimas de violência, tendo destaque a pressão pela implementação de uma resolução que estabeleceria parâmetros de direitos para a população LGBT em privação de liberdade¹⁵¹.

Naquele ano, despontavam não só discursos sobre a situação de LGBTs encarceradas marcados por críticas de baixa voltagem ao sistema penal – como indicam declarações de que “nós tínhamos a discussão de que queremos prisões específicas, celas específicas” (Entrevista E) –, mas também mobilizações de ativismos LGBTs criminalizantes que ao mesmo tempo lutavam pelo desencarceramento – foram signatárias da Agenda Nacional pelo Desencarceramento em 2016 duas organizações LGBTs pró-criminalização, a ANTRA e o GOLD. A crítica à violência policial e à sua militarização apareciam também ao lado da reivindicação da criminalização, como em um cartaz em 2015 no Bloco de Esquerda na Parada LGBT de São Paulo em que se lia “Desmilitarização da PM e Criminalização da LGBTfobia já!”. Em relação a essas instituições repressivas, deliberou-se na Conferência de 2016 pelo “enfrentamento da violência institucional e policial, que se expressa por meio de abordagens tanto de agentes do Estado, especialmente de profissionais do sistema de segurança pública, quanto por profissionais de segurança privada”, por meio do “fortalecimento dos mecanismos de correção, de ouvidorias e de corregedorias de polícia, e do controle externo das polícias realizadas pelo Ministério Público”, assim como “a realização de capacitação, formação e sensibilização dos profissionais de segurança pública” (Brasil, 2016). Saltam aos olhos como as ondas criminalizantes se atualizavam nessas distintas formas de engajamento com as prisões e com as polícias – defendia-se um horizonte de criminalização da LGBTfobia articulado a estratégias tanto de reformas mais pontuais do cárcere e das polícias, com a criação de “prisões específicas” e a capacitação de policiais militares, quanto de reformas mais profundas que se voltavam ao desencarceramento e à desmilitarização como forma de promoção dos direitos humanos.

Quando nos voltamos às relações do governo Dilma com o ativismo LGBT hegemônico, destacam-se as posições vacilantes assumidas frente à criminalização e às

¹⁵¹ A Resolução Conjunta Nº 1/2014 do CNCD/LGBT e do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, de 15 de abril de 2014, determinou a possibilidade de separação de alas LGBT em presídios caso desejem as pessoas LGBT encarceradas, o direito de pessoas travestis e transexuais a seu nome (social), ao uso de roupas e corte de cabelo conforme sua escolha e de manterem seu tratamento hormonal.

políticas educacionais de combate à LGBTfobia¹⁵², assim como a redução dos já escassos recursos para políticas públicas LGBTs. Em meio às tensões estabelecidas desde o veto ao kit anti-homofobia, foi no âmbito do combate à violência que se centraram as esparsas políticas LGBTs daquele governo. A presidenta afirmou, em 2013, que seu governo era contrário à violência LGBTfóbica e trabalhava no sentido de produzir “números” sobre ela, tendo sido uma de suas principais políticas¹⁵³ nessa seara a criação de relatórios oficiais sobre a violência LGBTfóbica no Brasil¹⁵⁴, após pressão de ativistas (Entrevista I). Um episódio ocorrido em 26 de junho de 2013 ilustra bem o papel que a criminalização cumpria nessa relação. Em entrevista coletiva após reunião entre Dilma Rousseff e o CNCD/LGBT, fruto inclusive da conjuntura de manifestações daquele mês, uma liderança LGBT, ao ser questionada sobre o veto de Dilma em 2011 ao kit anti-homofobia nas escolas (uma medida, afinal, não penal de combate à LGBTfobia), afirmou que “agora não se fala mais em kit anti-homofobia, agora é o PLC 122” (Irineu, 2016). Afirmava-se com essa enunciação pública após aquela reunião um compromisso do governo com a criminalização ao mesmo tempo em que se afastava a possibilidade de avanços no âmbito educacional (Entrevista I).

No lugar do “governo que não faz propaganda de orientação sexual”, como declarado por Dilma Rousseff em 2011, buscou-se construir, ao final de seu primeiro mandato, o governo de “combate à violência”, aspecto destacado em seu discurso em assembleia da ONU durante a campanha eleitoral de 2014, quando afirmou ser a favor de “combater, punir

¹⁵² Naqueles anos, sobretudo no segundo governo Dilma, outras trincheiras se constituíram em torno de direitos LGBT, tendo sido centrais os embates em 2015 sobre o Plano Nacional e os Planos Estaduais e Municipais de Educação. Quanto aos enfrentamentos com o governo Dilma, além do veto ao Escola Sem Homofobia, foram momentos de crise o seu não comparecimento à II Conferência LGBT, o veto a peças publicitárias do carnaval de prevenção à Aids e a declaração de um ministro da educação de que “materiais didáticos não são eficazes para enfrentar a homofobia na escola”.

¹⁵³ Planos de políticas públicas LGBT de seu governo foram o Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência Contra LGBT (2013) e a Comissão Interministerial de Enfrentamento à Violência Contra LGBT (2015), que visavam ao financiamento de políticas estaduais de combate à homofobia e à articulação de diferentes setores para a efetivação deste combate.

¹⁵⁴ A partir dos dados do Disque 100, de dados do SUS e de levantamentos feitos por meio da mídia, o Ministério de Direitos Humanos divulgou quatro Relatórios sobre Violência Homofóbica no Brasil – em 2012, 2013, 2016 e 2018 (referente aos anos de 2011, 2012, 2013 e 2016, respectivamente). Entre a ausência e a precariedade dos dados oficiais, os números da violência LGBTfóbica no Brasil vêm sendo construídos por ativistas desde 1981, quando do primeiro relatório do Grupo Gay da Bahia, que, desde então, sistematiza as notificações nos meios de comunicação dos assassinatos de dissidências sexuais e de gênero no Brasil. Desde 2016, relatórios da Rede Trans Brasil têm contabilizado os assassinatos de travestis e transexuais em nosso território. Em 2019, pela primeira vez, o Atlas da Violência, construído pelo IPEA e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, divulgou dados sobre violência LGBTfóbica no país referentes ao período de 2011 a 2017. Independente da existência ou não de lei penal específica, essa trajetória de (não) produção de dados oficiais nos conta sobre a quem interessa produzir dados sobre a violência (denegada) que se constrói cotidianamente sobre os corpos dissidentes sexuais e de gênero no Brasil e a quem interessa a contínua não produção desses dados como uma forma de não enquadrar esses corpos, assim como os muitos outros descartáveis pelo Estado, como passíveis do mesmo luto que outras populações cujas mortes são contadas pelo Estado.

e erradicar” a LGBTfobia¹⁵⁵. Em um material de campanha daquele ano, de 13 compromissos da candidata à reeleição “para garantir os direitos LGBT”, o primeiro da lista era “criminalizar a homofobia” (Irineu, 2016: 229). Essas práticas, embora celebradas em ondas LGBTs hegemônicas, podem também ser lidas como um “*pinkwashing* à brasileira”¹⁵⁶ (Irineu, 2016: 234) em que a promoção internacional, endossada por certas ondas do ativismo, de uma imagem do Brasil como referência em direitos humanos e bom lugar para vivenciar diversas formas de orientação sexual e identidade de gênero, ocorria de modo conjunto às constantes violações de direitos humanos também promovidas por aquele mesmo governo (Irineu, 2016).

Embora a criminalização da LGBTfobia jamais tenha se concretizado como prioridade legislativa dos governos Lula e Dilma (Entrevista D), apesar de suas promessas aos ativismos hegemônicos, nos governos que se seguiram ao golpe legislativo que depôs Dilma Rousseff, a distância entre os ativismos criminalizantes e o governo federal se acentuou e quaisquer articulações pela criminalização da LGBTfobia passaram ao largo do Palácio da Alvorada. A partir de 2016, as relações entre ativismo LGBT e Estado se reconfiguraram com o aprofundamento da escassez de recursos e o estreitamento das oportunidades de participação – esses têm sido efeitos de um momento histórico em que o governo pela racionalidade neoliberal, em um novo momento “de ataque direto às formas de democracia representativa e participativa e aos direitos sociais”, tem desmontado os princípios e os “direitos” constitucionais em torno dos quais diversos movimentos sociais lutaram desde os anos 1980 (Andrade, 2019: 32). Tal desmantelamento não só de políticas antidiscriminatórias, mas de direitos trabalhistas, previdenciários e outros direitos sociais, compõe o acirramento contemporâneo da violência e da precarização das condições de vida das dissidentes sexuais e de gênero no Brasil.

Enquanto o governo Temer decretou o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência LGBTfóbica (2018) e abriu a convocatória para a 4ª Conferência Nacional LGBT, o governo de seu sucessor, mais do que não implementar políticas de combate à LGBTfobia, tem publicamente legitimado violências contra a população LGBT, aprofundado o desmonte das

¹⁵⁵ Em 24 de setembro de 2014, na abertura do Debate de Alto Nível da 69ª Assembleia Geral das Nações Unidas, a presidenta afirmou que “o racismo, mais que um crime inafiançável é uma mancha que não hesitamos em combater, punir e erradicar. O mesmo empenho que temos em combater a violência contra as mulheres e os negros, os afrobrasileiros, temos também contra a homofobia”.

¹⁵⁶ Além deste termo, cunhado por Schulman (2011) em referência ao modo como Israel se utiliza de políticas LGBT para encobrir suas violações de direitos humanos contra as palestinas, se utilizado para pensar o Brasil por Irineu (2016), ele tem também sido empregado crescentemente na literatura transviada transnacional para denunciar as formas como instituições repressoras, assassinas e genocidas passam a abraçar certos discursos de direitos humanos LGBT e utilizá-los a fim de encobrir as sistemáticas violações que reproduzem (Spade, 2015).

precárias políticas públicas existentes e do financiamento a pesquisas de dissidências sexuais e de gênero. Em 2019, quando os salões do Palácio do Planalto foram tomados por articulações para precarizar (e punir) ainda mais quaisquer existências dissidentes, a criminalização da LGBTfobia veio de outro Palácio: o do Supremo Tribunal Federal. Cumpre pontuar, todavia, que, embora a legitimação pública da violência LGBTfóbica e os ataques ao ativismo LGBT distingam este governo de momentos anteriores e a ascensão do atual presidente componha o complexo tabuleiro em jogo em 2019, não são esses fatores que explicam o processo que conduziu essa pauta aos salões do STF. Afinal, a criminalização já estava forjada como estratégia central de luta contra discursos e políticas LGBTfóbicas mais de uma década antes das eleições de 2018, como apontamos nos últimos capítulos.

Embora tenhamos acompanhado até aqui apenas os caminhos dos projetos de lei eleitos como estratégia principal das ondas que construíram a LGBTfobia como crime, foram apresentadas diversas outras iniciativas que visavam criminalizá-la, sobre as quais teceremos algumas reflexões antes de adentrarmos nos eventos que conduziram as estratégias criminalizantes ao Judiciário. Para tanto, em busca de caracterizarmos de modo mais global as propostas de criminalização, analisamos o conjunto de iniciativas de projetos de lei apresentadas no Congresso Nacional que pretendiam criar algum tipo penal ou expandir algum já existente para incluir ao menos uma das seguintes expressões: “orientação sexual”, “identidade de gênero” ou “opção sexual”¹⁵⁷. Conforme o levantamento realizado, essas iniciativas se distribuem temporalmente da seguinte forma: 1996 (1), 1999 (1), 2000 (1), 2002 (2), 2003 (2), 2004 (4), 2010 (1), 2011(4), 2013 (1), 2014 (2), 2015 (2), 2016 (1), 2017 (6), 2018 (1), 2019 (9), totalizando 38 iniciativas de projetos de lei apresentadas até o dia da criminalização da LGBTfobia. Quanto a essa distribuição temporal, salta aos olhos sua

¹⁵⁷ Realizamos um levantamento nos sítios eletrônicos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal com as palavras-chave “orientação sexual”, “identidade de gênero” ou “opção sexual” a fim de captarmos todas as iniciativas de projetos de lei em torno dessas temáticas apresentados até 13 de junho de 2019. A partir deste universo, lendo todas as ementas dessas iniciativas, recortamos os projetos de lei que visavam a criar ou alterar algum tipo penal incluindo “orientação sexual”, “identidade de gênero” ou “opção sexual” – isto é, criar um crime, expandir um já existente ou agravar as penas. Foram excluídas da análise iniciativas que diziam respeito a outros aspectos do sistema penal, mas que não pretendiam criar ou modificar tipos penais – como os projetos de lei voltados à execução penal e à administração penitenciária. Destacamos que, como nos voltamos à iniciativa e não ao trâmite de todos os projetos de lei levantados, está além do escopo delineado investigar quais projetos originalmente administrativos sobre “orientação sexual” ou “identidade de gênero” adquiriram caráter penal com o tempo ou quais iniciativas de outras temáticas ganharam “orientação sexual” ou “identidade de gênero” com o tempo. Esta é uma agenda de pesquisa em aberto, sobretudo tendo-se em vista que o PL 5003/01, central à nossa análise, estaria fora de nosso escopo somente por aquele critério. Além das iniciativas apresentadas, acrescentamos à análise aqui empreendida da estrutura e da justificativa destes projetos, projetos relevantes a partir do *corpus* documental construído: tanto as primeiras formulações de projetos criminalizantes nunca apresentados no Congresso Nacional quanto todos os substitutivos do PL 5003/01 por este ter sido projeto central às estratégias de criminalização, ainda que não se tratasse de uma iniciativa penal, adquirindo tal estatuto a partir de seu Substitutivo de 2005.

concentração em dois períodos: entre 1999 e 2004 – ano no qual o PL 5003/01 se tornaria o carro chefe; e entre 2011 e 2019 – período em que o enraizamento da relevância dessa pauta somada às dificuldades de aprovação do PLC 122 e seu eventual arquivamento podem explicar a aposta em novas iniciativas.

Nesse universo de projetos de lei, foi central a tática de expansão da Lei de Racismo e/ou da injúria racial como via de criminalização da discriminação e do preconceito por orientação sexual ou identidade de gênero, tendo sido levantadas 24 iniciativas que propunham tais caminhos. Um outro conjunto significativo de iniciativas legislativas, sete delas, pretendia tipificar a homofobia como qualificação de homicídio e/ou lesão corporal; enquanto outros nove projetos visavam a criar tipos penais próprios, sem modificar aquelas leis, e apresentavam diferentes graus de abrangência, como tornar a discriminação por orientação sexual um crime contra o Estado democrático de direito.

O rol de condutas que se buscava tipificar seguia em grande parte aquelas previstas nos ensaios de projeto de lei formulados entre 1984 e 1985. Naqueles projetos, pretendia-se criminalizar a discriminação no âmbito do trabalho, das instituições educacionais, da custódia de filhos, no acesso a estabelecimentos comerciais diversos, bem como as ameaças e os insultos públicos, chantagens em torno da exposição da sexualidade e práticas de ridicularização preconceituosa em meios culturais e midiáticos. Dentre elas, estavam abarcadas nas propostas de tipificação penal na Lei de Racismo apresentadas a partir de 1999 as práticas de segregação, de discriminação no trabalho e os discursos discriminatórios. Foram raras, todavia, as tentativas de tipificação de “atos de coação, ameaça ou violência”, embora a violência física fosse elemento central à argumentação de grande parte das justificativas desses projetos – no trâmite do PL 5003/01, por exemplo, essas condutas seriam passíveis de coação administrativa na sua proposição original em 2001, mas não reapareceriam em seus substitutivos que alteravam a Lei de Racismo, com exceção da segunda versão apresentada por Suplicy em 2011. Foi somente nos anos 2010 que as dimensões da violência física estiveram previstas em iniciativas de projetos de lei, seja nos que visavam à qualificação de homicídio e lesão corporal, seja em outros projetos de criminalização em lei à parte. Além dessas práticas, outros projetos propunham tipificar condutas discriminatórias em âmbitos mais específicos, como proibir a doação de sangue ou restringir o acesso a elevadores por discriminação por orientação sexual. Cumpre ressaltar que, ao buscar se criminalizar a LGBTfobia em quaisquer dessas diversas iniciativas, não se previa criar o *crime de homofobia*, transfobia, bifobia ou lesbofobia – não eram esses os termos que descreviam nos projetos de lei as condutas que seriam incriminadas –, mas, via

de regra, o crime de discriminação ou preconceito por orientação sexual ou identidade de gênero ou, ainda, os crimes de ódio ou intolerância.

Perpassava tanto a estrutura quanto a justificativa desses distintos projetos a racionalidade penal moderna (Pires, 2001) de que seria necessária uma norma criminal com pena de prisão para comunicar o valor social do que se queria proteger. Dentre todos eles, em apenas um não se propunha como sanção penal a prisão ou a prisão acompanhada de multa¹⁵⁸. Criminalizar a LGBTfobia por meio desses projetos de lei era, portanto, sinônimo de prever encarceramento, ainda que, no direito brasileiro, haja a possibilidade de se prever, na seara penal, penas não-carcerárias e, em outros ramos do direito, sanções não-penais. Era construída e reiterada a necessidade do aspecto penal dessas iniciativas de diversas maneiras: seja em 1984, quando se afirmava que os princípios constitucionais de não discriminação “de nada valeriam [...] se não houvessem regras jurídicas de natureza penal para punir os crimes decorrentes de preconceito”, ou ainda, no primeiro substitutivo do PLC122 em 2013, em que se declarava que “não temos dúvida da necessidade de recorrer aos mecanismos penais para coibir a discriminação no território nacional [...] tendo em vista a indivisibilidade dos direitos humanos e o princípio de que o Estado só deve recorrer à lei penal em último caso” (Brasil, 2013a) – creditava-se, assim, às sanções penais a possibilidade de tornar eficaz o combate à violência.

É necessário se ler esses dados dentro do universo de projetos apresentados nas décadas de democratização e neoliberalização brasileira, frente ao qual esse subconjunto não constitui exceção. Nessas décadas, verificou-se, em geral, um “apelo rotineiro ao aumento de penas, ao uso reiterado da prisão e à criminalização de comportamentos” (Machado et al., 2010: 8) – criminalizar e prever o encarceramento foram também sinônimos naquele universo de iniciativas. Não foi, todavia, por meio desses projetos criminalizadores e encarceradores

¹⁵⁸ No PL 2252/1996, estipulava-se uma multa sem prever prisão. Nos ensaios de projetos de 1984 e 1985, foi proposta “pena de dois a cinco anos de reclusão e multa de cinquenta a cem Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional”, que seria “acrescida de dois terços” em caso de ser praticada em meios de comunicação oficial ou visando a uma vantagem de ordem material. Nos projetos que visavam a alargar a Lei de Racismo e a Injúria Racial, pretendia-se manter suas penas carcerárias – entre um e cinco anos de reclusão –, à exceção de um destes projetos, o PL 6825/2017, que visava a aumentar as penas da Lei 7716/89 para quatro a dez, seis a doze ou oito a quinze anos. Quanto aos projetos que visavam a qualificar homicídio, lesão corporal ou outro, a sanção prevista era o aumento da pena carcerária imposta – e em um deles, qualificar o LGBTcídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Em outros projetos, que visavam a constituir novos tipos penais, a pena de prisão seguia central – variando entre dois a cinco anos ou um a três anos. Algumas iniciativas da primeira metade dos anos 2000 previam que a multa, atrelada ou não à prisão, fosse redirecionada a campanhas educativas contra a discriminação – como na segunda versão do PL 5003/01 e no PL 3770/2004 –, embora, em geral, não tenha sido proposta tal destinação educativa.

que a LGBTfobia se tornou crime em 13 de junho de 2019, mas pelas ações judiciais em curso no Supremo Tribunal Federal, cujos caminhos neste momento percorreremos.

2. #CriminalizaSTF: da juridicização à judicialização

A criminalização da homotransfobia pelo STF ocorreu como efeito de um longo percurso em que as demandas LGBT, juridicizadas desde a redemocratização, tornaram-se judicializadas. Após a Constituição de 1988, de modo geral, houve um processo de intensa judicialização das relações sociais, isto é, de “crescente invasão do direito [e do Judiciário] na organização da vida social”¹⁵⁹ (Vianna, 2014 [1999]: 149). O crescente recurso às arenas judiciais constituir-se-ia como um engate fundamental dos nossos processos de neoliberalização e democratização – por um lado, como efeito da lógica neoliberal que produz a centralidade do Judiciário em detrimento do Legislativo, intensificando e multiplicando as demandas judiciárias entre empresas em conflito (Foucault, 2010: 239-41); por outro, como prática que visa à efetivação de direitos (Maciel; Koerner, 2002: 116) lançando mão de um dos poucos caminhos abertos às populações que, vivendo uma cidadania precária (de dupla negação de sua condição de humanas e de cidadãs), buscam assegurar direitos acionando os princípios gerais e os direitos fundamentais da Constituição de 1988 (Bento, 2014). Nessa configuração histórica, a justiça tornou-se “um lugar em que se exige a realização da democracia” (Garapon, 1996: 45 *apud* Vianna, 2014: 149) e a resolução de demandas políticas foi em larga medida deslocada para a esfera do Judiciário. A justiça criminal ganhou, então, papel especial em tempos em que se governa “pelo crime”, tendo em vista que, em um ambiente social constituído pelo “medo do crime” e pela divisão entre “vítimas de crimes” e “criminosos”, tendem a aumentar a litigância e os processos criminais (Simon, 2007: 7).

Instituições judiciárias, com efeito, jamais foram estranhas ao ativismo LGBT brasileiro. Desde os anos 1980, a discriminação institucionalizada nessas instituições tem sido enfrentada pela articulação de redes de grupos homossexuais com operadores do direito

¹⁵⁹ Destacamos que Vianna (2014: 150) em chave crítica à crescente intervenção do direito nas relações sociais, utilizava como exemplo o caso do casamento gay – “como se verifica entre os homossexuais que, ao pretenderem a equivalência entre o casamento e o contrato de união civil, buscam a consagração, por parte da ordem jurídica, de uma opção de natureza individual”. Notavelmente, esse argumento não se colocava contra o instituto jurídico do casamento, mas manifestava uma contrariedade (heteronormativa) apenas no caso da juridicização das relações homossexuais – afinal, fora de uma chave cisheteronormativa, tal raciocínio poderia implicar na desjuridicização em geral das relações afetivo-sexuais caracterizadas até então como casamento por serem, todas elas, fundadas em opções de natureza individual.

(ênfâtizada no VII EBLHO, 1993), construídas por ativistas como fundamentais tanto para pressionar o prosseguimento de ações penais de assassinatos de homossexuais e travestis (III EBHO, 1989)¹⁶⁰ quanto para acompanhar vítimas a delegacias e fóruns (IX EBGLT, 1997). A partir da Constituição de 1988 e de seus princípios e garantias socialdemocratas¹⁶¹, o Judiciário constituiu-se como um campo a ser disputado para afirmação de direitos LGBT em diversas áreas. Foram movidas, desde então, diversas ações judiciais (individuais): pelo direito a medicamentos de HIV através da rede pública de saúde; por direitos patrimoniais e previdenciários de companheiros homossexuais; pelo direito à adoção por casais homoafetivos; pela reunião familiar de companheiras de diferentes nacionalidades; pela retificação de nome e sexo no registro civil; pelo reconhecimento de uniões estáveis homossexuais; e por indenização frente a programas de televisão que propagavam preconceito LGBTfóbico (Sívori, 2011). Em geral, esses casos eram levados ao Judiciário ou por indivíduos LGBTs com certo poder econômico ou com o auxílio de grupos homossexuais organizados que proviam recursos para tais ações. Por meio deste “uso estratégico do Judiciário” como “garantidor de direitos” operado tanto por grupos ativistas quanto por pessoas LGBT fora do ativismo (Entrevista H), foram disputados e garantidos, de forma paulatina nessas décadas, diversos direitos à população LGBT.

O acesso a saberes jurídicos e à atuação de advogados¹⁶² possibilitou que grupos como Nuances (RS) e Matizes (PI) fossem pioneiros na pressão ao Judiciário e ao Ministério Público por ações judiciais com efeitos coletivos. Em 1999, o Nuances acionou o Ministério Público Federal para entrar com uma ação civil pública contra o INSS pela extensão dos benefícios de pensão por morte e auxílio-reclusão a companheiros do mesmo sexo, logrando obter do INSS a determinação do “companheiro ou a companheira homossexual de segurado” como “integrante do rol de dependentes”, reconhecendo a constituição de entidade familiar neste tipo de vínculo (a despeito dos debates legislativos sobre o casamento homoafetivo).

¹⁶⁰ Deliberou-se, naquele encontro, que os grupos homossexuais assumissem o apoio e orientação judicial às vítimas de chantagem, agressão, extorsão ou assassinato, cobrando as autoridades durante os processos.

¹⁶¹ Embora houvesse princípios jurídicos socialdemocratas na Constituição, uma socialdemocracia na sociedade brasileira pós-Constituição de 1988 jamais se realizaria como tal – como argumentamos neste e no capítulo anterior, a racionalidade socialdemocrata compôs e foi antagonizada por uma racionalidade política neoliberal em diferentes híbridos históricos que deram uma forma neoliberal tanto à implementação quanto ao desmantelamento de tais princípios constitucionais.

¹⁶² No 1º EBHO (1980), houve uma mesa da qual fizeram parte, além do Movimento Negro Unificado, da Comissão Pró-Índio e de uma organização feminista, uma representante do Departamento Jurídico do Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito da USP – em tempos em que uma Defensoria Pública estava distante de ser realidade, salta aos olhos a articulação de homossexuais com a assistência jurídica gratuita desta entidade e a abertura de tal entidade para as dissidências sexuais e de gênero. No III EBHO, seria frisada a importância de se “buscar assistência gabaritada na área jurídica”.

Esses recursos ligados às arenas jurídicas eram fundamentais também para a proposição de projetos de lei, como indicam tanto as frustradas tentativas do Triângulo Rosa e do GGB nos anos 1980 quanto o envolvimento de ativistas LGBT advogados na redação de projetos de criminalização nas décadas seguintes.

Nos anos 2000, advogadas e juristas dissidentes sexuais e de gênero passaram a se organizar em grupos ativistas próprios e a tensionar dentro das instituições jurídicas em torno de direitos sexuais LGBT. O grupo de discussão *Gaylawyers*, por exemplo, criado em 2000, com cerca de 200 pessoas entre profissionais do direito e interessados, mobilizava-se, sobretudo, pela aprovação da Parceria Civil Registrada. Tal articulação foi importante para que, em 2002, fosse criada a Subcomissão dos Direitos dos Homossexuais da OAB paulista, sob presidência de uma das ativistas do *Gaylawyers*. A Ordem dos Advogados, historicamente conservadora como outras instituições do mundo jurídico, somente ao final dos anos 2010 passou a ter diversos Encontros e Comissões Municipais em torno da Diversidade Sexual e de Gênero (Entrevista K). Nesta década, articulou-se, ademais, o GADvS (Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual e de Gênero), o qual, formado por operadores do direito que se reuniam desde 2010 em torno do ativismo por meio do direito, teria papel crucial nas ações ajuizadas no STF nos anos 2010, como as da criminalização.

Ao longo desses anos, foi-se assentando jurisprudência favorável a direitos LGBT em diversos tribunais, como o reconhecimento de uniões estáveis entre casais de mesmo sexo pelos Tribunais do Rio Grande do Sul – “avanços” que seriam louvados inclusive pelo ministro Marco Aurélio em seu artigo de 2007 na Folha de São Paulo. Nos tribunais superiores, acórdãos do STJ e do STF acerca de demandas judiciais de direitos sexuais de pessoas LGBT trataram entre 1998 e 2012 sobretudo de direitos individuais relacionados ao reconhecimento de uniões estáveis (e seus efeitos em direitos de patrimônio, saúde e nação), sendo de 1998 o primeiro destes acórdãos no STJ, em torno da herança de um companheiro homossexual (Coacci, 2015). Essa consolidação de decisões no Judiciário impactaria também o Legislativo, sendo mobilizada como instrumento de pressão para a aprovação de direitos sexuais – Fátima Cleide, por exemplo, argumentou na CDH em 2009 que, “diante da omissão do Congresso Nacional em relação aos direitos dos cidadãos LGBTs, o Poder Judiciário estava tomando a frente no reconhecimento destes direitos” (Gama, 2017: 162). Na virada dos anos 1990 para os 2000, havia sido cunhado, ademais, o termo “direito homoafetivo”, pela ex-desembargadora Maria Berenice Dias, que visava a afastar a homossexualidade do sexo e trazê-la para perto do afeto para ser mais “aceitável” ao *status quo* judiciário. O discurso da homoafetividade, no entanto, ao “higienizar” e normalizar as relações e as

práticas homossexuais, extirpa seus elementos subversivos e aponta para uma ambiguidade constitutiva dos efeitos da conquista de direitos sexuais no Judiciário Brasileiro – tende-se à democratização das relações sexuais e sociais e à normalização das vivências da sexualidade (Coacci, 2015).

Dentro do ativismo LGBT, embora a jurisprudência fora considerada instrumento importante para as lutas políticas (VI EBHO, 1992; XI EBGLT, 2003) e a necessidade de se incidir no Judiciário tenha sido levantada por Marinalva Santana (Matizes – PI) na 1ª Conferência Nacional (2008)¹⁶³, houve, no começo dos anos 2010, uma mudança no padrão de táticas do ativismo LGBT frente ao Judiciário. Em maio de 2011, o julgamento favorável à ADPF 132 (proposta pelo Governador do Rio de Janeiro em 2008) e à ADI 4277 (proposta pela Procuradoria-Geral da República em 2009) reconheceu judicialmente a união estável entre pessoas do mesmo sexo, alçando o Supremo Tribunal Federal¹⁶⁴ a uma das principais arenas de disputa dos direitos sexuais LGBT. A partir de então, intensificaram-se tanto a apresentação de ações, em geral, ações diretas de inconstitucionalidade (ADI), quanto práticas de incidência sobre os ministros do STF pressionando pela celeridade dos julgamentos. A litigância estratégica emergia como uma tática central das ondas hegemônicas do ativismo LGBT¹⁶⁵: não mais somente apoio a casos individuais, mas judicialização dos direitos sexuais LGBT nos tribunais superiores. Nessa judicialização, caracterizada pela construção de demandas em termos judicializáveis e pelo emprego do litígio estratégico no repertório de ações do movimento, não se configurou uma despolitização das demandas, mas uma aposta política em mais um ramo do Estado como estratégico para promover a agenda de ondas hegemônicas do movimento, a qual engendraria efeitos tanto jurídicos quanto extra-jurídicos, como a promoção do debate na opinião pública

¹⁶³ “Enquanto Movimento LGBT, embora não possamos viver a ilusão de acreditar que a judicialização de nossas questões vai resolver os nossos problemas, vai barrar, cessar a discriminação, não poderemos também continuar nessa relação de distanciamento [...] [a gente] poderia bater à porta do Judiciário. E a gente não faz; a gente secundariza. [...] O Movimento LGBT, no Brasil, de forma entusiasta, faz ações de *advocacy* muito fortes no Legislativo e os resultados são pífios. Eu acho que está na hora de nós, enquanto movimento LGBT, batermos às portas do STJ, do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Estaduais, dos Ministérios Públicos Estaduais para dizer: ‘A Constituição Federal já nos traz dispositivos que obrigam que o Poder Judiciário não tenha posturas diferentes com relação às demandas GLBT’” (Brasil, 2008).

¹⁶⁴ Ministros do STF vieram a público individualmente em prol de direitos LGBT em diferentes momentos. Ao se tornar presidente do STF em 1997, Celso de Mello manifestou-se em entrevista à Folha de São Paulo como favorável à união homossexual; em 2007, Marco Aurélio Mello e, em 2011, Carlos Ayres Britto posicionaram-se a favor da criminalização da LGBTfobia no mesmo jornal.

¹⁶⁵ Em 2016, a ADI 5543 referente à doação de sangue; em 2017, a ADI 5668 referente ao Plano Nacional de Educação e ao combate ao bullying LGBTfóbico. O STF também se tornaria central ao julgar a inconstitucionalidade da proibição de debates sobre gênero e sexualidade nas escolas (abril de 2020) e ao derrubar em 2019 uma decisão de juiz que, ao suspender a Resolução 01/99 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), havia permitido tratamento psicológico de pacientes com “orientação sexual egodistônica”.

sobre uma demanda LGBT no momento do julgamento de determinada ação (Cardinali, 2018). Entre ativistas das ondas hegemônicas, não eram consensuais os caminhos da judicialização: disputavam-se tanto o grau de prioridade das arenas judiciais quanto os limites e as possibilidades das apostas no Judiciário (Entrevista D) – enquanto para alguns, o STF se tornaria uma “panaceia”; outros seguiriam explicitamente críticos dos limites que o Judiciário poderia desempenhar na promoção de direitos. Tanto as táticas que buscaram assegurar direitos judicialmente nos anos 1990 e 2000 quanto as de judicialização nos anos 2010 caminharam largamente ao lado de concepções críticas aos limites do Judiciário – que segue caracterizado como conservador, mantenedor do *status quo* e, em larga medida, LGBTfóbico, por boa parte dos grupos de ativistas que apostaram nesses processos (Entrevistas D, G, H e J).

Das demandas levadas ao STF, destacamos duas antes de analisarmos aquelas que criminalizariam a LGBTfobia. O julgamento em 2015 da ADPF 291/DF (movida em 2013) em relação ao Código Penal Militar reconheceu a não recepção pela Constituição Federal de 1988 de expressões como “pederastia ou outro” e “homossexual ou não” constitutivas do do artigo 235 do Código Penal Militar, tendo sido afirmado, em tal acórdão, o “direito à liberdade de orientação sexual como liberdade existencial do indivíduo”¹⁶⁶ – contrapondo-se, assim, à única criminalização explícita de dissidentes sexuais no direito brasileiro contemporâneo. Em 2018, ao se concluir o julgamento da ADI 4275, movida em 2009 pela Procuradoria-Geral da República, assegurou-se o direito à alteração de nome e gênero no registro civil sem autorização judicial e com laudo médico facultativo – reconhecendo, enfim, o direito elementar da autonegação e autodeterminação de pessoas não cisgêneras.

As ondas hegemônicas do ativismo LGBT brasileiro, nas quais estava enraizada a necessidade da criminalização, lançaram mão deste novo recurso – a litigância estratégica – a partir da estrutura de oportunidades disponíveis entre 2011 e 2013. Em primeiro lugar, como o STF havia se mostrado “progressista” nas suas decisões em torno da constitucionalidade da Lei Maria da Penha, das cotas raciais e sociais nas universidades (Entrevista F) e da união estável entre pessoas de mesmo sexo, esse tribunal passou a ser visto por mais ativistas como um caminho possível para se alcançar direitos. Em segundo lugar, as dificuldades de aprovação do PLC 122/06 no Senado haviam se aprofundado após

¹⁶⁶ Com tal decisão, implementava-se uma das recomendações elaboradas pela Comissão Nacional da Verdade por indicação de ativistas LGBTs: a recomendação 23 “Supressão, na legislação, de referências discriminatórias das homossexualidades”, como “alterar a legislação que contenha referências discriminatórias das homossexualidades, sendo exemplo o artigo 235 do Código Penal Militar, de 1969”.

as frustradas tentativas de Marta Suplicy de formar maioria para aprovação de algum substitutivo. Não só o Legislativo parecia estar de portas fechadas às demandas LGBT, mas também o afastamento do governo que “não faz propaganda de opção sexual” diminuía a possibilidade de aprovação de uma lei de criminalização. Em quarto lugar, consolidava-se a organização de advogadas transviadas ativistas, presentes em diversos grupos (como o GGB e o Grupo Dignidade) e articuladas em coletivos no campo jurídico (como o GADvS). À medida que as ondas hegemônicas foram tendo a percepção de “que só através do Judiciário teríamos essa conquista” (Entrevista E), ativistas LGBT juristas tornavam-se recurso fundamental para essa tática. Em tal conjuntura, lograram ressoar nas ondas criminalizantes hegemônicas as sugestões de juristas sobre a possibilidade de uma “brecha” para a criminalização da LGBTfobia no Supremo, tática que, embora fosse aventada em anos anteriores, não encontrava apoio em grande parte do ativismo (Entrevista I).

Nos bastidores da 2ª Conferência Nacional LGBT (2011), advogadas-ativistas foram procuradas para debater sobre a apresentação de um Mandado de Injunção (MI) que criminalizasse a LGBTfobia, seguindo raciocínio da historiadora e bacharel em direito Rita Colaço¹⁶⁷ de que “se o STF regulamentou a greve do serviço público civil mesmo com a Constituição exigindo lei formal (aprovada pelo Legislativo) para tanto, [...] por que não poderia fazer o mesmo com a criminalização da homotransfobia?” (Entrevista F). Meses depois, foi protocolada, em 10 de maio de 2012, em nome da ABGLT, a petição inicial do MI 4733. Dois fatores levaram à tática de impetração de outra ação judicial no ano seguinte. Ademais de o então relator do MI, Ministro Lewandowski, ter deliberado pela inviabilidade daquele instrumento¹⁶⁸, o apensamento do PLC 122/06 ao Projeto de Código Penal no Senado em dezembro de 2013 aumentou a relevância da aposta concomitante no Judiciário. Foi, então, apresentada em 19 de dezembro de 2013, a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26. Já que outros partidos, ainda que procurados, não demonstraram interesse, coube ao PPS viabilizar essa proposição após articulação de Paulo Iotti, advogado

¹⁶⁷ Rita Colaço publicara em 10 de novembro de 2011 um texto online intitulado “O Direito à não discriminação e o mandado de injunção”, abordando o MI como ferramenta estratégica para efetivar o direito à não discriminação, após o STF ter regulamentado a greve do serviço público civil mesmo com a Constituição exigindo lei formal para tanto. Provocava, então, Colaço: por que não poderia fazer o mesmo com a criminalização da homotransfobia? Apesar de atribuída a ela tal ideia, a autora afirmou em outro post online que o uso do mandado de injunção não seria ideia sua, sugerindo que, nas listas “gls” e “gaylawyers” do yahoogrupos do começo dos anos 2000, teriam sido discutidos mandado de injunção, interpelação, ação civil pública, ação de responsabilidade civil, denúncia à OEA como táticas possíveis para a criminalização.

¹⁶⁸ Em 23 de outubro de 2013, no entanto, o ministro relator Lewandowski acolheu parecer da Procuradoria-Geral da República, apresentada em 9 de agosto de 2013 sob comando de Roberto Monteiro Gurgel Santos, pela inviabilidade daquele instrumento – procedimento ao qual se respondeu, em 04 de novembro, com um agravo regimental.

do GADvS que assinava ambas as ações, com Eliseu Neto (PPS Diversidade) e Roberto Freire (presidente nacional do PPS que apoiava demandas LGBT desde a Revisão Constitucional).

Essas ações mobilizavam o aspecto híbrido social e criminalizante construído na Carta Constitucional em seu artigo 5º, no qual se afirmam os direitos fundamentais ao lado da previsão de punição de qualquer forma atentatória dos direitos e liberdades fundamentais (inciso XLI) e da tipificação do racismo como crime inafiançável e imprescritível (inciso XLII). Em linhas gerais, o MI e a ADO visavam a

[...] obter a criminalização específica de todas as formas de homofobia e transfobia, especialmente (mas não exclusivamente) das ofensas (individuais e coletivas), dos homicídios, das agressões, ameaças e discriminações motivadas pela orientação sexual e/ou identidade de gênero, real ou suposta, da vítima com base na parte final do art. 5º, inc. LXXI, da CF/88, por ser esta medida absolutamente necessária para que não seja inviabilizado faticamente o exercício da cidadania da população LGBT brasileira na atualidade, bem como de seu direito fundamental à segurança [...] (Brasil, 2013b).

As ondas criminalizantes hegemônicas somente acompanhariam essas ações judiciais com maior atenção após julho de 2014, quando a Procuradoria-Geral da República deu seu primeiro parecer favorável¹⁶⁹ (Entrevista F). Correndo paralelamente¹⁷⁰, o MI 4733 foi aceito em setembro de 2016 por seu novo relator Edson Fachin¹⁷¹, assim como a ADO 26 por seu relator Celso de Mello¹⁷². Entre 2016 e 2019, a ABGLT e a Aliança Nacional LGBTI+ lograram, além de mobilizar os *amici curiae* das ações¹⁷³, visitar os gabinetes de todos os ministros apresentando dossiês especificamente elaborados para tal fim (Entrevista E). Essa articulação contava com recursos do Projeto Sinergia, o qual, vinculado ao Grupo Dignidade, recebia recursos do Fundo Brasil para acompanhar e realizar *advocacy* em diversas ações.

¹⁶⁹ O desenrolar dessas ações influenciava os processos legislativos, mesmo antes de ter sido marcada a data do julgamento, como depreende-se da análise da justificativa do PL 310/2014, em que se mobilizava o novo parecer da PGR, sob comando de Rodrigo Janot, em 25 de julho de 2014, como argumento da existência de uma lacuna legislativa. Nas palavras do projeto: “Esse vácuo legislativo ensejou, inclusive, o ajuizamento do mandado de injunção nº 4.733/DF perante o Supremo Tribunal Federal, em que o Procurador Geral da República (PGR), Rodrigo Janot, propôs a aplicação da Lei nº 7.716, de 1989, para os casos de homofobia e transfobia”.

¹⁷⁰ Havia uma aposta pragmática nas duas ações concomitantes – enquanto era polêmico o MI como instrumento adequado para aquele pleito, mas um julgamento de MI poderia ser “concretista” (isto é, regulamentar seu objeto), a ADO, cuja adequabilidade naquele caso seria mais provável, era ação na qual o STF jamais fora “concretista”. Deste modo, com as duas ações em paralelo, “o STF não teria como não apreciar o tema e, acolhendo os pedidos, poder efetivamente criminalizar a homotransfobia”, reconhecendo-a como racismo (Entrevista F) e atendendo, portanto, as demandas das ondas criminalizantes.

¹⁷¹ Tendo sido Lewandowski substituído em 16 de maio de 2015 pelo Ministro Edson Fachin como relator da ação, em 27 de setembro de 2016 o ministro aceitaria o Mandado de Injunção seguindo o parecer da PGR.

¹⁷² Celso de Mello seguia parecer da PGR que, sob comando de Janot, em junho de 2015, recomendava-lhe a criminalização da homofobia enquanto forma de racismo.

¹⁷³ Os *amici curiae* favoráveis eram Grupo Gay da Bahia, ABGLT, GADvS, Grupo Dignidade, PSTU, Conselho Federal de Psicologia, ANTRA e Defensoria Pública do Distrito Federal. Os *amicus curiae* contrários às ações eram a Associação Nacional de Juristas Evangélicos (ANAJURE), Frente Parlamentar “Mista” da Família e Apoio à Vida, e Convenção Brasileira das Igrejas Evangélicas Irmãos Meninitas (COBIM).

Naqueles anos, a Aliança Nacional LGBTI+, em operação desde 2016, tornou-se central para a promoção nacional da criminalização tanto no Legislativo quanto no Judiciário – tendo articulado, em 2017, junto a parlamentares e partidos políticos a “Carta da Diversidade – Plataforma Nacional dos Direitos Humanos e de Cidadania das Pessoas LGBTI+ na Agenda Legislativa e de Litigância Estratégica”. Seus signatários se comprometiam com a aprovação de projetos de lei e apreciação de ações que visassem a garantir a plena cidadania de LGBTs. No topo da lista das demandas legislativas desse documento, estava o eixo “Segurança e Seguridade: marco legal que proteja LGBTI e puna os crimes de ódio com base na orientação sexual e/ou identidade de gênero”; iniciando a lista de ações em tramitação no STF, “a criminalização da LGBTIfobia; equiparando-a ao Racismo”.

Liberado por Fachin em 17 de outubro de 2017, o MI 4733 entrou na agenda do STF para ser julgado em 14 de novembro de 2018. Com receio de que fosse considerado instrumento inadequado para aquele pleito e os possíveis efeitos negativos daquela decisão para o julgamento da ADO 26, a ABGLT solicitou que os julgamentos de ambas as ações ocorressem conjuntamente. A ADO seria liberada por seu relator em 20 de novembro de 2018. Inicialmente marcado para 12 de dezembro, o julgamento foi adiado para o ano seguinte por pedido de Celso de Mello para que o recesso judiciário não cortasse a leitura de seu voto.

Com esse anúncio, a Aliança Nacional LGBTI+ e a ABGLT intensificaram a pressão sobre os ministros e a articulação com a sociedade civil, com o ativismo LGBT e com a opinião pública por um julgamento favorável às ações. Nesse esforço, articulada à ABGLT, a *All Out Brasil*¹⁷⁴, que entregara ao presidente do STF 200 mil assinaturas a favor daquelas ações em novembro de 2018, lançou intensa campanha nas redes sociais com as “*hashtags*” #ÉCrimeSim e #CriminalizaSTF¹⁷⁵. Utilizadas no *facebook*, *instagram* e *twitter*, muitas vezes em postagens com relatos de LGBTfobia, essas “*hashtags*” transpunham para as redes sociais uma prática reiterada nas últimas duas décadas nos espaços nacionais do ativismo LGBT: a apresentação de denúncias de violência, muitas vezes narradas em primeira pessoa,

¹⁷⁴ Antes de tal campanha, a *All Out Brasil*, braço brasileiro da ONG estadunidense *All Out*, havia construído em 2012 uma campanha online com abaixo-assinado para aprovar o PLC 122/06. Com o mote “A Hora é Agora”, afirmava “Não podemos esperar mais! A hora é agora: tomem uma medida urgente para pôr fim à violência – aprovem o PLC 122, a lei contra a discriminação”. Para além de tais ONGs, articulações online eram uma tática comum do ativismo LGBT hegemônico desde as primeiras disputas em torno de projetos de lei criminalizantes no Senado, como apontam as mensagens convocando ativistas a votar “sim” nas enquetes online na página do Senado em torno de projetos de criminalização da LGBTfobia.

¹⁷⁵ Bem antes das *hashtags* #CriminalizaSTF e #ÉCrimeSim em 2019, houve campanhas online com a difusão de #plc122SIM em 2011 e a construção de abaixo-assinados pela internet. Ademais, como conta Entrevistada F, por volta de 2006, o tema da criminalização se debatia online em comunidades do Orkut como “Homofobia Zero” e “Homofobia Já Era”.

atrelada à inexorabilidade da criminalização. Acadêmicos-ativistas cumpriram também papel fundamental no processo de legitimação na opinião pública da criminalização pelas mãos do STF, como, por exemplo, com o artigo de opinião de Renan Quinalha “Por que precisamos criminalizar a LGBTfobia” em 12 de fevereiro de 2019.

Em 13 e 14 fevereiro, nos primeiros dias do julgamento, subiram à tribuna advogados gays, lésbica e trans representando as requerentes e os *amici curiae*¹⁷⁶, em cenário muito distinto de décadas anteriores e das dificuldades de ativistas LGBTs obterem auxílio jurídico. Nos discursos dessas advogadas ativistas, a criminalização aparecia como urgente frente à “banalidade do mal homotransfóbico” que pune simbólica e fisicamente as pessoas que não seguem a cisheteronormatividade, mesmo quem se autoidentifique como cisheterossexual. Associaram as cenas de assassinato brutais de Alexandre Ivo, Dandara dos Santos, Marielle e Matheusa a um *continuum* histórico de violência LGBTfóbica que teria episódios também no nazismo e na ditadura civil-militar brasileira, assim como denunciaram sua perpetuidade na trajetória de vida das pessoas LGBTs, violentadas por discursos e ações LGBTfóbicas desde crianças. Legislações de outros países foram articuladas como exemplos de proteção e criminalização, como EUA, Chile e Albânia, assim como a legislação brasileira de proteção às mulheres e sua alegada eficiência. Contra a “hierarquização de opressões”, argumentou-se que, enquanto mulheres, negros, crianças, idosos e deficientes teriam suas próprias leis penais, a população LGBT, não. Pleiteou-se, ademais, que a LGBTfobia seria uma forma de racismo quando definido como hierarquização social de grupos. Naquele discurso, um julgamento favorável ao MI e à ADO seria um reconhecimento de que a vida e a integridade física e mental da população LGBT importariam e seriam dignas de serem vividas e protegidas pelo Estado.

Nas sessões seguintes, em 20 e 21 de fevereiro, Celso de Mello, relator da ADO 26, apresentou seu parecer, tendo votado favoravelmente ao pleito no dia 21, seguido pelo parecer e voto favorável de Edson Fachin (relator do MI 4733), Alexandre de Moraes e Luis Roberto Barroso. Como essas ações somente voltariam à pauta do STF em 23 de maio, parlamentares se mobilizaram nesse ínterim tanto em táticas que impedissem o

¹⁷⁶ Para defender o MI 4733 e a ADO 26, subiram à tribuna três advogados gays (Paulo Iotti – GADvS; Alexandre Bahia – GADvS; Thiago Gomes Viana – GGB), uma advogada lésbica (Ananda Pucha - Grupo Dignidade e Aliança Nacional LGBTI) e uma advogada trans (Maria Eduarda Aguiar – ANTRA). Cumpre pontuar que a primeira vez que uma advogada trans realizou uma sustentação oral no STF havia sido pouco tempo antes, em 07 de junho de 2017, quando Gisele Alessandra Schmidt e Silva defendeu no julgamento da ADI 4275 o direito ao nome e à autodeterminação de gênero.

prosseguimento do julgamento¹⁷⁷ quanto aproveitando o espaço por ele aberto para apresentar projetos anti-LGBTfobia em moldes distintos daqueles julgados no STF. Deputados que antes lutavam contra o PLC 122, como Marco Feliciano (Podemos), apresentaram seus próprios projetos de criminalização – em 08 de maio, Feliciano protocolou o PL 2653/2019¹⁷⁸, retirando pautas trans e de gênero do texto e determinando que os discursos religiosos estariam fora do escopo das condutas criminalizadas. Foram retomadas negociações entre o ativismo religioso conservador e parlamentares pela criminalização da LGBTfobia – enquanto aqueles aceitavam criminalizar o homicídio e a lesão corporal de LGBTs (com aumento de pena no Código Penal), estes desejavam também punir o discurso de ódio contra a comunidade LGBT sem excluir os discursos religiosos. Uma vez mais, as disputas ocorriam dentro dos quadros de crime: entre o que criminalizar e a que práticas conceder salvo-conduto para a LGBTfobia. Naqueles meses de embates pelo direito de dizer o que é crime no Brasil, frente aos projetos que visavam à qualificação de homicídio ou lesão corporal ou à alteração da Lei de Racismo¹⁷⁹, distinguia-se o PL 2672/19, apresentado em 07 de maio por David Miranda (PSOL), o qual buscava “a proteção de pessoas em situação de violência baseada na orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero ou características biológicas ou sexuais”. Tendo como objetivo não a punição de agressores, mas a proteção de vítimas de violências, trata-se do primeiro projeto para a população LGBT que apresenta medidas protetivas e preventivas análogas àquelas previstas na Lei Maria da Penha e que, diferente daquele dispositivo legal, não articula medidas penais – distinto, também, portanto, dos escassos projetos anteriores que versavam sobre as vítimas, como o PL 7582/2014 (com dispositivos que previam o afastamento do agressor e um atendimento

¹⁷⁷ Dentre as táticas para que o julgamento não prosseguisse, dezoito deputadas (liberadas por Bia Kicis (PSL) e, dentre as quais, Marco Feliciano e Marcio Labre) apresentaram ao presidente do Senado em 27 de fevereiro um pedido de *impeachment* (Petição n. 6/2019) dos quatro ministros que haviam votado favoravelmente à ADO 26 e ao MI 4733.

¹⁷⁸ Esse projeto propunha acrescentar somente “orientação sexual” aos artigos 1, 3, 4 e 20 da Lei de Racismo, acrescida de um excluyente no art. 1 “Não incorrem nos crimes previstos nesta lei aqueles que professarem visão discordante a determinado comportamento social, desde que a mesma se dê no contexto do uso regular dos direitos de liberdade de crença e de livre exercício dos cultos religiosos, e que não incite a prática de violência”. O projeto, todavia, foi retirado no dia seguinte à sua proposição.

¹⁷⁹ No Senado, o PL 672/2019, em 12 de fevereiro, e o PL 860/2019, em 19 daquele mês, visavam alterar a Lei de Racismo. Em maio, no dia oito, apresentou-se o PL 2712/2019 a fim de tipificar a injúria qualificada em caso de orientação sexual; no dia 22, o PL 3032/2019 visando tipificar o homicídio qualificado e a lesão corporal em razão de orientação sexual e o crime contra orientação sexual, apresentando um excluyente quanto à “convicção ética, moral, filosófica ou crença religiosa”. Na Câmara Federal, em 21 de fevereiro, apresentou-se o PL 1051/2019, reapresentado em 04 de abril como PL 2057/2019, além dos mencionados projetos de David Miranda e Marco Feliciano; em 12 de junho, o PL 3453/2019 de Sóstenes Cavalcante (DEM) visava inserir nos crimes de homicídio e lesão corporal a causa de aumento de pena quando esses forem motivados pela transexualidade e/ou orientação sexual da vítima.

adequado em delegacias) e o PL 134/2018 (com fomento de políticas públicas de combate à violência).

Um dia antes do retorno do julgamento das ações no STF, a CCJ do Senado aprovou o PL 672/2019¹⁸⁰ de criminalização da LGBTfobia e o PL 191/2017 de ampliação da proteção da Lei Maria da Penha a mulheres trans, o que resultou em pedido enviado pelo presidente do Senado ao STF para que se reconhecesse a ausência de omissão do Congresso na pauta e para que se suspendesse, portanto, o julgamento das ações. Em 23 de maio, a maioria dos ministros se posicionou contra esse adiamento ou suspensão, argumentando que a aprovação naquela comissão não seria suficiente para que o Congresso não fosse considerado inerte. Foram fundamentais nessa decisão as críticas de Celso de Mello aos pedidos de *impeachment* protocolados no Senado contra os ministros que haviam sido favoráveis à criminalização. Naquela mesma data, Rosa Weber e Luiz Fux votaram favoravelmente às ações. Formou-se, então, a maioria necessária à criminalização¹⁸¹.

Como expusemos na Cena 02 desta dissertação, em 13 de junho¹⁸², os últimos votos foram proferidos. Cármen Lúcia e Gilmar Mendes acompanharam os ministros anteriores, enquanto Ricardo Lewandowski, Marco Aurélio e Dias Toffoli divergiram – estes, embora contrários àquelas ações judiciais, demarcaram posicionamento favorável à criminalização da LGBTfobia por vias legislativas. Por 8 votos a 3, a LGBTfobia foi, então, criminalizada no Brasil¹⁸³.

Este desenlace, longe de apontar o STF como uma panaceia ou seus ministros como bastiões da civilização, resulta de um processo histórico marcado por contingências políticas e sociais em que convergiram distintos fatores (assim como analisa Cardinali (2019: 215) acerca de outros processos de judicialização de direitos LGBTs), dentre os quais destacamos os longos debates legislativos e na sociedade civil em torno da criminalização que enraizaram

¹⁸⁰ Tal projeto precisaria ainda passar por turno suplementar naquela Comissão por se tratar de substitutivo ao projeto apresentado por Weverton (PDT) em 12 de fevereiro (reapresentando, com efeito, iniciativa da legislatura anterior).

¹⁸¹ Em reação, em 04 de junho, Marcio Labre (PSL) apresentou no Senado o PL 3266/2019 visando acrescentar na Lei de Racismo o seguinte trecho: “Não se enquadra, nem de forma análoga, em qualquer hipótese e a qualquer tempo, nas tipificações de crime de preconceito de raça ou de cor, a homofobia ou outra forma de orientação sexual”.

¹⁸² Após 13 de junho, seguiram sendo apresentados projeto de lei relativos à criminalização – seja para revogá-la no mesmo intuito do projeto de Marcio Labre (PSL), seja para criminalizá-la por lei.

¹⁸³ Para a análise que se segue, embasamo-nos em análise documental realizada na ementa do acórdão da ADO 26 e dos votos dos ministros disponibilizados até o momento da redação desta dissertação, em que a íntegra do acórdão ainda não havia sido publicada em tempo hábil para análise. Foram analisados os votos dos ministros Celso de Mello, Edson Fachin, Ricardo Lewandowski, Marco Aurélio Mello, Gilmar Mendes, Luiz Fux, Luis Roberto Barroso e Alexandre de Moraes.

a legitimidade da pauta em amplos setores sociais¹⁸⁴, o estabelecimento de certo consenso em grande parte do mundo jurídico em torno da gravidade da LGBTfobia como problema social brasileiro e a conjuntura política e social após as eleições de 2018 saturada pela legitimação social de ataques abertos a dissidentes sexuais e de gênero, fator que pode ter sido fundamental para acelerar o tempo da apreciação dessas ações na agenda daquele tribunal.

Para compreendermos os termos em que o STF tornou a LGBTfobia crime, detenhamo-nos sobre o que foi demandado e quais respostas foram formuladas. Pedia-se no MI e na ADO o reconhecimento da homofobia e da transfobia como racismo (no artigo 5º da Constituição Federal inciso XLII)¹⁸⁵ ou como discriminações atentatórias a direitos e liberdades fundamentais (art. 5º CF inciso XLI); o reconhecimento de mora inconstitucional do Congresso Nacional (CN) na criminalização específica da homofobia e transfobia e a fixação de prazo para que o CN criminalizasse a homotransfobia. No julgamento, reconheceu-se o estado de mora inconstitucional do CN frente ao mandado de incriminação (isto é, a uma obrigação posta pela Constituição de que se criasse tal tipo penal), declarou-se a existência de omissão normativa inconstitucional do CN e deu-se interpretação conforme à Constituição para enquadrar a homofobia e a transfobia nos tipos penais definidos na Lei de Racismo¹⁸⁶ até que se aprove legislação autônoma pelo CN. Declarou-se que seus efeitos se aplicariam já a partir da conclusão do julgamento.

Solicitava-se também que, caso o Congresso não cumprisse o prazo ou o STF considerasse desnecessário estabelecê-lo, fosse superado o princípio da reserva legal a fim de tipificar a homofobia e a transfobia na Lei de Racismo ou por tipificação específica. Esse era o mais controverso dos pedidos no âmbito jurídico por a reserva legal ser um princípio do direito penal segundo o qual somente existe crime com lei anterior que o defina, não havendo a possibilidade de que outros documentos normativos, que não leis, ensejem

¹⁸⁴ Em pesquisa durante o julgamento do STF, 55% da população paulistana era favorável e 22% contrária à criminalização (Santiago, 2019).

¹⁸⁵ Enquadradas, como se pleiteava naquelas ações judiciais, no conceito ontológico-constitucional de racismo, embasado no Caso Ellwanger de 2003.

¹⁸⁶ Cumpre destacar o argumento apresentado pelo Ministro Marco Aurélio referente a caso anterior em que o STF decidira por a homofobia não se enquadrar na Lei de Racismo. Em 08 de janeiro de 2013, o Ministério Público Federal (MPF) denunciara criminalmente o deputado Marco Feliciano pelo *tweet* “A podridão dos sentimentos dos homoafetivos levam ao ódio, ao crime, a (sic) rejeição”, argumentando que se enquadraria no art. 20 da Lei 7716/89 por discriminação por orientação sexual. Salta aos olhos, ademais, que tal post atualizava a associação entre homossexualidade e crime. O pedido do MPF, no entanto, não foi aceito pela primeira turma do STF (Ministro Marco Aurélio, Ministros Dias Toffoli, Luiz Fux, Rosa Weber e Luis Roberto Barroso) em 12 de agosto de 2014, sob o argumento da impossibilidade de se interpretar que tal lei versaria sobre a “discriminação por opção sexual”. Em 2019, no julgamento da ADO 26 e do MI 4733, Marco Aurélio e Dias Toffoli mantiveram aquela posição.

incriminações. Embora o acórdão não acolha o pedido de superação da reserva legal, diversos juristas, além dos ministros vencidos, apontaram que a decisão favorável à ADO e ao MI desrespeitava em si esse princípio fundamental a liberdades democráticas e à limitação do direito penal (Karam, 2019).

Demandava-se, ademais, a fixação da responsabilidade civil do Estado, isto é, que se declarasse o dever de o Estado indenizar por “danos morais, materiais e estéticos todas as vítimas de crimes motivados pela orientação sexual ou identidade de gênero, real ou suposta, da vítima, no mínimo enquanto não for criada a referida criminalização específica” (Brasil, 2013b). Os ministros, considerando a ADO e o MI como instrumentos inadequados para demandar indenizações ao Estado, não acolheram tal solicitação. No entanto, a lógica constitutiva daquele pedido, o nexo causal entre a não-criminalização (a omissão do Estado) e a perpetuação de agressões LGBTfóbicas, não seria afastada pelos argumentos apresentados pelos ministros naquela decisão judicial. No MI 4733, afinal, buscava-se construir a responsabilidade do Estado frente à violência LGBTfóbica nos seguintes termos:

[...] omissão do Estado [“conduta omissiva”; ausência de ação que deveria ter sido tomada] relativamente a ato que já deveria ter elaborado (legislação criminal tipificadora da homofobia e da transfobia como crimes), causadora em homofóbicos e transfóbicos em geral a sensação de que teriam um pseudo “direito” de ofender, agredir, ameaçar e discriminar pessoas em razão de sua orientação sexual e/ou de sua identidade de gênero, donde configurado também o nexo causal entre a omissão do Estado na criminalização específica de tais condutas e as ofensas, agressões, ameaças e/ou discriminações sofridas por tais pessoas em razão de sua orientação sexual e/ou de sua identidade de gênero [...] (Brasil, 2012).

Com esse julgamento, atendia-se, em suma, ao cerne daquelas ações judiciais: “homofobia” e “transfobia” tornaram-se qualificadoras como motivo torpe de homicídio doloso qualificado e a discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero passou a ser recepcionada na Lei de Racismo (que pune com até cinco anos de cárcere práticas de discriminação na admissão ao trabalho, no ingresso a instituições de ensino, nas relações de consumo, nas Forças Armadas e no convívio familiar; assim como os discursos discriminatórios). Naquele 13 de junho, Cena 02 desta dissertação, houve uma grande festa de celebração da qual participaram diversas ondas ativistas em um contexto de ataques abertos aos direitos LGBTs – algumas pró-criminalização de longa data, outras comemorando o reconhecimento estatal da LGBTfobia apesar de ter sido pela via criminal ou ainda que pelas mãos do STF. Outras ondas, todavia, não compareceram àquela festa e não celebraram o coroamento daquele processo.

3. Quadros antirracismos e anticarcerários: “A superação da homofobia não virá do direito penal”¹⁸⁷

Indícios de ondas antirracismos e antirracismos no ativismo LGBT brasileiro emergem em diversos pontos desta trajetória, sendo possível identificá-los a partir de uma leitura a contrapelo de documentos produzidos por campanhas pela criminalização. Em um sítio eletrônico de difusão de informações sobre o PLC 122, havia, em junho de 2011, uma seção “Erros e Dúvidas Comuns ao se referir ao PLC 122/06”, na qual se respondiam perguntas “comuns”, seja em torno do trâmite do projeto, de um possível conflito com o direito à “liberdade de expressão” ou da plausibilidade de que a lei conferiria um “*status* superior para gays”. Frente a tais dúvidas, respondia-se prontamente que não se trataria nem de um privilégio nem de uma peça inconstitucional, mas de um direito historicamente negado. Esses eram os termos nos quais se construía a controvérsia pública entre ativistas LGBT criminalizantes e ativismos religiosos conservadores. Nenhuma pergunta aparecia sobre o aspecto penal e carcerário do projeto – nem nessa seção ou em qualquer outra daquele sítio eletrônico. Em junho de 2019, por outro lado, logo após a criminalização da LGBTfobia, havia no site da campanha #CriminalizaSTF, da *AllOut Brasil*, da ABGLT e de outras organizações, uma seção denominada “Algumas Dúvidas Comuns”. Dentre as seis perguntas ali apresentadas, duas se distinguiram frontalmente do que se perguntava em 2011: estas questões não se voltavam à controvérsia com religiosos conservadores, mas abordavam outras inquietações que então se tornavam “comuns” e precisavam ser respondidas – justamente o aspecto carcerário da proposta.

Quem discriminar pessoas LGBT+ agora vai pra cadeia?

Não. Enquanto o Congresso não aprovar uma nova lei, como o STF decidiu, a orientação sexual e a identidade de gênero passam a ser consideradas dentro da lei que já proíbe outros tipos de discriminação (por exemplo, a discriminação por raça/etnia ou religião). Essa lei prevê, sim, pena de prisão em alguns casos – embora, na maioria deles, ela seja substituída por penas alternativas, como serviços comunitários e pagamento de multas. Isso ainda pode mudar, dependendo da lei que o Congresso Nacional elaborar pra tratar do assunto. [...]

Não seria melhor uma lei que evitasse mandar mais gente pra cadeia?

A gente acha que sim – e essa discussão vai ter que acontecer quando o Congresso começar a discutir uma lei para tratar desse assunto. Nós acreditamos que penas alternativas funcionam melhor no combate a todo tipo de discriminação. Por outro lado, sem mudanças mais amplas na lei, existe o risco de “hierarquizar” discriminações, como se algumas delas fossem mais graves que outras.

A fim de compreendermos como se tornou possível esse momento em que as ondas criminalizantes responderam publicamente à crítica antirracista e/ou antirracista,

¹⁸⁷ Trecho de texto de Jean Wyllys acerca da criminalização da LGBTfobia no STF em 2019.

construímos nesta seção uma genealogia dos quadros antirracistas e antirracistas no ativismo LGBT brasileiro, isto é, dos modos de problematizar a LGBTfobia que se contrapuseram às estratégias criminalizantes e/ou ao emprego do encarceramento. Ainda que na maior parte do processo de circulação e enraizamento da estratégia da criminalização não se tenha configurado como controvérsia ampla entre ativistas LGBTs uma disputa entre quadros de crime ou de abolição, é imprescindível construirmos uma genealogia dos enquadramentos críticos à criminalização por duas razões. Por um lado, por nos permitir escapar da metonímia hegemônica nos estudos que tomam as lutas anti-LGBTfobia como sinônimo de lutas criminalizantes. Por outro, porque não escavar essa história seria deixar escapar alguns dos fios que teceram as próprias formações criminalizantes: os quadros de crítica ao direito penal não somente circularam entre ativistas LGBTs, como produziram efeitos nos projetos e nas táticas formuladas pelas ondas hegemônicas e no discurso público por elas propagado, como na resposta à “dúvida comum” que indagava se “não seria melhor uma lei que evitasse mandar mais gente para cadeia”.

Ao abordar essas ondas, designamos “antirracistas” não as estratégias meramente não-penais (e conciliáveis com táticas carcerárias), mas as distintas estratégias e discursos que apresentaram uma recusa explícita da conexão entre combate à violência, criminalização e encarceramento e uma crítica aberta à possibilidade de produção de justiça pelo cárcere e pelo acionamento do sistema penal. Embora tais ondas sejam fundamentalmente “antirracistas”, contrárias ao encarceramento como solução, os quadros “anticárcere” as extrapolam e foram articulados também por ativistas que eram favoráveis a uma criminalização sem aprisionamento. Dentro do espectro propriamente “antirracista”, houve tanto ondas que, defendendo o direito penal mínimo, posicionavam-se contra as penas carcerárias e a centralidade da criminalização¹⁸⁸, quanto ondas abertamente abolicionistas. Fora desta categoria estão os quadros críticos aos projetos de criminalização da LGBTfobia que não se contrapunham ao seu aspecto penal: tanto as críticas em torno das condutas a serem criminalizadas, mas não do emprego do direito penal, quanto as de certos ativistas do movimento negro hegemônico os quais, criticando que ativistas LGBTs “pegassem carona” na luta racial (Entrevista D) e alterassem a Lei de

¹⁸⁸ Tomando como critério de classificação os efeitos das práticas, os discursos que se alicerçavam no direito penal mínimo para propor ou apoiar diretamente as ações judiciais ou os projetos de lei que previam o encarceramento de LGBTfóbicos ou o aumento do *quantum* punitivo de tipos penais foram considerados como parte de frequências criminalizantes e não antirracistas.

Racismo, reprovavam os investimentos LGBT sobre ela e defendiam uma criminalização por outros caminhos.

Os quadros críticos à *criminalização* como estratégia de combate da LGBTfobia podem ser lidos fundamentalmente como uma recusa à batalha pelo direito de ter uma lei penal antidiscriminatória para si e uma recusa a se lutar pelo direito a encarcerar acusados de LGBTfobia. Tal direito a recusar direitos (Moten, 2007) e a “recusar demandar os direitos que nos têm sido recusados [pode significar] virar as costas à cenoura balanceada pelo Estado e ir atrás de nutrição em outro lugar” (Halberstam, 2012: 204). Esses ativismos, buscando alternativas à justiça penal, rejeitam que seria fundamental a sinalização simbólica da criminalização e, quando se movimentam em instituições políticas estatais, mobilizam-se por outros direitos, símbolos e horizontes de luta. Por se conceber o “anticriminalizante” dessa forma, compreendemos que essas estratégias e ondas encontram-se menos nos registros dos grandes eventos nacionais do ativismo LGBT institucionalizado e nos debates que passam pelos corredores das instituições estatais – espaços nos quais se recusam a estar grande parte dos que constituem suas lutas em quadros de abolição – e mais nas ações comunitárias que negam o sistema de justiça criminal como solução ao forjar cotidianamente redes de proteção e reparação frente à contínua violência.

Soma-se a essa característica o fato de que essas ondas não foram hegemônicas no ativismo LGBT brasileiro e, portanto, nos encontros e reuniões nacionais que foram organizados nessas décadas. São, portanto, mais escassos os registros delas e mais precárias as possibilidades de se acompanhar suas transformações no *corpus* documental construído para esta pesquisa. Devido a tais limitações, a genealogia da questão anticarcerária e anticriminalizante aqui apresentada tem pretensões limitadas frente ao esforço análogo construído em torno dos quadros de crime. Dentro das possibilidades e dos limites dos dados produzidos para análise nesta pesquisa, mobilizamos nesta genealogia justamente os esparsos registros escavados em documentos dos encontros nacionais, em entrevistas realizadas para esta dissertação e em matérias jornalísticas produzidas durante os meses do julgamento das ações judiciais de criminalização.

Se retormarmos episódios narrados nas seções anteriores, podemos destacar que as ondas hegemônicas do ativismo LGBT brasileiro tiveram contato, desde os anos 1980, com críticas ao direito penal formuladas por criminólogos críticos, como Nilo Batista, que apontava a preferência por caminhos não penais de combate à discriminação. Nas décadas seguintes, o trâmite de projetos de lei criminalizantes foi acompanhado pela presença em audiências públicas e seminários de destacadas críticas de juristas e pesquisadoras do direito

(LGBTs ou não) relativas tanto à penalização daquelas condutas quanto a um “excesso punitivo”¹⁸⁹. Nesse percurso, determinadas parlamentares apresentaram discursos críticos anticarcerários quanto ao PLC 122/06, como a senadora Marinor Brito¹⁹⁰ em 2011. Como vimos, os quadros anticarcerários e/ou antirracistas, ao circularem entre as lideranças do ativismo LGBT hegemônico, ainda que não tenham alterado suas estratégias, produziram certos deslocamentos táticos em determinados momentos, como no substitutivo de 2009 do PLC 122/06.

Quanto às críticas que emergiam dentro do ativismo LGBT, saltam aos olhos, na análise das entrevistas que realizamos, a emergência, a partir dos anos 2000, de algumas ondas críticas no ativismo LGBT ao estatuto conferido ao PLC 122/06 – diversos ativistas afirmavam que aquela não deveria ser a prioridade, mas uma parte deles apostava na importância do trâmite legislativo da criminalização para a construção de um debate público em torno da violência contra a população LGBT (Entrevista J). É notável, além dessas críticas ao grau de prioridade, a circulação, ainda que em baixa ressonância, de quadros anticarcerários e/ou antirracistas. A constatação, na maior parte das entrevistas realizadas, de que havia vozes dissonantes – ainda que se afirme que “eram poucos que eram contra, que tinham essa visão mais crítica assim” (Entrevista G) – aponta para as disputas em jogo nas fileiras ativistas em torno das estratégias de discussão pública e de combate da LGBTfobia.

Quadros propriamente antirracistas circulavam entre ativistas LGBTs principalmente por meio dos trânsitos de determinados militantes por espaços e redes sociais em que estavam mais consolidadas as críticas ao emprego do direito penal como forma de combate à violência. Notadamente, de um lado, militantes que circulavam por ativismos

¹⁸⁹ No Seminário de 1999, um procurador afirmou que “às vezes nos importamos muito com a questão penal [...] E as medidas de discriminação positivas? E as políticas públicas? E como é que fazemos para acertar as questões patrimoniais decorrentes até da discriminação?”. Em uma das audiências públicas no Senado em 2008, uma procuradora da República, em embate com a senadora Ideli Salvatti (PT) e ativistas LGBT que consideravam a criminalização essencial para a eficácia da punição em casos de LGBTfobia, afirmou que “embora penalidades severas possam causar a sensação de que haverá uma punição adequada, na prática os operadores do direito se tornam refratários à aplicação da lei, o que cria entraves à eficácia da mesma” (Gama, 2017: 156).

¹⁹⁰ Em dezembro de 2011, em reunião sobre o substitutivo do PLC 122/06, a senadora, posicionando-se de modo contrário à criação de novos tipos penais no substitutivo de Marta Suplicy, defendia, ademais, a importância de legislação específica que protegesse homossexuais para além das decisões judiciais existentes – “diante da imobilidade do Poder Legislativo sobre esta questão, o Judiciário acabaria por tomar a iniciativa resolvendo os impasses, como no caso do reconhecimento da união homoafetiva. Nesse contexto, não adiantaria os parlamentares reclamarem que estava havendo a judicialização da política e reivindicarem seus papéis de legisladores” (Gama, 2018: 167). Afirmando ser favorável à aprovação do projeto nos termos do substitutivo de 2009, Brito propôs um adendo de substituição das penas previstas, no caso de condenado não reincidente específico, pela prestação de serviços à comunidade e por medidas educativas como comparecimento a programas ou cursos acerca da diversidade sexual e de gênero.

populares e antirracistas pelo desencarceramento, pelo antiproibicionismo e contra a violência policial e o genocídio negro e indígena; de outro lado, ativistas que tinham contato, pelos corredores de determinadas faculdades de direito ou por meio de outras experiências com o mundo jurídico penal, com os ativismos de juristas, criminólogos críticos e penalistas, abolicionistas ou defensores do direito penal mínimo. Cumpre ressaltar que, assim como o ativismo LGBT, estes outros espaços sociais, os movimentos populares com pautas desencarceradoras e os corredores do mundo jurídico, não eram homogêneos, mas compostos por diferentes posições, discursos e estratégias frente ao sistema penal – os processos de criminalização de violências foram também legitimados em diversos movimentos populares antirracistas e, principalmente, nos corredores das faculdades de direito e dos tribunais brasileiros, estes que cotidianamente são parte da produção do encarceramento em massa.

Dos registros e das memórias narradas sobre os Encontros Nacionais e as Conferências Nacionais LGBT, despontam vozes dissonantes articulando quadros críticos à criminalização ao menos desde o XI EBGLT (2005), ocorrido um ano após a ABGLT ter decidido priorizar a criminalização. Naquele encontro, Marinalva Santana (Liga Brasileira de Lésbicas; Matizes – PI), em painel com Lula Ramires (Corsa – SP), apresentaria visão crítica à estratégia da criminalização questionando essa demanda frente ao fato de que “o próprio Estado era quem mais violava nossos direitos” e “quem não nos reconhecia como sujeitos de direitos” (Entrevista G). Posição semelhante seria apresentada na 1ª Conferência Nacional LGBT (2008), quando essa mesma ativista divergiria da estratégia de se fazer “qualquer negócio” pela criminalização – propunha, então, que o movimento adentrasse o Judiciário para garantir a não discriminação, não por meio de uma nova tipificação penal, mas pela aplicação de dispositivos antidiscriminatórios constitucionais. Três anos mais tarde, na Conferência de 2011, Jean Wyllys ganharia destaque com seu discurso antirracista e anticarcerário.

Além do discurso de Wyllys e Santana, foram escassos os indícios destes quadros no que restou registrado dos Encontros e Conferências Nacionais. Esse quase silêncio nos registros escritos analisados aponta, no entanto, menos para a inexistência desses quadros nos debates internos ao movimento e mais para o caráter consensual e hegemônico das diretrizes aprovadas naqueles eventos e das falas transcritas daqueles convidados para compor as mesas de debate, em geral lideranças do ativismo institucional. Somente pudemos analisar os discursos antirracistas de Wyllys e Santana por essas serem lideranças que discursaram em mesas nesses eventos e, por esta razão, tiveram suas falas registradas. Para além deles, estiveram presentes nas Conferências Nacionais diferentes conjuntos de ativistas

com posicionamentos contrários à criminalização e/ou ao encarceramento, os quais, no entanto, jamais se tornaram hegemônicos, segundo apontam certas entrevistas com ativistas criminalizantes que estiveram presentes naquelas Conferências (Entrevistas H e K). Os quadros anticarcerários defendidos por tais ondas minoritárias podem ser apreendidos mesmo da leitura de certas propostas aprovadas na 1ª e na 3ª Conferência que pautavam uma criminalização que fosse explicitamente com “penas alternativas”¹⁹¹ de caráter pedagógico e informativo.

É notável que, mesmo frente a tais indícios, construiu-se largamente um discurso da não-existência de críticas anticriminalizantes entre ativistas LGBT brasileiros – discurso tecido tanto pelos registros oficiais do ativismo institucionalizado quanto pelas falas de algumas ativistas das ondas criminalizantes que, em entrevista, afirmavam não ter havido LGBTs ativistas que fossem críticas àquela demanda (Entrevista B e J). Tal discurso, com efeito, diz respeito a como se produz a escrita e a memória de um movimento social e o que resta (quase) sem registro e que se torna extrínseco àquela história – críticas à criminalização da LGBTfobia inscrevem-se, nesse discurso, como “fora” do ativismo.

Dentro das fileiras ativistas, os quadros anticriminalizantes ganharam uma maior ressonância ao serem articulados amplamente por um ativista LGBT de grande projeção nacional a partir de 2011: o deputado federal, Jean Wyllys (PSOL), hoje em exílio, tornou-se, nos anos 2010, a principal voz anticriminalizante registrada nas atas de reuniões e conferências do ativismo LGBT e na literatura acadêmica (Gama, 2017; Toitio, 2016; Aguião, 2014). Não só Wyllys, mas a equipe de seu mandato e setores do PSOL, que eram declaradamente próximos a ativismos comunitários anticarcerários, apresentaram posições divergentes daquelas defendidas pelas ondas hegemônicas do movimento nacional tanto em espaços do ativismo LGBT quanto dentro daquele partido – ainda que nele não fossem consensuais os quadros anticarcerários, as disputas e divergências internas quanto à priorização e à defesa da pauta o levariam a não demonstrar interesse em apresentar ação judicial criminalizante (Entrevista L).

Defendendo um direito penal mínimo, o mandato de Wyllys visava tornar a via penal último recurso a ser empregado e recusava o cárcere como solução. Desde 2011, o

¹⁹¹ Na 1ª Conferência, aprovou-se a diretriz “Instituir um Projeto de Lei no qual a aplicação das penas alternativas, de crimes de menor potencial ofensivo que envolvam homofobia, sejam frequentar cursos de direitos humanos e fóruns de discussão LGBT além de prestar serviços às instituições públicas e privadas de defesa dos direitos LGBT”; na 3ª Conferência, “Aprovar lei que criminaliza a LGBTfobia, que atenda à função restaurativa da pena e a proporcionalidade, prevendo para os casos sem violência física ou patrimonial, penas alternativas, de natureza pedagógica e informativa e penas restritivas de direitos, todavia que possa haver detenção em casos gravíssimos ou reincidência”.

parlamentar afirmava-se como ativista pelos direitos humanos e contra o Estado penal, tendo declarado, na 2ª Conferência Nacional, que, apesar de enfrentar publicamente a defesa do PLC 122, a prioridade de seu mandato era a pauta afirmativa do casamento¹⁹², que não incidia em questões de restrição de liberdade e que teria maior potencial de transformação cultural a médio prazo. Nos debates daquela Conferência, em grande parte em torno da tipificação de discursos contra LGBTs em espaços religiosos, Wyllys questionou outros termos do PLC 122/06:

Não interessa um projeto de lei que coloque penas absurdas, pesadas, de reclusão, quando a gente sabe que as prisões estão superlotadas de negros e pobres; queremos multa, prestação de serviços, sobretudo para a comunidade ofendida [...] os pobres não têm acesso à justiça, a gente vê pela maneira como eles são tratados (Brasil, 2011).

Após aquele evento, enquanto o movimento LGBT hegemônico seguia visando à aprovação da criminalização da LGBTfobia – pelas vias legislativa e judicial –, o mandato de Jean Wyllys buscava alterar a prioridade do ativismo LGBT, lançando em março de 2012 a campanha “Casamento Civil Igualitário – os mesmos direitos com os mesmos nomes”. Em 18 de junho, um dos ativistas que lhe apoiavam, Dario Neto, publicou um texto online indicando o “equivoco político” que teria ocorrido nos anos 2000 quando houvera um giro em direção à pauta punitiva em detrimento do casamento. Um grave efeito dessa inversão de pauta no diálogo com a sociedade, segundo o ativista, teria sido a passagem do debate do campo civil para o penal; da luta por direitos inalienáveis à vida, à liberdade e à busca por felicidade (da qual o casamento seria a pauta principal) à luta pela criminalização, não somente da violência física, mas de qualquer discurso vexatório e injurioso contra LGBTs. Considerando o casamento como garantidor da cidadania e que o seu impedimento seria a mais abusiva das violações, defendia a necessidade de se parar de “insistir” no PLC 122¹⁹³. Em resposta a essa campanha e aos argumentos mobilizados por Neto e Wyllys, outras ativistas criticaram essa “nova inversão”, defendendo tanto o casamento quanto a criminalização como igualmente prioritários¹⁹⁴. Outra tentativa de alteração de prioridade

¹⁹² Como exemplo dessa prioridade, destacamos que, em 2011, ao organizar o VIII Seminário LGBT da Câmara dos deputados, que antecedia a II Marcha Nacional Contra a Homofobia – manifestação em geral centrada na criminalização e na educação –, Wyllys escolheu como tema “Quem ama tem o direito de casar – pela aprovação da PEC do casamento civil entre homossexuais” (Aguião, 2014: 127).

¹⁹³ “Tornar essa PEC o carro chefe de nossa luta não significa abandonar o PLC 122 e outros projetos de lei, mas compreender que nenhum direito nos será garantido enquanto não formos vistos como cidadãos e cidadãs plenas de direitos. É preciso lutar, antes de qualquer criminalização, pelo direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade e a essas categorias pertencem inquestionavelmente o direito ao lar e ao casamento” (Neto, 2012).

¹⁹⁴ Em 24 de junho, Rita Colaço publicou em seu blog um texto em resposta a Neto, “O velho ou isto ou aquilo ou A Quem interessa polarizar a agenda LGBT?”, argumentando que o que estaria em jogo no PLC 122 seria “a luta por uma vida digna, livre de humilhações” constitutiva da história do movimento LGBT – já o casamento seria pauta com maiores limitações, uma causa com conteúdo “patrimonialista, individualista”. Contra a priorização do casamento entre 1995 e 2004 e da criminalização a partir de então, defendia que “sobretudo após

ocorreria em 2013 e 2014 com o PL de Identidade de Gênero (PL 5002/2013) apresentado por Jean Wyllys nos moldes de lei similar argentina, o qual seria defendido como prioritário por parte de ativistas do PSOL e do ativismo trans e travesti (Entrevista L).

Embora as campanhas por outras prioridades não tenham sido bem sucedidas¹⁹⁵, o mandato de Wyllys não deixaria de intervir criticamente frente à criminalização, tendo se posicionado, por exemplo, em reunião do CNCD/LGBT em abril de 2013 (14ª Reunião Ordinária), defendendo que “não [se] pode tratar a homofobia apenas do ponto de vista penal, pois os Parlamentares estão engajados em outras lutas que reduzem o estado penal, e que limita a gestão da pobreza mediante penalização com investimento em penas alternativas”. Naquela reunião, o acadêmico-ativista Fernando Seffner (ABEH) seguiria os quadros antirriminalizantes de Wyllys, afirmando que “todos vivem no país uma espécie de pânico moral que aponta o encarceramento e a criminalização como saída para todas as coisas”; propunha, em seu lugar, foco em políticas de educação. Naquele Conselho, todavia, havia largo consenso sobre a agenda prioritária do ativismo LGBT institucionalizado, como aponta Irineu (2016), com poucas organizações e ativistas apresentando divergências, seja em relação àquela demanda ou a outras.

Para além do mandato de Jean Wyllys, é notória a circulação de quadros anticarcerários no Grupo Identidade (Campinas-SP), cujos militantes seriam lembrados por ativistas paulistas entrevistadas (Entrevistas K e L) como aqueles que teriam levantado posição crítica à criminalização por encarceramento e à “esperança tão grande” depositada em medidas penais (Entrevista N). Esses ativistas, no entanto, não apresentavam estratégia semelhante à do mandato de Jean Wyllys – a partir de debates em 18 de setembro de 2011 e em 12 de fevereiro de 2012, o grupo defenderia uma criminalização sem aprisionamento, com a preocupação de “evitar que a nossa colocação sobre isso colocasse água no moinho dos que eram contra qualquer medida de enfrentamento à LGBTIfobia” (Entrevista N). Ao apresentarem essa proposta em outros espaços do movimento e em listas de e-mail da militância paulista daqueles anos, no entanto, “não parecia ter muita ressonância” esse posicionamento (Entrevista N). Quatro anos mais tarde, esse grupo voltaria a realizar atividade aberta sobre a criminalização, logo após ter debatido sobre violência policial em 17

o ajuizamento da ADPF 132, vimos a entidade hegemônica no cenário político nacional [a ABGLT] posicionar-se de maneira equânime em prol de ambas as reivindicações (o projeto de lei antidiscriminação, PLC 122 e a reivindicação do casamento civil), superando, assim, a antiga visão binária, antagonista, compreendendo que é possível lutar em ambas as frentes de combate”.

¹⁹⁵ A não aposta na lei do casamento, em larga medida, deve-se ao fato de que em maio de 2013 o CNJ determinaria a possibilidade de conversão da união estável de casais do mesmo sexo em casamento.

de julho de 2016 na atividade “Por que a PM bate nas travas, bichas e sapas? Porque tantos jovens negros são assassinados pela PM? Roda de Conversa sobre Violência Policial”. Em 18 de setembro, foi realizada a atividade “Criminalizar a trans/lesbo/homofobia? Crimes de ódio e o sistema penal”, tendo sido convidado ao debate Paulo Iotti, autor das ações criminalizantes no STF, e o mandato de Jean Wyllys. Retomavam, então, as discussões de 2011 e 2012, em parte porque “a posição do Jean incidia em relação a alguns militantes do grupo” (Entrevista N) no qual voltava a se questionar a demanda criminalizante, como aponta a descrição daquele evento no *facebook*:

O Identidade organizou há uns 5 anos atrás uma discussão sobre a penalização dos crimes de ódio sem o aprisionamento, a partir dos questionamentos que muitxs militantes do grupo faziam às propostas então em tramitação no Congresso, *por uma compreensão de que um sistema penal, policial e judicial neste estado burguês, com seu caráter classista, racista, machista e opressor, não poderia ser a resposta adequada a tais violências*. Na época, apesar de todos estes questionamentos, consideramos que nossa discussão deveria continuar internamente para aprofundarmos estas compreensões e avaliarmos a oportunidade de abrir tal debate em espaços mais amplos do movimento. Mais recentemente o Deputado Federal Jean Wyllys (PSOL-RJ) passou a defender e anunciar a apresentação de uma proposição legislativa na via da criminalização da trans/lesbo/homofobia sem o aprisionamento, dialogando com xs defensorxs do abolicionismo penal. *Essa discussão já tem provocado alguns acirramentos nos debates, e ao que parece isso vem ocorrendo ao largo de boa parte da militância organizada da diversidade sexual*. Para retomarmos nosso debate convidamos todxs xs interessadxs para esta Roda de Conversa, “Criminalizar a trans/lesbo/homofobia? Crimes de ódio e o sistema penal”. (grifos nossos).

A partir de 2016, os quadros críticos ao enquadramento da LGBTfobia como questão de crime passaram a ressoar com maior amplitude, extravasando os círculos das ativistas que historicamente transitavam também por lutas anticarcerárias e/ou por debates criminológicos e jurídicos. Quadros anticriminalizantes passaram a ocupar um lugar mais amplo, ainda que largamente minoritário, entre uma geração mais jovem de ativistas LGBTs que circulavam por debates em redes sociais e eventos públicos sobre LGBTfobia, nos quais passaram a estar mais presentes discursos declaradamente abolicionistas penais. Esse processo deve ser compreendido à luz de uma conjuntura histórica em que se expandiu o debate crítico sobre encarceramento em massa em ativismos de esquerda no Brasil, com a organização de múltiplos eventos públicos de crítica ao cárcere e o fortalecimento de redes de militância pelo desencarceramento e pelo abolicionismo penal. A maior circulação de ativistas LGBTs por estes espaços e a maior circulação de discursos e estratégias abolicionistas entre jovens ativistas influenciaram as experiências de militância de ativistas LGBTs nesse período – o que pode ser percebido tanto pelo aumento da frequência de posições explicitamente anticriminalizantes quanto pelas respostas que passaram a ser formuladas pelas ondas criminalizantes frente a tais críticas. Nesse momento histórico, formava-se também um

ciberativismo LGBT e, em particular, trans, corolário de um processo de democratização no acesso à internet e a novas tecnologias de comunicação e informação (Carvalho, 2015). Tanto em arenas online quanto em espaços offline do ativismo (Bulgarelli, 2018), propagavam-se com frequência maior entre esses jovens ativistas os quadros antirracistas.

As jovens militantes que neste período demarcaram uma posição crítica à criminalização não estavam inseridas nas mesmas estratégias de ativismo institucional das ondas hegemônicas pró-criminalização e, por vezes, contrapunham-se às formas institucionais daqueles ativismos. Constituíam, com efeito, uma geração de ativistas distinta daquela cujas práticas haviam consolidado nas décadas anteriores um consenso em torno da criminalização. Nessa constelação, em determinados grupos de militância por direitos humanos, deixaria de ser considerada como uma posição automaticamente contrária à população LGBT declarações contra a criminalização da LGBTfobia (Entrevista L) – ser contra essa medida, afinal, também poderia ser uma posição favorável aos direitos humanos. Entraria, então, no horizonte de possibilidades de parte dessa nova geração de ativismo com maior circulação por debates abolicionistas ou desencarceradores, posições, ao mesmo tempo, anti-LGBTfóbicas, anticarcerárias e antirracistas.

A circulação desses quadros marcou, ao mesmo tempo, a produção acadêmica sobre ativismo LGBT e políticas LGBTs no Brasil. Questionamentos críticos ao emprego do cárcere e ao estatuto da estratégia de criminalização estiveram presentes na tese de Rafael Toitio (2016), assim como uma perspectiva abolicionista e de aberta crítica ao sistema penal constituiu as dissertações de Viviane Vergueiro (2015) e Gab Lamounier (2018) e a própria tessitura do projeto desta dissertação. Produtos deste tempo histórico, essas obras emergem em um momento em que críticas abolicionistas que há décadas eram espalhadas entre determinados grupos acadêmicos e ativistas passaram a ter maior possibilidade de ressoar entre acadêmicos engajados em ativismos de dissidentes sexuais e de gênero. Essas produções, todavia, não substituíram, de forma alguma, os outros modos de se inquirir sobre o ativismo LGBT brasileiro que se tornaram hegemônicos nas décadas anteriores, seja no ativismo seja no âmbito acadêmico, mas elas coexistiram, cruzaram-se e se opuseram de múltiplas formas.

A fim de apresentar essa tendência que caracteriza estes tempos recentes, exponho, sem qualquer pretensão exaustiva, um mapeamento de eventos e reportagens que circularam no ativismo LGBT paulistano entre 2016 e 2019, construído por meio dos registros online desses acontecimentos e, em grande medida, a partir da inserção ativista deste pesquisador na militância LGBT e no ativismo anticarcerário desta cidade. Quanto ao material coletado

online, restringimo-nos a eventos, vídeos, reportagens e textos que permitiam mapear formações anticriminalizantes, sem adentrarmos nas disputas forjadas em redes sociais – investigação que muito poderia contribuir para compreender nossos tempos, mas que foge ao escopo desta pesquisa.

Naquele período, em espaços não tradicionais do movimento LGBT paulistano, passaram a ser organizados eventos públicos com ativistas LGBTs favoráveis e contrários à criminalização, notadamente, na Conferência SSEX BBOX e na Casa1¹⁹⁶. Debatendo, desde 2016¹⁹⁷, sistema carcerário, “criminalização de atos violentos contra a comunidade LGBTQIA, e a justiça restaurativa como caminho transformativo de resposta ao crime”, a SSEX BBOX pautou, em 2017, em sua 3ª Conferência, as críticas à criminalização com a roda de conversa “Punitivismo e criminalização da LGBTfobia”¹⁹⁸. No mesmo ano, a Casa1 organizou com a Campanha 30 Dias por Rafael Braga o debate “Sistema Penitenciário e População LGBT” – evento em que estiveram presentes a defesa de “uma legislação contra a violência, mas que não passe perto da questão do encarceramento” e o questionamento de “será que vale a pena a gente investir numa criminalização da LGBTfobia desse jeito sem discutir o que que é o sistema carcerário? Quem que é preso no Brasil? Quem vai ser preso?”. Para além destes eventos, ampliava-se a articulação de quadros anticriminalizantes em blogs¹⁹⁹, redes sociais e reportagens, como no vídeo “A criminalização pode parar a LGBTfobia?” produzido pela TripTV em 20 de setembro de 2018, no qual Iran Giusti (coordenador da Casa1), Amaira Moira, Micha Nunes e Charô Nunes apresentaram questionamentos anticarcerários e/ou anticriminalizantes. A Casa1 destacava-se, desde

¹⁹⁶ Cumpre diferenciar que, enquanto a Conferência SSEX BBOX é uma reunião anual de pesquisadoras, militantes e artistas em torno de questões de gênero e sexualidade, com forte influência de ativismos transviados, a Casa 1 é um centro de acolhida de jovens LGBT expulsos de casa pela família, um centro cultural e uma clínica social no centro de São Paulo.

¹⁹⁷ Com “o desafio de repensar possíveis estratégias de enfrentamento à homofobia, transfobia, racismo, misoginia inseridas numa discussão mais ampla sobre Justiça Social, Direitos Humanos, Justiça restaurativa, permeados pela CNV”, foi exibido o filme “Sem Pena” em 18 de novembro de 2016 e, no dia seguinte, ocorreu o debate “Justiça Restaurativa: Círculo (de Paz) e Diálogo” com Luis Bravo e Mariana Dias Werneck propondo reflexões sobre desdobramentos “das discussões do filme ‘Sem Pena’” como a “criminalização de atos violentos contra a comunidade LGBTQIA”.

¹⁹⁸ Com desafio semelhante, houve no domingo, 19 de novembro, a roda de conversa “Punitivismo e criminalização da LGBTfobia” com Marina Dias Werneck, Maíra Rocha Machado, Paulo Iotti, Fernanda Carvalho, Heloisa Bonfanti, Claudia Raolino e Maíra Parça.

¹⁹⁹ Até aquele momento havia esparsos posicionamentos online neste sentido. Encontramos um texto, em 2012, de Bruno Cava no blog Quadrado dos Loucos com posição anticarcerária e outro de Guilherme Del Sasso no mesmo sentido – “Homofobia: criminalizar não é combater”. A partir de 2016, seriam mais frequentes tais registros. Em 17 de maio de 2016, um texto de Alexandre Putti na coluna Justificando na Carta Capital afirmava em seu título “Homofobia não se resolve com prisão”. Em 14 de junho de 2017, a Casa1 em seu blog questionaria a criminalização no texto “Orgulho de que?”. Em 17 de junho de 2018, a Casa1 compartilharia em suas redes o texto “Criminalizar a homofobia é mesmo o melhor caminho?” de Mauricio Moraes, publicado em 29 de junho de 2017, na coluna Justificando.

então, como importante articulação comunitária que publicamente e internamente recusa os caminhos criminalizantes e punitivos do ativismo hegemônico.

Mais do que em qualquer período anterior, entre fevereiro e junho de 2019, durante o processo de julgamento da criminalização da homotransfobia no STF, diversas ativistas LGBTs articularam, em suas redes sociais (*twitter*, *instagram*, *facebook*), em *podcasts* e outras mídias, quadros antirriminalizantes e, muitas vezes, abolicionistas frente à criminalização da LGBTfobia²⁰⁰. As LGBTs abolicionistas que defenderam tal posição publicamente em redes sociais e matérias jornalísticas enfrentaram grande resistência das ondas criminalizantes – de tal modo que afirmaram ter medo de se posicionar contra a criminalização da LGBTfobia e destacaram que “todo mundo que tenta debater isso é apedrejado [...] recebi ameaças, me xingaram” (Entrevista M). Ainda assim, multiplicaram-se eventos públicos de debate com ativistas favoráveis e contrários à criminalização, tais quais a atividade organizada pela Frente LGBT+ Casperiana, “A criminalização da LGBTfobia: qual o melhor caminho?” em 12 de março de 2019, a atividade aberta do Grupo Identidade, em 30 de março, “Criminalização da LGBTIfobia: o que queremos afinal?” e o debate “Criminalização da LGBTfobia” organizada pelo coletivo Ferro’s da Faculdade de Direito da USP em 13 de maio, do qual este pesquisador participaria como debatedor. Indício da expansão dessas ondas, elas lograram ressoar, naqueles meses, em reportagens de diversos jornais (desde mídias alternativas como TheIntercept Brasil e Ponte Jornalismo até meios hegemônicos como O Globo e Uol). Nessas representações midiáticas, o centro das disputas não estava mais exclusivamente entre ativistas LGBTs criminalizantes e religiosos conservadores, mas passava a abarcar também os discursos LGBTs anticarcerários e antirriminalizantes que se contrapunham às defensoras da ADO 26²⁰¹.

²⁰⁰ Em 13 de fevereiro, publicava-se no Medium um texto de Cêu Cavalcanti (anticarcerária e a favor da criminalização); em 14 de fevereiro, um texto de Murillo Araujo em seu Medium; no twitter, ativistas como Débora Baldin, Murillo Araujo, Gabrielle Nascimento e Andreza Delgado posicionaram-se de modo contrário à criminalização (tendo seus *tweets* sido citados em diversas reportagens daquele período); podcasts também debateram a pauta, como uma edição em fevereiro do HQ da Vida “Devemos criminalizar a LGBTfobia?” com as ativistas Dmitry Vulcana, Bruna de Lara e Caia Coelho.

²⁰¹ Em 14 de fevereiro, um artigo de opinião de Bruna de Lara no The Intercept Brasil e “Por que não criminalizar a LGBTfobia”, artigo de Erica do Amaral Matos na Carta Capital; em 15 de fevereiro, “É possível ser contra a criminalização da homotransfobia e a favor dos direitos LGBTI+?” no mesmo jornal; no mesmo dia, na Gênero e Número, “Criminalização da LGBTfobia chega ao STF e é questionada dentro do movimento e entre seus aliados”; no dia 20 de fevereiro, “Eficácia da criminalização da homofobia divide ativistas LGBTI” em O Globo; no dia 21, no Huffpost, “Criminalização da homofobia e da transfobia não é consenso entre ativistas”; em cinco de março, “A criminalização discutida no STF é a solução ideal para a LGBTIfobia?” na Ponte Jornalismo; em 25 de março, no mesmo jornal, “LGBTIfobia virou crime: por que nem todo mundo está comemorando”; em 31 de maio, no Uol, “Por que há defensores dos direitos LGBTI contra tornar homofobia um crime?”.

O aumento da repercussão da mobilização de quadros de abolição frente a essa pauta, longe de qualquer possibilidade de fazer frente de fato às ondas criminalizantes, logrou produzir, ao menos, o efeito de enquadrar os quadros de crime – que puderam, então, aparecer como uma moldura entre outras, não como o único caminho possível do ativismo LGBT brasileiro. Nos meses do julgamento, complexificaram-se ainda mais as posições e os discursos frente à criminalização da LGBTfobia – que não se legitimava mais entre certos ativismos como uma posição autoevidente e inequívoca.

Por um lado, além das ondas hegemônicas há décadas criminalizantes, houve grupos e ativistas que, engajados em políticas abolicionistas e que antes não defendiam qualquer criminalização, posicionaram-se a favor do julgamento por um cálculo tático frente à conjuntura política de recrudescimento da legitimação estatal da violência LGBTfóbica e aos efeitos que poderiam ter um “não” do STF àquelas ações. Por outro, além das ondas abolicionistas e anticarcerárias que emergiam no debate público, certas ativistas, favoráveis à criminalização da LGBTfobia pelo Legislativo, posicionaram-se contrariamente à tática empregada no STF e viram na decisão uma violação de princípios do direito penal, argumento levantado publicamente por diversas juristas. Entre estratégias criminalizantes, de um lado, e anticriminalizantes, de outro, emergiram, assim, posições táticas que celebraram ou amargaram a criminalização devido ao método empregado e à conjuntura específica em que ela ocorria. Ondas abolicionistas seguiram, todavia, contrárias àquela demanda. Mesmo em tempos de recrudescimento da legitimação pública e explícita da LGBTfobia, mantiveram, com todos os custos implicados, uma posição pública de recusa da separabilidade entre questão carcerária e policial e liberdade de dissidentes sexuais e de gênero:

Por conta do momento que a gente está vivendo, [tem gente que] acha que qualquer migalha agora é um anteparo ao avanço fascista, acho que não é nem a vitória, é uma coisa do tipo de menos derrotas [...] E nesse momento em que a gente está vivendo de contradições profundas em relação ao judiciário, sabe, só no ano passado a chacina do Pará e do Amazonas, juntas, somadas, dão o Carandiru; tipo num contexto de massacre, de crescimento de massacre... quantas crianças morreram ano passado no Rio de Janeiro? Acho que 15, 14 crianças. *Eu acho irresponsável fazer uma discussão de mais Estado penal, de cadeia, dessa maneira. Não sei se isso cabe mais. Não sei como é que isso cabe.* O fato é que isso é um consenso. (Entrevista M, grifos nossos).

Em 13 de junho de 2019, ativistas LGBTs críticas ao cárcere se viram diante de um “sim” e de um “não” que eram, com efeito, “alternativas infernais” (Pignarre, 2004) engendradas justamente pelo modo como se construíram as lutas LGBTs nas décadas anteriores e à forma como levaram a pergunta ao STF de se a LGBTfobia seria ou não crime – demanda a ser respondida ou com o reconhecimento da LGBTfobia como um problema social grave por meio de sua criminalização ou pelo seu não reconhecimento por meio de sua

não criminalização. Às ondas criminalizantes, defender #CriminalizaSTF tratava-se de necessidade lógica. Às ondas anticarcerárias, apoiar o “sim” era uma aposta tática de que seria melhor o reconhecimento da LGBTfobia ainda que fosse dentro dos termos de crime; apoiar o “não” era defender que, dentro dos termos dessa pergunta e das respostas engendradas, não se combateria a LGBTfobia e se reforçaria justamente os termos criminalizantes.

As ambiguidades e as multiplicidades constitutivas desse emaranhado de discursos, táticas e estratégicas do ativismo LGBT contemporâneo jogam luz justamente às contingências da construção das lutas LGBTs como lutas criminalizantes. Embora tenha se forjado um “movimento [que] estava muito fixado na questão da criminalização como a principal estratégia” (Entrevista N), este não era um coro uníssono: como argumentamos nesta seção, ao lado e em confronto com ele, atualizavam-se outras formas de luta anti-LGBTfobia, tanto as que articulavam outro estatuto para a criminalização quanto as que recusavam os caminhos carcerários e/ou as estratégias criminalizantes.

4. “Por um Brasil que criminalize a violência contra LGBTs”: um giro punitivo neoliberal no movimento LGBT brasileiro?

Voltemos, enfim, à questão que nos levou a construir as genealogias apresentadas nas últimas páginas: teria ocorrido um “giro punitivo neoliberal” no movimento LGBT brasileiro tal qual diagnosticado em sociedades do Norte global? Conforme as teses transviadas apresentadas no Capítulo 01, nos ativismos por direitos LGBTs no Norte global um “giro punitivo neoliberal” teria sido marcado pela centralidade de estratégias criminalizantes em ativismos que antes teriam lutado contra criminalizações (Meyer, 2014; Reddy, 2011; Spade; Willse, 2000) e pelo deslocamento de pautas descriminalizantes, com tais ativismos apenas esporadicamente abordando abusos sistemáticos do sistema criminal (Mogul et al, 2011: 26). Nesta seção, apresentamos reflexões acerca deste processo histórico de uma forma que não visa a responder um abrupto “sim” ou “não” à hipótese de giro punitivo neoliberal, mas compreendê-la dentro das continuidades, rupturas e ambivalências em jogo no processo analisado.

A fim de apresentarmos uma reflexão diacrônica sobre essa hipótese no percurso brasileiro, sintetizamos na Tabela 01 abaixo os modos como o combate à violência foi enquadrado nos encontros nacionais do movimento LGBT brasileiro – seja em demandas de limitação (“negativas”) ou de expansão (“positivas”) do sistema penal seja em reivindicações

não criminais. É necessário ressaltar que foram muito distintos os modos de organização destes encontros e as formas de produção de registros escritos sobre eles: enquanto os primeiros eram auto-organizados e financiados pelo próprio ativismo, os encontros dos anos 1990 passaram a ser financiados pelo Estado via recursos para ONGs e para o combate da epidemia de HIV/Aids e, em meados dos anos 2000, foram organizados oficialmente pelo Estado pelo modelo de participação social das conferências. Ainda que não tenha sido homogêneo o modo de produção dos registros destes encontros, escritos, em geral, pelos grupos que sediavam cada um deles, é dentro dos limites do que esses documentos nos contam e em interlocução com o que as entrevistas realizadas nos revelam que esta análise diacrônica se torna possível.

Tabela 1 - Demandas relativas ao sistema penal ao longo da história dos Encontros Nacionais LGBTs

Ano	Nome do evento	Demandas “positivas”	Demandas “negativas”	Demandas antidiscriminatórias não-criminais
1980	I Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO)	Não consta. ²⁰²	Repressão sobre grupos homossexuais organizados e sua formalização jurídica; violência policial e nas delegacias.	Alteração da Constituição sobre a questão da opção sexual.
1984	II EBHO	Por uma lei que puna a discriminação sexual da mesma forma como deve punir a discriminação racial.	Contra a omissão do Estado frente às violências e à intolerável discriminação praticada por Exército, Diplomacia e Polícia.	Alteração da Constituição com a expressa proibição de discriminação por orientação sexual; educação nas escolas.
1989	III EBHO	Punição criminal ao incitamento ao ódio, à segregação ou ao preconceito pela imprensa.	Contra a prática de extorsão praticada pela polícia baseada no atentado ao pudor; pela alteração do atentado ao pudor.	Melhor formação de policiais; assistência jurídica; educação.
1990	IV EBHO	Contra a impunidade dos assassinatos de homossexuais.	Não consta.	Não consta.

²⁰² Não consta nos documentos que tivemos acesso para construir o *corpus* documental desta pesquisa, os quais são limitados de múltiplas formas: além dos percalços em relação à disponibilização desses documentos, eles inexoravelmente não dão conta da multiplicidade do que foi debatido em cada evento; foram escritos em geral pelos grupos que organizaram cada encontro ou por algum outro grupo hegemônico à época segundo as suas lentes sobre o que teria sido relevante nos debates naqueles espaços. Não deve se ler “não consta” como se não tivesse ocorrido qualquer referência a tais pautas em determinado Encontro, mas como não constando no *corpus* documental construído nesta pesquisa.

1991	V EBHO	Contra a impunidade; por leis que punam a discriminação aos soropositivos.	Não consta.	Leis municipais e estaduais; por leis antidiscriminação aos soropositivos.
1992	VI EBHO	Por uma Lei nos moldes da lei de racismo; penalidades para além da responsabilidade civil.	Discriminação policial; instituições militares como baseadas em sexismo.	Contrato de união civil; educação com liberdade de orientação sexual; Reforma Constituinte; Delegacias dos Oprimidos.
1993	VII Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais (EBLHO)	Contra a impunidade; atuação em relação ao Código Penal.	Denúncias da polícia: assassinatos, extorsões, caçada; lesbo-homofobia no meio jurídico; atuação em relação ao Código Penal.	Acompanhamento jurídico dos casos; bandeiras comuns: saúde e violência; atuação em relação ao Código Civil.
1995	VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas (EBGL)	Revisar o Código Penal para tipificar crime inafiançável de discriminação por orientação sexual; pelo fim da impunidade.	Polícia como representante da homofobia; repúdio ao governo e às polícias estaduais por impunidade.	Contrato de união civil; Direitos civis plenos; por leis contra a discriminação e que garantam a plena igualdade de oportunidades.
1997	IX Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis (EBGLT)	Educação e prevenção e punição dos agressores de homossexuais.	Não consta.	Educação nas escolas e nos guetos; educação sexual; leis municipais e estaduais; comissão nacional de acompanhamento de casos.
2001	X Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis (EBGLT)	PL de Nilmário Miranda; Código Penal; cobrar a aplicação das leis já existentes.	Não consta.	Emenda constitucional, união civil, mudança de nome/sexo; apoio às medidas estaduais antidiscriminatórias; educação.
2003	XI Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros (EBGLT)	Não consta.	Contra a violência policial contra prostitutas.	União civil, leis antidiscriminatórias estaduais/municipais, políticas públicas; alterações no currículo das academias de polícia; orientação sexual nos Boletins de Ocorrência.
2005	XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis	Criminalização da Homofobia.	Não consta.	União civil; políticas públicas diversas.
008	1ª Conferência Nacional GLBT	PLC 122/06.	Discriminação de travestis por policiais e nas delegacias.	Políticas públicas diversas; casamento, retificação de gênero/nome.
2008	XIII EBLGBT	Não consta.	Não consta.	Não consta.
2011	2ª Conferência Nacional LGBT	PLC 122/06.	Discriminação de travestis por policiais e nas delegacias.	Políticas públicas diversas; casamento; retificação de gênero/nome.

2016	3ª Conferência Nacional LGBT	PL 7582/2014 (crimes de ódio e intolerância).	Enfrentamento da violência institucional policial.	Políticas públicas diversas.
------	------------------------------	---	--	------------------------------

Fonte: elaboração própria do autor.

Sintetizemos, enfim, em linhas gerais, os caminhos dos quadros de crime no movimento LGBT brasileiro. Entre 1980 e 1986, as primeiras tentativas de criminalizar a discriminação sexual foram mobilizadas por algumas lideranças. De 1986 a 1994, os quadros de crime, construídos como necessários frente ao racismo então criminalizado, foram para segundo plano frente às estratégias não-penais em torno da Constituição e às medidas estaduais e municipais. Embora a união civil tenha se tornado, entre 1995 e 2003, a demanda prioritária, consolidou-se nos Encontros Nacionais daquele período a relevância de se atuar frente ao Código Penal, tendo ativistas LGBT participado dos debates de reforma do Código Penal (em 1993 e em 1998). Esse processo culminaria na apresentação de um projeto de lei de criminalização em 1999 e, após o enquadramento do assassinato de Edson Nêris em termos de crime de ódio, na proposição da primeira versão do PL 5003/2001. A partir de 2004, após a ABGLT ter optado por priorizar no ativismo legislativo a aprovação da criminalização da homofobia, enraizaram-se amplamente os quadros de crime, desaguando na priorização dessa demanda como carro-chefe de amplos setores do movimento. De 2007 a 2013, durante seu trâmite no Senado, a criminalização da homofobia se tornou uma controvérsia pública em embate entre religiosos conservadores e ativistas LGBT criminalizantes e, entre 2012 e 2019, foi judicializada, tendo sido central, nos anos 2010, a litigância estratégica para as ondas hegemônicas do ativismo. Em 2019, seria bem-sucedida a campanha #CriminalizaSTF com o julgamento das ações judiciais concluído em 13 de junho.

Associada às ondas que demandavam a criminalização, constituíam-se pautas de limitação do sistema penal e de resistência às construções de dissidências sexuais e de gênero, sobretudo, travestis e pessoas trans, como figuras criminosas. Nesta seara, diversas foram as táticas formuladas pelos ativismos: protestos de rua, impetração de *habeas corpus* coletivo, demandas por alterações do Código Penal, campanhas de conscientização de LGBTs de que a homossexualidade não seria crime e reivindicações por políticas públicas de formação de direitos humanos para policiais. Em linhas gerais, dos anos 1980 ao início dos anos 2000, foram frequentes críticas contundentes à LGBTfobia das polícias e de outras instituições judiciais, com a aposta em táticas de alteração e limitação de leis penais. Entretanto, se na plataforma política ao movimento homossexual proposta por Luiz Mott (GGB) em 1981, a

demanda da punição da discriminação sexual fora acompanhada de perto pelas reivindicações de legalização da prostituição e contrárias às prisões arbitrárias de homossexuais e aos tratamentos compulsórios de cura aos homossexuais, nos anos 2000, transformaram-se o tom e a centralidade das críticas ao sistema penal: nos Encontros Nacionais de então, essas violências foram trazidas à luz somente por ativistas trans e travestis em relatos de perseguição e discriminação a travestis e prostitutas. Nas entrevistas conduzidas nesta pesquisa com defensores da criminalização, todavia, a maioria dessas interlocutoras também criticava a LGBTfobia das polícias, das prisões e do Judiciário. Deste modo, pode-se argumentar que, ainda que não tenha se configurado um silenciamento de discursos críticos ao sistema penal e à sua LGBTfobia estruturante, é certo que houve um descentramento deles. Seguiu central, todavia, um discurso de crítica ao sistema penal no que tange ao seu papel na perpetuação da “impunidade”, o qual articula a “falta” de punição de LGBTfóbicos às condutas LGBTfóbicas de agentes desse sistema.

Não somente às ondas criminalizantes se articulavam as demandas por descriminalização e limitação do sistema penal, mas também às estratégias anticriminalizantes, as quais argumentavam que seria inócuo (em termos de combate à violência LGBTfóbica) apostar em um sistema cisheteronormativo para se combater a LGBTfobia. Os quadros de crítica ao direito penal e ao cárcere ainda que não tenham sido capazes de ressoar amplamente nas discussões internas ao movimento, constituíram ondas com distintas intensidades na trajetória do ativismo. Enquanto entre 1984 e 2005, eram os discursos de juristas e criminólogos críticos que mobilizavam esse enquadramento; entre 2005 e 2011, vozes minoritárias em eventos nacionais do movimento LGBT criticaram os quadros de crime e cárcere. De 2011 a 2016, outras vozes articularam tais críticas, as quais se acentuaram entre meados de 2011 e início de 2013 em torno da priorização do casamento. Entre 2016 e 2019, quadros de abolição marcaram os eventos públicos e os debates em redes sociais em que ativistas LGBTs contrapuseram-se aos quadros de crime e, em 2019, à campanha #CriminalizaSTF.

Longe de ter sido um destino inexorável, os caminhos das demandas “positivas”, das reivindicações “negativas” e das estratégias anticriminalizantes se forjaram como efeitos de escolhas políticas realizadas dentro de condições históricas determinadas e de decisões e estratégias vitais (Gago, 2018a). Neste percurso, em estratégias e cálculos que buscavam produzir e ampliar as possibilidades de vida de dissidentes sexuais e de gênero em uma sociedade fundada em violência LGBTfóbica denegada, enraizaram-se progressivamente os quadros de crime. Sem ter sido uma decisão de um sujeito específico, a emergência e o

enraizamento da estratégia da criminalização é efeito de práticas de ondas hegemônicas do ativismo LGBT brasileiro compostas por ativistas que, ao longo do tempo, reiteraram, em suas práticas políticas marcadas pelos dilemas e pelos recursos que encontraram e pelos que forjaram nas trincheiras das lutas políticas, a construção da criminalização como estratégia necessária ao combate da violência. Neste processo, diferentes ondas dos ativismos LGBT ativamente se articularam com as oportunidades e os recursos do tabuleiro neoliberal-democratizante-criminal em que as lutas políticas institucionais se construíam. Com essas práticas, reconfiguravam-se em termos neoliberais e criminalizantes não só suas estratégias, mas também os modos de se organizar (no modelo ONG) e os modos de se fazer política (centralmente por *advocacy* e, na última década, pela judicialização e litigância estratégica) – ao mesmo tempo reiterando e subvertendo os recursos à mão em um processo que também pode ser pensado do ponto de vista de uma “pragmática vitalista” (Gago, 2018a), isto é, da reiteração de cálculos que visavam, de uma forma que pode ser considerada “pragmática”, produzir vida dentro desses horizontes.

Nos caminhos de luta contra a LGBTfobia no Brasil, forjou-se não apenas o enquadramento da violência LGBTfóbica como “crime”, estratégia presente em diferentes ondas desde os anos 1980, mas consolidou-se e se enraizou, a partir de meados dos anos 2000, o enquadramento da política LGBT como uma política pela “criminalização” e pela “punição criminal”. Se entre 1981 e 1986, esta era uma estratégia de poucos grupos e lideranças, a formação paulatina nos anos 1990 de um consenso em torno dos quadros criminalizantes entre os grupos que atuavam nacionalmente no movimento levou à apresentação de projetos de lei criminais a partir de 1999. A centralidade construída em torno da criminalização desde 2004 quando se tornou carro-chefe do ativismo hegemônico e seu destacado enraizamento a partir de 2007, com a priorização dessa trincheira de luta nos embates públicos contra os ativismos religiosos conservadores, apontam para uma transformação na política LGBT em meados dos anos 2000. Foi somente naquele momento que foram amplamente normalizados que os horizontes de possibilidades das lutas contra a LGBTfobia seriam inexoravelmente criminalizantes.

Não há um elemento único que seja fator suficiente de explicação de como as lutas anti-LGBTfobia se tornaram lutas criminalizantes. As “portas fechadas” ao movimento em relação à Constituição (em 1988), ao casamento (no começo dos anos 2000) ou à educação (nos anos 2010) não teriam por si mesmas conduzido diretamente a um “único” caminho, assim como as “portas abertas” para se judicializar direitos LGBT no STF não indicaram em si que a criminalização devesse ser prioritária na litigância estratégica. Explicar a aposta na

criminalização somente pelo fracasso de outras estratégias limita a compreensão das possibilidades e disputas em aberto a cada janela histórica, como se, ao se negar um determinado direito sexual, a história do ativismo caminhasse inexoravelmente à afirmação da criminalização. A sustentação no tempo da resistência do ativismo religioso conservador à criminalização da LGBTfobia tampouco explica por si o grau do enraizamento dos quadros de crime entre ativistas. Afinal, medidas não carcerárias de combate à violência LGBTfóbica, ainda que enfrentassem resistências tão duras quanto àquelas ao PLC 122, não ganharam o mesmo estatuto – sendo necessário recordar que “se por um lado nós não conseguimos criminalizar a homofobia [até 2019], nós também não conseguimos avançar na educação” (afirmou Fátima Cleide em entrevista a Nunes, 2018: 108). Frente a uma outra explicação comumente empregada, afirmamos que, embora seja possível reconhecer que as vitórias penais das lutas antirracistas e feministas tenham em larga medida pavimentado um caminho a ser trilhado por ativismos LGBT criminalizantes – que tomaram as leis antirracistas (Afonso Arinos e Caó) como base para emendas²⁰³ –, elas não determinaram o que o ativismo LGBT deveria reivindicar. Táticas que visassem seguir no encalço dos ativismos antirracistas e feministas tinham distintas veredas abertas pelos outros direitos conquistados por estes movimentos, como as cotas em universidades e na administração pública e a constituição de redes de proteção a vítimas de violência.

As tendências que diagnosticamos sobre o estatuto que os quadros de crime adquiriram em meados dos anos 2000 indicam a configuração, com efeito, de um “giro criminalizante”, em termos lógicos, no ativismo LGBT hegemônico – em que a criminalização passou a ser uma demanda central da qual não se poderia abrir mão, mesmo em estratégias que a articulavam ao lado ou à frente de demandas por descriminalização. Caracterizamos esse “giro” como um enraizamento do enquadramento das lutas LGBT construídas como necessária e prioritariamente, ainda que não exclusivamente, criminalizantes. Embora jamais tenha se configurado como pauta única de enfrentamento à violência LGBTfóbica, visto que outras demandas constituíam também os discursos ativistas hegemônicos, a demanda pela criminalização passou a estar, se não abertamente priorizada, eclipsando outras pautas, ao menos perto do topo da lista de prioridades. Com o reenquadramento das lutas LGBT como lutas pela criminalização, nos anos 2000 e 2010, não

²⁰³ Ainda que a LGBTfobia como crime tenha seguido os caminhos de lutas antirracistas hegemônicas, a analogia de que a discriminação por orientação sexual deveria ser punida “da mesma forma que o racismo” não teve os mesmos efeitos quando enunciada em 1985 (quando racismo era contravenção penal na Lei Afonso Arinos e setores do movimento negro lutavam por torná-lo crime) ou em 2012 (após décadas do racismo como crime no Brasil e com o acúmulo de críticas sobre seus limites).

só “a violência, como uma linguagem de legitimação, [foi] privilegiada para as construções de ‘políticas LGBT’” (Aguião, 2018: 118), mas o crime, subsumindo a violência, tornou-se uma forma privilegiada de construção dessas políticas, mantendo-se articulado em algum nível mesmo quando não fosse a pauta principal. Normalizou-se, assim, que combater a LGBTfobia envolveria criminalizá-la e punir e encarcerar indivíduos LGBTfóbicos. Embora diversas nuances tenham marcado os discursos pela criminalização, como será analisado no próximo capítulo, houve a emergência de uma convergência histórica em torno dessa forma – criminalizante – de enquadrar o problema da LGBTfobia no ativismo LGBT brasileiro dos anos 2000. A fim de sustentarmos esse diagnóstico, apresentaremos oito pontos que indicam essa tendência histórica à configuração de uma guinada criminalizante nas ondas hegemônicas ativistas.

Em primeiro lugar, embora 2004 tenha marcado a primeira deliberação de que a criminalização seria central ao ativismo institucional, ela seguiria como carro-chefe das ondas hegemônicas nos quinze anos seguintes, tanto no *advocacy* legislativo quanto na litigância estratégica, como indicam as práticas e as articulações priorizadas no Congresso Nacional e no STF em torno de direitos LGBT. Dentre os projetos legislativos apresentados em torno de “orientação sexual”, “opção sexual” e “identidade de gênero”, embora os de direito penal não configurassem maioria frente a outros âmbitos do direito, foi em torno da aprovação daqueles (sobretudo do PL 5003/01 – redenominado PLC 122/06 – e do PL 7582/2014) que se articulou a prioridade do ativismo legislativo. Ademais, mesmo com o arquivamento do PLC 122, o ativismo hegemônico seguiu priorizando a tática de apresentação de projetos criminalizantes, com o PL 7582/2014. Enquanto a previsão de punição de LGBTfóbicos era priorizada como forma de combate à violência, iniciativas de projetos de lei visando à prevenção, proteção e acolhimento das vítimas foram escassos, tendo sido o PL 2672/2019 o único apresentado nesse formato, o qual propõe, inclusive, formas de proteção desatreladas da criação de um tipo penal. Ainda que a criminalização tenha se articulado como escolha tática em determinados momentos frente às dificuldades em se aprovar outras pautas (como educação antidiscriminatória ou casamento), a aposta continua nesta demanda após mais de uma década de se ter mostrado falho o argumento apresentado em 2004 de que taticamente seria um projeto de fácil aprovação indica o enraizamento da prioridade dos quadros de crime na estratégia dessas ondas de ativismo. Desde 2007, não era mais uma pauta taticamente fácil de ser aprovada, mas seguiria sendo apresentada como necessária e inegociável, tanto em cenários mais “conservadores” (como em 2019) quanto em mais “progressistas” (como em 2008). Como afirmou a Entrevistada N,

“me parece que o movimento estava muito fixado na questão da criminalização como a principal estratégia, ou como a grande estratégia, basta ver as mobilizações do ponto de vista de pressão do Legislativo”. Deste ângulo, não se tratava mais de uma tática ou “resposta conjuntural”, mas de estratégia do ativismo hegemônico.

Em segundo lugar, reiteravam a criminalização como “carro-chefe” os debates registrados dos Encontros Nacionais (com a pauta da criminalização tornada prioritária a partir de 2005) e das Conferências Nacionais (com o notável pedido feito a Lula em 2008 de se “fazer qualquer negócio” pelo PLC 122). Na 2ª Conferência, ainda que múltiplas táticas estivessem em disputa, a “urgência” da criminalização frente às denúncias de violência foram os focos privilegiados ou que adquiriram maior visibilidade (Aguião, 2014: 120). Apesar das controvérsias em torno da priorização dessa pauta, como em 2012, sua continuidade como carro-chefe estaria estampada no próprio título da 3ª Conferência Nacional LGBT “Por um Brasil *que criminalize* a violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais” (Brasil, 2016, grifos nossos). Nas mobilizações do Dia Internacional de Luta contra a LGBTfobia, a tônica da criminalização era a que prevalecia (Entrevista G) e, não só naqueles eventos, mas também, em outras práticas das ondas LGBTs hegemônicas, despontava o estatuto prioritário da criminalização, como no episódio em que se aceitou não se criticar publicamente a ausência de políticas educacionais anti-LGBTfobia em nome de articulações criminalizantes – “agora não se fala mais em kit anti-homofobia, agora é o PLC 122”, afirmou uma liderança em 2013 (Irineu, 2016). Os quadros de crime, portanto, em determinadas constelações, eclipsavam outras demandas de modo explícito, como a de uma educação anti-LGBTfóbica.

A luta LGBT, para além dos encontros nacionais, do *advocacy* legislativo e judiciário, passou a se construir em quadros de crime também quando LGBTs foram à rua protestar nestas décadas. Por um lado, construiu-se uma forma de manifestação de rua como pressão direta pela criminalização – marchas nacionais de ativistas LGBTs até Brasília para demandar, sobretudo, a aprovação imediata do PLC 122/06 e políticas públicas anti-LGBTfobia, em especial nas escolas. A Marcha Nacional Contra a Homofobia, que emergiu em 2010, ganhou temas específicos a partir de sua segunda edição – em 2011, intitulou-se II Marcha Nacional Contra a Homofobia “pela aprovação imediata do PLC 122”, em 2012, “Homofobia tem cura: educação e criminalização” e, em 2013, “Em defesa do Estado Laico, da Democracia e dos Direitos Humanos”. Os manifestos dessas marchas, assim como outros documentos que listavam reivindicações políticas dos ativistas, como a Carta da Diversidade de 2017, posicionavam a criminalização, em geral, no topo da lista de demandas, sinalizando

implicitamente sua prioridade. Tais quadros enraizavam-se, ademais, nas já consolidadas Paradas do Orgulho LGBT. Ao menos aquelas dos dois maiores centros urbanos brasileiros passaram a reivindicar a criminalização em seus temas – em 2007, no Rio de Janeiro, com “Criminalização da homofobia já!” e, em São Paulo, com “Homofobia é crime! Direitos sexuais são direitos humanos” em 2006; “Homofobia tem cura: Educação e Criminalização” em 2012 e “País vencedor é país sem homolebotransfobia: Chega de mortes! Criminalização já! Pela aprovação da Lei de Identidade de Gênero!” em 2014. Na Parada LGBT de São Paulo de 2011, a ABGLT e a APOGLBT pretendiam coletar 1,5 milhão de assinaturas em prol de políticas anti-homofobia por meio de um abaixo-assinado em cujo cartaz de divulgação podia se ler: “Basta de Homofobia! Abaixo-assinado por políticas públicas contra a homofobia, por uma Escola Sem Homofobia e pela criminalização da homofobia”. Marchar, nos grandes centros urbanos em Paradas do Orgulho ou pela Esplanada dos Ministérios, tornava-se, assim, lutar por se criminalizar.

O tema da Parada de São Paulo em 2014 exemplifica, ademais, o grau de enraizamento dos quadros de crime entre os grupos hegemônicos de diferentes identidades que compunham o movimento naquele período. Entre janeiro e fevereiro daquele ano, disputas entre ativistas trans e a APOGLBT resultaram na alteração do nome previamente proposto pela Associação, expandindo “homofobia” para “homolebotransfobia” e agregando a demanda da Lei de Identidade de Gênero (Bulgarelli, 2018). Questionamentos dos quadros de crime, no entanto, passaram ao largo dos embates construídos em torno da necessidade de pautas trans no lema daquela Parada. Indica-se, assim, como, no processo de diferenciação interna do movimento que se constituiu como LGBT nos anos 2000, seus diversos agrupamentos identitários não apresentaram posições distintas nas disputas em torno da criminalização no que concerne aos quadros de crime ou anticarcerários. Ainda que por vezes se questionasse o grau de prioridade dessa pauta frente a (outras) demandas trans, o centro dos embates no ativismo hegemônico sobre a criminalização estava na nomeação das violências específicas que marcam a existência de cada grupo. Demandava-se, deste modo, desagregar o suposto “guarda-chuva” “homofobia” em “lesbofobia”, “transfobia” e “bifobia” (Brasil, 2011). Tanto nas mobilizações pelo Estatuto da Diversidade Sexual quanto frente às ações judiciais de criminalização da homotransfobia, indagações de ativismos lésbicos e bissexuais se deram em torno da necessidade de nomeação da “lesbofobia” e da “bifobia” ao se tipificarem os crimes (Entrevistas H e K). O questionamento da própria tipificação, por sua vez, não tinha a mesma ressonância. Entre as diferentes identidades do ativismo hegemônico, portanto, não se disputava como enquadrar as lutas contra a violência, mas a

necessidade de que não só a “homofobia” fosse crime, mas a “LGBTfobia”. Construía-se, ademais, nessas ondas, o argumento de que a criminalização “afetava tanto gays, lésbicas quanto travestis e transexuais, então era uma coisa que inclusive unificava as letrinhas” (Entrevista K). Neste discurso, associava-se a experiência partilhada da violência à aderência evidente a mobilizações criminalizantes contra as diversas formas de agressão e discriminação.

Em quinto lugar, a justiça passou a ser construída nesses discursos fundamentalmente nos quadros de crime. Bandeira principal a ser levantada após qualquer caso de violência LGBTfóbica de repercussão pública – enquadrando nos anos 2010 o que seria justiça tanto para Alexandres quanto para Dandaras e Luans –, a criminalização emoldurou também o modo de se pensar a reparação frente à violência histórica contra corpos dissidentes sexuais e de gênero. Operava, com efeito, “no sentido de reconhecer lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais como vítimas históricas, em busca de reparação e proteção do Estado” (Aguião, 2014: 48). Para além do pedido do MI 4733 de responsabilidade civil do Estado pela não criminalização, dois outros exemplos ilustram essa construção. No Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade e no da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, em capítulo produzido por James Green e Renan Quinalha (2014), apresentou-se uma lista de recomendações frente às violações da ditadura, na qual a “criminalização da homolesbotransfobia” ocupava a primeira posição, já a “reparação às pessoas LGBT perseguidas e prejudicadas pelas violências do Estado”, a quinta. Pleiteava-se, portanto, a criminalização dos que vierem a cometer práticas LGBTfóbicas como medida que traria justiça à perseguição de dissidentes sexuais e de gênero desde a ditadura – demanda que, como vimos, não se apresentava desta maneira nos anos de ativismo homossexual sob o regime ditatorial. Em 2015, na “Carta de Brasília sobre o Congresso Nacional e as discriminações e violências contra LGBT” elaborada pela ABGLT, construiu-se, ademais, a importância de se “conclama[r] o Congresso Nacional a quitar a dívida histórica que tem com a população LGBT e aprovar uma lei que torne crime o ódio, o preconceito, a violência, a intolerância contra essa população, equiparando-os ao crime de racismo”. A tipificação penal tornava-se, então, aquilo que o Estado devia à população LGBT e o instrumento que seria capaz de pagar a dívida das violências do Estado brasileiro com as dissidentes sexuais e de gênero.

É notável que as controvérsias públicas nas quais as ondas LGBTs hegemônicas do movimento estiveram inseridas se deram em torno do objeto da criminalização e não da forma penal. Até ao menos a segunda metade dos anos 2010, a *criminalização* parece não ter

sido abertamente questionada nas fileiras do ativismo, seja entre as lideranças (onde notadamente Jean Wyllys e Marinalva Santana eram exceções), seja de modo mais amplo. Este grande consenso perpassava tanto os grupos hegemônicos do ativismo – a “ABGLT, Projeto Aliadas, Setorial Nacional LGBT do PT” (Entrevista D) – quanto aqueles críticos a esse bloco e com “uma postura um pouco mais radical em relação à forma de fazer política, de se relacionar com o Estado” (Entrevista J), para os quais também era “evidente que nos temas da criminalização nós sempre estivemos a favor e fizemos e tentamos fazer a nossa parte” (Entrevista J). A “obviedade” do posicionamento favorável à criminalização mesmo entre aqueles críticos a outros pontos da agenda política LGBT hegemônica aponta para como os quadros de crime não eram objeto de crítica para grande parte do ativismo nesse período em que o “consenso criminalizante” se constituía de modo transversal a diferentes grupos – poucos seriam os dissidentes no que tangia à criminalização. Quando houve embates públicos entre ativistas pró e contra a tipificação penal, notadamente entre 2016 e 2019, aquelas contrárias foram construídas por lideranças das ondas criminalizantes como “fazendo o jogo dos conservadores” e/ou como militantes “de fora do movimento”. Ser parte do movimento seria estar ao lado dos ativismos LGBT criminalizantes nas mesmas trincheiras e estratégias contra o reacionarismo sexual. LGBTs contra a criminalização e contra o conservadorismo seriam, nessa lógica, necessariamente *outsiders* às políticas e ao ativismo LGBT, cujas fronteiras se definiam largamente pelos discursos de crime.

Em sétimo lugar, a disseminação do discurso de que a LGBTfobia seria crime ocorria para além das fileiras do movimento. LGBTs não necessariamente engajadas diretamente nesse ativismo participaram de campanhas virtuais em diferentes momentos, como em 2019, postando #ÉcrimeSim e reiterando as práticas de violência contra corpos LGBTs como não apenas “inaceitáveis” ou “absurdas”, mas como questão de direito criminal. Frente à inexistência de lei penal específica, construía-se, entre grande parte da população LGBT no Brasil, muito antes da criminalização pelo STF, uma “antecipação” da nomeação do crime, como se certas condutas fossem ontologicamente criminosas. O enraizamento da fórmula “LGBTfobia é crime” pode ser evidenciado uma década antes da decisão do STF, quando, em pesquisa sobre a homofobia no Brasil em 2009, ao serem perguntadas se existiria “uma lei no Brasil que considere crime atos de discriminação contra LGBT”, 59% das lésbicas e gays afirmaram existir, 16% negaram e 25% não sabiam, destoando, assim, da população em geral, que se dividiu entre, respectivamente, 28%, 18% e 54% (Venturi; Bokany, 2011:

228)²⁰⁴. Mesmo não existindo lei que considerasse criminosos tais atos de discriminação (como havia respondido uma proporção semelhante tanto de lésbicas e gays quanto da população em geral), a maioria de lésbicas e gays afirmava a sua existência (em proporção semelhante à população em geral que declarava não saber responder à pergunta). A subsunção da significação da violência à existência do tipo penal poderia explicar tal resultado: responder negativamente à existência dessa lei (e desse crime) implicaria em afirmar que atos violentos contra LGBTs não seriam (ontologicamente) criminosos, o que, dentro dos quadros de crime, seria sinônimo de alegar que não seriam violentos. Ao se aplicar estes quadros à violência constitutiva da experiência de lésbicas e gays no Brasil, tornava-se, assim, quase evidente para aquelas que diretamente a sofrem que a discriminação por orientação sexual seria, logicamente, crime.

Por último, constata-se que o discurso acadêmico sobre o movimento LGBT, produzido em larga medida por pesquisadoras engajadas em circulações entre o movimento, o Estado e a academia, foi efeito e instrumento do enraizamento desses quadros de crime. Tornou-se hegemônica no campo de estudos de gênero e sexualidade deste período a prescrição da “criminalização da homofobia” como remédio necessário, ainda que reconhecido como insuficiente e atrelado a outros mecanismos jurídicos e educativos. Longe de uma posição meramente neutra ou descritiva, são notáveis os quadros de crime nos estudos que, ao se voltarem à questão da LGBTfobia, articulavam a criminalização como lacuna a ser preenchida e igualavam o apoio a políticas LGBT ao apoio a políticas criminalizantes. Por meio destes quadros que constroem a criminalização como inexorável, sua prescrição se apresentava como uma mera constatação de que esta seria a única alternativa – quando, por exemplo, afirmava-se que, frente à apresentação de um relatório de violações de direitos de LGBTs na ditadura, “ficou patente a necessidade de uma lei que puna crimes de homofobia” (Câmara, 2015: 379). Apenas escassas teses de doutorado e dissertações de mestrado, na segunda metade dos anos 2010, apresentaram estudos que enquadraram os próprios quadros de crime em sua contingência histórica, como aquelas delineadas no Capítulo 01. Hegemonicamente, todavia, pesquisar academicamente sobre a LGBTfobia no Brasil passava, em grande medida, por inscrever problemas, objetos e análises, mesmo que

²⁰⁴ Nessa mesma pesquisa, lésbicas e gays apontaram “educação” (59%) e “justiça” (56%) como “principal área em que o governo deveria atuar para combater a homofobia no Brasil” – o que indica que, neste horizonte de expectativas enraizado, a justiça (e, como vimos, a punição criminal) seria mais prioritária ao combate da homofobia do que intervenções no “mercado de trabalho” (34%), na “cultura” (23%) ou na “saúde” (18%) (Venturi; Bokany, 2011).

tacitamente, dentro de quadros de crime – o que engendrava, portanto, resultados legitimadores desses próprios quadros.

CAPÍTULO 05: RACIONALIDADE CRIMINALIZANTE, NEOLIBERALISMO E DEMOCRACIA: ENTRE CRIMINALIZANTES E ABOLICIONISTAS

“Para os que contam corpos empilhados pelos becos, os campos de batalhas não são regidos pela coerência aritmética, mas pelas armas à disposição, por recuos diante de negociações vis, pelos dilemas que as trincheiras revelam.” (Flauzina, 2016: 95).

Neste capítulo, apresentamos uma análise sociológica dos discursos²⁰⁵ que se constituíram nas ondas criminalizantes e nas anticriminalizantes, buscando compreender os termos, as racionalidades e as estratégias em jogo. Enquanto, nos capítulos anteriores, analisamos de modo diacrônico a hipótese da guinada punitiva, neste momento nos voltamos a uma análise eminentemente sincrônica das formações discursivas que forjaram posições pró e anticriminalização. Para tanto, em um primeiro momento, propomos a noção de “racionalidade criminalizante” como uma analítica possível destes discursos e destes processos, construindo-a a partir do encontro do *corpus* documental analisado com os debates teóricos da Sociologia da Punição delineados no primeiro capítulo. Em seguida, organizamos em um *continuum* as distintas estratégias ativistas e seus principais elementos constitutivos, ordenados de acordo com suas formas de engajamento com a demanda criminalizante. Refletimos, enfim, sobre a inserção destas estratégias, suas afinidades e distanciamentos nos processos contemporâneos de neoliberalização e cidadanização para, por último, tecermos reflexões sobre as lutas LGBTs além da racionalidade criminalizante.

1. Uma racionalidade criminalizante

“A história de várias formas de racionalidade é, por vezes, mais efetiva para abalar nossas certezas e nosso dogmatismo do que a crítica abstrata” (Foucault, 1988: 83).

Como a criminalização da LGBTfobia logrou se constituir como condição necessária ao enfrentamento da violência LGBTfóbica? Que lógicas constituíram estes discursos e estratégias? Em que medida este processo se atrelava a outras racionalidades e processos contemporâneos? Buscando dar conta dessas questões que emergem do processo histórico que analisamos, embasamo-nos nos conceitos de “governo pelo crime” (Simon, 2007) e “racionalidade neoliberal” (Foucault, 2010) para propormos a hipótese do espraiamento e do

²⁰⁵ Os documentos analisados, conforme delineados na Introdução, foram as entrevistas realizadas com ativistas, os registros dos encontros nacionais, os Boletins do Grupo Gay da Bahia, os manifestos das Marchas Contra a Homofobia, os anais das Conferências Nacional LGBT, os projetos de lei que visavam à criminalização da homofobia, as ações judiciais pela criminalização no STF, manifestos, cartas, projetos, panfletos e outros documentos de organizações LGBTs acessadas em arquivos físicos ou online, assim como textos, entrevistas e registros online de embates entre ativistas LGBTs anticriminalizantes e criminalizantes.

enraizamento da “racionalidade criminalizante” como chave analítica para compreensão do “giro punitivo neoliberal” em ondas do ativismo LGBT brasileiro.

Ao empregarmos este termo polissêmico, adotamos “racionalidade” como um modo de organizar as práticas, seus efeitos e suas lógicas. Consideramos que, assim como cada racionalidade “programa e orienta [...] a conduta humana” (Foucault, 2003: 319), “certamente não há ‘práticas’ [ou análise das práticas] sem um determinado regime de racionalidade” (Foucault, 1994: 26). Em vez de se debruçar sobre a Razão, um estudo sobre as racionalidades específicas não pretende analisá-las como formas mais ou menos perfeitas ou racionais, mas “ver como as formas de racionalização se inscrevem nas práticas ou nos sistemas de práticas e que papel desempenham nelas” (Foucault, 1994: 26). Como as distintas racionalidades não se articulam em conjuntos lineares e coerentes, focalizamos as diversas “formas de racionalidade: as diferentes instaurações, diferentes criações, diferentes modificações pelas quais as racionalidades se engendram umas às outras, opõem-se e se afastam” (Foucault, 1994: 441). Justamente nesta acepção temos analisado as racionalidades neoliberal e socialdemocrata e as formas como elas se compuseram, afastaram-se e constituíram híbridos nos processos históricos sobre os quais nos voltamos.

Em uma torção do conceito de Simon (2007: 13) de “governar pelo crime” – fazer do crime e das formas de conhecimento ligadas a ele ferramentas para interpretar e enquadrar quaisquer formas de ação social como problema para governo (pelo crime) –, cunhamos a noção de “racionalidade criminalizante” para que possamos expandir nossa compreensão das práticas e discursos que sustentaram estratégias de criminalização da LGBTfobia. A “racionalidade criminalizante” constitui, na acepção aqui proposta, uma grade de inteligibilidade ou uma lógica de enquadramento de fenômenos sociais como crimes, criminógenos ou efeitos de crimes, e dos indivíduos e dos grupos sociais como criminosos ou vítimas de crimes. Por meio dela, reduz-se a complexidade dos fenômenos, dos conflitos, das posições e dos atos aos termos do crime e da criminalização, tendendo a (re)produzir processos de ontologização tanto de atos como criminosos quanto de sujeitos como vítimas ou criminosos – como se fosse do estatuto desses seres dada conexão com o “crime”. Nesta racionalidade, tudo que seja considerado socialmente inaceitável se torna enquadrado como uma questão de crime que deve ser tipificada como tal. De modo espelhado, a não criminalização e a não punição de uma conduta se torna, portanto, a afirmação de sua aceitabilidade social.

Através dessa conceitualização, pretendemos ressaltar tanto a articulação com outras racionalidades, como a neoliberal e a social (caminho não buscado por Simon, 2007),

quanto enfatizar que, para além do governo pelo crime dentro de determinadas instituições (como amplamente desenvolvido por Simon, 2007), a disseminação de práticas atreladas à racionalidade criminalizante, em diversos âmbitos sociais, tensiona, compõe, transforma ou por vezes engolfa outras formas de percepção e construção de problemas sociais. Tal racionalidade produz, como efeito, que o conhecimento “possível” de ser produzido (e legitimado) e as lutas políticas “possíveis” de serem travadas se deem em termos de “crime”, do desejo de combate ao “crime” por meio do acionamento do sistema de justiça criminal (as polícias, os tribunais, as prisões) e de estratégias de proteção de “vítimas de crime” por meio da criminalização e da punição.

É necessário destacarmos em que medida a noção de racionalidade criminalizante se aproxima e se afasta da racionalidade penal moderna (Pires, 2001), a qual, como vimos, informava as iniciativas de projetos de lei de criminalização da LGBTfobia. Por um lado, há aproximações notáveis. Na grade de inteligibilidade criminalizante, segue sendo articulado o cerne do sistema de ideias da racionalidade penal moderna que justifica a produção de sofrimento por meio de uma pena (tal qual a de encarceramento na criminalização da LGBTfobia) como necessária para se produzir um bem (como a cidadania de LGBTs e a própria democracia neste tabuleiro neoliberal-democratizante-criminal). O modo de pensar criminalizante, ademais, repõe tanto a ontologização de condutas como crimes e de sujeitos como criminosos e vítimas quanto o obstáculo epistemológico fundamental daquela racionalidade: a redução das possibilidades de como se pensar os fenômenos e as normas sociais à configuração específica do sistema penal contemporâneo, a qual se apresenta como necessária, não contingente (Pires, 2004). Como são bloqueadas outras formas de se pensar e de se produzir conhecimento e elaborar estratégias de combate à violência, forja-se um obstáculo, deste modo, à emergência e ao espriamento de quadros anticriminalizantes: tanto em discursos acadêmicos quanto nas fileiras ativistas.

Por outro lado, distanciam-se os conceitos de racionalidade penal moderna e racionalidade criminalizante na medida em que aquela se atrela a um diagnóstico de “longa duração” de permanência de determinadas formas de pensar sobre problemas sociais e sobre a criminalização de condutas, e esta, por sua vez, compõe um diagnóstico de uma história de “curta duração” e busca abarcar um modo específico de produção de engajamentos contemporâneos com o sistema de justiça criminal. Ainda que alguns elementos da

racionalidade penal moderna constituam o modo de pensar criminalizante²⁰⁶, fez-se necessário diferenciá-las no plano analítico frente aos limites explicativos intrínsecos à racionalidade penal moderna no que tange à possibilidade de formulação de diagnósticos das transformações de curto prazo no âmbito do sistema penal. Se, por sua vez, a racionalidade penal moderna pode nos informar as continuidades constitutivas de discursos contemporâneos pró-criminalização frente a uma história de longo prazo de legitimação das criminalizações, a racionalidade criminalizante, a qual exploraremos neste capítulo, pretende iluminar as descontinuidades produzidas nesta história ao focar os engajamentos específicos engendrados pelo governo pelo crime e pelo governo neoliberal e pelas formas de subjetivação que lhes são intrínsecas.

A grade de inteligibilidade criminalizante articula-se, com efeito, aos regimes de subjetivação engendrados pelo “governo pelo crime” no neoliberalismo: a constituição de uma “sociedade de vítimas” oposta a uma crescente lista de “criminosos”. De um lado, esta lógica legitima a construção do cidadão como “vítima de crimes” (Garland, 2001) e da população cidadã como conjunto de vítimas atuais e potenciais de crimes (subjetivadas pelo “medo do crime”), como familiares de vítimas de crimes ou como as que vivem sob o medo de que elas ou seus entes queridos sejam vítimas de crimes (Simon, 2007). Tais sujeitos-vítimas demandam a construção de sua proteção em termos da eficiência da criminalização e da punição das pessoas responsabilizadas pelas violências. Consensos em torno da expansão de leis penais operam justamente por meio da construção da comunidade política pelo princípio unificador da experiência de vitimização e, sobretudo, da possibilidade imaginada de vitimização¹² (Simon, 2007). Esse enquadramento legitima, deste modo, que a experiência de vitimização e a possibilidade de violência antiLGBTfóbica seja convertida em demanda por criminalização.

A outra face dessa moeda revela-se justamente em outro modo de produção de sujeitos: pela expansão da construção de grupos potencialmente delinquentes como agressores atuais ou potenciais num processo constantemente renovado de expansão do “catálogo contemporâneo de ‘monstros’” (Simon, 2007: 77). Tais quadros se acoplam à construção daqueles que não logrem se construir como empresários de si enquanto grupos moralmente distintos (Bell, 2014), “perigosos” e, no limite, “criminosos” – aos quais cabem os “circuitos de exclusão” (Rose, 2000) e diversas tecnologias de exílio (Simon, 2007), seja

²⁰⁶ Em nossa análise, há, todavia, outros elementos que complexificam e escapam à racionalidade penal moderna, sobretudo no que tange ao discurso que se forma para além das iniciativas de projetos de lei de defesa da criminalização associada, em certas ondas, a não querer “levar mais gente para a cadeia”.

pela via da punição estatal seja por práticas punitivas cotidianas em que LGBTfóbicos, por esta lógica, deveriam ser rapidamente apartados de um grupo, exilados. Muito além do Estado, em diversos âmbitos sociais, formam-se disputas em torno destes processos de subjetivação – de si como “vítima” e do outro como “delinquente” destinado ao exílio por ter violado determinadas normas.

Vítimas e criminosos se constituem, portanto, como efeitos dos processos de subjetivação engendrados pela racionalidade criminalizante. Assim como o empreendedor, a vítima é uma face do sujeito neoliberal (Gago, 2018a; Pitch, 2020) e é em nome destas duas figuras que as ações do Estado neoliberal são continuamente legitimadas (Pitch, 2014). Como sujeito idealizado da cidadania, a “vítima de crimes” busca reconhecimento e legitimação através do direito penal – e muitas vezes de seu potencial simbólico (Pitch, 2020) –, apresentando demandas “limitadas àquilo que o Estado já sabe [ou deveria saber] produzir com relativa eficiência, isto é, a punição” (Simon, 2007: 136). Enquanto vítimas acoplam-se aos empresários neoliberais, criminosos são tomados como uma das faces dos “outros” da sociedade neoliberal. Produz-se, assim, um duplo efeito desta forma de governo: o medo em massa do crime (que governa aqueles que são empresários de si, as vítimas em potencial) e a criminalização em massa (a que se articulam o encarceramento em massa e o genocídio contínuo dos “criminosos”, dos que não estão à altura dos ideais de cidadão neoliberal).

Ao empregarmos a expressão “racionalidade criminalizante”, buscamos, ademais, dar conta de como o “governo pelo crime” é mobilizado “desde baixo” subsumindo diversos problemas sociais a uma questão de “crime” – afinal “governar pelo crime opera como uma espiral de conhecimento e poder que possibilita, empodera e produz tanto quanto reprime, encarcera e estigmatiza” (Simon, 2007: 190-191). Os ativismos LGBT, ao articularem quadros que transformam a LGBTfobia em crime e as lutas anti-LGBTfobia em mobilizações criminalizantes, agem, assim, dentro do campo de condutas estabelecido pelo governo pelo crime, por vezes tensionando e por outras produzindo múltiplas cumplicidades em um complexo jogo de táticas e discursos que produz como seu efeito esta racionalidade que aqui denominamos de criminalizante.

Assim como constrói Gago sobre a racionalidade neoliberal desde baixo, consideramos a “racionalidade criminalizante” como uma “racionalidade-afetividade” (Gago, 2018a: 228), que ao mesmo tempo configura um “modo de pensar, fazer, lutar e desejar” (Gago, 2018a: 12) e uma “sensibilidade, modo de cálculo, estratégia e produção de sentido” (idem, ibidem). Estas formas (re)produzem a necessidade de que, para se combater um problema social, seria necessário desejar criminalizá-lo e policiá-lo, sobretudo, por meio

do acionamento do sistema de justiça criminal. A racionalidade-afetividade criminalizante é (re)produzida pelas práticas dos ativistas, por seus engajamentos e mobilizações em termos criminalizantes que seguem atualizando a centralidade da criminalização em detrimento de outras formas de enquadrar as lutas anti-LGBTfobia. Nessa lógica que define o campo de possibilidades e os termos das estratégias a serem empregadas neste jogo, em que não bastariam políticas não criminais sem a “devida” criminalização, reconhecer LGBTs como sujeitos de direitos e a LGBTfobia como um problema social a ser combatido pela sociedade brasileira caminharía necessariamente com a enunciação de que “LGBTfobia é crime”.

Delimitando as trincheiras das batalhas a serem travadas, essa lógica enquadra a disputa entre LGBTs pró-criminalização e ativistas religiosos conservadores. De um lado deste embate, aqueles que querem combater a LGBTfobia por meio de sua criminalização; de outro, os que defendem a reprodução de uma sociedade cisheteronormativa, negam a LGBTfobia tanto de si quanto da sociedade brasileira e, justamente por isso, recusam sua tipificação penal. Embora partindo de motivações opostas e concepções distintas de democracia e direitos humanos, ambos os lados, contra ou a favor da criminalização *da LGBTfobia*, compartilham os quadros de crime, o acionamento do direito penal, a construção de “vítimas de crimes” e “criminosos” e a centralidade de enunciar determinadas condutas como “crimes” como dimensão da cidadania. Quando se narra a história da criminalização da LGBTfobia somente enfocando estes debates, reproduz-se também a racionalidade criminalizante como se essa fosse a única batalha em jogo – naturaliza-se que a disputa ocorra em torno de quem tem o direito de determinar o que é crime e reduzem-se as histórias de lutas antiviolação de diversos ativismos às batalhas criminalizantes.

Outras trincheiras, todavia, construíram-se em torno de quais batalhas seriam priorizadas ou necessárias para aqueles que reconheciam a urgência do combate à violência LGBTfóbica, isto é, entre quem, de diversas maneiras, recusava-se a lutar pela *criminalização* da LGBTfobia e os que, de múltiplas formas, atualizavam a necessidade desta estratégia. Tais disputas, no entanto, tendem a ser continuamente apagadas por múltiplos esforços que mantêm as estratégias criminalizantes hegemônicas como metonímia do ativismo LGBT como um todo.

Ao adotarmos “racionalidade criminalizante” para tornar inteligíveis estas trincheiras e disputas, afastamo-nos, em certa medida, da expressão “esquerda punitiva” (Karam, 1996) – e de sua variante “nova esquerda punitiva” (Bazo, 2016) –, noção já consolidada na Criminologia Crítica brasileira para se referir a movimentos sociais e grupos de esquerda que apostam no sistema penal de um modo que oculta seu papel como instrumento de

manutenção e reprodução de mecanismos de dominação. Embora inspirados pela crítica que Karam (1996) teceu aos intelectuais e aos partidos de esquerda que apoiavam a expansão de criminalizações contra crimes de colarinho branco e contra supostas “organizações criminosas”, preferimos apostar que, para esta análise, ao refletirmos sobre a lógica transversal que constituiu o pano de fundo do modo de se formular problemas tanto entre grupos de esquerda quanto entre grupos de direita (em múltiplas acepções possíveis destes conceitos relacionais), seria mais produtivo pensarmos em termos de estratégias e “racionalidades” em comum produzidas por práticas ativistas tanto à direita quanto à esquerda. Com a “racionalidade criminalizante”, podemos, assim, analisar a heterogeneidade característica dos engajamentos criminalizantes no ponto em que as lentes da “esquerda punitiva” permitiriam enxergar apenas um mesmo fenômeno.

Esta lógica opera, ademais, uma torção em relação à racionalidade punitiva que constituía diferentes ondas do ativismo LGBT desde seus primeiros anos. Embora seja punitiva na medida em que mobiliza primordialmente desejos punitivos, que se pautam pela vingança em detrimento de efeitos não-punitivos – como terapêuticos, conciliatórios, educativos ou compensatórios (Hulsman, 1993), a racionalidade criminalizante articula estes afetos e estas razões de uma forma específica: não se trata somente de lutar pela punição de certos indivíduos em casos específicos de violência, mas de se engajar em mobilizações por uma nova tipificação penal. Ainda que punir, criminalizar e encarcerar sejam processos distintos e articulados²⁰⁷, a racionalidade criminalizante une esses termos em torno da ideia de que lutar contra a violência seria “combater a impunidade” não só pela punição dentro de leis gerais existentes, mas também por meio da criminalização em tipos penais próprios com a previsão da possibilidade de encarceramento como forma de punição.

A racionalidade criminalizante é, ademais, uma manifestação circunscrita da racionalidade punitivista ou do punitivismo contemporâneo, isto é, de uma atitude punitiva específica marcada por um aumento de um *quantum* punitivo em comparação com outras formas de punição, pela intensificação de um caráter vingativo que visa a destruir garantias liberais ou sociais e por uma assunção da punição como lógica principal a enquadrar os mais diversos fenômenos e conflitos cotidianos, estando ou não atrelada ao acionamento do sistema de justiça penal. Enquanto nosso objeto se circunscreve aos esforços punitivistas que

²⁰⁷ É possível se distinguir mobilizações por punição – em condutas já criminalizadas e por diferentes sanções; por criminalização – isto é, pela aprovação de uma tipificação penal; e por encarceramento – para que a punição prevista como resultado de um processo de criminalização seja o cárcere. Punir, deste modo, é um processo mais amplo do que criminalizar ou encarcerar, assim como criminalizar é mais amplo do que criminalizar pelo encarceramento.

se voltam a demandar novas punições ao Estado, o punitivismo seria um fenômeno mais amplo ligado aos modos de governo da conduta por meio de lógicas punitivistas que incidem, inclusive, nas relações interpessoais cotidianas do que poderia ser chamado de uma esquerda “punitivista”, que aplica cotidianamente, inclusive entre as próprias ativistas, tecnologias de punição, sobretudo as de exílio (Simon, 2007), como forma de resolução de conflitos e divergências. Este *modus operandi* é, portanto, afim da subjetivação neoliberal, que tende a individualizar e privatizar as questões sociais e geri-las ao menor custo possível (em termos de dispêndio de tempo e energia): justamente por meio da expulsão de indivíduos que apresentem comportamentos “problemáticos”. A lógica criminalizante apoia-se neste *continuum* de punições centradas em “tecnologias de exílio” constitutivas das mais variadas interações sociais contemporâneas, sendo a prisão “o fim duro de um *continuum* de tecnologias para lidar com pessoas ameaçadoras e comportamentos ao removê-los da comunidade mais ou menos permanentemente” (Simon, 2007: 172).

Em um reforço da “penalidade neoliberal” e da legitimidade de governo no âmbito penal para a garantia da ordem (Harcourt, 2010), as criminalizações se apresentam como remédios legítimos que o governo neoliberal oferece aos diversos problemas sociais. “De cima”, a criminalização seria mais facilmente negociada que qualquer outra medida por sua factibilidade nesta ordem social *vis-à-vis* políticas sociais. “De baixo”, diversos ativismos engajam-se prioritariamente em mobilizações pela criminalização, nas quais é aceitável negociar com os governantes que outras medidas, como aquelas no âmbito da educação, sejam secundarizadas, mas não a pauta criminalizante.

Essa grade de inteligibilidade opera, ademais, reproduzindo e espraiando um conjunto de “alternativas infernais”²⁰⁸ (Pignarre, 2004) próprias do modo de pensar do sistema de justiça criminal. Tais “alternativas infernais” constituem um “realismo político” que “captura a capacidade de agir, imaginar, existir e lutar” (Pignarre, 2004) entre as opções de encarcerar réus e produzir justiça ou não os encarcerar e não produzir justiça – obstaculizando-se, deste modo, que se pensem e se lutem em outros termos como justiça e não encarceramento ou, ainda, justiça e não punição. As lutas criminalizantes repuseram essas “alternativas infernais” de modo emblemático no julgamento das ações do STF: de um lado, o “sim” do STF ao reconhecimento da violência contra LGBTs e à criminalização como forma de combatê-la;

²⁰⁸ Embora esse termo seja utilizado por Pignarre (2004) para tomar como objeto de reflexão outras questões das sociedades capitalistas que não o âmbito punitivo – argumentando que o próprio capitalismo seria uma máquina de produzir alternativas infernais –, aqui apropriamo-nos de tal expressão para pensarmos os processos de criminalização e de normalização do sistema de justiça penal justamente como parte da produção capitalista de alternativas infernais.

de outro, o “não” do STF tanto à demanda criminalizante quanto ao reconhecimento da violência. Dentre essas alternativas, tornava-se impossível que o STF respondesse em uma posição de reconhecimento da violência como problema social sem dizer “sim” à criminalização e à punição.

Tende-se, com a racionalidade criminalizante, a se formar uma espiral de punições e criminalizações e de produção sistemática de “alternativas infernais” em que, a cada escolha política, posicionar-se a favor do combate à LGBTfobia se vincula a ser a favor de que se puna mais ou melhor, enquanto ser contra estas punições se acopla a ser contra o enfrentamento da LGBTfobia. Ao se enquadrar o problema da violência como o problema da falta de punição (da impunidade), constrói-se como verdade que, se a violência se perpetua, o que poderia levar à sua diminuição seria o aumento das criminalizações ou das penas ou, ainda, a aplicação mais regular ou mais rígida das leis. O que faltaria para reduzir a violência seria que se punisse o suficiente. Este processo opera não só nas fileiras dos ativismos LGBTs, mas na relação entre distintos ativismos – afinal, a trajetória e as escolhas de um movimento social vão pavimentando os caminhos sobre qual seria a justiça a ser perseguida por outros grupos: quanto mais movimentos apostam no sistema penal, maior a tendência de que outros também apostem nele. Repõem as alternativas infernais de que não seguir este caminho seria não combater um problema social da mesma maneira como se teria combatido quando se tratava da violência contra outros grupos que obtiveram suas criminalizações. Segue-se, assim, canalizando grande parte das energias e das estratégias dos ativismos no reforço de “soluções” criminais. Práticas anticarcerárias são invalidadas como se um tratamento não-carcerário ou não-criminalizante da questão significasse uma abordagem que não reconhecesse a seriedade do problema *vis-à-vis* os demais problemas sociais tratados como crime – obstaculiza-se, deste modo, pensar que justamente a gravidade de um problema social poderia pôr a necessidade de instrumentos que produzam outros efeitos que não os penais.

2. *Continuum* carcerário-abolicionista

A partir da análise de nosso *corpus* documental, da analítica proposta por meio da “racionalidade criminalizante” e da tipologia elaborada por Bassichis, Lee e Spade²⁰⁹ (2011)

²⁰⁹ Partindo da classificação elaborada por Bassichis, Lee e Spade (2011), em que as distintas estratégias adotadas a fim do combate da LGBTfobia eram vinculadas a soluções “oficiais” ou “transformativas”, adotamos, a fim de dar conta da complexidade empírica do ativismo LGBT brasileiro, os termos “carcerário”

para o ativismo LGBT estadunidense, delimitamos um *continuum carcerário-abolicionista* de estratégias e discursos construídos no movimento LGBT brasileiro em resposta às experiências regulares de violência LGBTfóbica – em uma ponta, reivindicando-se centralmente o acionamento do sistema de justiça criminal e do encarceramento e, em outra, demandando a abolição dessas instituições como intrínseca à luta contra a LGBTfobia. A própria construção desse *continuum* busca ir além da racionalidade criminalizante que acopla lutas LGBTs às demandas por criminalizações e constrói os contrários a tais reivindicações como “de fora” do ativismo.

Em vez de uma visão dicotômica entre duas posições discretas, simplesmente a favor ou simplesmente contra, buscamos dar conta de uma multiplicidade de posições, de modo análogo a Butler (2003) ao analisar a demanda por casamento entre pessoas de mesmo gênero²¹⁰. Com um *continuum* das estratégias que estiveram em jogo, torna-se possível lançar luz sobre as ambiguidades e as tensões presentes nos discursos de distintos ativistas no movimento LGBT brasileiro. Para tanto, classificamos as mobilizações contra as contínuas violências e discriminações cisheteronormativas de acordo com os engajamentos produzidos frente ao sistema de justiça criminal e as múltiplas composições entre demandas por criminalização da LGBTfobia²¹¹ e de combate ao modo LGBTfóbico de operação das instituições do sistema penal²¹².

em vez de “oficial” e “abolicionista” em vez de “transformativa” para a constituição do *continuum* aqui proposto.

²¹⁰ “Afirmar que alguém é a favor ou contra o casamento gay nem sempre é fácil, pois pode ser que queiramos reservar o direito para aqueles que desejem fazer uso disso, mesmo se não o desejamos para nós mesmos, ou pode ser que queiramos nos contrapor ao discurso homofóbico dirigido contra o casamento gay, mesmo se não queremos, por esse motivo, ser a favor. Ou, talvez alguém acredite piamente que o casamento é a melhor opção para as lésbicas e gays e gostaria de estabelecê-lo como uma nova norma, uma norma para o futuro. Ou pode ser que alguém não somente se oponha a isso para si mesmo, mas para todos, e que a tarefa que temos em mãos é re-trabalhar e revisar a organização social da amizade, dos contatos sexuais e da comunidade para produzir formas de apoio e aliança não centradas no Estado” (Butler, 2003: 230-1).

²¹¹ A solução do polo carcerário seria “aprovar legislações de crimes de ódio para aumentar as sentenças de prisão e fortalecer a aplicação de leis locais e federais; coletar estatísticas das taxas de violência; colaborar com a aplicação da lei local e federal para mover ações penais contra a violência de ódio e a violência doméstica”. No polo abolicionista, o mesmo problema seria enquadrado numa abordagem que busca “construir relações comunitárias e infraestrutura para apoiar a cura e transformação das pessoas que têm sido impactadas pela violência interpessoal e intergeracional; juntar-se a movimentos que enfrentam as raízes da morte prematura transviada e trans, incluindo violência policial, encarceramento, pobreza, políticas de imigração e falta de saúde pública e moradia” (Bassichis et al, 2011: 17).

²¹² O polo carcerário proporia “defender um treinamento de ‘competência cultural’ para aplicação das leis e a construção de unidades prisionais ‘responsivas ao gênero’ e específicas para transviado e trans; criar políticas públicas escritas que digam que pessoas transviadas e trans são iguais às outras sob custódia estatal; permanecer amplamente em silêncio sobre as altas taxas de encarceramento em comunidades queer e trans, comunidades não-brancas e comunidades pobres.”. O polo abolicionista, no entanto, visaria a “construir relações contínuas e responsáveis com as pessoas transviadas e trans que estão encarceradas a fim de apoiar seu bem-estar cotidiano, sua cura, liderança e sobrevivência; construir redes comunitárias de cuidado para apoiar as pessoas ao saírem das prisões; colaborar com outros movimentos para enfrentar o que está na raiz do encarceramento transviado e trans; trabalhar para abolir as prisões, estabelecer apoio comunitário para pessoas com deficiências, eliminar

Cada posição nesse *continuum* adquire sentido somente relacionalmente em referência às outras estratégias em disputa. Em cada uma dessas posições relacionais, constroem-se determinados discursos sobre quem seriam aquelas de posições mais distantes das suas. As mais próximas ao polo carcerário caracterizavam aquelas que se posicionavam de modo antirriminalizante como oriundas do mundo jurídico; ligadas ao PSOL; ativistas “de fora” do movimento; universitárias; de uma geração mais jovem; ativistas na internet; uma “esquerda idílica”; próximas a ativismos de desencarceramento e antiproibicionismo. Aquelas relativamente mais próximas ao polo abolicionista construíam em seus discursos, por sua vez, as ondas que se aproximavam ao outro polo como militantes de gabinetes; distantes da discussão do populismo penal e do abolicionismo; defensores de viés punitivista; ligados à então direção da ABGLT; de uma geração mais velha; ou, ainda, atrelados a uma institucionalidade gay branca próxima de uma agenda gay neoliberal.

Em linhas gerais, apresentaremos seis conjuntos de posições, discursos ou ondas nesse *continuum* entre um polo carcerário e um abolicionista, assim classificadas a partir da análise sociológica dos discursos articulados em nosso *corpus* documental: ondas criminalizantes *tout court*, criminalizantes-democratizantes, criminalizantes sem aprisionamento, antirriminalizantes com engajamentos táticos criminalizantes, antirriminalizantes minimalistas penais e antirriminalizantes abolicionistas. Em cada uma delas, sinalizaremos como enquadram a LGBTfobia; como constroem as “vítimas” e os “LGBTfóbicos”; como caracterizam o sistema de justiça penal; e como as táticas formuladas no âmbito penal se relacionam com outras.

É necessário destacar, tendo em vista a genealogia apresentada nos últimos capítulos, que nem todas as ondas tiveram a mesma ressonância na trajetória do ativismo: a frequência de ocorrência das posições deste *continuum* variou justamente em função do espraiamento da racionalidade criminalizante. Nas últimas décadas, tendia a se concentrar entre posições criminalizantes-democratizantes. Passemos, então, a analisar as ondas que compuseram cada conjunto dessas posições e a compreender os principais elementos de seus discursos.

2.1. Ondas criminalizantes

a institucionalização médica e psiquiátrica; e fornecer moradia permanente em vez de casas de abrigos para todas as pessoas sem casas” (Bassichis et al, 2011: 19).

Próximo ao polo carcerário, havia um conjunto de discursos criminalizantes *tout court*²¹³ que defendiam uma rígida punição a LGBTfóbicos como forma de comunicar a gravidade social de agressões ou discriminações contra LGBTs. Articulando estratégias que separam direitos LGBTs das críticas às questões carcerárias, propunham medidas como a expansão do tempo previsto de privação de liberdade e a tipificação da homofobia como crime inafiançável e imprescritível. Afirmando a ideia de “cadeia para homofóbicos”, tendiam a priorizar a criminalização frente a outras pautas – sendo criticadas pelos demais conjuntos de ondas por se aproximarem de uma concepção de criminalização como “panaceia”. Nestas posições, algumas ondas tendiam a reduzir tanto a LGBTfobia a ações de pequenos grupos atipicamente LGBTfóbicos – como grupos de extermínio – quanto as possíveis vítimas da LGBTfobia a uma estimativa de 10% da população, conforme expresso em alguns dos projetos de lei de início dos anos 2000. Enquadravam, ademais, diferentes casos de violência LGBTfóbica como “crimes de ódio”, oriundos de sentimentos pessoais de um “ódio” proveniente de “incompreensíveis” grupos radicais intolerantes.

Em uma segunda posição, criminalizante-democratizante, demandava-se o direito penal como questão de democracia, cidadania e direitos humanos, ainda que muitos destes ativistas estivessem engajados em militâncias de direitos humanos e desencarceramento. Adotava-se uma concepção social da LGBTfobia como uma forma de discriminação ou violência historicamente enraizada que engendraria condições desiguais de vida. Por vezes, associavam a noção de cidadã pagadora de impostos ao direito de não merecer sofrer discriminação e, portanto, merecer um tipo penal contra a LGBTfobia. Mantinham uma representação ambígua das instituições penais e de seus agentes, ao mesmo tempo algozes de LGBTs e aqueles aos quais se demanda proteção. Ainda que por vezes avertissem penas alternativas, não abriam mão de que estivesse na letra da lei a possibilidade de encarceramento, apostando nos aspectos potencialmente pedagógicos dos tipos penais e das punições. Neste conjunto de posições, havia tanto aqueles que priorizavam a criminalização quanto os que se engajavam nessa pauta como parte de um processo mais amplo de debate sobre a LGBTfobia na sociedade e que não tomavam sua aprovação como um “divisor de águas” (Entrevista J).

Em um terceiro conjunto de posições, encontravam-se os discursos ao mesmo tempo criminalizantes e anticarcerários, como os do Grupo Identidade, que, com críticas

²¹³ Pode-se compreender essa classificação como ondas criminalizantes “simplesmente”, “sem mais”, isto é, como conjuntos de posições que se voltam simplesmente à criminalização como forma de afirmação da população LGBT – dissociados de críticas explícitas ao cárcere e ao recrudescimento penal.

contundentes ao cárcere, defendia “Criminalização da homofobia, sim. Aprisionamento, não” (2011). Não se voltavam para a formulação de projetos de lei que não prevessem o encarceramento, mas defendiam a aplicação da criminalização da LGBTfobia de modo “pedagógico” por meio da conversão das sanções em “penas educativas” possíveis pela quantidade “baixa” de anos de reclusão prevista nos projetos de lei. Diferenciavam-se, por um lado, dos criminalizantes que tomavam o direito penal como referência e a criminalização como “panaceia” ou como condição incontornável; por outro, dos que abertamente criticavam a criminalização em contextos de polarização com os “fundamentalistas religiosos conservadores”. Criticando os discursos que acabam “se confundindo com as teses do recrudescimento penal” (Entrevista N), afastavam-se explicitamente do jargão de “cadeia para homofóbicos” e defendiam outras medidas antidiscriminatórias, como leis administrativas – as quais eram reiteradamente consideradas ineficazes pelas ondas criminalizantes-democratizantes. Engajados, em certa medida, na racionalidade criminalizante, demandavam a criminalização, ainda que caracterizassem o Estado como “historicamente negador de direitos” e apresentassem explícitas críticas ao Judiciário, às polícias e ao Estado em geral.

Um quarto conjunto de posições, de larga ambiguidade neste *continuum*, apresentou-se, em geral, como anticriminalizante e com críticas contundentes ao cárcere, porém tomou posição favorável à criminalização da LGBTfobia na conjuntura política de 2019. Frente às alternativas infernais do “sim” e do “não” do STF, defenderam um “sim” tático à criminalização frente às consequências deletérias de um possível “não”. Essas ondas, todavia, não se engajaram no processo que culminou nas ações ao STF da mesma forma que os conjuntos apresentados anteriormente, os quais tinham a criminalização como estratégia e ativamente participavam da disputa legislativa e judicial dessa demanda. Antes e durante aquela conjuntura, explicitavam publicamente críticas ao sistema penal e à aposta na criminalização – as quais eram respondidas pelas criminalizantes-democratizantes como “aquilo que tínhamos”²¹⁴. Para as ativistas deste conjunto de posições, a criminalização, em certas conjunturas e em determinadas articulações, figurava como tática, não como estratégia das lutas.

²¹⁴ Quando com elas compunham articulações políticas, construíam um meio-termo para declarações públicas em torno dessa pauta: não posicionavam a criminalização no topo da lista de reivindicações, mas, ainda assim, a inseriam nas demandas – ao lado, todavia, de uma explicitação de que o “objetivo não é ampliar o encarceramento, que serve de instrumento de controle da população negra, pobre e trabalhadora, mas sim garantir o reconhecimento pelo Estado da LGBTfobia” (Bloco de Esquerda, 2015).

2.1.1. Quadros de crime

A fim de analisarmos quais razões foram mobilizadas por essas ondas para se criminalizar, teremos como foco, sobretudo, as posições democratizantes-criminalizantes e criminalizantes *tout court* por terem sido as formações discursivas hegemônicas no ativismo LGBT brasileiro. Partindo da análise documental e das entrevistas realizadas com ativistas pró-criminalização²¹⁵, apresentaremos como a LGBTfobia aparecia nestes discursos, o estatuto específico dado à criminalização, os efeitos pedagógicos e instrumentais pretendidos, as relações forjadas com o sistema de justiça criminal e, enfim, os efeitos democratizantes visados por essa estratégia.

Em tais conjuntos de ondas, a violência era construída como crime e lutar contra a violência como necessariamente lutar pela tipificação penal, articulando-se a brutalidade de determinados atos LGBTfóbicas para se justificar a urgência da criminalização, como o caso de Edson Nérís no começo dos anos 2000 e de Dandara dos Santos nos anos 2010. Oscilavam entre construções mais “individualizantes” da LGBTfobia – como questão propagada por grupos radicais – e outras mais “sociais” – como discriminação, preconceito e violência cotidianos que em muito excederiam as ações de grupos específicos (Manifesto da II Marcha, 2011) e, de modo geral, consideravam-na como “uma questão cultural [...] [com] um processo histórico que está enraizado na cultura, no corpo, na vida das pessoas” (Entrevista J). A LGBTfobia seria, ainda, considerada “um mal que aflige de maneira perversa nosso país” e que estaria espalhada de um modo “banal”: como uma “banalidade do mal” (Brasil, 2013b) – a ser combatida justamente por meio de outro “mal banal” na sociedade brasileira: o sistema de justiça criminal. Essa banalização da LGBTfobia seria reproduzida, aliás, também por meio de sua não criminalização, como se argumentava na ADO 26.

[...] à população LGBT, que tem sua cidadania plena inviabilizada pela banalidade do mal homofóbico que absurdamente vigente na atualidade, pois sob o pseudo topos segundo o qual “a homofobia não é crime” (sic), pessoas têm ofendido, agredido, discriminado e assassinado pessoas LGBT por sua mera orientação sexual não-heterossexual/heteroafetiva ou identidade de gênero transgênera [...] (Brasil, 2013b).

²¹⁵ Destaca-se que, por meio da amostragem por bola de neve que construímos ao solicitar que as entrevistadas apontassem ativistas que teriam tido posições críticas à criminalização, delimitamos uma amostra de ativistas entrevistadas em que a maioria delas se inseria em conjuntos de posições com algum grau de crítica à aposta criminalizante – tendo sido minoritária, entre as entrevistadas para esta pesquisa, ativistas criminalizantes *tout court*. A maior parte das entrevistadas apresentava posições críticas (de diferentes formas) também aos ativismos anticriminalizantes, tendo sido também minoritárias as entrevistas realizadas com ativistas declaradamente anticriminalização. Este é um resultado direto da técnica de amostragem por bola de neve e da opção metodológica de buscar compreender a multiplicidade de posições ativistas para além dos documentos públicos das organizações hegemônicas do movimento LGBT brasileiro.

Em meio às disputas com “ativismos religiosos conservadores”, despontava, por vezes, uma tendência de construção da figura dos “evangélicos fundamentalistas” como um Outro LGBTfóbico cujo ódio irracional seria chave explicativa para os males LGBTfóbicos no Brasil. Creditaram-se, em certo momento, aos “ataques de fundamentalistas religiosos” diversas manifestações de LGBTfobia – tanto “o assassinato de um LGBT a cada dois dias” quanto “o Congresso não aprova[r] nenhuma lei que garanta a igualdade de direitos entre cidadãos(ãs) heterossexuais e homossexuais” e as “centenas de adolescentes e jovens LGBT expulsos diariamente de suas casas” (Manifesto da I Marcha, 2010). Por meio de tal construção discursiva, cujo foco em determinados atores pode ter como efeito isentar grupos cujas políticas reproduzem LGBTfobia de modo menos explícito, compreende-se a centralidade para as ondas criminalizantes de que não houvesse exceção a discursos religiosos LGBTfóbicos na tipificação penal proposta – se justamente as posições religiosas conservadoras eram fonte principal da irracional LGBTfobia, então para que serviria uma lei penal que não lhes ameaçasse?

Nesta forma de governar e ser governado na racionalidade criminalizante, o direito penal era pensado como “aquilo que não se pode não querer” (Brown, 2002: 421). Eram de tal modo normalizadas as tipificações penais nos horizontes de lutas que eram apoiadas mesmo por grupos ativistas com postura mais radical no modo de se relacionar com o Estado, os quais se opunham a políticas de normalização da heterossexualidade e afirmavam que “a nossa cidadania está associada a um aspecto de classe [...] se tu é pobre, mora na periferia, sua cidadania vai estar dimensionada por esse lugar social” (Entrevista J). Como consequência do enraizamento destes horizontes, não só recusar esta estratégia não aparecia como uma possibilidade, mas, em grande parte dessas posições, ela assumiria um estatuto central, inclusive entre ativistas que se declaravam pelo direito penal mínimo ou que afirmavam ser a favor de que algum dia as prisões não mais existissem.

Nesta lógica, atribuía-se ao direito penal um papel distinto daquele desempenhado por outras medidas, como ações educativas e legislações não penais antidiscriminatórias, as quais por vezes eram apresentadas pelas ondas anticriminalizantes como medidas prioritárias. Argumentavam que as leis administrativas seriam ineficazes por não terem “pego”: “Qual o problema das leis municipais? Elas não são de caráter penal, são de caráter civil” afirmava Julian Rodrigues na 1ª Conferência Nacional LGBT (2008). Seria o acionamento do sistema penal que lhes concederia efetividade. Quando se criminalizou a LGBTfobia no Brasil, 70% da população brasileira vivia sob jurisdição de leis

administrativas estaduais e/ou municipais antidiscriminatórias²¹⁶, mas dentro do discurso criminalizante, seguia-se o argumento da necessidade de que o Estado brasileiro enunciasse “homofobia é crime” de modo a “fazer pegar” a lei e combater a violência, como afirmaria a Entrevistada D:

Porque o civil é isso, são multas. Então é o seguinte: o que a prefeitura ou o estado pode fazer, ele pode falar “Alexandre, você não pode mais ter esse bar aqui”, legal, tirou sua licença, mas ele não pode te processar, punir, tipificar uma medida cautelar, entendeu? Seja privação de liberdade ou qualquer pena alternativa, então o estado e as prefeituras não têm mecanismos para aplicar isso [...] não faria sentido um crime de ódio ou uma discriminação estar fora do marco penal [...].

Quanto às medidas educativas, afirmava-se que elas não substituiriam a criminalização, de modo que não adiantariam “apenas ações educativas sem medidas punitivas”. Apesar de não ser condição suficiente para livrar a sociedade brasileira do mal LGBTfóbico, o tipo penal aparecia como condição necessária nesse processo em geral compreendido como linear e progressista em que a criminalização figurava como “única possibilidade” no “curto prazo”. Andando em par educação e criminalização como formas de “cura” à homofobia (III Marcha Nacional, 2012), elas estariam, no entanto, em temporalidades distintas: no curto prazo, o direito penal; no longo, políticas educacionais – e em diversa conjunturas, seria, então, priorizada aquela considerada “de curto prazo”.

Mesmo reconhecendo as limitações do emprego do direito penal *vis-à-vis* (outras) políticas educacionais, a estratégia da criminalização, tecida pela racionalidade criminalizante, articulava-se como condição *sine qua non* do enfrentamento à violência contra LGBTs no Brasil. Um argumento de “igualdade” era central neste discurso: “Não se hierarquizam opressões, portanto, todas elas devem ser criminalizadas de forma idêntica” (Frente Paulista, 2011) – como o racismo e a violência doméstica já eram criminalizadas, essas ondas desconsideravam alternativas ao direito penal por defender que qualquer medida que fosse “menos” punitiva do que aquelas conquistadas por outros grupos teria como efeito legitimar uma “hierarquização” de opressões. Por meio da racionalidade criminalizante, todavia, este argumento circunscrevia-se à esfera penal e não se apresentava da mesma forma em relação a pautas não-penais obtidas pelos ativismos negros e feministas, como medidas educativas ou de maiores oportunidades de emprego²¹⁷.

²¹⁶ Embora a criminalização da LGBTfobia tenha expandido as condutas proibidas e o território sob jurisdição de medidas antidiscriminatórias, é preciso se considerar que este mesmo efeito poderia ter sido produzido pela aprovação de uma lei antidiscriminatória administrativa nacional, como aventavam ondas criminalizantes-sem-aprisionamento – uma lei como esta, todavia, não aplicaria sanções penais, mas administrativas, tais como multas, advertências, suspensão ou cassação de alvarás de funcionamento.

²¹⁷ Consideremos, por exemplo, como a defesa de cotas à população trans e travesti em universidades e/ou em concursos públicos ou a demanda por discussões obrigatórias sobre sexualidade nas escolas não foram construídas como medidas necessárias à não hierarquização do combate às opressões na sociedade brasileira

Tal fórmula da “não hierarquia”, desenvolvida no feminismo negro há décadas, seria reivindicada no debate da criminalização da LGBTfobia a partir dos debates do PLC 122 no Senado (Entrevista D) para se contrapor justamente às críticas antirracistas. Ainda que aquiescessem a certas críticas ao instrumento penal, a não hierarquia de opressões lhes “prenderia” à defesa de “igual” criminalização, o que seria central na argumentação levada ao STF. Por meio desta racionalidade, construía-se a criminalização como uma estratégia inexorável – como se não fosse possível não se demandar a mesma “solução” que movimentos negro e feminista demandaram:

É inadmissível que a discriminação por orientação sexual e/ou por identidade de gênero receba menor punição que a discriminação por cor de pele, etnia, origem nacional e religião, atualmente previstas na Lei de Racismo, pois isto passará a impressão (real) de que o Estado hierarquiza discriminações para considerar estas mais graves do que aquelas... Ora, como todas são discriminações históricas motivadas por ideologias de ódio (irracional), todas devem ser punidas com o mesmo rigor. (Vecchiatti, 2011).

As aproximações com a criminalização do racismo vinham de longa data: desde os anos 1980, havia a fórmula de que deveria “se punir da mesma forma que o racismo” baseada em suposta semelhança das discriminações e opressões. Em meados dos anos 2000, todavia, passou a circular o discurso de não apenas se punir a homofobia “tal como” se pune o racismo, mas também de se punir a homofobia como “tipo de racismo” – tese aventada a partir da decisão do STF no caso *Ellwanger* (HC n.º 82.424-4/RS) e que prevaleceria no julgamento do STF em 2019²¹⁸. Essa aproximação, todavia, distanciava-se de considerações eminentemente sociológicas sobre a formação histórico-social do racismo e da LGBTfobia – embora ambos sejam estruturantes das relações sociais no Brasil e operem por meio da negação de suas atualizações, não são estruturas similares, nem produzem os mesmos efeitos ou demandam necessariamente os mesmos “remédios”.

Cientes de que a lei penal teria limites e não poderia tudo transformar, essas ondas argumentavam, ademais, que a criminalização da LGBTfobia traria os mesmos efeitos sociológicos que a Lei de Racismo teria engendrado: uma suposta redução expressiva dos discursos de ódio contra a população negra do país. Pela racionalidade criminalizante,

frente às medidas educativas e de emprego adotadas para a população negra, como cotas em universidades e em concursos públicos e a discussão sobre história da África no Ensino Básico – era para a esfera penal que este argumento era largamente empregado.

²¹⁸ Apresentada nas ações judiciais de criminalização, essa tese esteve presente tanto no PL 3143/2004 quanto em artigos de Vecchiatti que, desde ao menos 2008, afirmava que “por mais que o conceito científico de ‘raça’ não se aplique a nenhuma hipótese (pois, em verdade, a raça humana é única), o conceito legal de racismo inclui todas essas hipóteses [religião, procedência nacional, gênero], não havendo nenhum óbice para que se incluam neste tipo penal o preconceito por orientação sexual e por identidade de gênero”. Em 2011, afirmava que “o ideal/correto é tudo ficar na Lei de Racismo, na medida em que a homofobia e a transfobia são espécies do gênero racismo, já que racismo é toda ideologia que pregue a superioridade/inferioridade de um grupo relativamente a outro” (Vecchiatti, 2011).

repunha-se, assim, a relação entre criminalizar e diminuir a ocorrência das condutas criminalizadas.

2.1.1.1. Efeitos pedagógicos e instrumentais

No discurso em prol da criminalização, visava-se a combater a violência com a tipificação penal, por meio, sobretudo, de dois conjuntos de efeitos. Como pedagogia ou efeito simbólico²¹⁹, queriam dissuadir possíveis LGBTfóbicos e queriam que o Estado afirmasse “homofobia é crime”²²⁰. Como instrumento, queriam a possibilidade de registrar Boletim de Ocorrência, de exigir a abertura de inquéritos e investigações, isto é, de acionar o sistema de justiça penal; a possibilidade de afirmar “homofobia é crime” nas interações sociais e, ainda, a geração de dados sobre a violência LGBTfóbica como insumo para políticas públicas de combate à LGBTfobia.

Na seara dos efeitos pedagógicos, argumentava-se, por um lado, que, ao se denominar como “crime” os atos de discriminação contra as dissidentes sexuais e de gênero e se publicizar a repressão estatal aos casos de LGBTfobia, produzir-se-ia a prevenção de novos casos: “se a pessoa sabe que discriminar um gay é crime, ela vai pensar duas vezes antes de fazê-lo” (afirmou Midori, ativista da ANTRA, no Seminário de 1999). As ondas criminalizantes-democratizantes, sobretudo, defendiam a lei não como “um caráter punitivo, mas coercitivo, no sentido de as pessoas terem medo então de enfrentarem um processo penal” (Entrevista K). Para ser dissuasório, construía-se a necessidade de ser punitivo e ameaçar encarceramento – se fossem penas ínfimas seria “barato agredir, ofender, ameaçar e discriminar pessoas LGBT”²²¹. Ser um crime com a previsão de cárcere

²¹⁹ No direito penal, estão consolidados debates em torno de seu “uso simbólico”. Neste texto, empregamos, todavia, a expressão “efeitos pedagógicos” por ter sido mais frequente nos discursos criminalizantes a defesa desta medida como “pedagógica” do que como “simbólica” – cumpre notar que, entre seus críticos, era mais comum sua caracterização como “simbólica” do que “pedagógica”.

²²⁰ Dentro dos híbridos dessa formação democrático-neoliberal-criminalizante, as estratégias criminalizantes no ativismo LGBT, mesmo das ondas mais próximas ao polo carcerário, não visavam à neutralização como seu objetivo. Em outras construções discursivas além de tais híbridos com uma racionalidade social, no entanto, a racionalidade criminalizante gerava outros híbridos com objetivos mais individualizantes da pena e do direito penal no lugar dos efeitos pretendidos ligados a um aspecto social e de “prevenção geral”.

²²¹ Argumentava-se na ADO 26 que “porque são ínfimas as penas de tais crimes, não sendo aptas a coagir as pessoas a não cometerem as condutas típicas ali proibidas, donde, parafraseando o que Maria Berenice Dias bem anotou sobre a punição à violência doméstica antes da aprovação da Lei Maria da Penha, hoje é barato agredir, ofender, ameaçar e discriminar pessoas LGBT, pois as penas ínfimas respectivas fazem com que aqueles que cometem tais crimes se beneficiem do disposto na Lei n.º 9.099/95, que permite a substituição da pena privativa de liberdade por penas alternativas, sendo que, lamentavelmente, no Brasil banalizou-se a aplicação da pena de cestas-básicas, que não trazem em si o indispensável aspecto preventivo-geral da pena oriundo do temor da punição estatal – tão banalizada está tal pena alternativa que o Congresso Nacional se viu

geraria, portanto, intimidação e diminuição da violência.

Por outro lado, a tipificação penal criaria uma “referência positiva” para os grupos estigmatizados (afirmou Claudio Nascimento, ativista da ABGLT, no Seminário de 1999) e teria um papel importante “o Estado dizendo que aquela é uma conduta inadmissível, que, se você tiver uma conduta daquela, tu vais sofrer as consequências, o Estado vai tomar as providências” (Entrevista I). A criminalização seria uma forma “de mostrar de uma maneira mais clara que o sinal do governo estava a favor das LGBT, era uma mensagem muito óbvia – todo mundo entende criminalização, é mais fácil passar essa mensagem do que outras, do que Escola Sem Homofobia e coisas do tipo” (Entrevista L). Em tal “mensagem”²²², seria central justamente afirmar que quem discrimina seria “criminoso” e as LGBTs, por serem “vítimas de crime”, seriam reconhecidas como cidadãs e vidas legítimas:

O Direito Penal tem, neste momento histórico, um importante papel como instrumento de promoção de direitos. [...] Assim como hoje é considerado criminoso quem discrimina o negro [bem como o evangélico e o judeu], amanhã também deve ser quem discriminar a(o) homossexual, a(o) travesti, a mulher, a(o) idosa(o) e a(o) deficiente físico. (Nota Pública de Esclarecimento ao Senador Paulo Paim e à população brasileira, 2013).

Criminalizar seria, sobretudo, uma forma de educar. Em um híbrido de racionalidade criminalizante e social, buscava-se empregar a criminalização como um modo de não somente punir quem discrimine LGBTs, mas de transformar a questão social da LGBTfobia. Justamente a enunciação de que “homofobia é crime”, dentro da racionalidade criminalizante, teria efeitos de dissuasão e denúncia²²³ ao demarcar as linhas das condutas inaceitáveis, isto é, das ações “criminosas”. A “ausência” da criminalização engendraria efeito oposto: passar a mensagem de que “homofobia não é crime” seria sinônimo de afirmar como aceitáveis as ações LGBTfóbicas.

[...] está inacreditavelmente consolidado um homofóbico inconsciente coletivo social que “a homofobia não é crime” (sic), donde homofóbicos e transfóbicos em geral se acham no pseudo “direito” de ofender, agredir, ameaçar e discriminar pessoas LGBT a despeito dos tipos penais de injúria/difamação e lesão corporal [...] (Brasil, 2013b, com (sic) no original).

obrigado, na Lei Maria da Penha, a proibir a pena de costas-básicas para a violência doméstica cometida contra a mulher” (Brasil, 2012).

²²² De modo semelhante, Thula Pires argumenta em sua tese sobre a criminalização do racismo que o objetivo de movimentos negros ao defenderem a criminalização, ao mesmo tempo em que rechavam explicitamente o recrudescimento do poder punitivo do Estado, era “aposta[r] na utilização da pena como mensagem” (Pires, T., 2013: 285-6). Essa medida representaria “a possibilidade de trazer para esfera pública conflitos que foram secularmente subsumidos à dimensão privada [...] e, com isso, promover a discussão pública acerca do caráter nocivo dessas atitudes na conformação sadia de identidades individuais e coletivas” (Pires, T., 2013: 286).

²²³ Esse padrão de finalidades “pedagógicas” e de “prevenção geral” se verificou, ademais, nas justificativas dos projetos de lei analisados: “denúnciação” e “dissuasão”, ao lado de “retribuição”, eram, nos termos da racionalidade penal moderna, as teorias da pena mais frequentes nas iniciativas de legislação. De outro lado, a reabilitação e incapacitação não apareciam articuladas às justificativas da criminalização da LGBTfobia, seja nas entrevistas, nos projetos de lei ou em outros documentos analisados.

A criminalização teria, ademais, efeitos instrumentais: “dar às vítimas um instrumento legal que as proteja [...] apoiando-se na lei, poderão, daí em diante, exigir dos outros o respeito à própria dignidade” (Mascarenhas, 1985). Em sentido semelhante, afirmava-se em uma carta do Triângulo Rosa em 1992 em defesa do engajamento homossexual na Reforma Constituinte que a vantagem “fundamentalíssima” da lei estaria em “o sujeito discriminado pode[r] apelar para os tribunais [...] apto a exigir que lhe respeitem os direitos” (Triângulo Rosa, 1992). Apostava-se que a posição de “vítima” poderia ser reivindicada por qualquer LGBT discriminado para “fazer valer” o direito à não discriminação – o que punha às margens questionamentos quanto às impossibilidades de muitas dissidentes sexuais e de gênero reivindicarem tal posição. Declarava-se, naquela mesma carta: “E se for discriminado e não recorrer ao Judiciário? Nesse caso, azar dele. Não soube, ou não pôde, utilizar-se do instrumento a que tinha direito”. Para além do acionamento efetivo do sistema de justiça criminal, outra forma de fazer valer um direito seria a possibilidade de enunciação em interações sociais cotidianas de que “homofobia é crime”, sobretudo “pensando num LGBT que não teria o conhecimento pouco que eu [ativista] tenho sobre os direitos” e que, quando soubesse que “homofobia é crime”, passaria a “poder se defender” (Entrevista A).

Como terceiro efeito instrumental pretendido, a criminalização traria a produção de dados, por meio da possibilidade de se marcar nos Boletins de Ocorrência “homofobia” ou “transfobia”, o que poderia levar à construção de políticas públicas de combate à violência embasadas em tais dados. Sua produção, todavia, não se desvincula da racionalidade criminalizante. Assim como os dados já gerados sobre violência LGBTfóbica no Brasil seja por órgãos públicos em articulação com os ativismos (como o DDH no Rio de Janeiro ou os Relatórios divulgados pelos governos Dilma e Temer) seja por organizações ativistas (como o GGB e a Rede TransBrasil) foram mobilizados para se demandar a criminalização da LGBTfobia, os dados gerados a partir da tipificação penal podem novamente ser enquadrados nessa racionalidade como subsídio para outras expansões penais.

2.1.1.2. Criminalizar, descriminalizar e democratizar

A criminalização se apresentava, ademais, como instrumento de transformação do modo como as agências do sistema de justiça criminal atuam frente a dissidentes sexuais e de gênero. Criminalizar seria uma forma de conquistar a descriminalização *de fato* dessa população. Em março de 1983, o GGB afirmava:

É isto que queremos, que no futuro existam leis, que embora não resolvam de imediato a questão da luta homossexual, mas que se constituam desde já, num precioso instrumento *que puna a discriminação* contra os gays, como na Inglaterra e Noruega, onde tal preconceito é passível de *prisão* ou multa, constituindo-se *crime*. Devemos pois, tomar uma posição em relação à política institucionalizada, agir neste quadro de maneira a conseguir o que queremos. Visto que a *repressão sofrida por nós através dos aparelhos de estado como tribunais, polícia* e aparelhos ideológicos como igreja, família e meios de comunicação, sejam proibidas. (Boletim do GGB, 1983, grifos nossos).

Como se nota nesse fragmento de discurso, que postula a defesa do direito penal como “instrumento” na “luta homossexual”, constrói-se uma ambivalência do papel do sistema penal: a constituição da “discriminação contra os gays” como “crime” anda ao lado da crítica à “repressão” promovida pelos “aparelhos de estado como tribunais, polícia”, justificando-se o acionamento do direito penal para combater uma repressão que, embora mais ampla (também nos aparelhos ideológicos da igreja e da família), teria um de seus pontos fundamentais de reprodução os aparelhos do sistema de justiça criminal. A fim de combater a repressão (também) penal aos homossexuais, demandava-se o acionamento da repressão penal pela via da tipificação da discriminação como questão de crime. Entre os anos 1980 e o começo dos anos 2000²²⁴, o efeito descriminalizante despontava como um dos principais, como em artigo de Luiz Mott em 2007 em que se defendia a urgência de se “i) descriminalizar de vez a homossexualidade no que se refere ao trato que a polícia e a justiça dão às minorias sexuais, aprovando-se leis que condenem a discriminação sexual com o mesmo rigor que o crime de racismo”²²⁵. Por meio da tipificação penal, estaria fundamentada a descriminalização da homossexualidade – passaria, então, a ser possível criminalizar (por meio do acionamento de policiais, delegados, juízes) aqueles policiais e delegados que tivessem conduta discriminatória.

Nas décadas seguintes, enquanto se tornavam menos frequentes críticas abertas à LGBTfobia do Judiciário ou caracterizações das polícias como instituições repressoras e autoritárias, ainda que nas ondas criminalizantes-democratizantes se mantivessem discursos

²²⁴ Em 1986, no primeiro Boletim Informativo do Triângulo Rosa, essa ambivalência se mantinha: defendiam “elaborar uma Lei que puna como CRIME a manifestação de ódio e preconceito devido a orientação sexual” ao lado da necessidade de “divulgarmos amplamente o fato de que pelas leis em vigor NO BRASIL TENDÊNCIAS OU PRÁTICAS HOMOSSEXUAIS NÃO SÃO CRIME NEM DOENÇA”. Para estes efeitos instrumentais, defendia-se, em 1992, que o dispositivo constitucional poderia ser utilizado em sentido semelhante. “Estaremos habilitados a exigir o respeito aos nossos direitos nos tribunais brasileiros, por mais machista que seja o delegado de polícia, o promotor ou/e o juiz de Direito [...] Poderemos, *amparados em lei*, exigir, por exemplo, que: - nas delegacias de polícia, tratem-nos com todo o respeito quando formos apresentar queixa contra um prostituto, que nos roubou ou agrediu” (grifos no original).

²²⁵ Esta formulação que consta no artigo “Antropologia, teoria da sexualidade e direitos humanos dos homossexuais”, publicado em 2007 no primeiro volume da Revista Bagoas, estava presente também no “Guia de Prevenção das DST/Aids e Cidadania para Homossexuais” publicado pela Coordenação Nacional de DST e Aids em setembro de 2002.

críticos às polícias e ao Judiciário (e fossem pautadas medidas de reformas dessas instituições), seria frequente a ideia de que a criminalização poderia ser parte da transformação da operação LGBTfóbica do sistema penal. Mantinha-se, assim, a construção discursiva de que para se combater a violência contra LGBTs, que teria no sistema penal um de seus componentes, o próprio sistema penal seria remédio. Mesmo afirmando que policiais “são muito homofóbicos, transfóbicos, a homofobia e o racismo nas polícias é algo institucional” (Entrevista D), a transformação dessas instituições seria um processo do qual a criminalização da LGBTfobia deveria ser parte.

Criminalizar seria, enfim, uma forma de combater a violência por meio do combate à impunidade. Pela racionalidade criminalizante, atrelava-se o problema da violência à falta de punição adequada – se fossem suficientemente punidas, as condutas LGBTfóbicas tenderiam a cessar. Construíam, deste modo, a perpetuação da violência como um problema de violência “impune” a ser solucionado com a criminalização. A impunidade, em ondas criminalizantes *tout court*, aproximava-se da ideia de “ausência” de encarceramento de LGBTfóbicos. Em outros conjuntos de ondas, todavia, referia-se a uma multiplicidade de expectativas frustradas frente à operação do sistema de justiça criminal. De modo semelhante às conclusões da pesquisa de Machado et al (2010), o termo “impunidade” expressava frustrações diversas em relação ao sistema penal: não se registrarem ocorrências nas delegacias, não abrirem inquéritos, não se investigarem os casos, não apresentarem denúncias, não levarem réus a julgamento, não condenarem os réus e, quando condenados, não serem aplicadas penas duras. Assim concebida, a impunidade seria produto do “descaso por parte do aparelho policial repressor e autoritário quando se trata de crimes contra homossexuais” (Boletim do GGB, 1987). Dentro desse enquadramento punitivo, tal descaso, produto dessas “faltas”, e a “homofobia dentro da polícia e da própria justiça estimula[riam] a ação violenta” (Mott, 1999) de LGBTfóbicos.

A perpetuação da impunidade produziria o reverso da pedagogia pretendida pela criminalização (e pela punição), visto que, ao não tornar certas condutas crime e não punir a ocorrência de certos crimes (já tipificados), o Estado não apenas deixaria de intimidar quem as quisesse cometer, como também comunicaria a não relevância das vidas ceifadas por aquelas práticas, incentivando, portanto, a perpetuação da violência. Como se afirmou em 2006, “Por não haver essa proteção [federal], estimados 10% da população brasileira (18 milhões de pessoas) continuam a sofrer discriminação [...], e os agressores continuam impunes” (Projeto Aliadas, 2006). Ao se enquadrar a violência como falta de punição e criminalização, repõem-se justamente as “alternativas infernais” da lógica criminalizante

entre, de um lado, criminalizar, punir, encarcerar LGBTfóbicos e, deste modo, diminuir a violência e, de outro, não criminalizar, não encarcerar e, portanto, seguir com a “impunidade” e perpetuar a violência. Nesta lógica, assim, quando não se punisse o “suficiente”, o Estado não comunicaria “suficientemente bem” que a LGBTfobia seria inaceitável e não incidiria sobre a diminuição de sua prática.

O que está em jogo nesse discurso não é somente a produção de justiça ao se interpelar o “outro” como “criminoso” e exigir a sua punição (“rígida” ou não), mas também, por meio dessa punição e interpelação, exigir o reconhecimento de um “nós” como “vítimas de crimes”²²⁶ e, portanto, como “cidadãs” a serem protegidas pelo Estado – sem a criminalização e a punição, sem cidadania para “nós”. Como resultante, criminalizar era apresentado como elemento intrínseco ao processo de democratização brasileiro, uma forma não só de construir a cidadania e os direitos humanos da população LGBT, mas de efetivar a Constituição²²⁷ e a própria democracia.

Conforme a genealogia que apresentamos, a criminalização da LGBTfobia se atrelava à construção da cidadania para a população LGBT de diferentes formas: seja nos anos 1980 quando se afirmava que uma lei criminalizante seria uma “Lei Áurea para os homossexuais tupiniquins”, seja nos anos 2000, quando se amarrava a garantia de direitos e de uma cidadania plena às prerrogativas de uma lei criminal. Para se tornar sujeito de direitos, as LGBTs precisariam da criminalização dos LGBTfóbicos – o casamento ou outros direitos

²²⁶ Nas iniciativas de projetos de lei, as vítimas emergiam, em geral, somente na medida em que poderiam acionar o sistema penal. Não como sujeito de medidas protetivas ou preventivas, mas como “vítima de crimes” que aciona o sistema penal para punir um “crime de ódio e intolerância” que sofrera, como no PL 7582/2014: “Art. 6º A política pública que visa coibir aos crimes de ódio e intolerância far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de organizações não-governamentais, tendo por diretrizes: I – a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública para a defesa das vítimas; II – a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes sobre os grupos citados no caput do art. 1º [...]; III – estimular a implementação de atendimento policial especializado para lidar com os crimes de ódio e de intolerância; IV – incentivar a capacitação permanente de servidores públicos para o atendimento (....) Art. 8º A assistência à vítima de crimes de ódio e intolerância que necessitem de amparo social será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso. Art. 9º Em todos os atos processuais, cíveis e criminais, a vítima de crimes de ódio e/ou intolerância deverá estar acompanhada de advogado ou defensor público”.

²²⁷ Como texto híbrido socialdemocrata e criminalizante, atrelava em si criminalização e direitos sociais. Nos projetos de lei que visavam à criminalização da LGBTfobia, a medida se construía como forma de dar efetividade ao art. 3º (construir uma sociedade justa, livre e solidária e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação) e ao artigo 5º, o qual figurava no segundo substitutivo de Paulo Paim ao PLC 122/06 em 2013 como dispositivo que “proclama a igualdade de todos perante a lei (art 5º, caput) [...] prevê que a lei punirá qualquer forma de discriminação atentatória aos direitos e liberdades fundamentais (inciso XLI) e condena a prática do racismo, reportando-se a ele como ‘crime inafiançável e imprescritível sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei’ (inciso XLII)” (Brasil, 2013a). A articulação desses dispositivos do artigo 5º embasaria em junho de 2019 a decisão do Supremo Tribunal Federal na ADO 26 e no MI 4733.

civis não seriam o bastante neste tabuleiro democrático-neoliberal-criminalizante em que um dos pilares dessa democracia se alicerçava na racionalidade criminalizante e no governo pelo crime. Constitucional e democrática dentro dessa forma de democracia, tal demanda aparecia como indispensável, pois atrelava a garantia de vida e dignidade a LGBTs à possibilidade de acionar o Estado enquanto “vítima de crimes” contra “criminosos” que o Estado poderia ameaçar encarcerar. Nessa ordem democrática, criminalizar se forjava, por vezes, como se direito sexual fosse; como uma forma de assegurar o direito à segurança de exercer livremente sua sexualidade, identidade ou expressão de gênero – uma segurança construída nos termos do crime e da repressão penal.

Apoiando-se na Carta Constitucional de 1988²²⁸ e em seus dispositivos penais, argumentava-se que a não existência de um tipo penal implicava na negação à população LGBT de diversos direitos, o que a condenaria a não ter uma cidadania plena e expressaria uma falha na construção dessa democracia, como se apreende do Manifesto da II Marcha Nacional Contra a Homofobia (2011):

Somos milhões de cidadãos/ãs de “segunda classe” em nosso Brasil. [...] Até hoje não existe sequer uma lei que assegure nossos direitos civis. Não existem leis que nos protejam da violência homofóbica. A homofobia não é um problema que afeta apenas a população LGBT. Ela diz respeito também ao tipo de sociedade que queremos construir. O Brasil só será um país democrático de fato se incorporar todas as pessoas à cidadania plena.

Nesse discurso, interpelava-se a todas que defendessem os direitos humanos, os princípios da Constituição e a democracia brasileira com um suposto dever de necessariamente apoiar os projetos de criminalização. Ser contra a criminalização, dentro de tal formação discursiva, seria ser contra a construção de medidas de combate dos “atentados homofóbicos incompatíveis com o Estado democrático de direito” (Projeto de Lei 582/2011). Condição *sine qua non* da cidadania e da democracia pensadas em termos criminalizantes, a qualificação deste tipo penal seria fundamental para a experiência democrática como um todo, sendo apresentada como “medida indispensável para a concretização da sociedade plural, de respeito às liberdades e garantias individuais que todos almejamos e defendemos” (Projeto de Lei 3032/2019).

²²⁸ No período de redemocratização antes da elaboração desta Constituição, ativistas afirmavam na justificativa do primeiro projeto de lei criminalizante em 1984: “A Constituição Federal, em seu art. 153 parágrafo 1, dispõe que ‘todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas. Será punido pela lei o preconceito de raça’. Trata-se de igualdade social que compreende a eliminação de distinções de classe, de cor, de sexo, ou qualquer outra, quer para a entrada nos lugares, quer para o trato da vida, como assinala o eminente e saudoso Prof. Pontes de Miranda. Dentre os direitos fundamentais consagrados pela Constituição está em primeiro lugar o princípio da isonomia ou de igualdade formal, ou seja, o da igualdade de todos perante a lei”.

Enquanto, para as ondas criminalizantes mais próximas ao polo carcerário, criminalizar era uma forma de mandar à cadeia LGBTfóbicos, e, para os criminalizantes-sem-aprisionamento, criminalizar seria apenas enunciar uma condenação efetiva do Estado à LGBTfobia, para as ondas que estavam entre essas posições, encarcerar não aparecia como efeito abertamente almejado com a criminalização. O emprego deste instrumento criminalizante-neoliberal atrelava-se a objetivos de transformação social mais amplos que não se centravam na vingança individual do encarceramento. Como afirmou a Entrevistada D, “Eu não quero encarcerar ninguém, eu quero encarcerar o Silas Malafaia, mas esse eu te garanto que não vai pra cadeia”. Os elementos deste fragmento de discurso eram comumente reproduzidos por tais ondas: a negação do desejo de aumentar o encarceramento e o reconhecimento da seletividade do sistema penal (que não encarceraria quem essas ondas gostariam de encarcerar e que prenderia principalmente por outros tipos penais que não os antidiscriminatórios) – elementos articulados em uma relação de concessão na qual *apesar* da sabida operação seletiva (racista e classista) do sistema penal, as medidas criminais seriam desejáveis. Depreende-se relação semelhante da afirmação de que o direito penal já existe para “proteger o grupo racial minoritário e a mulher. Essa é a fundamentação filosófica do direito penal, *embora tenha a seletividade*, ele é muito mais duro com grupos vulneráveis. Nenhuma lei resolve, mas dá mecanismos para isso” (Vechiatti em entrevista a Vasconcelos, 2019, grifos nossos). Como afirmava a Entrevistada K,

[...] falava-se que ia aumentar o encarceramento. Obviamente que, as pessoas que são encarceradas, a maioria delas são negras, pobres, e que elas que seriam as primeiras a ser presas e continuar a reproduzir a lógica racista do nosso sistema prisional. Se eu disse que não é bem assim é que essa não é a intenção da criminalização da LGBTfobia, vulnerabilizar ainda mais as pessoas negras necessariamente, não é essa a intenção. Eu não acredito que vá ter um aumento expressivo do encarceramento, porque enquadrado na Lei do Racismo a gente tem que se perguntar quantas pessoas são presas por racismo no Brasil. Uma coisa é a existência da legislação, outra coisa é a efetividade dela e a forma como ela vai incidir sobre as pessoas que a violem. A Lei do Racismo eu a vejo com caráter muito mais pedagógico do que efetivo infelizmente... A gente vê diversas situações em que a justiça tem muita dificuldade de enquadrar situações que aparentemente são racistas como racismo efetivamente, enquadrado como injúria racial ou de outras formas, nem sempre penalizando da forma como deveria.

Articulavam-se, em fragmentos como esse, uma certeza de que, de modo análogo aos efeitos da Lei de Racismo, não haveria aumento do encarceramento, e uma queixa de que, também como aquela lei, a criminalização da LGBTfobia tenderia a não ser efetiva em suas punições, as quais provavelmente não ocorreriam “da forma como deveria[m]”. O desejo de encarcerar era mobilizado por uma ideia de que haveria “alvos legítimos do direito penal” (Entrevista L), cuja imunidade forjada pela sabida seletividade do sistema penal era objeto de lamento. Para esses ativismos, essa lógica não entrava em contradição com suas

circulações por movimentos de direitos humanos e por articulações pelo desencarceramento, o que pode ser compreendido à luz da tese de Possas (2015) em sua pesquisa com ativistas de direitos humanos favoráveis à prisão em caso da prática de tortura. Argumenta Possas (2015: 495) que quando “a motivação é considerada progressista, um político de esquerda ou um militante de direitos humanos não parece ver que ele defende uma solução (envolvendo a pena) conservadora e que isso é contraditório com seu perfil político global (progressista)”. De modo semelhante, as ondas criminalizantes-democratizantes posicionavam sua demanda como progressista por se embasarem em sua motivação, apesar da solução conservadora que propunham e contra a qual, em geral, mobilizavam-se na sociedade brasileira.

Em suma, na maior parte das formações criminalizantes, buscava-se criminalizar como forma de produzir efeitos pedagógicos e instrumentais – seria uma forma de educação e mais uma arma à disposição nas lutas anti-LGBTfobia cotidianas. Como resultante desses processos, pretendia-se descriminalizar de fato a homossexualidade ou, ao menos, ser parte do processo de combate da LGBTfobia do sistema penal. Criminalizar era, enfim, uma forma de diminuir a violência e de se consolidar uma sociedade democrática e uma cidadania, até então, denegadas a LGBTs pela ausência de uma proteção penal do Estado. Frente a este discurso, todavia, outros se articularam, criticando seus elementos, suas racionalidades e seus efeitos.

2.2. Ondas anticriminalizantes

Em oposição às consequências visadas pelas ondas que tinham a criminalização como sua estratégia, as anticriminalizantes argumentavam que outros seriam os efeitos gerados tanto pelas mobilizações por criminalização quanto por uma possível tipificação penal da LGBTfobia. Embora houvesse múltiplos questionamentos a essa demanda, como táticas contra sua priorização ou por uma criminalização sem aprisionamento ou, ainda, críticas contundentes acopladas a um engajamento tático e conjuntural, focalizamos nesta seção as ondas que se mantiveram contrárias à criminalização mesmo durante o julgamento das ações no STF: as ondas de direito penal mínimo e as de abolicionismo penal.

Os discursos anticriminalizantes que, ao mesmo tempo, defendiam o direito penal mínimo e recusavam o estatuto central da criminalização foram representados fortemente pelo mandato de Jean Wyllys. Para eles, o foco do ativismo LGBT deveria ser outro, como a luta pelo casamento, por uma educação antidiscriminatória e/ou pelos direitos trans. Criticavam abertamente a seletividade do sistema penal como uma característica que lhe seria

estruturante e apontavam como contraditório que ativistas por direitos humanos defendessem a criminalização como medida de combate à violência. Reivindicavam “outras formas de penalização que não impliquem levar pra (sic) cadeia uma pessoa que me xingou de viado na rua” (Araujo, 2019), propondo, em geral, penas socioeducativas “que permitem combater de fato os preconceitos”, inclusive como sanções acessórias à de prisão em casos de homicídio motivado por LGBTfobia (Wyllys, 2019).

Mais próximo ao polo abolicionista penal, os engajamentos anticriminalizantes abolicionistas contrapunham-se a toda forma de punição penal. Recusavam o acionamento das polícias e prisões para combater agressões e discriminações, dado que elas mesmas seriam reprodutoras de violências. Argumentavam centralmente que o direito penal seria incapaz de proteger LGBTs. Contra os supostos efeitos simbólicos ou reconhecendo-os como de pouca importância, focalizavam os efeitos concretos que o sistema penal traz em sua seletividade constitutiva: não reduziria as violências contra LGBTs e legitimaria a violência contra negros e pobres. Pautas educativas e de proteção às vítimas eram reivindicadas, assim como métodos antipunitivistas e comunitários de resolução não violenta de conflitos. Afirmavam que a criminalização da LGBTfobia “simplesmente não faz parte da luta contra a homofobia, não toca nas causas do problema e reforça outros” (Baldin, 2019) – seria somente um modo de o Estado lavar as mãos, fingindo já ter feito a parte dele.

Entre as ondas que, além de anticriminalizantes, eram antipunitivas, questionava-se a punição e os projetos punitivos de modo mais amplo como estratégias que mesmo quando não geravam encarceramento, produziam, em vez de proteção e justiça, a imposição de violência e a precarização da vida de seus alvos. Sustentavam as abolicionistas penais a abolição das prisões e das penas não como uma medida para um futuro distante, mas como uma urgência do presente – para tanto, defendiam práticas cotidianas abolicionistas.

2.2.1. Quadros de anticriminalização

As ondas anticriminalizantes compartilhavam com a maior parte daquelas pró-criminalização tanto a construção da LGBTfobia como questão social e não ontologizada em determinados indivíduos quanto a crítica à repressão penal às dissidências sexuais e de gênero. Estas ondas, todavia, criticavam também os engajamentos LGBTs punitivos e, por meio de quadros anticriminalizantes, deslocavam os investimentos contínuos na criminalização, defendendo que os esforços ativistas deveriam estar em outras lutas. Não seria, portanto, uma questão de se defender a LGBTfobia como crime no STF para depois

pensar em “qual criminalização”, como argumentou parte das ondas democratizantes-criminalizantes, mas justamente se declarar contra a “criminalização” como forma de abrir caminhos para outros modos de engajamento contra a violência LGBTfóbica.

A criminalização era construída nesse discurso como pauta contraditória com a defesa dos direitos humanos por ser uma demanda que, para afirmar os direitos de uma população, apostaria em um sistema de violações sistemáticas. Seria, sobretudo, “um contrassenso um movimento que se diz um movimento situado dentro dos direitos humanos dizer que a sua pauta, que a sua prioridade número zero, número um, como queira, é a criminalização de uma conduta” (Entrevista G). Posicionavam-se de modo contrário às lutas LGBTs se construindo como criminalizantes por defenderem que este seria um “tiro no pé” em um “Estado policialesco” em que à esquerda e à direita se espalharia uma “esparrela de defender a criminalização de condutas como se fosse a salvação para todos os problemas [...] [e que] termina[ria] se voltando contra a gente” (Entrevista G).

Argumentavam que encarcerar qualquer LGBTfóbico de nada adiantaria para uma transformação social e defendiam que criminalizar seria apostar no reforço de um Estado e de um sistema penal racista e LGBTfóbico. Apontavam a demanda criminalizante como uma estratégia que corroboraria a legitimidade conferida a esse sistema, de modo que lutar pela criminalização seria lutar “para dar mais uma ferramenta para o sistema continuar punindo pessoas negras e periféricas” (Giusti; Oliveira, 2017). Fortalecê-lo, ainda que no plano simbólico, teria consequências materiais na vida dos alvos desse sistema ao legitimar “o que nos mata”. Contrário ao Estado penal como solução, afirmavam o Estado como o maior violador de direitos LGBTs – “se nós não somos sujeitos de direito do Estado como é que o Estado vai dizer assim ‘você não pode discriminar um gay, você não pode discriminar uma lésbica, porque isso é uma conduta reprovável’, se o próprio Estado é o primeiro a discriminar?” (Entrevista G). Declaravam que a violência estatal contra LGBTs não seria casuística, visto que “boa parte da violência que acomete os LGBTs, física, e assassinatos, etc., vem da mão do Estado [...] as estatísticas principalmente das mortes de pessoas trans são muito ligadas à violência policial” (Entrevista M). Questionavam, portanto, “como é que esse mesmo aparelho que nos mata vai nos resguardar”? (Entrevista M). Nessa crítica, articulavam casos notórios recentes de violações cometidas contra LGBTs sob custódia do Estado, como o espancamento de Verônica Bolina, e de assassinatos cometidos por agentes policiais, como os de Laura Vermont e Luan Barbosa. Como a criminalização reforçaria esse sistema, argumentavam que criminalizar “não resolve, aumenta o problema inclusive [...]

[serve] apenas para criar um cenário de maior punitividade e violência para quem é vítima de opressões” (Bueno em Lara, 2019).

Para as antirracistas, qualquer criminalização operaria dentro da seletividade estruturante de quem poderia ser considerada vítima ou criminosa, de modo que não se configuraria como instrumento acionável por qualquer vítima contra qualquer conduta LGBTfóbica. De um lado, quem seria considerado “criminoso” nessa “máquina de moer gente preta, pobre, das ruas, da periferia” (Araújo, 2019) seriam os mesmos alvos desse sistema nas demais criminalizações, como seria também o caso da Lei Maria da Penha e de sua incidência sobre homens negros, pobres e periféricos – “Por que então eu posso acreditar que na questão da criminalização da LGBTfobia vai ser diferente?” (comparou Cunha em entrevista para Vasconcelos, 2019). Afirmavam que, em qualquer tipo de punição, “nenhuma das alternativas vai efetivamente punir o homem branco cisgênero heterossexual, as pessoas de classe média alta” (Giusti, 2018). Apontavam, em suma, que negros e pobres seriam mais criminalizáveis ou encarceráveis não por serem mais LGBTfóbicos por falta de “acesso à educação” ou a outros recursos, mas por serem os alvos de qualquer lei penal – justamente por tal sistema seletivamente mirar tais grupos sociais. Ainda que a LGBTfobia seja fenômeno, em certa medida, transversal a diversas classes sociais, somente as pessoas de certa classe e raça seriam interpeladas como criminosas.

De outro lado, contestavam quem seriam os sujeitos que poderiam acionar os dispositivos criminais como legítima “vítima de crimes”, afirmando que ocorreria processo semelhante àquele em curso com outras medidas criminais, como a Lei de Racismo:

[...] vai em qualquer quebrada e pergunta se eles vão na delegacia se eles forem agredidos, se eles acham que vai servir para alguma coisa. Essa pessoa [que vai até a delegacia] vai ser boicotada e ela vai ter que comprovar que ela sofreu violência de gênero e vai ser boicotada do começo ao fim. Se esse processo avançar, o juiz vai tentar dissuadir e assim vai. Essa é a experiência que as pessoas têm com a Lei do Racismo [...] (Entrevista M).

Diversas LGBTs, sobretudo negras, periféricas, trans e travestis, não iriam até delegacias acionar o sistema de justiça criminal justamente por serem alvo da violência direta dessas instituições – “travestis e mulheres trans na prostituição são presas e agredidas pela polícia diariamente, e sabem que não podem em nenhuma circunstância contar com o amparo da segurança pública quando são agredidas. Alguém acha que a criminalização vai mudar isso?” (Araújo, 2019). E nos casos das denúncias que fossem apresentadas, o desenrolar de processos penais se inseriria nas mesmas engrenagens LGBTfóbicas que operam nos processos relativos a atos já tipificados como crime, os quais, quando praticados contra LGBTs, “também pela LGBT-fobia, [...] geralmente não são bem investigados” (Wylls,

2019). Dada a seletividade penal dos tipos de agressores que seriam criminalizados (a lei prenderia LGBTfóbicos pobres, na sua maioria negros) e dos tipos de vítimas que se sentiriam seguras em ir até delegacias realizar denúncias (provavelmente brancas, de classe média e cisgêneras), recusavam a hipótese de que esse cenário seria distinto na aplicação da criminalização da LGBTfobia. Criminalizar seria, assim, um instrumento disponível somente para determinadas LGBTs – as que poderiam ser enquadradas como “vítimas de crimes” – e apenas ameaçaria os suspeitos de sempre. O que a criminalização daria, portanto, seria “uma falsa sensação de mais segurança, mas segurança para quem?” (Entrevista M).

Assim como as experiências históricas de outras criminalizações eram centrais para os discursos criminalizantes, também o eram nos quadros contrários à criminalização, os quais afirmavam que a tipificação penal da LGBTfobia não traria os efeitos pedagógicos e instrumentais desejados no discurso pró-criminalização. Primeiro, sua aplicação não seria capaz de prevenir a violência, dado que, seria próprio das medidas penais incidir somente após a ocorrência de violações e, mesmo incidindo em tal momento, haveria uma grande tendência de que tais discriminações não levassem à punição, como a experiência da Lei de Racismo indicaria (Lara, 2019). Segundo, grande parte das condutas, como homicídio e lesão corporal, já eram consideradas criminosas e, como tais, não dissuadiam sua prática – a enunciação desses crimes como LGBTfóbicos, segundo estas ondas, mais uma vez falharia em gerar dissuasão. Terceiro, afirmavam que a geração de dados sobre a violência LGBTfóbica poderia prescindir de sua tipificação penal e que, mesmo com a criminalização, a produção desses dados dependeria de políticas para além da letra da lei, afinal a atual produção de dados não seria efeito da ausência de um tipo penal, senão de uma recusa do Estado a produzir estatísticas sobre este conjunto de violências (Entrevista M; Giusti; Oliveira, 2017). Mesmo que se produzissem dados tais quais os que a Lei do Feminicídio teria gerado, afirmavam que essas outras criminalizações “nos trouxeram e trarão mais dados, mas a resposta que a gente esperava, de que isso geraria um impacto significativo na sociedade, não ocorreu” (afirmou Gerassi em entrevista a Vasconcelos, 2019). Quarto, questionavam os efeitos “educativos” da Lei de Racismo, apontando que possíveis alterações na ocorrência de insultos racistas na sociedade brasileira não seriam consequência de uma lei penal, ou dela em especial, mas de múltiplas mobilizações postas em marcha por movimentos negros brasileiros e de diferentes políticas públicas implementadas nas últimas décadas. Afirmavam, ademais, que a criminalização do racismo não teria trazido sua diminuição, visto que seguiria estruturante da sociedade brasileira e da construção dos alvos preferenciais do sistema de justiça criminal. Apontavam, inclusive, um efeito deletério que criminalizações

como essas teriam, como a disseminação da ideia de que racismo seria sinônimo de xingar alguém (Entrevista M) – uma forma de atualizar sua operação por meio da negação de práticas menos explícitas de racismo ou LGBTfobia como não racistas ou não LGBTfóbicas. Quinto, criticavam a construção da LGBTfobia como tipo de racismo tanto pelas diferenças do modo como operariam racismo e LGBTfobia quanto pela possibilidade de que, com a LGBTfobia como crime, pessoas negras viessem a ser presas por meio de uma lei de combate ao racismo da qual, até então, elas não teriam sido alvo.

Nesse discurso, a criminalização não reduziria as estatísticas de violência (Wylls, 2019), apenas conferiria uma “sensação de segurança” sem produzir qualquer resultado material à vida das LGBTs. Afirmava Baldin (em Rosa, 2019): “O meu ponto é que a criminalização não combate a LGBTfobia. Se uma medida não é capaz de diminuir a violência, ela é ineficaz”. Em sentido semelhante, Jean Wylls declarou:

Ao longo dos meus oito anos de mandato no Congresso Nacional, eu defendi que a superação da homofobia e de outras formas de preconceito — que são produto de um problema social, educacional, cultural e político — não virá do direito penal. As promessas de resolver tudo com mais penas, mais presídios, mais armas e mais repressão podem levar tranquilidade a algumas pessoas, mas nunca produzem efeitos na vida real (Wylls, 2019).

Criticavam abertamente o ativismo LGBT que investia “tanta energia numa luta por criminalização” (Araujo, 2019) – demanda que aparecia como pauta de “LGB²²⁹ brancos de classe média” (Giusti; Oliveira, 2017). Para estas ondas, a criminalização “toma o espaço de discussões que deem conta de nossas demandas” (Entrevista M). Deste modo, argumentavam pela necessidade de “rever as prioridades mesmo [...] ou a gente vai continuar afundando na política liberal branca que tortura e mata muita gente. Nossa ‘proteção’ não pode vir às custas de vidas negras — incluindo vidas negras LGBT” (Araujo, 2019). Em tais quadros, a aposta no sistema penal teria se construído justamente através das lentes brancas e de classe média daqueles que teriam condições de acionar o direito penal. A centralidade do ativismo em engajamentos criminalizantes teria como consequência não só pôr em segundo plano pautas que pudessem, de fato, proteger dissidentes sexuais e de gênero negros e pobres, mas também engendrar consequências políticas deletérias após a “vitória” dessa demanda – o risco de que, após a criminalização, poderia levar anos para que fosse possível aprovar medidas que materialmente alterassem o quadro de violência, já que o Estado poderia, mais que nunca, lavar as suas mãos por já ter supostamente entregue proteção, afinal, entregara-a conforme lhe fora demandada: pela esfera penal. Criticar a criminalização, portanto, operava como

²²⁹ No original, LGB é empregado como forma de diferenciar uma parte da população englobada na sigla LGBT – “lésbicas, gays, bissexuais” cisgêneras – da população T de travestis, transexuais e pessoas trans, de modo a sinalizar as desigualdades que tenderiam a se perpetuar com aquela criminalização.

parte de disputas mais amplas sobre os caminhos do ativismo LGBT e contra a hegemonia de pautas construídas como (neo)liberais, brancas e de classe média.

Em vez de pensar “qual criminalização” (como as anticarcerárias criminalizantes propunham), essas ondas questionavam justamente o que poderia ser feito das mobilizações LGBT se, no lugar da criminalização, outras demandas fossem prioritárias – se as lutas LGBT brasileiras não fossem lutas criminalizantes. Frente às batalhas com ativismos conservadores, defendiam que a educação seria a trincheira prioritária por considerarem que os ataques aos debates de gênero e sexualidade nas escolas e projetos como Escola Sem Partido seriam mais caros às vidas LGBTs do que as oposições conservadoras à lei de criminalização, cuja aprovação ou rejeição traria poucos efeitos materiais no combate à violência (Entrevista M). No lugar das mobilizações por criminalizar, defendiam lutar por “garantir a plena igualdade de direitos à população LGBT, educar contra o preconceito nas escolas e que o Estado tenha políticas públicas em todos os níveis para combater a LGBT-fobia” (Wyllys, 2019). Educação e conscientização andavam, aqui, apartadas de criminalização e encarceramento.

No lugar de “pautas repressivas”, sustentavam que os ativismos LGBTs direcionassem suas energias prioritariamente para formas anticriminalizantes de combate à LGBTfobia, “pautas afirmativas”, voltadas à afirmação de direitos e à transformação da cultura LGBTfóbica, como políticas públicas protetivas e preventivas à violência e a priorização de centros especializados em atender LGBTs vítimas de violências (Lara, 2019). Em vez da denúncia “pedagógica” criminal, sustentavam outras medidas “pedagógicas” que afirmariam, sem qualquer intervenção penal, a norma de que a LGBTfobia seria inaceitável, como o possível efeito engendrado pela lei estadual paraibana que obriga todos os estabelecimentos comerciais a terem uma placa sinalizando a proibição de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero (Araujo, 2019). Ao defenderem, portanto, não criminalizar, sustentavam lutas por justiça e combate à violência e discriminação com outras armas.

Em suma, tais ondas também buscavam produzir efeitos pedagógicos e instrumentais de combate à LGBTfobia – por meio de estratégias distintas daquelas de ondas criminalizantes. De um lado, uma pedagogia que não englobasse a punição e a criminalização e que tivesse maior eficácia; de outro, instrumentos jurídicos e políticas públicas que não apostassem no sistema penal como uma ferramenta eficaz de combate à violência. Ao não construir como um problema de crime e impunidade a violência LGBTfóbica, articulavam outros quadros e propunham outras soluções, não só para a “questão sexual”, mas também para os modos de se pensar a democracia e a cidadania além da racionalidade criminalizante.

3. Neoliberalismo e a cidadania sexual neoliberal

“[...] uma determinada concepção de liberdade é invocada precisamente como fundamentação lógica e instrumento para determinadas práticas de coerção, e isso coloca aqueles de nós que nos consideramos, num sentido convencional, defensores de uma política sexual progressista em uma armadilha consideravelmente difícil.” (Butler, 2018: 156).

Após delinear os principais elementos dos discursos pró e antirriminalização e analisar como compunham com a racionalidade criminalizante ou tensionavam-na, retomamos, no último movimento desta dissertação, as inquietações apresentadas no primeiro capítulo. A partir do que expusemos nas últimas seções, poderemos, enfim, traçar reflexões mais amplas sobre as relações entre as demandas por criminalização, a neoliberalização e a democratização – processos que, como argumentamos, constituem nossa constelação histórico-política contemporânea. O giro punitivo no ativismo brasileiro não pode ser, afinal, explicado apenas pelos processos internos ao movimento, mas dentro da constituição da neoliberalização e da democracia brasileira das últimas décadas – na medida em que o espraiamento da racionalidade criminalizante esteve acoplado a engajamentos híbridos neoliberais e democratizantes.

Democracia e cidadania, com efeito, podem ser construídas em distintos híbridos – por exemplo, o cidadão pode ser um sujeito de direitos (civis e políticos) ou aquele inserido numa rede de direitos sociais. Com a racionalidade neoliberal, no entanto, tendem a se formar “democracias empresariais”, em que a cidadania tende a deixar de ser uma questão de direitos e deveres para se tornar uma gestão empresarial da própria vida, em que cada um se responsabilizaria pela conduta de sua vida – a democracia consistiria, nesta chave, em dar a cada um a possibilidade de se conduzir como uma empresa e deixá-la totalmente responsável por essa conduta e por todos os fracassos e sucessos que resultarem dela (Dardot; Laval, 2016b: 99). Ao Estado, caberia produzir e manter a competição entre esses cidadãos-empresários, por meio também de intervenções na esfera criminal, legitimadas dentro da “penalidade neoliberal” (Harcourt, 2010), mesmo contra violências e discriminações e contra aqueles construídos como os “outros” que não logrem estar à altura do cidadão empresário.

Articulado a estas democracias neoliberais, é forjado, não apenas localmente, mas de modo transnacional um “contrato global” que articula neoliberalismo, securitização e democracias inclusivas dentro dos limites de um “programa jurídico-econômico neoliberal” (Silva, 2014: 94). Esta “nova configuração do cenário político global” cumpre, portanto, ser analisada a partir desta intersecção:

[...] reformas econômicas [...]; democracia inclusiva (medidas que ampliam os direitos dos cidadãos por meio de mecanismos que promovem a inclusão da mulher, das pessoas de cor e dos grupos socialmente excluídos e que também protegem os direitos humanos); e estruturas de segurança [...] (Silva, 2014: 94).

Sob a lógica neoliberal da democracia inclusiva, políticas sociais de redistribuição que poderiam impactar profundamente as condições materiais de vida passam a ser constituídas como ilegítimas de serem demandadas ao Estado-empresa – ou somente possíveis de serem reivindicadas dentro dos horizontes e das formas neoliberais de “gestão” de problemas sociais –, enquanto a eficiente gestão da segurança pela hipercriminalização e hiperpunição se forja como reivindicação consensual. Articulada à construção do cidadão como “vítima de crimes” (Simon, 2007), efeito do “governo pelo crime” e da racionalidade criminalizante, a cidadania se constrói não só pela possibilidade de empreender e competir “livremente”, mas também por ser reconhecido como “vítima de crimes” e acionar o Estado para punir os “criminosos”. Constrói-se, nesta chave, uma cidadania de vítimas:

[...] enquanto vítimas têm sido bem sucedidas em ganhar atenção e intervenção dos legisladores, esta força não pode ser facilmente convertida em benefícios sociais modernos. Em seu lugar, na lógica da legislação criminal moderna, *vítimas podem se beneficiar somente pela produção de segurança total por meio da punição da pessoa responsável* [...] se fosse para as vítimas receberem algo como, digamos, uma compensação trabalhista, elas se tornariam somente mais um grupo de interesse buscando renda do Estado, em vez do modelo da “vontade geral” que elas refletem [...] (Simon, 2007: 76, grifos nossos).

Nos marcos dessa democracia, o cidadão, cuja inclusão política não é mais pensada prioritariamente em termos de políticas sociais redistributivas, passa a ser construído, por um lado, com figuras próximas à racionalidade neoliberal, como empresário, pagador de impostos, consumidor e participante ativo na vida social e, por outro, como potencial vítima e co-responsável por agir na prevenção de crimes (Aharonson; Ramsay, 2010). Torna-se cidadão aquele em nome do qual o Estado está disposto a punir, aquele que está incluído no rol das justificativas das políticas de segurança do Estado. Não mais gerenciadas centralmente por políticas sociais, em sociedades neoliberais, as inseguranças sociais passam a ser gerenciadas pela expansão da justiça criminal (Wacquant, 2010), com lógicas punitivas redefinindo as reivindicações de diversos movimentos sociais (Lamble, 2013). Dentro de tais horizontes de cidadania, as lutas por cidadanização que ganhariam proeminência seriam justamente as demandas por políticas de criminalização, acionadas para governar a violência racista, sexista ou LGBTfóbica (Aharonson, 2010), eclipsando outros horizontes de democracia. Neste processo, lutas pela criminalização da discriminação no trabalho tenderiam a sobrepujar mobilizações pelo direito ao trabalho e a demais direitos trabalhistas:

Nos Estados Unidos [nesta configuração neoliberal] os direitos tendem a ser separados do acesso aos recursos que precisaríamos para gozar de tais direitos. O direito de ser livre de discriminação no local de trabalho – que ainda não está

garantido a comunidades LGBT – foi desvinculado do próprio direito a um emprego. Elimina-se a discriminação de moradia, mas não se garante o direito à moradia a um preço acessível (Davis, 2019: 59).

As lutas por cidadania e democracia tenderiam, então, a ser centralmente lutas por inclusão em uma democracia criminalizante e neoliberal – das empresárias de si e das vítimas de crime –, em um modelo de cidadania que visa a mover as linhas entre quem seriam “vítimas de crime” e quem seriam “criminosos” sem pôr centralmente em questão os processos que (re)produzem essas fronteiras. Com a “adoção da lógica da exclusão [tanto por olhares críticos quanto] pelos programas neoliberais, a qual deve ser corrigida com medidas de democracia inclusiva” (Silva, 2014: 110), repõe-se o efeito-poder da racialidade que delinea as próprias fronteiras da justiça – quem é considerado sujeito a ser defendido pelo Estado e quem é construído como “ninguém” contra quem continuamente se legitimam as ações violentas do Estado a fim de sua autopreservação e de seus sujeitos de direitos (Silva, 2014). A racialidade, que define essas fronteiras e oblitera a dor e a morte dos “ninguéns”, “resiste [...] às medidas neoliberais de democracia inclusiva, que prometem (mais uma vez) efetivar a universalidade em todos os rincões do planeta” (Silva, 2014: 111) – seguem na lógica da exclusão/inclusão, não pondo em xeque os próprios termos raciais que delimitam esta própria construção de justiça. Nas contradições do capitalismo neoliberal que atualizam esses processos, vão em par, deste modo, medidas inclusivas de cidadania, reformas que precarizam condições de vida globalmente e a contínua produção da morte e da obliteração de populações não-brancas.

Nessas lutas por inclusão, em vez de transformação da ordem democrática, ser incluído seria mediado pela condição necessária, ainda que não suficiente, de o Estado estar disposto a enunciar que puniria (criminalmente) aqueles que violem os direitos de um grupo considerado, então, cidadão. Nesses termos, uma “cidadania sexual”²³⁰ constrói-se por meio do deslocamento das linhas da “estratificação sexual” (Rubin, 1984), não pelo questionamento fundamental do poder estatal de violentar aqueles que considera “criminosos”. Direitos sexuais passam, então, a ser imaginados dentro dos horizontes neoliberais como se fosse um evidente direito acionar políticas específicas de criminalização para governar a violência LGBTfóbica. Enquanto certas LGBTs, “cidadãs responsáveis”, passam a poder, de fato, acionar o Estado como “vítimas de crimes”, as dissidentes sexuais

²³⁰ Ao nos voltarmos à cidadania sexual (Weeks, 1998), pressupomos que “toda cidadania é cidadania sexual” (Bell; Binnie, 2000: 10), com as diferentes formas de identidade sexual marcando distintos *status* de cidadania – de um lado, uma modalidade *mainstream* e heteronormativa de formulação da cidadania (com direitos cisheterossexuais, por exemplo, ao nome e ao parentesco) e, de outro, uma miríade de formas dissidentes de cidadania sexual (Bell; Binnie, 2000).

e de gênero que habitam o lado de lá das fronteiras que as separam das práticas sexuais e de gênero “aceitáveis” (Rubin, 1984) seguiriam tidas como “criminosas” e punidas como tal nesses tempos de criminalização da LGBTfobia.

Em sociedades do Norte global, abolicionistas transviados têm analisado a construção da cidadania LGBT neoliberal como um processo de inclusão seletiva dos amantes transviados [*“queer lovers”*] acoplado à construção dos outros que odeiam [*“hateful others”*] como seu Outro constitutivo (Haritaworn, 2014). A cidadã transviada neoliberal seria, deste modo, aquela cuja autonomia e inteligência emocional seriam evidenciadas por sua capacidade de constantemente trabalhar sobre si; que gestiona e é capaz de falar sobre seus sentimentos e toma responsabilidades sobre si – capacidades todas negadas ao seu Outro LGBTfóbico (Haritaworn, 2014). Como o fracasso em ser empresário de si, em última instância, é considerado uma patologia (Dardot; Laval, 2016a: 367), esse Outro da cidadania é composto pelos não bem-sucedidos em empreender e vencer, o que serve como uma “cola social” para os bons “empreendedores” que se ligam menos por lealdade que pela desconfiança ou rancor comum em relação aos maus pobres, aos dependentes, àqueles que não são empreendedores como deveriam ser (Dardot; Laval, 2016a: 366).

A figura do “outro que odeia” seria parte constitutiva do processo de emergência do sujeito transviado respeitável (inocente e merecedor de inclusão e reconhecimento) e de uma comunidade “*gay friendly*” disposta a protegê-lo, desde que ele também aceite se contrapor àquelas não-cidadãs (Haritaworn, 2014). Esse processo de atualização da sexualização e da racialização da cidadania é também caracterizado nos estudos transviados críticos nos termos da emergência de um sujeito “homonacionalista”²³¹ (Puar, 2017) e de um “cidadão LGBT respeitável” (Lamble, 2011), cujo estatuto de cidadão teria a forma dos valores neoliberais de poder de compra, assimilação, conformação de gênero, branquitude, respeitabilidade, privacidade, liberdade de escolha, nacionalismo – em outras palavras, todas as características que fariam esses sujeitos, antes constituídos como “fora” da categoria de cidadão nacional, serem reconhecíveis como “um de nós”. Nessa inclusão seletiva em que certas LGBTs se incluem no rol das “cidadãs de sempre”, repõe-se uma versão (neoliberal) do Homem (Wynter, 2003) como racionalmente tolerante à diversidade sexual e que se integra bem ao capitalismo neoliberal – distinguível, assim, tanto das dissidentes sexuais e de gênero que

²³¹ Em suas configurações estadunidenses ou israelenses, esses investimentos se coadunam com configurações homonacionalistas (Puar, 2017), nas quais, para que algumas pessoas LGBT possam ser alvo das biopolíticas, outros são construídos como aqueles que devem seguir como alvos das necropolíticas (as LGBTs não respeitáveis, as LGBTs não nacionais, as LGBTs, no limite, não-tão-humanas quanto as homonormativas).

não sejam “respeitáveis”, que não “consigam” se encaixar no padrão homonormativo imposto pelo Homem, quanto dos demais grupos “perigosos” sobre os quais se fixa uma nova categoria: seriam intrinsecamente LGBTfóbicos²³².

É neste contexto global que emergiram reconfigurações profundas das políticas sexuais pela lógica punitiva e criminalizante, caracterizada pela constituição de “investimentos punitivos transviados”²³³ (Lamble, 2013) ou “penalidades transviadas” (Russell, 2017). Nas lutas por políticas sexuais em racionalidade neoliberal e criminalizante, uniram-se segurança e liberdade transviada a práticas encarceradoras, complexificando-se dicotomias entre repressão ou liberdade, opressão ou direito. Foram apresentados como se fossem incontornáveis esses caminhos em que a liberdade de LGBTs deveria ser garantida por formas de não-liberdade (Reddy, 2011; Brown, 1995), isto é, pela possibilidade de acionamento da violência do sistema criminal como forma necessária de se assegurar a liberdade.

Ainda que demandas antidiscriminatórias que se voltem ao sistema penal não sejam uma exclusividade das sociedades neoliberais, o seu estatuto nas mobilizações contemporâneas seria nitidamente distinto de configurações anteriores, seja em movimentos sociais estadunidenses seja nos brasileiros. Nos EUA, as lutas por tipificação de crimes de ódio LGBTfóbicos estiveram atreladas a lutas antirracistas e feministas, tanto nas primeiras décadas de ativismo em que o “*Civil Rights Act*” de 1968 era referência, quanto a partir dos anos 1980²³⁴ quando as demandas por criminalizações e tipificação de crimes de ódio passariam a ser centrais nas ondas hegemônicas daqueles ativismos. No Brasil, de modo semelhante, as reivindicações feministas e antirracistas influenciaram largamente os ativismos LGBTs: foram paradigmáticas tanto a primeira legislação antidiscriminatória brasileira, a Lei Afonso Arinos (1951), para as lutas homossexuais nos anos 1980, quanto a

²³² O mundo colonizado é, assim, reatualizado como sub-humano, como o mundo em que falta o humano. Enquanto, em séculos anteriores, o que nos faltava era o controle dos instintos, os papéis europeus de homens e mulheres, o pudor e a família nuclear monogâmica burguesa; hoje nos faltariam os corpos “*queer*” tolerados, o reconhecimento estatal das diversidades (brancas, burguesas e masculinas) e a superação da condição LGBTfóbica que naturalmente teríamos inventado para nós. Escamoteiam-se e atualizam-se, nesta construção transnacional, os mecanismos violentos de imposição e de construção do mundo cisheteronormativo colonial.

²³³ Os investimentos punitivos das dissidentes sexuais e de gênero constituem práticas e discursos punitivos que, em diferentes níveis, alimentam lógicas punitivas não só simbolicamente, mas fornecendo recursos materiais para sustentar estruturas institucionais, sociais e culturais de punição, reforçando os mitos sobre a punição e a segurança (Lamble, 2013).

²³⁴ Em 1981, formulou-se um modelo de leis de crimes de ódio pela *Anti-Defamation League* visando a penas mais duras por condutas por ódio justificadas pela ideia de que este dano atingiria a comunidade inteira do grupo odiado. No ano seguinte, a *National Gay Task Force* fez um projeto para documentar a violência anti-LGBT e mobilizar a indignação sobre crimes de ódio, tendo, a partir de então, sido aprovadas tipificações de crimes de ódio em níveis estaduais até a emenda de 2009 que tipificaria a LGBTfobia como crime de ódio nacionalmente. (cf. Mogul et al, 2011).

criminalização do racismo na Constituição de 1988 para as lutas LGBTs após a redemocratização – nos anos 2000, todavia, como argumentamos no capítulo anterior, o direito penal passaria a ter outro estatuto nos horizontes de luta de determinados movimentos sociais.

Apresentando as reflexões de Simon (2007) sobre as transformações do estatuto das criminalizações nos ativismos antirracistas e feministas estadunidenses, podemos compreender como este processo se articulava nos EUA, cujo giro punitivo neoliberal nos ativismos LGBTs foi diagnosticado por diversos teóricos transviados. Nos anos 1950, as lutas de movimentos negros e feministas por justiça social articulavam a figura do “sujeito de direitos civis” à “vítima de crimes”, por meio de testemunhos pessoais de violência que se ligavam a narrativas históricas e sociológicas de sua reprodução e pela crítica de que a não sanção estatal seria prova de dominações estruturais (Simon, 2007). Nos anos 1980, ocorreria uma transformação no estatuto da “vítima de crimes”, a qual deixaria de ser uma das articulações do “sujeito de direitos” para se tornar um ou o sujeito político central (Simon, 2007). Criticava-se então o Estado como cúmplice da violência porque, ao não promover sanções e não punir o suficiente, daria provas de sua deslealdade, de sua corrupção e de suas falhas – não mais seria um reflexo de hierarquias enraizadas socialmente (Simon, 2007). Associada a uma outra vítima do governo – o “pagador de impostos” –, formou-se, então, esta figura do sujeito político neoliberal cujos interesses devem ser defendidos como os legítimos de todos os cidadãos. Essa transformação histórica é, ademais, central em diagnósticos como o de Smith (2007) sobre os caminhos dos movimentos feministas estadunidenses – segundo tal autora, podem se traçar as raízes da “cooptação” de movimentos sociais à ordem neoliberal nesse momento de construção da violência como um “crime”. A partir de então, o Estado passaria a ser reconhecido não mais pela sua cumplicidade histórica e pela promoção de violências, mas como instituição que poderia fundamentalmente visar à proteção desses grupos.

Com a centralidade postulada, então, da esfera penal para a construção da cidadania, os “crimes de ódio emergiram como um foco dominante para os lobistas e legisladores leais à causa [dos direitos civis]” (Simon, 2007: 77). Justamente em “contexto de declínio de meios legais para buscar justiça coletiva [...] podemos ver como muito da legislação antidiscriminatória tem sido compelida a se reposicionar em um cenário de crime” (Simon, 2007: 251). Deste modo, enredadas ao governo pelo crime, as medidas antidiscriminatórias, antes enquadradas como formas de combate a uma discriminação enraizada em estruturas e padrões sociais habituais, tornaram-se criminais, enquadrando as ações dos indivíduos que

discriminam como se fossem aberrações, como ações de malícia ativa fruto de decisões individuais (Simon, 2007: 253). Por meio dessas criminalizações, marcou-se um teto de quais condutas seriam inaceitáveis: as atitudes ativamente discriminatórias – o que tem por efeito tornar aceitáveis e escusáveis tanto todas as discriminações e violências mais sutilmente tecidas quanto as condições de vida precárias e desiguais que não sejam diretamente fruto de uma decisão individual discriminatória. Frente a esta construção política criminalizante, questiona Simon (2007: 253): quantas vítimas ficariam sem remédios justamente por as discriminações que sofrem não poderem ser enquadradas como aberrações criminosas? Criminalizar seria, deste modo, “pôr os limites externos de um comportamento [individual], não abordar o problema da desigualdade [socialmente construída]” (Simon, 2007: 254) – e os efeitos das mobilizações em torno das criminalizações pós anos 1980 seguiriam, justamente, limitados a reproduzir “o crime, não a desigualdade, como o modelo de dano” (Simon, 2007: 255).

Neste “giro punitivo”, mesmo as vítimas de condutas abertamente criminosas teriam limitadas possibilidades de obter algum remédio por meio de tais criminalizações, dado que a maior parte delas não configuraria “vítima exemplar”. Como afirma Simon (2007: 76), “a natureza desta identidade de vítima é profundamente racializada. Não são todas as vítimas, mas primordialmente vítimas brancas, de bairros não-periféricos e de classe média cuja exposição impulsionou ondas de legislação criminal”. Nos limites da justiça, a vitimização de pessoas negras, seja por discriminações cotidianas seja pelas mais brutais formas de violência, historicamente não engendra qualquer crise ética tanto nas instituições de justiça quanto no mundo em geral (Silva, 2007).

Nesses processos que constroem determinadas violências como problema de crime, tanto movimentos sociais quanto a produção acadêmica de seus aliados no Direito e nas Ciências Sociais são fundamentais para legitimá-los – conforme diagnosticado no caso dos ativismos feministas e na demanda por tornar crime a violência doméstica (Simon, 2007: 188; Richie, 2012; Bumiller, 2008). Como Simon (2007) analisa quanto a tal caso, a relevância dada à enunciação de que uma dada conduta é crime – como “LGBTfobia é crime” – opera para privatizar a violência e eclipsar seus enraizamentos socialmente profundos.

O que é necessário, falam-nos todos os dias, é reconhecer o crime familiar como crime e tratá-lo como tal. As características mais amplas de sociedade que tornam as mulheres menos capazes de impor iniciativas próprias efetivas contra parceiros abusivos, incluindo a responsabilidade especial que geralmente mulheres têm por crianças, são cortadas das discussões. (Simon, 2007: 182).

Deste modo, com o foco no sistema de justiça criminal na definição da agenda do combate a violências, enfatizam-se as criminalizações e marginalizam-se outras demandas,

como, no caso da violência doméstica, do auxílio a vítimas a se recuperar ou a ter emprego (Simon, 2007: 180). Legitima-se, como efeito de tal ênfase, o investimento público em prisões e polícias no lugar do financiamento de outras políticas públicas que poderiam transformar as condições de vida das vítimas (Simon, 2007: 76).

As reflexões de Simon são importantes para analisarmos o processo brasileiro, ainda que, em certa medida, esses percursos se distanciem. Em nossa experiência democrática pós-1988, expandiu-se o conjunto das leis penais como fruto de seu acionamento para diversos fins – seja por medidas de recrudescimento penal e aberto apoio ao aumento do encarceramento seja por motivações “progressistas” de emprego do direito penal (Masiero, 2018). Mesmo que a criminalização do racismo tenha sido reivindicada desde os anos 1940, e conquistada em 1951 e 1988, medidas antidiscriminatórias penais passaram a ter outro estatuto na experiência pós-1988 – período no qual se aprovou a maioria das leis penais antidiscriminatórias por raça, sexo ou gênero – 18 das 29 já sancionadas na ordem jurídica brasileira, segundo levantado por Masiero (2018). Tais aumentos apoiavam-se, inclusive, na própria Constituição. Como indica o levantamento de Machado et al. (2010), a nova ordem democrática da Constituição Federal tem sido elemento mobilizado em iniciativas de projetos de lei penais que defendem a tipificação penal das condutas que violam valores constitucionais como forma de fazer cumprir a Constituição – lógica análoga, como vimos, sustentava a demanda criminalizante-democratizante. Neste sentido, o crime passaria a ter um lugar semelhante ao que teria nos ativismos estadunidenses.

No híbrido criminalizante-neoliberal-democrático brasileiro, todavia, a violência e a discriminação seguiram apresentadas pelas ativistas como questões enraizadas historicamente para além de decisões individuais maliciosas – em uma construção híbrida com uma forma social de concebê-las. Diferente dos engajamentos hegemônicos estadunidenses, as lutas por direitos sociais e redistribuição socioeconômica permaneceram articuladas na agenda de ativismos feministas, negros e LGBTs brasileiros. No entanto, ao lado ou à frente delas, as medidas criminais foram se tornando fundamentais nos horizontes da democratização. Construía-se, como vimos, a centralidade da criminalização como uma medida “eficiente” e “factível” de combate à violência, assim apresentada tanto em momentos de expansão quanto de ataques a essa experiência de democracia brasileira. Os diagnósticos de sociólogos do Norte global acerca de uma ameaça à democracia na emergência da vítima de crime como modelo do cidadão a ser representado (Garland, 2011: 144; Simon, 2007: 10) tiveram pouca ressonância no Brasil, onde teria maior reverberação um discurso (re)produzido por cientistas sociais e ativistas que atrelava as criminalizações, o

combate à impunidade e a emergência legítima das “vítimas de crime” ao fortalecimento e à efetividade da democracia no período histórico pós-ditadura civil-militar. Neste híbrido brasileiro que criminalizar e democratizar andavam em par, a justiça social, gramática que seguiria presente em nossos ativismos, passaria, então, necessariamente pela justiça criminal – como apontam os pontos sistematizados ao final do capítulo anterior.

Outra distinção frente à trajetória estadunidense decorre do papel do Estado nos discursos ativistas: ele não seria visto apenas como um possível árbitro neutro, mas também denunciado como violador por parte das ondas hegemônicas. Embora o sistema de justiça criminal fosse nas primeiras décadas de ativismo brasileiro abertamente criticado por conter instituições (polícias) ou indivíduos (policiais) LGBTfóbicos, à medida em que certas ondas do ativismo passaram a construir esse mesmo Estado (Aguião, 2013), tornaram-se escassas as denúncias à LGBTfobia como institucional e historicamente enraizada no Estado, ainda que permanecesse uma noção de LGBTfobia espalhada socialmente. Nos momentos em que se convocou o Estado à responsabilização pela notória situação de violência contra dissidentes sexuais e de gênero, em vez de medidas de reparação ou de transformação mais ampla das condições de vida de LGBTs, a tônica predominante foi a de cobrar a responsabilidade estatal por este quadro apenas na medida em que, por não criminalizar, o Estado corroboraria a reprodução da LGBTfobia, conforme formulado na ADO 26 e no MI 4733.

Com efeito, a cidadania sexual LGBT se construiu no Brasil em dois grandes processos: em um primeiro momento, por meio de uma tendência à “SIDAdanização” (Pelúcio, 2007), isto é, de construção de uma população como sujeito de direitos através do sistema preventivo de DST/Aids – fundamental para a transformação da política LGBT aos termos das ONGs; e, em um segundo momento, por meio de políticas públicas de direitos humanos, sobretudo a “denúncia das violências e discriminações motivadas pela orientação sexual e/ou identidade de gênero; e ações de afirmação de identidades e ampla divulgação e informação sobre direitos humanos LGBT” (Irineu, 2016: 224-225). Produto de lutas sociais que visavam à democratização e ao combate da violência, as precárias formas de cidadania LGBT (Toitio, 2016), cuja precariedade se tornou notória ao final dos anos 2010, construíram-se, de fato, em híbridos forjados pelo espriamento da racionalidade neoliberal e do governo pelo crime.

Num primeiro híbrido, nos governos FHC, a forma da “prestação de serviços” marcava os engajamentos ativistas em ONGs que se tornavam organizações “especializadas” em prestar “serviços sociais” em defesa da diversidade sexual e de gênero. Nos governos

Lula, articulou-se um distinto híbrido social e neoliberal: a forma da “colaboração vigilante” na participação institucional por meio de *advocacy* e seus limites construídos pelo modelo de “políticas sociais” e de “cidadania por consumo” características daquele período. Com a crise socioeconômica e política dos anos 2010, a razão neoliberal esvaziaria ainda mais as promessas sociais e democratizantes dessa experiência democrática, levando ao desmonte dos recursos disponíveis e ao estreitamento de oportunidades de participação antes abertas a ativistas LGBTs. Nesses diferentes momentos da relação entre as ondas hegemônicas do ativismo LGBT e o Estado brasileiro, eram apresentadas e reivindicadas tanto políticas públicas de combate à violência em quadros sociais-neoliberais (como, por exemplo, os Centros de Cidadania LGBT e seus escassos recursos) quanto a demanda antidiscriminatória criminalizante – ambas dentro dos “limites” das políticas sociais no neoliberalismo, os quais eram naturalizados pelas ondas hegemônicas como insuperáveis (Toitio, 2016). Ao final dessa década, o recrudescimento do autoritarismo e da invalidação pública da LGBTfobia como questão social fechou a maior parte das portas para políticas públicas e direitos LGBTs no Legislativo e no governo federal.

Esses engajamentos ativistas que progressivamente se atrelaram à forma das organizações não-governamentais e à participação ativa nas instituições estatais podem ser lidas na abordagem proposta por Rodriguez (2007) de que a emergência de um “complexo industrial de ONGs” vincularia a lógica da participação social da sociedade civil no Estado, o rebaixamento dos horizontes de expectativas das lutas de movimentos sociais e a configuração do encarceramento em massa e de outras formas brutais de violência estatal. De acordo com esse autor, a formação de um complexo de relações de dependência entre movimentos sociais tornados ONGs, seus financiadores e as instituições estatais teria como efeito desradicalizar os horizontes dos ativismos, os quais teriam passado a ser reprimidos e disciplinados de uma maneira mais eficaz e com custos políticos menores em relação a formas mais diretas de criminalização e repressão estatal. Os movimentos sociais dentro de tal indústria seriam convocados a ativamente fazer parte da construção do “contrato global” de democracia inclusiva, neoliberalismo e securitização (Silva, 2014) e passariam a compartilhar dos “sonhos progressistas de uma sociedade civil global ‘democrática’ [...] [que] já presume (e, portanto, fortifica) estruturas existentes de extermínio social, incluindo morte social e biológica” (Rodriguez, 2007: 22). Esse processo teria como consequência a formação de uma própria epistemologia, “um modo de conhecer a mudança social e a práxis de resistência” (Rodriguez, 2007: 31), em que se tornariam cada vez menos possíveis de serem imaginadas formas de engajamento de movimentos sociais de esquerda que não

dependessem da legitimidade institucional e dos recursos materiais de tal complexo industrial e de seus horizontes de expectativas.

Por meio desta epistemologia das lutas sociais, os movimentos institucionalizados estariam comprometidos em uma “gestão do medo” de rupturas radicais – isto é, teriam se tornado formas de ativismo que buscam ativamente mitigar os medos evocados por formas mais radicais de lutas políticas e seus horizontes de mundos sem prisões e com relações de classe, raça, gênero e sexualidade profundamente distintas das nossas. Em vez de opostos, os investimentos na lógica política da sociedade civil e de sua participação social no Estado seriam simbióticos tanto ao policiamento e encarceramento de comunidades marginalizadas quanto à contínua absorção pelo Estado de dissidentes por meio da estrutura das ONGs (Rodriguez, 2007). Tal processo em vez de gerar uma prometida “justiça social” progressiva, poderia ser mais propriamente caracterizado por uma “dialética da morte” (Rodriguez, 2007: 31), na qual os engajamentos ativistas na indústria das organizações não-governamentais visando a construir transformações sociais limitadas aos horizontes dessa epistemologia produziram justamente a manutenção das instituições e dos modos de pensar essenciais dessa forma de relação entre sociedade civil e Estado que “reproduz e permite as formas mais perversas e insidiosas de opressão e repressão estatal ou por ele sancionada [...] [tais como] o encarceramento em massa, e o genocídio contínuo de populações indígenas” (Rodriguez, 2007: 37). Como consequência direta deste processo, a imaginação política da esquerda vinculada ao complexo industrial das ONGs teria “em geral recusado abarcar o trabalho *histórico* urgente e incompleto de um movimento contra-estado, anti-supremacia branca e abolicionista *prisional / penal / da escravidão*” (Rodriguez, 2007: 22, grifos no original).

Com efeito, os distintos híbridos neoliberais do processo de democratização e desdemocratização brasileira estiveram, na seara dos movimentos sociais, amplamente vinculados à lógica, à epistemologia e à forma de engajamento ativista do complexo industrial das organizações não-governamentais. Justamente nas formas de participação social delineadas pelos híbridos do governo neoliberal-democrático-criminalizante dessas terras, embora seguissem em grande medida atreladas demandas por direitos sociais e reivindicações por reconhecimento neoliberal (por meio, por exemplo, da criminalização), a questão social se deslocava da política para a gestão: não mais a superação (da pobreza), mas a sua gestão (Andrade, 2019: 27) e, de modo análogo, não mais a superação do cisheterossexismo, mas a gestão da LGBTfobia por meio, em larga medida, de mecanismos criminais e de precárias políticas públicas. Nessa configuração democrático-neoliberal, as

lutas por direitos tendiam, de um lado, a assumir horizontes neoliberais de reivindicação de políticas públicas e legislações voltadas a cidadãos construídos como empresários de si e, de outro lado, a se subordinar à centralidade do direito penal à medida em que a racionalidade criminalizante operava de modo a subsumir o sujeito de direitos à vítima de crimes – tendiam, portanto, a reproduzir e legitimar as próprias instituições e lógicas desse Estado neoliberal.

A centralidade do direito penal se inseria dentro de um quadro mais amplo dos engajamentos dos ativismos LGBT hegemônicos no Brasil que, segundo Colling (2013), priorizavam investimentos em estratégias de normatização e regulação do Estado em vez de estratégias políticas no campo da cultura. Dentro de tal modelo de engajamento, não só a aprovação da criminalização se tornou aspecto incontornável, mas, quando, enfim, foi conquistada, operou como uma forma de “cidadania de consolação” (Oliveira, 2013) – como um consolo em tempos de desmonte de direitos e das escassas políticas públicas LGBTs e de ataques ainda mais abertos a dissidentes sexuais e de gênero. Um consolo que pode ser pensado como atrelado aos horizontes da reprodução da “homonormatividade” – este modo de atualizar a heteronormatividade que se reproduz “no plano de uma cidadania voltada para o consumo num quadro neoliberal, na despolitização das reivindicações e no reforço do binarismo de gênero dentro da própria comunidade” (Oliveira, 2013: 69). Além de tais quadros, o próprio acionamento por cidadãos homossexuais do poder punitivo estatal, que em si pode ser pensado como cisheteronormativo, como sustentado nos Capítulos 01 e 02, pode ser visto como mais uma forma de, dentro dos quadros neoliberais, reproduzir uma cidadania “homonormativa”. Nestes termos, a criminalização da LGBTfobia constitui mais uma face da ambivalente cidadania sexual neoliberal, a qual pode ser “simultaneamente útil e necessária para que as sociedades reconheçam direitos e responsabilidades a estes grupos [...] e encerra no quadro atual neo-liberal, um processo de normalização e de assimilação” (Oliveira, 2013: 70).

Nesta forma de produção de cidadania, a criminalização, vista desde baixo, desponta como estratégia que busca (re)produzir vida por meio de uma aposta no direito penal a fim de enviar uma mensagem ético-política fundamental – “parem de nos matar” – e de buscar fazer justiça frente às violências cotidianas e em nome das incontáveis vítimas da LGBTfobia. No entanto, mobilizar-se em torno de uma batalha estruturada pela racionalidade criminalizante produziu não somente a esperança de sobrevivência de dissidentes sexuais e de gênero em tempos neoliberais ainda mais abertamente LGBTfóbicos, mas uma sobrevivência dentro dessa racionalidade e, portanto, uma sobrevida deste mesmo jogo de

criminalizações e distinções entre “vítimas de crimes” e “criminosos”²³⁵. É incontornável, deste modo, lembrarmos das reflexões de Audre Lorde sobre as contradições e os limites que, em muitos momentos, constituem certas lutas por sobrevivência:

Aquelas entre nós que estão fora do círculo do que a sociedade julga como mulheres aceitáveis; aquelas de nós forjadas nos cadinhos da diferença – aquelas de nós que são pobres, que são lésbicas, que são negras, que são mais velhas – sabem que *a sobrevivência não é uma habilidade acadêmica*. É aprender a estar só, a ser impopular e às vezes hostilizada, e a unir forças com outras que também se identifiquem como estando de fora das estruturas vigentes para definir e buscar um mundo em que todas possamos florescer. *Pois as ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande*. Elas podem possibilitar que os vençamos em seu próprio jogo durante certo tempo, mas nunca permitirão que provoquemos uma mudança autêntica. E isso só é ameaçador para aquelas mulheres que ainda consideram a casa-grande como sua única fonte de apoio (Lorde, 2019: 137, em itálico no original).

4. Além da racionalidade criminalizante e dos direitos neoliberais

“Se dependermos do sistema prisional para resolver o problema da homofobia, estamos-nos amparando em um sistema que é cúmplice no processo que tornou a homofobia algo socialmente aceitável” (Davis, 2019 [2008]: 56).

“A criminalização do racismo, do feminicídio e das fobias LGBT não pode se situar como impulsionador efetivo do encarceramento no Brasil. Nossos corpos não são valiosos, não conseguiríamos articular a maquinaria do Estado de forma efetiva para punir a quem nos viola. O que me preocupa, portanto, não é essa crítica dos que nos julgam dos seus espaços de conforto, mas os alertas das limitações de nossa postura, do encurtamento de horizontes, de como nosso discurso rebelde pode ser moldado para o conservadorismo” (Flauzina, 2016: 102).

Construir, neste texto, a história não só da criminalização, mas também da antirriminalização tem sido uma forma de apontar para outros quadros e caminhos possíveis além das estratégias que se apoiam nessas “ferramentas do senhor”, isto é, além da racionalidade criminalizante e das demandas por visibilidade, reconhecimento e inclusão. Seguindo os passos de teóricos transviados, sobretudo dos transviados não brancos e abolicionistas, os quais vêm questionando a incorporação de estratégias LGBTs a uma agenda neoliberal que constrói em seus termos a liberdade e a igualdade, apresentaremos, enfim, algumas reflexões para que seja possível (re)pensar a política LGBT além da demanda para que o Estado envie uma mensagem de que vidas LGBTs importam (Spade, 2015).

²³⁵ Como argumenta Aharonson (2010), apesar de haver um potencial emancipatório latente no sucesso desses movimentos sociais em torno do combate à LGBTfobia, o qual estaria justamente em terem logrado construir uma consciência social acerca dessas violências, tal potencial só poderia sair de sua latência dentro de estruturas (ideológicas e institucionais) radicalmente distintas – por meio de estratégias que, em vez de buscar cobrir com um arco-íris (“*pinkwashing*”) as prisões, mirassem na construção de outras formas de se lidar com conflitos e violências.

Ao desnaturalizar os caminhos criminalizantes neoliberais, os abolicionismos transviados põem em questão não só a racionalidade criminalizante, mas também a construção de lutas LGBT em termos de uma “completa igualdade” – problematizando qual “igualdade” seria possível na democracia neoliberal e com quais custos (Nair, 2014: 17). Demandar igualdade nos termos estreitos do neoliberalismo criminalizante seria uma forma de “aderir a um modelo” que se constrói como se fosse o único “possível”. Deste modo, ao indagar se seria mesmo inexorável que LGBTs lutassem para igualmente terem as mesmas criminalizações de outros grupos, argumentam que outras possibilidades se abrem a partir da recusa a esta igualdade formal criminal em instituições repressivas.

Ao refletirmos sobre o argumento formal a respeito de igualdade de gênero e de sexo no serviço militar, devemos perguntar por que estamos inclinados a nos apoiar na lógica abstrata – igualdade entendida como acesso igual, acesso igual de pessoas de cor ao serviço militar, acesso igual de mulheres ao combate, acesso igual de gays e lésbicas ao Exército.

Embora eu jamais sugeriria que essas lutas em torno de igualdade formal não tenham sua importância, é igualmente importante considerar aquilo a que os grupos sub-representados demandam acesso. Eu pensaria que tais demandas ‘democráticas’ também teriam de considerar o caráter profundamente antidemocrático da instituição. Melhor seria o direito igual de recusa do serviço militar – para homens brancos, mulheres brancas, mulheres e homens de cor, e gays e lésbicas de todos os contextos raciais e étnicos. (Davis, 2019: 59-60).

Este campo teórico questiona, ademais, em nome de qual liberdade se estaria lutando ao defender a criminalização – argumentando que esta demanda se enredaria em um processo de “neoliberalização da liberdade” em termos de reivindicações de liberdade individual feitas ao Estado ou contra o Estado (Stanley et al, 2012: 127). Frente a tais quadros, cumpre “questionar seus usos [da liberdade] e considerar como ela precisa ser repensada a fim de que possamos resistir à sua instrumentalização coercitiva no presente e a fim de que ela assuma um outro significado que possa ser útil para uma política democrática radical” (Butler, 2018: 156). Nesse sentido,

[...] se, em vez de uma concepção liberal de liberdade pessoal, nos concentrarmos na crítica da violência estatal e da elaboração de seus mecanismos coercitivos, podemos chegar perfeitamente a um enquadramento político alternativo, que envolva não só outra concepção de modernidade como também outra concepção de tempo do ‘agora’ no qual vivemos [...] (Butler, 2018: 162-3).

Nestes termos, constroem-se as críticas às apostas que fortalecem, legitimam e expandem as capacidades de sistemas repressores. Como efeito da “inclusão” criminalizante, “leis de crimes de ódio e antidiscriminação declaram que os sistemas de punição e os arranjos econômicos são agora não-transfóbicos, no entanto essas leis não só falham em erradicar a transfobia como também fortalecem sistemas que a perpetuam” (Spade, 2015: 47). Afinal, “em uma era neoliberal marcada pelo abandono (redução da rede de seguridade social e infraestrutura) e pelo encarceramento, as leis antidiscriminação proveem pouco alívio para

as pessoas mais vulneráveis” (Spade, 2015: 41). Vistas por essas lentes, as tipificações penais, além de não transformarem as chances de vida de dissidentes sexuais e de gênero, seriam cúmplices da perpetuação de desigualdades e exclusões.

Tais legislações, mesmo forjadas como instrumentos criminais-neoliberais-democráticos, não entregariam o que prometem em termos de igualdade e liberdade para as pessoas alvo de violência fundamentalmente por se construírem na “perspectiva do perpetrador” (Freeman, 1978) – a qual se caracteriza por individualizar o problema da discriminação e da violência em uma cena fundamental de um dano causado por um agressor ou discriminador que, com ódio irracional, demite, nega serviços ou violenta uma vítima; obscurecer o contexto histórico de reprodução daquela discriminação e criar a falsa impressão de que quem estava excluído ou marginalizado se tornaria então igual cidadão como se suas chances de vida tivessem sido alteradas (Freeman, 1978). Esta perspectiva “pressupõe um mundo composto por indivíduos atomizados cujas ações estão fora e apartadas de qualquer tecido social e sem continuidade histórica”, de modo que, em vez de “um fenômeno social”, a discriminação é vista como “conduta mal orientada de atores particulares” (Freeman, 1978: 1054).

Assim como Freeman (1978) prefere adotar a perspectiva do racismo como conjunto de condições, não como ações individuais, podemos também pensar a discriminação e a violência embasadas em LGBTfobia, como analisadas no capítulo 02, não como ações individuais, discretas e excepcionais, mas como fundamento da reprodução social desta sociedade, cujo combate perpassa a alteração de diversas condições e relações sociais. Mesmo quando as estratégias criminalizantes antidiscriminatórias se acoplam a esta visão social da LGBTfobia, como no caso as ondas hegemônicas brasileiras, os limites deste instrumento estão justamente em ser parte da continuidade da violência e da discriminação na medida em que não altera as suas condições de perpetuação.

[...] tão certo quanto a lei tenha proibido a discriminação racial, ela afirmou que americanos negros podem estar sem empregos, que suas crianças podem estar em escolas de negros e com baixo financiamento, não ter oportunidades para moradias decentes e ter muito pouco poder político, sem nenhuma violação da lei antidiscriminatória [...] (Freeman, 1978: 1050).

Ao diagnosticar a “inefetividade” intrínseca à “discriminação” ou ao “ódio” como quadros para lidar com opressões, a crítica abolicionista transviada argumenta que “declarações legais de ‘igualdade’ são frequentemente ferramentas para manter arranjos estratificantes sociais e econômicos” (Spade, 2015: xv) e reforçar aparelhos diretamente repressores do Estado que operam pela normalização de gênero (Spade, 2015) como (re)produtores de violências contra as dissidências sexuais e de gênero (Lamble, 2013).

Recusando as máscaras de justiça e igualdade que encobrem a violência desses sistemas (Spade, 2015: 47), estas autoras questionam os caminhos das estratégias centradas em reformas legais, reconhecimento e inclusão, argumentando que “metas de igualdade legal correm o risco de fornecer nada mais que ajustes à fachada da violência neoliberal que, em última instância, prejudica e marginaliza ainda mais as populações trans mais vulneráveis” (Spade, 2015: 12) – as leis antidiscriminatórias não seriam, assim, um remédio à violência e à discriminação, mas parte do refinamento dos sistemas de repressão (Spade, 2015).

Propõem, portanto, enquadrar as lutas das dissidências sexuais e de gênero em quadros de abolição, visando não o reforço da racionalidade criminalizante, mas o desmantelamento dessas instituições e a transformação das condições de vida de forma mais ampla. Nesta angular, as “vitórias” neoliberais, em vez de celebradas, passam a ser vistas como “traições àqueles mais visados pela homofobia e transfobia e [como] conquistas para os sistemas que querem ser declarados ‘justos’ e ‘iguais’ quando o que fazem é piorar as disparidades de chances de vida” (Spade, 2015: 92).

Se pensarmos que “ser legitimado pelo Estado é aceitar os termos de legitimação oferecidos” (Butler, 2003 [2002]: 226), podemos analisar as lutas por direitos dentro de sua ambiguidade constitutiva. Em uma tradição crítica que vem desde Marx, os direitos em Estados capitalistas podem tanto marcar uma expansão da capacidade política quanto a reiteração da não-liberdade e das relações sociais em jogo. Dentre os paradoxos principais desses processos, determinados direitos aparecem como, ao mesmo tempo, “aquilo que nós não podemos não querer [e] é o que também nos enreda nos termos da nossa dominação” (Brown, 2002: 430). De modo geral, os direitos consolidam aquilo que os historicamente subordinados precisariam ter acesso – o que não poderiam não querer – por ser justamente o que lhes daria cidadania, ao mesmo tempo em que essas normas rotineiramente escondem seus determinantes raciais, de classe e cisheterossexistas. Embora os direitos e, sobretudo os direitos vinculados ao âmbito penal, “*apareçam* como aquilo que não se pode não querer” (Brown, 2002: 421), abolicionistas transviados recusam este desejo e constroem políticas que visam a “impedir a confiança singular no direito como o terreno da segurança e nos direitos como a tecnologia da segurança” (Stanley, 2011b: 8). Ao enquadrar a violência antitransviada de modo a “embaralhar as próprias fundações da noção de proteção e da violência formativa do direito mesmo” (idem, *ibidem*), reenquadram os termos das lutas LGBT por direitos.

O direito, e especialmente o discurso de ‘direitos’, que reivindica ser a garantia da democracia liberal, é um dos outros motores que opera para privatizar essa violência estrutural. Direitos são inscritos, ao menos no simbólico, com o poder de

proteger cidadãos do estado-nação do excesso do governo e contra a transgressão da criminalidade. Prestando atenção à mágica anterior do direito, não é só que, ou pelo menos não só que a alguns são assegurados [*“granted”*] direitos porque eles são humanos, mas que a garantia performativa de direitos é o que constitui a promessa de humanidade sob a qual alguns corpos são mantidos (Stanley, 2011b: 7-8).

Tornar a criminalização o carro-chefe das lutas por direitos opera uma torção significativa nesse jogo de enredamento próprio da dominação. No grande processo de construção, em horizontes neoliberais, de um consenso em torno das políticas carcerárias (Bernstein, 2012), deslocam-se desejos pela abolição de sistemas repressores em nome da diversificação deles (Haritaworn et al, 2014) e se conquista, como resultado, que “um novo mandado de punir pessoas transfóbicas é agregado ao arsenal de justificativas” desse sistema (Spade, 2015: 47). Nesta diversificação neoliberal das justificativas do sistema penal, então em linguagem de proteção a populações LGBTs e “outras minorias”, conduz-se ao consentimento de parte daqueles tradicionalmente críticos das necropolíticas do Estado racista (Haritaworn et al, 2014: 18). Dentro da “dialética da morte” (Rodriguez, 2007) constitutiva das formas de engajamento neoliberais-democratizantes, a celebração da diversidade corrobora a construção do Estado neoliberal como guardião da cidadania sexual (Haritaworn et al, 2014) e conduz a um *“pinkwashing”* das prisões e das polícias (Spade, 2015), instituições compostas por tecnologias eminentemente necropolíticas (Mbembe, 2003) e que operam por meio da lógica de que a vida de algumas (LGBTs) dependeria da possibilidade de sequestro violento de outras (*“homofóbicas”*) (Lamble, 2013: 245).

Este “giro” punitivo de aposta em instituições repressivas para combater a violência se explica, em parte, pela hegemonia de certos setores sociais dentro de ativismos LGBT – tanto nos EUA quanto no Brasil em sua versão democratizante:

Essa mudança se centra na perspectiva e na experiência de transviados brancos e economicamente privilegiados que podem se sentir protegidos pela polícia e pelos sistemas de repressão penal. Aqueles que se sentem protegidos e que não são diretamente impactados pela violência do encarceramento e do policiamento veem como menos urgente a necessidade de uma transformação fundamental que não esteja embasada neste sistema (Spade, 2015: 34).

Enquadrar o enquadramento criminalizante possibilita pensarmos o que está em jogo ao produzir e reproduzir o mundo social por estes quadros e os custos de se obliterar outras formas de justiça, proteção, democracia e cidadania – e, portanto, de se reduzir os horizontes de expectativas das lutas sociais. Assim como a demanda do casamento era diagnosticada por diversos estudos transviados como normalizadora da família e do parentesco, a criminalização opera como normalização da justiça e da proteção nos termos do sistema de justiça criminal e como normalização e legitimação das próprias instituições criminais. De modo análogo ao argumento apresentado frente ao debate sobre o casamento e à sua

normalização, é imprescindível considerarmos, na normalização da justiça penal, que “se utilizarmos os termos que esse debate oferece, então ratificamos o molde no momento em que assumimos nossa posição. E isso sinaliza uma certa paralisia diante do poder em exercício de mudar os termos pelos quais esses tópicos são transformados em passíveis de serem pensados” (Butler, 2003: 259-260).

Mover estes termos implica não somente deslocar o lugar do “crime” e dos “criminosos”, mas também a posição de “vítima de crimes” em nome da qual se reivindica a criminalização e punição dos LGBTfóbicos. Como vimos, de um lado, os limites desta categoria se evidenciam por a condição de “vítima” ser inerentemente racializada e inviabilizada de ser ocupada pela população negra e empobrecida em um mundo em que “o direito de politizar o sofrimento é [...] cativo da branquitude” (Flauzina; Freitas, 2017: 68) e a “condição de vítima [é] reservada ao amparo do sofrimento experimentado pelas elites” (Flauzina; Freitas, 2017: 59). De outro, a categoria de “vítima de crimes” opera atrelada à figura do empreendedor neoliberal e ao paradigma do “homo produtivo” neoliberal que passou “do homo criminoso sexual à vítima homossexual” (Bourcier, 2017: 36) por um processo em que a sua “valorização” cidadã decorreu da passagem ao “estatuto de vítima cuja proteção deverá ser assegurada pelos mesmos meios [que lhes reprimem]: o Estado, a lei e a polícia” (Bourcier, 2017: 168). Com efeito, vítima e empreendedor, como afirma Gago (2018a: 12), são “opções de subjetivação do catálogo neoliberal” – estar na posição de vítima a ser “salva” tende a “reduzir nossa dor à posição de vítimas em necessidade de reparação (geralmente pelo Estado). [...] Ser uma vítima, portanto, requer crença no Estado e demanda redentores” (Gago, *idem*, *ibidem*). Deslocar a posição de vítima implica abrir outras possibilidades de relação tanto com o Estado quanto com as próprias dores produzidas por estas violências estruturais e banais – o que, certamente, não se trata de tarefa simples, mas inserida em processos complexos e coletivos de transformações que perpassam “nossos corpos, mentes e vidas, assim como nas estruturas de governo” (Spade, 2015: 115).

Construir uma posição além da lógica da vitimização implica em nos reconhecer como capazes de “decifrar os modos como nos exploram, assim como nossa ação coletiva contra múltiplas formas de despossessão” (NiUnaMenos em Gago, 2018b: 174). Para tanto, é incontornável “que abandonemos a posição de vítima – mesmo quando o estado, a polícia, o branco e o homem cis tem historicamente demonstrado a sua incapacidade de abandonar a posição de agressor” (Mombaça, 2016: 13), a fim de que se construam lutas ativas pela vida em lugares outros além das criminalizações e das vitimizações. Outras possibilidades ético-políticas se abrem, então, quando se recusa tanto a posição de vítimas de crimes quanto a

diversidade neoliberal que justifica e legitima os papéis “democráticos” do sistema de justiça criminal ao cobrir com um arco-íris [*“pinkwashing”*] instituições policiais e carcerárias.

Justamente nas impossibilidades delimitadas pelos quadros neoliberais e criminalizantes podem se desenhar possibilidades de construção de conhecimento e lutas políticas (Spade, 2015) para além da criminalização e da inclusão contemporâneas. A partir da recusa de que as punições e as violências estatais se reproduzam em nome das dissidências sexuais e de gênero, a crítica de abolicionistas transviadas permite que se forjem outras formas de se construir proteção e justiça por meio de “uma ética que pense a justiça como entidade mutante, contextual e provisória e aceite de antemão que não há resposta segura perante conflitos e questões tão paradoxais, complexas e improváveis como as com que lidamos” (Mombaça, 2016: 13-14). Além dos quadros criminalizantes e de suas “alternativas infernais”, este campo ético-político constrói outros caminhos de produção de conhecimento e de engajamento em práticas políticas, fora dos trilhos percorridos pelos ativismos LGBT hegemônicos. Em tempos neoliberais, democráticos e criminalizantes, as lutas transviadas formadas em quadros de abolição seguem reivindicando como palavra de ordem mínima de suas políticas transviadas, tal qual afirmou Bourcier (2017: 60): nem criminalização, “nem reconhecimento, nem inclusão, mas transformação e redistribuição”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Até mesmo pessoas engajadas em movimentos sociais, pessoas que reconhecem o sistema prisional atual como falho, ao fazerem suas críticas parecem sempre ponderar: ‘mas é isso que temos’. Apesar de nossa habilidade para analisar e criticar, a esquerda se enraizou naquilo que *é*. Nós frequentemente esquecemos de vislumbrar aquilo que *pode vir a ser*. Esquecemos de escavar o passado em busca de soluções que nos mostrem como podemos existir de outras formas no futuro” (Imarisha, 2016).

Entre os tempos e os caminhos percorridos por ativismos LGBT brasileiros entre 13 de junho de 1980 e 13 de junho de 2019, desdobraram-se diversas imbricações entre a “questão sexual” e a “questão criminal”. Frente a um *continuum* violento e punitivo contra as dissidentes sexuais e de gênero – uma das faces de uma longa tradição brasileira de violência e punição enraizada em nossa formação colonial e escravista –, ativismos LGBTs articularam, nestas últimas quatro décadas, múltiplas e ambíguas estratégias de combate à reprodução da violência cisheteronormativa.

Nestes tempos em que se configurava na sociedade brasileira uma formação neoliberal, democrática e criminalizante, lutas por criminalizações e pelo acionamento do sistema de justiça penal apresentavam-se como caminhos a serem trilhados a fim de se contribuir para a democratização e o combate a este contínuo de violências. As armas e as ferramentas das batalhas pela criminalização foram desejadas, perseguidas, negociadas e atualizadas por diversas ondas do ativismo LGBT brasileiro. Por outras, foram recusadas – esta mesma formação social gerava também as armas críticas necessárias para se opor aos investimentos punitivos.

Dentro das trincheiras dos ativismos LGBTs brasileiros, entrelaçavam-se três fios quanto aos caminhos possíveis frente ao sistema penal: investimentos na criminalização da LGBTfobia, demandas descriminalizantes e estratégias anticriminalização. Com a tessitura desses fios, formou-se, nesta dissertação, uma trama que, em grande parte, aponta para um “giro punitivo neoliberal” nas formas de luta deste ativismo. Inserido em uma transformação mais geral da sociedade e da política brasileira, em que se forja uma configuração contemporânea hiperpunitiva acoplada a uma história de longa duração na qual a expansão da punição (e de suas promessas) se atualiza também com a expansão da democracia e do neoliberalismo, este “giro” nas lutas LGBTs decorre, sobretudo, de uma distinção lógica: com o enraizamento de uma “racionalidade criminalizante” nas ondas hegemônicas do ativismo LGBT brasileiro, a tipificação penal se tornou condição *sine qua non* da superação da violência e da construção da cidadania neoliberal. Não mais como uma medida possível dentre outras, mas que se apresenta como um evento inexorável do tempo progressivo e

civilizatório das lutas por direitos e de uma história de mobilizações sem fim em torno do crime – que, se até 13 de junho de 2019 se apresentava como a história da “ainda” não criminalização, desde então, atualiza-se como a história por “torná-la efetiva”.

Por meio da “racionalidade criminalizante”, essa grade de inteligibilidade que enquadra problemas sociais como problemas de crime e, assim, vincula movimentos sociais e lutas por direitos humanos e democracia a engajamentos com o sistema de justiça penal, a construção de uma cidadania LGBT, nos diversos híbridos democráticos e neoliberais brasileiros, esteve atrelada ao discurso da inexorabilidade de só podermos ser cidadãos por meio da tipificação penal, da reivindicação de si enquanto “vítimas de crime” e da interpelação de outros como “criminosos”. Ainda que não visassem a encarcerar, neutralizar ou reabilitar os “criminosos” (razões penais que não apareciam como centrais nos discursos criminalizantes LGBTs brasileiros), mas a dissuadir e denunciar socialmente as condutas LGBTfóbicas, a tipificação seria, dentro deste híbrido democratizante e neoliberal, construída como condição da qual não seria possível abrir mão no combate à violência LGBTfóbica – não como, de fato, um “último recurso” a ser empregado. A criminalização operava, deste modo, como “pedra de toque” da cidadania LGBT no Brasil: mesmo com outros direitos já reconhecidos, torna-se-iam cidadãs quando fizessem parte do grupo em nome do qual o Estado ameaça punir, por meio de sua seletividade estruturante, as não-cidadãs, aquelas passíveis de serem violentadas e punidas pelo Estado. Contra a histórica LGBTfobia por denegação, tornou-se, então, imprescindível afirmar a LGBTfobia como crime para afirmá-la como problema social e público sobre o qual o Estado deveria intervir – negá-la como crime, neste discurso, apresentava-se como uma forma de, uma vez mais, denegar todo o contínuo violento contra dissidentes sexuais e de gênero. Afirmá-la como crime, todavia, era, ao mesmo tempo, afirmar também os quadros de crime e o sistema penal como forma de produção de justiça.

Este “giro punitivo neoliberal” no ativismo deve ser compreendido tanto como resultado das transformações neoliberais-democráticas-criminalizantes na sociedade e na política brasileira das últimas décadas quanto como produto da participação de ativismos LGBTs na reprodução e no tensionamento deste processo mais amplo. Fruto do processo de redemocratização em que andavam em par promoção de direitos humanos e expansão do aparato punitivo estatal, o discurso das ondas hegemônicas acoplava críticas às violências do sistema de justiça criminal e demanda por criminalização dentro de horizontes de democratização e diversificação dessas instituições. As ondas ativistas anticarcerárias e anticriminalizantes também resultaram destes processos sociais e políticos que forjaram não

só um amplo consenso punitivo e criminalizante, mas também as condições para a emergência e o espraiamento, ainda que em menor magnitude, das críticas aos investimentos democráticos criminalizantes e carcerários.

Em larga medida, essa trama brasileira se aproxima daquela diagnosticada por teóricas transviadas nos ativismos LGBTs do Norte global – no que tange tanto à prioridade da criminalização quanto à reconfiguração em termos neoliberais das formas hegemônicas de engajamento ativista e de seus horizontes. Os caminhos contra a LGBTfobia no Brasil distanciam-se, no entanto, da trajetória estadunidense apresentada por abolicionistas transviadas, sobretudo em dois pontos. De um lado, são notáveis os entrelaçamentos entre criminalização e críticas ao sistema de justiça criminal: na maior parte das ondas criminalizantes brasileiras, em vez de abraçar o Estado e o sistema penal como um árbitro neutro, prevaleceram ambíguas representações das instituições penais e de seus agentes como simultaneamente algozes e protetores. Ainda que, nos anos 2000, tenha ocorrido um descentramento destas críticas ao sistema de justiça criminal, ele não teve, no material empírico analisado nesta pesquisa, a mesma amplitude que nas ondas hegemônicas estadunidenses. Ademais, dentro da formação democrático-neoliberal-criminalizante em que estas demandas se forjaram, os aspectos sociais e redistributivos das lutas LGBTs seguiram articulados às formas de inclusão (social-neoliberal-criminalizante) reivindicadas pelas ondas hegemônicas de ativismo LGBT no Brasil, não tendo sido meramente subsumidos às demandas criminalizantes e à igualdade neoliberal como em diversos ativismos LGBTs do Norte global.

De outro lado, de modo distinto dos EUA, nestas terras as ondas anticriminalizantes não se constituíram historicamente de forma apartada e abertamente em disputa com as formas mais “integradas” dos ativismos LGBT hegemônicos, mas de modo entrelaçado em complexas batalhas políticas neste tabuleiro criminalizante-neoliberal-democratizante. Como resultante desta formação histórica, não se configuraram no Brasil redes abolicionistas transviadas da mesma forma como nos EUA nem circularam com a mesma amplitude críticas abolicionistas entre as ativistas LGBTs. Com o processo de democratização dando forma aos horizontes e aos modos de engajamento político, se, por um lado, distintas críticas à própria criminalização fizeram parte de diversas posições ativistas que não abriam mão das batalhas criminais em nosso *continuum* carcerário-abolicionista, constituído, como vimos, por múltiplas e ambíguas posições além de um mero “sim” ou “não” à criminalização; por outro, foram escassas ou de baixa repercussão tanto nas lutas políticas quanto na produção de

conhecimento sobre elas as ondas declaradamente contrárias aos caminhos de inclusão nos termos criminalizantes.

Nos contornos conferidos pela democratização, forjou-se, no Brasil, um conjunto de formas de combate ao contínuo histórico de reprodução da cisheteronormatividade que, em grande medida, inseriu-se também no amplo histórico de atualização de apostas no (violento) sistema penal como forma de produção de justiça, proteção e combate à violência. Enquanto no I Encontro Brasileiro de Homossexuais (1980), ao se debater “Homossexualismos no Presídio”, anotou-se “Presídio – instituição de uma sociedade repressiva. Não resolve nada. A solução a longo prazo seria a extinção do presídio”, nas décadas seguintes, a democratização e a neoliberalização produziram deslocamentos em tais notas. Resultaram deste processo tanto estratégias que, ao buscar “democratizar” e garantir os “direitos humanos” na operação de sistemas repressivos, que deveriam ser empregados também para a proteção de dissidentes sexuais e de gênero, contribuíram para reforçar sua legitimidade (por vezes com a promessa de sua extinção no “longo prazo”) quanto estratégias que recusavam se engajar desta maneira com tais instituições e que buscaram se opor à violência produzida por tais sistemas, visando ao seu desmantelamento, à sua urgente “extinção”, não sua “democratização” e “diversificação”.

Dados os limites desta pesquisa eminentemente genealógica, podem ser muito valiosas contribuições tanto de estudos empíricos de cunho etnográfico que se detenham sobre uma ou poucas organizações LGBTs brasileiras e acompanhem detidamente as estratégias e os discursos frente ao sistema de justiça criminal quanto de pesquisas comparativas que se voltem a outros movimentos sociais que enfrentaram dilemas semelhantes frente ao sistema penal. Junto de investigações como essas, pode ser possível construir uma compreensão mais ampla e mais fina sobre como “desde baixo” se articularam demandas punitivas e criminalizantes à democratização e ao neoliberalismo na sociedade brasileira. Ademais, análises das circulações transnacionais desses discursos e estratégias e comparações dos processos criminalizantes e abolicionistas em diferentes sociedades podem contribuir para uma compreensão desse “giro punitivo neoliberal” como fenômeno globalmente articulado e, simultaneamente, forjado nos tempos e hibridizações próprias a cada contexto. Parece-nos, em especial, que passos fundamentais podem ser dados por pesquisas que, em vez de tomar como fio condutor as lutas criminalizantes, debrucem-se centralmente sobre os engajamentos políticos que recusaram a criminalização e voltaram-se a outras mobilizações e outros horizontes em planos locais e transnacionais.

Uma vez que as disputas em torno do objeto analisado nesta pesquisa não se encerram nas estratégias empregadas, mas abarcam também as análises e as interpretações produzidas sobre os caminhos seguidos, é fundamental destacarmos que a produção de conhecimento acadêmico sobre estes acontecimentos constituiu também as trincheiras analisadas – nas quais esta dissertação inescapavelmente se insere. Desde uma posição, ao mesmo tempo, analítica sociológica e de dentro das trincheiras, pretendeu-se tecer os fios da criminalização, da crítica ao sistema penal e da recusa a engajamentos criminalizantes de uma forma que buscou evitar duas posições epistemológicas pouco produtivas para a construção de uma crítica do presente capaz de forjar uma história de como se tornou possível a criminalização da LGBTfobia. De um lado, pretendeu-se escapar de uma crítica sociológica ou criminológica crítica que, de cima das trincheiras, reproduz discursos que, pelo modo como recusam a criminalização da LGBTfobia, tacitamente assumem a questão da violência cisheteronormativa como se fosse secundária ou menos grave que outros problemas sociais – em uma sofisticada forma de denegação da LGBTfobia. De outro, buscou-se fugir da constante celebração das medidas conquistadas pelo ativismo LGBT hegemônico como “vitórias democráticas”, visto que, como argumentamos, foi justamente por meio deste modo de pensar as lutas contra a LGBTfobia que se normalizaram como inescapáveis os caminhos criminalizantes e neoliberais e se abriram poucas possibilidades de se enquadrar (e nomear) os quadros – criminalizantes – que fundamentam tanto estes caminhos quanto boa parte das formas de analisá-lo.

Entre a Sociologia da Punição e os estudos de gênero e sexualidade, as questões articuladas neste texto, em interlocução aberta com o campo teórico-político abolicionista transviado, podem não só iluminar o processo histórico que engendrou a criminalização, mas também auxiliar no trabalho de interrogação dos horizontes de lutas políticas e de produção de conhecimento após 13 de junho de 2019 no Brasil. Segue constitutiva destes âmbitos a circulação tanto de quadros de crime e quadros de abolição quanto de estratégias que combatem e que denegam a cisheteronormatividade, as quais marcam as possibilidades da escrita deste texto e de suas leituras e apropriações. Em nome das vidas dissidentes que cotidianamente são impossibilitadas e, no limite, ceifadas, perpetuam-se múltiplos embates e alianças nestes tempos cada vez mais sombrios, nos quais compõem e disputam os horizontes ativistas tanto diferentes formas de dar efetividade à criminalização do STF quanto estratégias que seguem recusando a violência do sistema penal como forma de igualdade e liberdade. Seguem urgentes as batalhas pela vida nas trincheiras de luta contra a

LGBTfobia, as quais se tornam ainda mais árduas neste momento em que se põem em xeque as promessas democráticas da constelação democrático-neoliberal-criminalizante.

Em tempos acentuadamente violentos contra dissidentes sexuais e de gênero, nos quais são profundamente ameaçadas tanto as existências dissidentes quanto a própria produção de pesquisas como esta, torna-se ainda mais imprescindível que se multipliquem armas e estratégias (nas lutas políticas e nas produções acadêmicas) além do que se constrói como “possível” dentro dos quadros criminalizantes e neoliberais. Esforços que busquem compreender as possibilidades e os limites das estratégias e dos caminhos tomados nas lutas contra a LGBTfobia podem, ao menos, configurar mais uma dentre as armas à disposição nas batalhas contra a violência em um campo delimitado pela cisheteronormatividade e pela racionalidade criminalizante. Podem, na melhor das hipóteses, frente às impossibilidades que estes tempos apresentam, ser parte de um complexo e coletivo processo de ultrapassagem do possível deste presente histórico e de invenção de outras possibilidades de sobreviver a estes tempos, de escapar com vida e de produzir outros horizontes de justiça.

REFERÊNCIAS

AGATHANGELOU, Anna M.; BASSICHIS, M. Daniel; SPIRA, Tamara L. Intimate investments: Homonormativity, global lockdown, and the seductions of empire. **Radical History Review**, v. 2008, n. 100, 2008: 120-143.

AGUIÃO, Silvia. **Fazer-se no “Estado”: uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBT" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). IFCH, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. 2014.

AHARONSON, Ely. ‘Pro-Minority’ Criminalization and the Transformation of Visions of Citizenship in Contemporary Liberal Democracies: A Critique. **New Criminal Law Review**, v. 13, n.2, 2010: 286-308.

_____.; RAMSAY, Peter. Citizenship and criminalization in contemporary perspective: Introduction. **New Criminal Law Review**, v. 13, n. 2, 2010: 181-189.

ALMEIDA, Miguel Vale de. Ser mas não ser, eis a questão. O problema persistente do essencialismo estratégico. **CRIA 1 Working Paper**, 2009. Disponível em: http://miguelvaledealmeida.net/wp-content/uploads/2012/11/wp_cria_1_ser_mas_nao_ser_vale_de_almeida.pdf. Acesso em: 10 out. 2020.

ALVES, Dina. Rés negras, juízes brancos: Uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição em uma prisão paulistana. **Revista CS**, v. 21, 2017: 97-120.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995: 9-23.

ANDRADE, Daniel Pereira. Brasil, neoliberalismo híbrido: socialdemocracia e guerra ao inimigo interno. **Anais do 43º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**. 2019.

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands: la frontera**. São Francisco: Aunt Lute, 1987.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. Boitempo Editorial, 2019.

BALL, Matthew. Queer Criminology, Critique, and the “Art of Not Being Governed”. **Critical Criminology**, v. 22, 2014: 21–34.

_____. **Criminology and Queer Theory: Dangerous Bedfellows?** Palgrave Macmillan. 2016.

_____.; CROFTS, Thomas; DWYER, Angela. **Queering Criminology**, Londres: Palgrave Macmillan, 2016.

_____.; DWYER, Angela. Queer criminology and the global south: setting queer and southern criminologies into dialogue. **The palgrave handbook of criminology and the global south**. Palgrave Macmillan, 2018: 121-138.

BASSICHIS, Morgan; LEE, Alexander; SPADE, Dean. Building an abolitionist trans and queer movement with everything we've got. In: STANLEY, Eric A.; SMITH, Nat. **Captive genders: Trans embodiment and the prison industrial complex**. Oakland: AK Press, 2011: 15-40.

BAZO, Andressa Loli. A nova esquerda punitiva. **Revista Liberdades**, v. 22. Maio-agosto 2016: 77-88.

BECKER, Gary S. Crime and punishment: An economic approach. **The economic dimensions of crime**. Londres: Palgrave Macmillan, 1968: 13-68.

BECKETT, Katherine. **Making Crime Pay: Law and Order in Contemporary American Politics**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

BELL, David; BINNIE, Jon. **The sexual citizen: Queer politics and beyond**. Polity, 2000.

BELL, Emma. Insistiendo en el neoliberalismo: la permanente influencia del neoliberalismo en la penalidad contemporánea. **Delito y sociedad**, v. 38, 2014: 50-62.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o Conceito de História. **Magia e técnica, arte e política**, 1987: 222-232.

BENTO, Berenice. PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Revista Estudos feministas**, 2012: 569-581.

_____. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea**, v. 4 n. 1. 2014: 165-182.

_____. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: Edufba, 2017.

BERNSTEIN, Elizabeth. The Sexual Politics of the 'New Abolitionism'. **Differences**, v. 18, n. 3, 2007: 128-51.

_____. Carceral politics as gender justice? The "traffic in women" and neoliberal circuits of crime, sex, and rights. **Theory and society**, v. 41, n. 3, 2012: 233-259.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: História e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte. Autêntica, 2010.

BOURCIER, Sam. **Homo inc. orporated: le triangle et la licorne qui pète**. Cambourakis, 2017.

BRAGA, Ana Gabriela; SERRA, Victor Siqueira. O fantasma do macho no corpo travesti: violência, reconhecimento e poder jurídico. In: MAGALHÃES GOMES, Mariângela Gama de. FALAVIGNO, Chiavello Facenda. MATA, Jéssica da. **Questões de Gênero: uma abordagem sob a ótica das ciências criminais**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018.

BROWN, Wendy. **States of injury: Power and freedom in late modernity**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

_____. Suffering the paradoxes of rights. In: BROWN, Wendy; HALLEY, Janet. (Eds.). **Left legalism/left critique**. Duke University Press, 2002: 556-576.

_____. Nous sommes tous démocrates à présent. In: AGAMBEN, Giorgio et al. **Démocratie, dans quel état**. Paris: La Fabrique Editions, 2008: 59-76.

_____. **Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution**. New York: Zone Books, 2015.

BUIST, Carrie L.; LENNING, Emily. **Queer Criminology: New Directions in Critical Criminology**. Routledge, 2016.

BULGARELLI, Lucas. **[ALERTA TEXTÃO] - Estratégias de engajamento do movimento LGBT de São Paulo em espaços de interação online e offline (2015-2016)**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

BUMILLER, Kristin. **In an abusive state: How neoliberalism appropriated the feminist movement against sexual violence**. Durham: Duke University Press, 2008.

BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual? **Cadernos pagu**, v. 21, 2003: 219-260.

_____. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. 8 Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

_____. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto**. 4 Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

_____. Meramente cultural. **Idéias**, v. 7, n. 2, 2016: 227-248.

CABANES, Robert; GEORGES, Isabel. Gestion de la pauvreté et entrepreneuriat de soi: un nouveau compromis de gouvernement au croisement des politiques sociales et néolibérales? **Brésil (s). Sciences humaines et sociales**, v. 6, 2014: 7-15.

CALDEIRA, Teresa Pires Caldeira do. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34, 2003.

CÂMARA, Cristina Luci. **Triângulo Rosa. A busca pela cidadania dos "homossexuais"**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Ufrj, Rio de Janeiro, 1993.

_____. Um olhar sobre a história do ativismo LGBT no Rio de Janeiro. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, v. 9, 2015: 373-396.

CAMPOS, Marcelo da Silveira. **Crime e Congresso Nacional: Uma Análise da Política Criminal Aprovada de 1989 a 2006**. São Paulo: Ibccrim, 2010.

CARDINALI, Daniel Carvalho. **A Judicialização dos Direitos LGBT no STF: limites, possibilidades e consequências**. Belo Horizonte: Arraes, 2018.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana. 'Tá lá o corpo estendido no chão...': a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. **Physis: revista de saúde coletiva**, v. 16, 2006: 233-249.

_____.; _____. Os direitos sexuais e reprodutivos no Brasil a partir da Constituição Cidadã. In: Oliven RG, Ridenti M, Brandão GM, (org). **A Constituição de 1988**. Aderaldo & Rothschild Editores, 2008: 334-59.

_____. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 5, 2010: 131-148.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima; CARRARA, Sérgio. Ciberativismo trans: considerações sobre uma nova geração militante. **Contemporânea**, v. 13, n. 2, 2015: 382-400.

CARVALHO, Salo. Sobre a criminalização da homofobia: perspectivas desde a criminologia *queer*. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, n. 99, v. 20, nov. 2012a: 187 – 212.

_____. Sobre as possibilidades de uma criminologia queer. **Sistema Penal & Violência**, v. 4, n. 2, 2012b.

_____. Três hipóteses e uma provocação sobre homofobia e ciências criminais: queer(ing) criminology. **Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais**, v. 238, 2012c.

CAVALCANTI, Céu; BARBOSA, Roberta Brasilino; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. Os tentáculos da tarântula: abjeção e necropolítica em operações policiais a travestis no Brasil pós-redemocratização. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, 2018: 175-191.

COACCI, Thiago. Do homossexualismo à homoafetividade: discursos judiciais brasileiros sobre homossexualidades, 1989-2012. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, v. 21, 2015: 53-84.

COHEN, Cathy. Punks, Bulldaggers and Welfare Queens, **GLQ**, v. 3, 1997: 437-465.

COLLING, Leandro; A igualdade não faz o meu gênero—Em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 3, n. 2, 2013: 405-427.

_____.; NOGUEIRA, Gilmaro. Relacionados, mas diferentes: sobre os conceitos de homofobia, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade. In: Rodrigues, Alexandro; DALLAPICULA, Catarina; FERREIRA, Sérgio Rodrigo da S. (Org.) **Transposições**. Lugares e fronteiras em sexualidade e educação. Vitória: Edufes, 2015: 173-185.

COMAROFF, Jean; COMAROFF, John L. **Law and Disorder in the Postcolony**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

CONRAD, Ryan (Ed.). **Against Equality: Prisons Will Not Protect You**. AK Press, 2012.

_____. **Against Equality: Queer Revolution not Mere Inclusion**. AK Press, 2014.

COSTA, Daniela C.; ALMEIDA, Daniela Ramos Lima Barreto; TEIXEIRA, Livia Biriba. Impressões do movimento LGBT em Aracaju sobre a criminalização da homofobia. **DIKÉ Revista do Mestrado em Direito da UFS**, v. 4, n. 2, 2015: 1-15.

CRUZ, Rodrigo Rodrigues da. **Do protesto às urnas: O movimento homossexual brasileiro na transição política (1978-1982)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Unifesp, Guarulhos, 2015.

CRUZ-LOPES, Rodrigo. Da censura ao camburão: A regulação da homossexualidade na ditadura civil militar brasileira. **Temáticas**, 2020.

CUELLO, Nicolás; DISALVO, Lucas Morgan (Org.). **Críticas sexuais a la razón punitiva: insumos para seguir imaginando una vida junt*s**. Neuquén: Ediciones Precarias, 2018.

CURIEL, Ochy. **La nación heterosexual. Análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación**. Bogotá: Brecha Lésbica, 2013.

D'EMILIO, John. Capitalism and gay identity. **Families in the US: Kinship and domestic politics**, 1983: 131-41.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, n. 5, out. 2004: 139-164.

DANIEL, Herbert. Os anjos do sexo. In: MÍCCOLIS, Leila; DANIEL, Herbert. **Jacarés e lobisomens: dois ensaios sobre a homossexualidade**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983: 13-68.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016a.

_____. **Ce cauchemar qui n'en finit pas: comment le néolibéralisme défait la démocratie**. La Découverte, 2016b.

_____. Neoliberalismo e subjetivação capitalista. **Revista O Olho da História**, v. 22, 2016c.

DAVIS, Angela. **Are Prisons Obsolete?** New York: Free Press, 2003.

_____. Conferência proferida em 25 de julho de 2017 na Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil. 2017.

_____. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

_____. Justiça para a comunidade LGBT. Dossiê Marxismo e Lutas LGBT. **Margem Esquerda**, n. 33, 2019.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. Violência e Gênero. Novas propostas, velhos dilemas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 23, n. 66, fevereiro 2008: 165-179.

DEHESA, Rafael de la. **Incursiones queer en la esfera pública: movimientos por los derechos sexuales en México y Brasil**. México: UNAM/Programa Universitario de Estudios de Género/ ABIA, 2015.

DENNIS, Jeffrey P. **The myth of the queer criminal**. Routledge, 2018.

DIXON, E.; PIEPZNA-SAMARASINHA, L. L. (Eds.). **Beyond Survival: Strategies and Stories from the Transformative Justice Movement**. AK Press, 2020.

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica (além do estruturalismo e da hermenêutica)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DRUCKER, Peter. **Warped: Gay normality and queer anti-capitalism**. Brill, 2015.

DUGGAN, Lisa. **The twilight of equality?: Neoliberalism, cultural politics, and the attack on democracy**. Beacon Press, 2012.

EISNER, Shiri. **Bi: Notes for a bisexual revolution**. Seal Press, 2013.

EFREM FILHO, Roberto. Os meninos de Rosa: sobre vítimas e algozes, crime e violência. **Cadernos Pagu**, v. 47, 2017.

_____. Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT. **Cadernos Pagu**, v. 46, 2016: 311-340.

FACCHINI, Regina. **“Sopa de letrinhas”? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90 a partir da cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Unicamp, Campinas, 2002.

_____.; FERREIRA, Carolina Branco de Castro. Feminismos e violência de gênero no Brasil: apontamentos para o debate. **Ciência e Cultura**, v. 68, n. 3, 2016: 04-05.

FALQUET, Jules. **Pax neoliberalia**. Buenos Aires: Madreselva, 2017.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

FASSIN, Didier. **The Will to Punish**. Oxford University Press, 2018.

FASSIN, Éric. L'inversion de la question homosexuelle. **Revue française de psychanalyse**, v. 67, n. 1, 2003: 263-284.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Editora Elefante, 2019.

FERGUSON, Roderick. The nightmares of the heteronormative. **Journal for Cultural Research**, v. 4, n. 4, 2000: 419-444.

FERNANDES, Estevão Rafael. Quando o armário é na aldeia: Colonialdaide e normalização das sexualidades indígenas no Brasil. **Anais do Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental**, 2016: 1-10.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. Por uma genealogia do conceito homofobia no Brasil: da luta política LGBT a um campo de governança. **Passages de Paris**, n. 7, 2012: 97 – 104.

FIGARI, Carlos. **@ S outr@s Cariocas: interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro: séculos XVII ao XX**. Belo Horizonte: Editora Ufm, 2007.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

_____. O feminicídio e os embates das trincheiras feministas. **Revista Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade**, v. 23/24, 2016: 95-106.

_____.; Felipe da Silva Freitas. Do paradoxal privilégio de ser vítima: terror de Estado e a negação do sofrimento negro no Brasil. **Revista brasileira de ciências criminais**, v. 135, 2017: 49-71.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. Politics and Reason; The Concern for Truth. **Politics, philosophy, culture: interviews and other writings 1977-1984**. Transl. Alan Sheridan et al. New York: Routledge, 1988.

_____. Structuralisme et poststructuralisme. **Dits et écrits**, volume 4. Paris, Gallimard, 1994 : 477-499.

_____. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica (além do estruturalismo e da hermenêutica)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995: 231-249.

_____. O que são as luzes? In: _____. **Ditos e escritos II – arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 335-351.

_____. A lei do pudor [La loi de la pudeur], transcrição do programa de rádio Dialogues com a presença de Michel Foucault, Jean Danet, Pierre Hahn e Guy Hocquenghem. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits II 1976- 1988**. 2. ed. Paris: Gallimard, 2001.

_____. Foucault Estuda a Razão de Estado. **Ditos e escritos IV**. Ética, estratégia, poder-saber. Volume 4. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2015.

FRANÇA, Carlos Eduardo. **O linchamento de Edson Neris da Silva**: reelaborações identitárias dos skinheads “carecas do Brasil” na sociedade paulista contemporânea. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Unesp, Marília, 2008: 13-43.

FRANÇA, Isadora Lins. Identidades coletivas, consumo e política: a aproximação entre mercado GLS e movimento GLBT em São Paulo. **Horizontes Antropológicos**, v. 28, n. 13, 2007: 289-311.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Mediações**, Londrina, v. 14, n. 2, jul./dez. 2009: 11-33.

FREEMAN, Alan David. Legitimizing Racial Discrimination Through Anti-Discrimination Law: A Critical Review of Supreme Court Doctrine. **Minnesota Law Review**, 1978: 1049-119.

FREIRE, Lucas; CARDINALI, Daniel. O ódio atrás das grades: da construção social da discriminação por orientação sexual à criminalização da homofobia. **Sexualidad, Salud y Sociedad**. Rio de Janeiro, v. 12, 2012: 37-63.

FRY, Peter. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. **Para inglês ver**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982: 87-115.

FULIN, Carmen S. **A criminalização do racismo**: dilemas e perspectivas. Dissertação (Mestrado em Sociologia). FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

GAGO, Verónica. **A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular**. São Paulo: Editora Elefante, 2018a.

_____. Critical Times/The Earth Trembles. **Critical Times**, v. 1, n. 1, 2018b: 158-177.

GAMA, Maria Clara. **Criminalização da homofobia e despatologização da homossexualidade no Congresso Nacional, da redemocratização à atualidade**. Tese (Doutorado em Sociologia). IESP-UERJ, Rio de Janeiro, 2017.

GARCIA, Margarida. La théorie de la rationalité pénale moderne: un cadre d'observation, d'organisation et de description des idées propres au système de droit criminel. **La rationalité pénale moderne. Réflexions théoriques et explorations empiriques**. Ottawa: Presses de l'Université d'Ottawa, 2013: 37-72.

GARLAND, David. **Punishment and Welfare: a history of penal strategies**. Gower Publishing, 1985.

_____. Sociological Perspectives on Punishment. **Crime and Justice**, v. 14, 1991: 115–165.

_____. **The Culture of Control**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

_____. O que significa escrever uma “história do presente”? A abordagem genealógica de Foucault explicada. **Revista Justiça e Sistema Criminal**, v. 6, n. 10, 2014: 73-96.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, jan./jun. 1988: 69-82.

GREEN, James N. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

_____.; QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: Edufscar, 2014.

GROOMBRIDGE, Nic. Perverse criminologies: the closet of Doctor Lombroso. **Social & Legal Studies**, n. 08, v. 04, 1999.

GUIMARÃES, Carmen Dora. **O homossexual visto por entendidos**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004 [1977].

HALBERSTAM, J. Jack. **Gaga feminism: Sex, gender, and the end of normal**. Beacon Press, 2012.

HALPERIN, David M. **Saint Foucault – A Gay Hagiography**. Nova York: Oxford University Press, 1995.

HARCOURT, Bernard E. Neoliberal penalty: A brief genealogy. **Theoretical Criminology**, v. 14, n. 1, 2010: 74-92.

HARITAWORN, Jin; KUNTSMAN, Adi; POSOCCO, Silvia. (Eds). **Queer necropolitics**. Routledge, 2014.

_____. Além do “ódio”: metonímias queer para crime, patologia e antiviolença. **Meritum, revista de Direito da Universidade FUMEC**, v. 9, n. 2, 2014.

HART, Lynda. **Fatal Women: Lesbian Sexuality and the Mark of Aggression**. London: Routledge, 1994.

HARVEY, David. **A brief history of neoliberalism**. Oxford University Press, USA, 2007.

HEWITT, Nancy A. Feminist frequencies: Regenerating the wave metaphor. **Feminist Studies**, v. 38, n. 3, 2012: 658-680.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

HOLLIBAUGH, Amber. They Are Everywhere. But We Refuse to See Them. *Queers Without Money*. **Village Voice**, Junho 2001: 20-26.

HOPPE, Trevor. Punishing sex: Sex offenders and the missing punitive turn in sexuality studies. **Law & Social Inquiry**, v. 41, n. 3, 2016: 573-594.

_____. Queer and Punishment. In: COMPTON, D’Lane; MEADOW, Tey; SCHILT, Kristen. **Other, Please Specify: Queer Methods in Sociology**. University of California Press, 2018: 262 – 276.

HULSMAN, Louk. **Penas perdidas: O sistema penal em questão**. Niterói: Luam Editora, 1993.

IMARISHA, Walidah. Reescrevendo o futuro: usando ficção científica para rever a justiça. Tradução: Jota Mombaça. **Oficina de Imagem Política**. São Paulo: 32ª Bienal de São Paulo, 2016.

IRINEU, Bruna Andrade. **A política pública LGBT no Brasil (2003-2014): homofobia cordial e homonacionalismo nas tramas da participação social**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. **História Agora**, São Paulo, v. 16, 2014: 101-123.

_____. Xica Manicongo: a transexualidade toma a palavra. **Revista Docência e Ciberultura**, v. 3, n. 1, 2019: 250-260.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 1, n. 1, 2012.

KARAM, Maria Lúcia. A Esquerda Punitiva. **Discursos Sediciosos**, Rio de Janeiro, n. 1, jan.-jun. 1996: 79-92.

_____. “A pretendida criminalização da homofobia e da transfobia e a destruição das normas garantidoras de direitos humanos fundamentais”. Fevereiro 2019. Disponível em: <https://emporiiodireito.com.br/leitura/a-pretendida-criminalizacao-da-homofobia-e-da-transfobia-e-a-destruicao-das-normas-garantidoras-de-direitos-humanos-fundamentais>. Acesso em: 30 de maio de 2019.

KATZ, Jonathan Ned. **A invenção da heterossexualidade**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

KELLER, Reiner. **Doing discourse research: an introduction for social scientists**. Sage, 2012.

KOERNER, Andrei. Punição, disciplina e pensamento penal no Brasil do século XIX. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 68, 2006: 205-242.

KUNZEL, Regina. Lessons in being gay: Queer encounters in gay and lesbian prison activism. **Radical History Review**, v. 2008, n. 100, 2008: 11-37.

LAMBLE, Sarah. Queer Necropolitics and the Expanding Carceral State: Interrogating Sexual Investments in Punishment. **Law and Critique**, v. 24, n. 3, 2013: 229-253.

_____. Transforming Carceral Logics: 10 Reasons to Dismantle the Prison Industrial Complex Using a Queer/Trans Analysis. In: STANLEY, Eric A.; SMITH, Nat. **Captive Genders. Trans Embodiment and the Prison Industrial Complex**. Oakland: AK Press, 2011.

LAMOUNIER, Gab. **Gêneros encarcerados: uma análise trans viada da política de alas LGBT no Sistema Prisional de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). UFMG, Belo Horizonte, 2018.

LEMKE, Thomas. “The birth of bio-politics”: Michel Foucault's lecture at the Collège de France on neo-liberal governmentality. **Economy and society**, v. 30, n. 2, 2001: 190-207.

LOMBROSO, Cesare. **Criminal man**. Duke University Press, 2006.

LORDE, Audre. **Sister Outsider**. Crossing Press: Berkeley, 2007 [1984].

_____. **Irmã Outsider**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LUGONES, María. Heterosexualism and the colonial/modern gender system. **Hypatia**, n. 22, v. 1, 2007: 186-219.

MACHADO, Maíra Rocha; PIRES, A. P.; PARENT, C.; MATSUDA, F. E.; FERREIRA, C. C.; LUZ, Y. **Análise das justificativas para a produção de normas penais**. Brasília: Ministério da Justiça/PNUD, 2010.

MACIEL, Débora Alves; KOERNER, Andrei. Sentidos da judicialização da política: duas análises. **Lua Nova: revista de cultura e política**, v. 57, 2002: 113-133.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade-política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”**. Salvador: Edufba, 2018.

MARQUES, Adalton José. **Humanizar e expandir: uma genealogia da segurança pública em São Paulo**. São Paulo: Ibccrim, 2018.

MASIERO, Clara Moura. **Lutas sociais e política criminal: os movimentos feministas, negro e LGBTQ e a criminalização das violências machista, racista e LGBTQfóbica no Brasil**. Tese (Doutorado em Direito). Unisinos, São Leopoldo, 2018.

MAY, Tim. Entrevistas: métodos e processo; Pesquisa documental: escavações e evidências. **Pesquisa Social: Questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004: 145-172; 205-230.

MBEMBE, Achille. Necropolitics. **Public culture**, v. 15, n. 1. 2003: 11-40.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

MELLO, L; AVELAR, R. B. de; BRITO, W. Políticas públicas de segurança para a população LGBT no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, 2014: 297-320.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. **Cárcere e fábrica: as origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX)**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

MEYER, Doug. Resisting Hate Crime Discourse: Queer and Intersectional Challenges to Neoliberal Hate Crime Laws. **Critical Criminology**, n. 22, 2014: 113-125.

_____. **Violence against queer people: Race, class, gender, and the persistence of anti-LGBT discrimination**. Rutgers University Press, 2015.

MINHOTO, Laurindo Dias. As prisões do mercado. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v. 55-56, 2002: 133-154.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, v. 28, 2007: 101-128.

_____. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normatização. **Sociologias**, v. 21, 2009: 150-182.

_____. Não somos, queremos – reflexões queer sobre a política sexual brasileira contemporânea. In: COLLING, Leandro. (Org.). **Stonewall 40+**. Salvador: Edufba, 2011: 37-56.

MOGUL, Joey L.; RITCHIE, Andrea J.; WHITLOCK, Kay. **Queer (in) justice: The criminalization of LGBT people in the United States**. Beacon Press, 2011.

MOMBAÇA, Jota. Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência. **Oficina de imaginação política. Fundação Bienal de São Paulo**, 2016.

MOTEN, Fred. Gestural Critique of Judgment. **The Power and Politics of the Aesthetic in American Culture**: 91-112, 2007.

MOTT, Luiz. Justitia et Misericórdia: a Inquisição portuguesa e a repressão ao nefando pecado da sodomia. IN: Anita NOVISNKY y Maria Luiza TUCCI CARNEIRO (coord.). **Inquisição: Ensaios sobre Mentalidades, Heresias e Arte**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

_____. Antropologia, teoria da sexualidade e direitos humanos dos homossexuais. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 1, n. 1, 2007.

NAIR, Yasmin. Against Equality, Against Marriage: An Introduction. In: CONRAD, Ryan (Ed.). **Against Equality: Queer Revolution not Mere Inclusion**. AK Press, 2014: 15-22.

NOYÉ, Sophie. Por um feminismo materialista e queer. **Crítica Marxista**, n. 48, 2019: 147-163.

NUNES, Lauro Victor. **Narrativas de bloqueio à criminalização da violência contra LGBTIs no Brasil: estudo de caso sobre uma omissão legislativa**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). UFSCar, São Carlos, 2018.

OCANHA, Rafael Freitas. As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976-1982). In: GRENN, James; QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: Edufscar, 2014: 149-175.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista/O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, João Manuel de. Cidadania sexual sob suspeita: uma meditação sobre as fundações homonormativas e neo-liberais de uma cidadania de “consolação”. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 1, 2013: 68-78.

OTA, Nilton. As reticências da virtude democrática: engajamento e controle na política de crianças e adolescentes. In: PEREIRA CUNHA, M.; GEORGES, Isabel; OTA, Nilton Ken. **Tempos do social e da política**. São Paulo: Alameda, 2018: 25-72.

PACHUKANIS, Evguiéni B. **Teoria geral do direito e marxismo**. Boitempo Editorial, 2017.

PAULANI, Leda. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: FRANÇA, Júlio Cesar; NEVES, Lucia Maria Wanderlei. **Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2006.

PECK, Jamie. **Constructions of neoliberal reason**. Oxford University Press, 2010.

PELÚCIO, Larissa. **Nos Nervos, na Carne, na Pele: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de aids**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). UFSCar, São Carlos, 2007.

_____. É o que tem para hoje – os limites das categorias classificatórias e as possíveis novas subjetividades travestis. In: COLLING, Leandro. (Org.). **Stonewall 40+**. Salvador: Edufba, 2011: 111-136.

PEREIRA, Cleyton Feitosa; SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Políticas de segurança pública e direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais: da reivindicação à implementação. **ARACÊ–Direitos Humanos em Revista**, v. 2, n. 3, 2015: 201-220.

PERRA, Hija de. Interpretações imundas de como a teoria queer coloniza nosso contexto sudaca, terceiro-mundista e pobre de aspirações, perturbando com novas construções de gênero aos humanos encantados pela heteronorma. **Revista Periodicús**, v. 1, n. 2, 2014: 1-8.

PIGNARRE, Philippe. Apprendre à échapper aux alternatives infernales. **Mouvements**, v. 2, 2004: 40-48.

PIRES, Alvaro. A racionalidade penal moderna, o público e os direitos humanos. **Novos Estudos CEBRAP**, n.68, 2004 : 39-60.

_____. La rationalité pénale moderne, la société du risque et la juridicisation de l’opinion publique. **Sociologie et sociétés**, v. 33, n. 1, 2001: 179-204.

PIRES, Thula. **Criminalização do racismo: entre política de reconhecimento e meio de legitimação do controle social dos não reconhecidos**. Tese (Doutorado em Direito Constitucional e Teoria do Estado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

PITCH, Tamar. “La violencia contra las mujeres y sus usos políticos”, **Anales de la Cátedra Francisco Suárez**, 48, enero, 2014. Disponível em: <http://revistaseug.ugr.es/index.php/acfs/article/view/2778>. Acesso em: 08 out. 2020.

_____. Feminismo punitivo. In: DAICH, Deborah; VARELA, Cecilia. (Org.). **Los feminismos en la encrucijada del punitivismo**. Editorial Biblos, 2020.

POSSAS, Mariana Thorstensen. Produção de leis criminais e racionalidade penal moderna: Uma análise da distinção “conservador” x “progressista” no caso da criação da lei contra a tortura no Brasil. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, 2015: 473-499.

PRADO, Marco Aurélio Maximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito Contra Homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade**. Cortez Editora, 2008.

PRECIADO, Paul. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 1, 2011: 11-20.

PRETES, Érika Aparecida & VIANNA, Túlio. História da criminalização da homossexualidade no Brasil: da sodomia ao homossexualismo. In: LOBATO, Wolney; SABINO, Cláudia & ABREU, João Francisco (orgs.). **Iniciação Científica: destaques 2007**, Vol. I. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2008: 313-392.

PUAR, Jasbir K. **Terrorist assemblages: Homonationalism in queer times**. Duke University Press, 2017.

RAMOS, Silvia; CARRARA, Sérgio. A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. **Physis-Revista de Saúde Coletiva**, v. 16, n. 2, 2006: 185-205.

REDDY, Chandan. **Freedom with Violence: Race, Sexuality, and the US State**. Durham: Duke University Press, 2011.

RICHIE, Beth. Queering antiprison work: African American Lesbians in the Juvenile Justice System. In: SUDBURY, Julia. **Global lockdown: Race, gender, and the prison-industrial complex**. Routledge, 2013:73-85.

RODRIGUEZ, Dylan. The Political Logic of the Non-Profit Industrial Complex. In: Incite! Women of Color Against Violence (Eds.). **The Revolution Will Not Be Funded: Beyond the Non-Profit Industrial Complex**. South End Press, 2007: 21-40.

ROJAS, Lucía Egaña. Hago más traducciones que las malditas naciones unidas, de mierda. In: MIRANDA, Leticia Rojas; VEGA, Francisco Godoy. (Eds.). **No existe sexo sin racialización**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2017: 64-73.

ROSE, Nikolas. Government and control. **British journal of criminology**, v. 40, n. 2, 2000: 321-339.

RUBIN, Gayle. Thinking sex: Notes for a radical theory of the politics of sexuality. **Social perspectives in Lesbian and Gay Studies: A reader**, 1984: 100-133.

RUBINO, Atilio. Hacia una (in) definición de la disidencia sexual. **Revista LUTHOR**, n. 39, 2019: 62-80.

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. **Punishment and Social Structure**. Nova York: Columbia University Press, 1939.

RUSSELL, Emma K. Queer penalties: the criminal justice paradigm in lesbian and gay anti-violence politics. **Critical criminology**, v. 25, n. 1, 2017: 21-35.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Mobilizações homossexuais e estado no Brasil: São Paulo (1978-2004). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 63, fev. 2007: 121-135.
_____. **Cidadania e direitos sexuais: um estudo comparativo do reconhecimento legal das uniões entre pessoas do mesmo sexo no Brasil e na África do Sul**. Tese (Doutorado em Ciência Política). IFCH, Unicamp, Campinas, 2011.

SANTOS, Sérgio Lima dos. **Processos de emergência e de definição da homofobia como um problema público no Brasil**. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2018.

SARTI, Cynthia. A vítima como figura contemporânea. **Caderno CRh**, v. 24, n. 61, 2011, 51-61.

SCHULMAN, Sarah. "Israel and 'Pinkwashing.'". **New York Times**. 22 de novembro de 2011. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2011/11/23/opinion/pinkwashing-and-israels-use-of-gays-as-a-messaging-tool.html> Acesso em: 20 maio 2019.

SEARS, Alan. Queer anti-capitalism: What's left of lesbian and gay liberation?. **Science & Society**, v. 69, n. 1, 2005: 92-112.

_____. Situating sexuality in social reproduction. **Historical Materialism**, v. 24, n. 2, 2016: 138-163.

SEARS, Clare. Introduction: Sexuality, Criminalization, and Social Control. **Social Justice**, v. 37, n. 1, 2010: 1-6.

SEIDMAN, Steven. **Queer Theory/Sociology**. Malden: Blackwell, 1996.

SERRA, Victor Siqueira. Por uma criminologia travesti: (des) construções de gênero no discurso judicial criminal paulista. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos)**, Florianópolis, 2017.

_____. **Pessoa afeitada ao crime: criminalização de travestis e o discurso judicial criminal paulista**. Dissertação (Mestrado em Direito). Unesp, Franca, 2018.

SILVA, Daniel Vital dos Santos. A homossexualidade masculina nas teses inaugurais da Faculdade de Medicina da Bahia (1850-1900). **Cadernos De História**, v. 18, n. 29, 2017: 409-428.

SILVA, Danler Garcia. **Discurso Judicial e Criminalização da Homotransfobia no Brasil: Ponderações desde uma teoria e criminologia queer**. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

SILVA, Denise Ferreira. **Toward a global idea of race**. U of Minnesota Press, 2007.

_____. Ninguém: direito, racialidade e violência. **Meritum, Revista de Direito da Universidade FUMEC**, v. 9, n. 1, 2014: 67-117.

SIMÕES, Júlio A.; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2009.

_____. O protesto contra o delegado Richetti em São Paulo. In: CAETANO, Marcio; RODRIGUES, Alexsandro; NASCIMENTO, Cláudio; GOULART, Treyce Ellen. **Quando ousamos existir: Itinerários fotobiográficos do movimento LGBTI brasileiro (1978-2018)**. Tubarão: Copiart; Rio Grande: FURG, 2018: 39-42.

SIMON, Jonathan. **Governing through crime: How the war on crime transformed American democracy and created a culture of fear**. Oxford University Press, 2007.

_____. Punishment and the political technologies of the body. **The SAGE handbook of punishment and society**, 2013: 60-89.

SINHORETTO, Jacqueline; SILVESTRE, G.; MELO, F. A. L. de. Encarceramento em massa em São Paulo. **Tempo Social**, v. 25, n. 1, 2013: 83-106.

_____.; TONCHE, Juliana. Restorative justice for women's rights. In: CARLEN, Pat; FRANÇA, Leandro Ayres. **Justice Alternatives**, Nova York: Routledge. 2019: 219-234.

SÍVORI, Horacio Federico. Motivo Homofobia: Mobilização LGBT, Violência e Justiça Penal na Argentina e no Brasil. **Programa e Resumos 37º Encontro Anual da ANPOCS**, Águas de Lindóia, 2013: 262-263.

_____. Nuevos derechos para LGBT en Argentina y Brasil. **President's Report**, 2011.

SMITH, Andrea. Unmasking the state: Racial/gender terror and hate crimes. **Australian Feminist Law Journal**, v. 26, n. 1, 2007: 47-57.

SMITH, Christen A. Facing the dragon: Black mothering, sequelae, and gendered necropolitics in the Americas. **Transforming Anthropology**, v. 24, n. 1. 2016: 31-48.

SORAINEN, Antu. Queering criminology. In: Annual Conference of the European Society of Criminology 'Crime and Control in an Integrating Europe', University of Helsinki, 2003.

SOZZO, Máximo. Pós-neoliberalismo e penalidade na América do Sul: uma introdução. **Pós-neoliberalismo e penalidade na América do Sul**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017: 7-26.

SPADE, Dean. **Normal life: Administrative violence, critical trans politics, and the limits of law**. Duke University Press, 2015.

_____.; WILLSE, Craig. Confronting the limits of gay hate crimes activism: A radical critique. **Chicano-Latino L. Rev.**, v. 21, 2000: 38-52.

STANLEY, Eric A.; SMITH, Nat. Captive Genders. **Trans Embodiment and the Prison Industrial Complex**, Oakland: AK Press, 2011.

_____. Fugitive flesh: Gender self-determination, queer abolition, and trans resistance. In: STANLEY, Eric A.; SMITH, Nat. Captive Genders. **Trans Embodiment and the Prison Industrial Complex**, Oakland: AK Press, 2011a: 1-11.

_____. Near Life, Queer Death, Overkill and Ontological Capture. **Social Text**, v. 29, n. 2, 2011b: 1-19.

_____.; SPADE, Dean; QUEER (IN)JUSTICE. Queering Prison Abolition, Now? **American Quarterly**, v. 64, n. 1, 2012: 115-27.

SUDBURY, Julia. (Ed.) **Global lockdown: Race, gender, and the prison-industrial complex**. Nova York: Routledge, 2013 [2005].

TEIXEIRA, Alessandra. **Do sujeito de direito ao Estado de exceção: o percurso contemporâneo do sistema penitenciário brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

THE COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. A Black Feminist Statement. **The Feminist Press**, v. 42, n. 3/4, 2014 [1977]: 271-280.

TOITIO, Rafael. **Cores e contradições: A luta pela diversidade sexual e de gênero sob o neoliberalismo brasileiro**. Tese (Doutorado em Ciência Política). IFCH, Unicamp, Campinas, 2016.

TOMSEN, Stephen; MASON, Gail. Engendering homophobia: Violence, sexuality and gender conformity. **Journal of Sociology**, v. 37, n. 3. 2001: 257-273.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

VIANNA, Luís Werneck et alii. 1999. A judicialização da política e das relações sociais no Brasil. Rio de Janeiro. Editora Revan.

VIEIRA, Helena; FRACCAROLI, Yuri. Violência e dissidências: um breve olhar às experiências de repressão e resistência das travestis durante a ditadura militar e os primeiros anos da democracia. In: GREEN, James; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa; QUINALHA, Renan. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018: 357-377.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 44, 2016.

WACQUANT, Loïc. Crafting the neoliberal state: workfare, prisonfare, and social insecurity. **Sociological Forum**, v. 25, 2010: 197-220.

WARNER, Michael. **Fear of a queer planet: Queer politics and social theory**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

WEEKS, Jeffrey. The sexual citizen. **Theory, culture & society**, v. 15, n. 3-4, 1998: 35-52.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001:460-482.

WITTIG, Monique. La pensée straight. *Questions feministes*, 1980: 45-53.

WHITLOCK, Kay. We need to dream a bolder dream: the politics of fear and queer struggles for safe communities. **The Scholar & Feminist Online**, v. 10.1/10.2, Outono 2011 - Primavera 2012. Disponível em: <http://sfoonline.barnard.edu/a-new-queer-agenda/we-need-to-dream-a-bolder-dream-the-politics-of-fear-and-queer-struggles-for-safe-communities/>. Acesso em: 12 out. 2020.

WOODS, Jordan Blair. Queer contestations and the future of a critical “queer” criminology. **Critical Criminology**, v. 22, n.1, 2014: 5-19.

WYNTER, Sylvia. Unsettling the coloniality of being/power/truth/freedom: Towards the human, after man, its overrepresentation - An argument. **CR: The new centennial review**, v. 3, n. 3, 2003: 257-337.

ZACCONE, Orlando. **Indignos de vida: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro**. Editora Revan, 2015.

ZAMBONI, Marcio. O barraco das monas na cadeia dos coisas: notas etnográficas sobre a diversidade sexual e de gênero no sistema penitenciário. **Aracê-Direitos Humanos em Revista**, v. 4, n. 5, 2017: 93-115.

Documentos:

ABGLT. 1ª Marcha Nacional contra a Homofobia. Grupo Dignidade. 15 de maio de 2010. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/1a-marcha-nacional-contra-a-homofobia/>. Acesso em: 10 out. 2020.

_____. Manifesto da II Marcha Nacional Contra a Homofobia. 21 de abril de 2011. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/manifesto-da-ii-marcha-nacional-contra-a-homofobia/>. Acesso em: 10 out. 2020.

_____. Manifesto – III Marcha Nacional Contra a Homofobia. 19 de abril de 2012. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/manifesto-iii-marcha-nacional-contra-homofobia/>. Acesso em: 10 out. 2020.

ARAUJO, Murilo. criminalização da LGBTfobia, racismo e seletividade penal: a história de Bayna El-Amin. **Medium Murilo Araujo**. 14 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://medium.com/@muropequeno/criminaliza%C3%A7%C3%A3o-da-lgbt-fobia-racismo-e-seletividade-penal-a-hist%C3%B3ria-de-bayna-el-amin-902f47e2ddf8>. Acesso em: 07 out. 2020.

BATISTA, Nilo. Minorias e democratização. **X Conferência Nacional da OAB**. 1984.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS. Manual do Multiplicador - Homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 1996.

_____. Seminário Direitos Humanos e Cidadania Homossexual. Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. 21 de setembro de 1999. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/dirh.htm>. Acesso em: 10 out. 2020.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Coordenação Nacional de DST e Aids. Guia de Prevenção das DST/Aids e Cidadania para Homossexuais/Secretaria de Políticas de Saúde, Coordenação Nacional de DST e Aids. – Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

_____. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Ministério da Saúde. Brasil sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

_____. Relatório do deputado federal Luciano Zica sobre o PL nº5003 de 2001. Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados, 2005. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=385467&filename=Parecer-CCJC-27-04-2005. Acesso em: 12 out. 2020.

_____. Anais da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2008.

_____. Parecer da Senadora Fátima Cleide ao Projeto de Lei da Câmara nº122/2006. Comissão de Assuntos Sociais. Brasília: Senado federal, 2009. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/57139.pdf>. Acesso em: 12 out. 2020.

_____. Plano Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH 3), Brasília: MNDH (em anexos os PNDH 1 e PNDH2). 2010.

_____. Presidência da República. Anais da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2011.

_____. Supremo Tribunal Federal. Mandado de Injunção 4733/DF. Relator: Ministro Edson Fachin. 2012.

_____. Substituto do senador Paulo Paim ao Projeto de Lei da Câmara nº122/2006. Senado Federal, Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, 2013a. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3584219&ts=1594021256469&disposition=inline>. Acesso em: 12 out. 2020.

_____. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão 26/DF. Relator: Ministro Celso de Mello. 2013b.

_____. Parecer do senador Vital do Rêgo ao Projeto de Lei do Senado nº236/2012. Brasília: Senado Federal, 2014. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3516414&disposition=inline>. Acesso em: 12 out. 2020.

_____. Relatório Final - 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Brasília, 2016.

CARTA aberta à população. 13 de junho de 1980. Disponível em: <http://www.memorialdademocracia.com.br/card/lgbt-e-prostitutas-denunciam-violencia>
Acesso em: 10 de outubro de 2020.

CNCD/LGBT. Manifesto por um Brasil sem Preconceito – Pela aprovação do PLC 122/2006. In: MINISTÉRIO da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Artistas e Intelectuais assinam manifesto pela aprovação de projeto de lei contra a discriminação. 04 de dezembro de 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/sdh/noticias/2013/dezembro/artistas-e-intelectuais-assinam-manifesto-pela-aprovacao-de-projeto-de-lei-contra-a-discriminacao>. Acesso em: 12 out. 2020.

FRENTE PAULISTA CONTRA A HOMOFOBIA. Carta aberta à Frente Mista Parlamentar pela Cidadania LGBT. Julho de 2011. Disponível em: <https://psol50sp.org.br/2011/07/carta-aberta-a-frente-mista-parlamentar-pela-cidadania-lgbt/>. Acesso em: 10 de outubro de 2020.

GIACOMI, Paulo. “Gays pedem voto contra o preconceito”; “Plataforma Eleitoral”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 de julho de 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/7/15/brasil/26.html>. Acesso em: 10 out. 2020.

GIUSTI, Iran; OLIVEIRA, Bruno. Orgulho de que?. Medium Casa1. 14 de junho de 2017. Disponível em: <https://medium.com/@casa1/orgulho-de-que-2cafb47d3ad6>. Acesso em: 07 out. 2020.

GRUPO GAY DA BAHIA. Luiz Mott (Ed.). **Boletim do Grupo Gay da Bahia**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2011.

I Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO). Temário, Relatório de Grupos, Reportagens. São Paulo, 04 a 06 de abril de 1980.

I Encontro Paulista de Grupos Homossexuais (EPGHO). Relatório, Reportagem. São Paulo, 25 a 16 de abril de 1981.

II Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO). Convocações, Programação Preliminar, Correspondência. Salvador, 13 a 15 de janeiro de 1984.

III Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO). Convocação e Proposta de Temas, Resoluções, Regimento Interno, Teses, Relatório dos Grupos, Decisão da Plenária, Reportagem, Reportagens sobre o Grupo Atobá. Rio de Janeiro, 06 a 08 de janeiro de 1989.

IV Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO). Carta de Sergipe, Reportagens. Aracaju, 11 a 14 de janeiro de 1990.

IZIDORO, Alencar. Skinheads são condenados por morte de gay. Folha de São Paulo. São Paulo, 15 de fevereiro de 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1502200101.htm>. Acesso em: 10 out. 2020.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro, ano 2, n. 20, jan. 1980. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/24-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-20-JANEIRO-1980.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

LARA, Bruna de. A homofobia pode virar crime. E isso é um tiro no pé. **The Intercept Brasil**. 14 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/02/14/homofobia-crime-tiro-no-pe/>. Acesso em: 07 out. 2020.

MACHADO, Marta; Rodriguez, José. O Senado deve aprovar projeto que prevê a criminalização de condutas homofóbicas?. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 de agosto de 2007.

MASCARENHAS, João Antônio de Sousa. **Acervo Triângulo Rosa/ João Antônio Mascarenhas**. Atas, cartas, projetos de lei, panfletos. Arquivo Edgard Leuenroth. IFCH, Unicamp.

MELLO, Marco Aurélio. A Igualdade é Colorida. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 de agosto de 2007.

MOTT, Luiz. **Homofobia: a violação dos direitos humanos dos gays, lésbicas e travestis no Brasil**. San Francisco, USA: Editora IGLRHC, 1997.

_____. **Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil – 1998**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 1999.

NETO, Dario. 23 de junho de 2012. O Movimento LGBT e o Casamento Civil Igualitário. Disponível em: <https://www.homorrealidade.com.br/2012/06/o-movimento-lgbt-e-o-casamento-civil.html?zx=276f8e2b64228d76>. Acesso em: 10 out. 2020.

NOBRE, Marcos. Homofobia e responsabilização. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 de agosto de 2007.

NOTA Pública de Esclarecimento ao Senador Paulo Paim e à população brasileira. 05 de março de 2013. Disponível em: <https://memoriamhb.blogspot.com/2013/03/nota-de-esclarecimento-ao-senador-paulo.html>. Acesso em: 10 out. 2020.

ORDENAÇÕES Filipinas. Livro 5, título XIII: dos que comettem pecado de sodomia, e com alimarias. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/filipinas/15p1162.htm>. Acesso em: 10 out. 2020.

QUIMBANDA DUDU – Grupo Gay Negro da Bahia. **Boletim do Quimbanda Dudu – Grupo Gay Negro da Bahia: Direitos Humanos, Diversidade Sexual e Cidadania dos Afro-Brasileiros**, n. 6. Bahia, 2005.

QUINALHA, Renan. Por que precisamos criminalizar a LGBTfobia no Brasil. **Revista Cult**. 12 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/lgbtfobia-criminalizacao/>. Acesso em: 10 out. 2020.

RIOS, Roger Raupp. O Senado deve aprovar projeto que prevê a criminalização de condutas homofóbicas?. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 de agosto de 2007.

_____. Diversidade Sexual e Legislação. **Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos**. 2011. Disponível em: <http://www.clam.org.br/destaque/conteudo.asp?UserActiveTemplate=%5FBR&inford=8637&sid=4,>.

ROSA, Ana Beatriz. Criminalização da homofobia e da transfobia não é consenso entre ativistas. **Huffpost Brasil**. LGBT. 21 de fevereiro de 2019. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/entry/criminalizacao-homofobia-stf_br_5c6dc52ee4b0e2f4d8a2429e. Acesso em: 10 out. 2020.

SANTIAGO, Tatiana. Mais da metade dos paulistanos é a favor da criminalização da homofobia e da transfobia. G1. 18 de junho de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/06/18/mais-da-metade-dos-paulistanos-e-a-favor-da-criminalizacao-da-homofobia-e-da-transfobia.ghtml>. Acesso em: 12 out. 2020.

V Encontro Brasileiro de Homossexuais. Relatório, Anexos. Recife, 07 a 13 de janeiro de 1991.

VASCONCELOS, Caê. A criminalização discutida no STF é a solução ideal para a LGBTIfobia?. **Ponte Jornalismo**, 05 de março de 2019. Disponível em: <https://ponte.org/a-criminalizacao-discutida-no-stf-e-a-solucao-ideal-para-a-lgbtifobia/>. Acesso em: 10 out. 2020.

VI Encontro Brasileiro de Homossexuais. Relatório, Convocação. Rio de Janeiro, 29 a 31 de maio de 1992.

VII Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais. Relatório Final. São Paulo, 4 a 7 de setembro de 1993.

WYLLYS, Jean. A lei penal não diminui preconceito contra LGBTs. O Globo. 20 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/jean-wyllys-lei-penal-nao-diminui-preconceito-contr-lgbts-23465189>. Acesso em: 07 out. 2020.

X Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis. Relatório Final Narrativo. Maceió, 25 a 28 de outubro de 2001.

XI Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros. Relatório Final Narrativo. Manaus, 11 a 14 de novembro de 2003.

XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis. Plenária Final. Brasília, 11 de novembro de 2005.